

Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações

Ações para a salvaguarda de bens registrados como
Patrimônio Cultural do Brasil

2002-2018



IPHAN

Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações

Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil

2002-2018

CAPA
SAMBA DE RODA BARQUINHA MIRIM.
BOM JESUS DOS POBRES. SAUBARA-BA.
FOTO: REINILSON DO ROSÁRIO, 2015.

CONTRACAPA
SAMBA DE RODA BARQUINHA DO BOM JESUS DOS POBRES.
SAUBARA-BA.
FOTO: LUIZ SANTOS, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

Michel Temer

MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA

Sérgio Sá Leitão

**PRESIDENTE DO INSTITUTO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL**

Kátia Bogéa

DIRETORES DO IPHAN

Andrey Rosenthal Schlee
Hermano Queiroz
Marcelo Brito
Marcos Rêgo
Robson Almeida

SUPERINTENDENTES DO IPHAN

Amélia Hirata
Bruno Cesar Sampaio Tavares
Carlos Madson Reis
Célia Maria Corsino
Cyro Holando de Almeida Lins
Delma Batista do Carmo Siqueira
Elisa Machado Taveira
Fábio José Lustosa da Costa Ferreira
Haroldo da Silva Oliveira
Jorge Mardini Sobrinho
José Carlos de Oliveira
José Luiz Desordi Lautert
Juliana Inês Erpen
Karla Bitar Rodrigues
Katarina Aragão
Katyanne Bermeo Mutran
Liliane Janine Nizzola
Marcio Alekssander Granzotto Kuntze
Marcos Aurelio Camara Zimmermann
Maria Clara Scardini
Maria Cristina Donadelli Pinto
Mario Aloisio Barreto Melo
Maurício Abreu Itapary
Mônica da Costa
Otacílio José Pinheiro Macedo
Renata Duarte Borba
Salma Saddi Waress de Paiva

DIRETOR DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Hermano Fabrício de Oliveira Guanais e Queiroz

**COORDENADORA-GERAL DE
PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

Rívia Ryker Bandeira de Alencar

**COORDENADORA DE APOIO
A BENS REGISTRADOS**

Natália Guerra Brayner

**COORDENADORA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
DA SALVAGUARDA**

Ellen Christina Ribeiro Krohn

COORDENADOR-GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Deyvesson Gusmão

DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR

Claudia Marcia Ferreira

COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO

Rívia Ryker Bandeira de Alencar

ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Luiza de Menezes Delgado
Bárbara Emilly Queiroz Soares
Clair da Cunha Moura Júnior
Ellen Christina Ribeiro Krohn
Isabela Batista Sanches
Marília Amaral
Natália Guerra Brayner
Rívia Ryker Bandeira de Alencar
Rodrigo Martins Ramassote
Sara Santos Moraes

COLABORAÇÃO E REVISÃO DE CONTEÚDO

Antonina de Lima Fernandes; Ana Carla Cruz Pedrosa;
Beatriz Muniz Freire; Beatriz Otto de Santana; Carla
Gisele Macedo Santos Martins Moraes; Cejane Pacini
Leal Muniz; Cyro Holando de Almeida Lins; Evandro
Elias de Barros Neto; Flavia Klausing Gervasio; Giorge
Patrick Bessoni e Silva; Greciene Lopes dos Santos;
Igor de Menezes Soares; Izaurina Maria de Azevedo
Nunes; José Augusto Carvalho dos Santos; Juliana da
Mata Cunha; Juliano Martins Doberstein; Karla Bitar
Rodrigues; Larissa Maria de Almeida Guimarães; Marcia
Rossana de Oliveira; Marcos Monteiro Rabelo; Maria
das Gracas Carvalho Villas; Maria Luiza Dias Oliveira;
Maria Nazaré Rodrigues Dornellas; Maria Paula Adinolfi;
Monica Castro de Oliveira; Monica da Costa; Raquel
Feitosa Cavalcante; Ricardo Augusto Pereira; Regina
Helena Meirelles Santiago; Rebecca Velloso de Luna
Guidi; Romero de Oliveira e Silva Filho; Thiago Pereira
Perpetuo; Vanilza Jacundino Rodrigues.

FOTOS

Acervo Iphan ou cedidas pelos autores
para esta publicação.

ILUSTRAÇÕES

Vitor Corrêa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Flavia Amadeu Design

AGRADECIMENTOS

O Departamento de Patrimônio Imaterial agradece a todos os presidentes do Iphan, conselheiros do Conselho Consultivo, diretores, coordenadores gerais e coordenadores do Departamento de Patrimônio Imaterial, superintendentes nos estados, técnicos, consultores, estagiários e demais colaboradores que atuaram e atuam na implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59s

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

Saberes, fazeres, gingas e celebrações : ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) ; coordenação de edição Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília-DF : IPHAN, 2018.

359 p. ; 20 x 26 cm.

ISBN 978-85-7334-347-2

1. Patrimônio Cultural Imaterial – Brasil. 2. Salvaguarda – Brasil. 3. Bem Cultural – Brasil. I. Alencar, Rívia Ryker Bandeira de.

CDD 363.690981

ÍNDICE

9 APRESENTAÇÃO

11 A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

- 12 Direitos Culturais e Cidadania
- 20 A Gestão dos Processos de Salvaguarda de Bens Registrados
- 29 Promoção e Sustentabilidade
- 37 Gestão Participativa

43 DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS DE SALVAGUARDA NO BRASIL (2018)

47 AÇÕES DE SALVAGUARDA PARA BENS REGISTRADOS (2002 - 2018)

- 49 Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
- 57 Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
- 61 Samba de Roda do Recôncavo Baiano
- 71 Círio de Nossa Senhora de Nazaré
- 75 Modo de Fazer Viola-de-Cocho
- 81 Ofício das Baianas de Acarajé
- 91 Jongo no Sudeste
- 101 Cachoeira de Iauaretê: Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
- 107 Feira de Caruaru
- 113 Frevo
- 119 Tambor de Crioula do Maranhão
- 127 Matrizes do Samba no Rio de Janeiro Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba Enredo
- 133 Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas
- 139 Roda de Capoeira / Ofício dos Mestres de Capoeira
- 175 Modo de Fazer Renda Irlandesa tendo como Referência este Ofício em Divina Pastora
- 181 Toque dos Sinos e Ofício de Sineiro em Minas Gerais

- 185 Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis
- 189 Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
- 197 Ritual *Yaokwa* do Povo Indígena *Enawene Nawe*
- 203 Festa de Sant’ana de Caicó
- 207 Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão
- 219 Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas *Karajá / Ritxòkò*: Expressão Artística e Cosmológica do Povo *Karajá*
- 227 Fandango Caiçara
- 235 Festa do Divino Espírito Santo de Paraty
- 239 Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó
- 243 Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí
- 247 Carimbó
- 253 *Tava*, Lugar de Referência Para o Povo Guarani
- 259 Maracatu Nação
- 263 Maracatu de Baque Solto
- 267 Cavalo-Marinho
- 271 Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco
- 277 Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas
- 281 Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha
- 285 Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade
- 289 Caboclinho
- 293 Feira de Campina Grande

299 ANEXOS

- 301 O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
- 306 Convênios e Termos de Colaboração Firmados (2004-2018)
- 312 Portaria N° 299, de 17 de Julho de 2015
- 339 Portaria N° 200, de 18 de Maio de 2016
- 355 Equipes do Patrimônio Cultural Imaterial nas Superintendências Estaduais do Iphan (2018)



APRESENTAÇÃO

A POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO cultural imaterial desenvolvida no Brasil é considerada exemplar desde sua origem no ano 2000. Isto porque, embora o Decreto 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), tenha sido promulgado naquele ano, políticas públicas para a dimensão imaterial do patrimônio estavam em curso no país desde os anos 50, com os trabalhos desenvolvidos no campo do folclore e da cultura popular.

A perspectiva de valorização e promoção dos saberes e modos de fazer tradicionais, das festas e celebrações, das formas de expressão, assim como dos lugares de produção e reprodução de práticas culturais coletivas, com o objetivo de apoiar e o fomentar sua transmissão e continuidade para as novas gerações, e, sobretudo, o pressuposto da gestão compartilhada entre Estado e comunidades de detentores, foi influência direta para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada em 2003 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o primeiro instrumento internacional sobre o tema, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 5.753/06.

A experiência do Brasil também foi determinante para a criação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina e Caribe (Crespial), que reúne 15 países da região. Em âmbito nacional, diversos estados e municípios também têm se baseado na política federal como fundamento e inspiração para a elaboração das legislações locais.

A política de salvaguarda preza pela valorização da diversidade cultural do país, incentivando a pesquisa, a documentação e a realização de ações que viabilizem a melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes e práticas culturais coletivas dos diferentes povos que conformam a nação: indígenas, de matriz africana, de imigração, comunidades tradicionais, dentre outros.

Com bens culturais reconhecidos em todas as regiões do Brasil – os *Bens Registrados* como *Patrimônio Cultural do Brasil* – o Iphan tem cumprido sua missão de proteger o patrimônio e elegir vasta rede de parceiros, conformada tanto pelas esferas governamentais quanto pela sociedade civil.

É com satisfação que apresentamos este livro com as principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados no período de 2002 a 2018. Em forma de relatório, a publicação traz resultados efetivos da ação do Iphan em conjunto com detentores e parceiros, visando assim, a demonstração dos efeitos proporcionados pelo registro.

Kátia Bogéa
Presidente

Hermano Fabrício de Oliveira Guanais e Queiroz
Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial



A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

DIREITOS CULTURAIS E CIDADANIA

EM 2018, A POLÍTICA FEDERAL de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural no Brasil completou 81 anos.

No entanto, até o ano 2000, apenas a dimensão material do patrimônio brasileiro era reconhecida oficialmente e era alvo de proteção – ou seja, apenas os monumentos, edificações, sítios históricos ou objetos recebiam a atenção do Estado por seu valor patrimonial, amparados pelo Decreto-Lei 25/1937.

Com a publicação do Decreto 3.551/2000, a dimensão imaterial do patrimônio do país também passou a ser reconhecida e apoiada com ações específicas para sua preservação – assim, os saberes e os ofícios tradicionais, as celebrações, as formas de expressão e os lugares, conquistaram a prerrogativa de ter seus valores patrimoniais reconhecidos pelo Estado e a consequente promoção de ações visando a continuidade de suas condições de produção e reprodução.

O Decreto 3.551/00, regulamentou o artigo 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988, disciplinando o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O Decreto 3.551/00 considerou, então, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial por meio de um ou mais dos seguintes Livros:

- 1. Livro de Registro dos Saberes – para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2. Livro de Registro das Celebrações – para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

PARA MAIS INFORMAÇÕES
SOBRE OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PARA A PUBLICAÇÃO DO
DECRETO 3.551/00, CONSULTAR:

Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed., 2006.
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** – as formas de expressão;
- II** – os modos de criar, fazer e viver;
- III** – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1 O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

3. Livro de Registro das Formas de Expressão – para as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, produzidas por coletividades e que tenham transmissão geracional de seus saberes e práticas

4. Livro de Registro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços representativos de identidades, como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Este dispositivo também está de acordo com a determinação posta no Art. 215 da Constituição Federal que determina a garantia, pelo Estado, do **pleno exercício dos direitos culturais**, assim como o apoio e incentivo **a valorização e a difusão das manifestações culturais**.

// O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional //

(Art. 215. § 1º, Constituição Federal de 1988)

O instrumento jurídico do registro, em conjunto com os procedimentos para a identificação de bens culturais imateriais, como inventários, estudos e mapeamentos, e ações para apoio e fomento – constituem a POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL parte integrante do PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (PNPI). O PNPI, também criado pelo Decreto nº3.551/00, foi regulamentado pela Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016. A Portaria está disponível para consulta no site do Iphan e no anexo da presente publicação.

Os objetivos, princípios, diretrizes e linhas de atuação do PNPI são os que seguem:

PARA MAIS INFORMAÇÕES
SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA CONFERIR O RELATÓRIO:
Os Sambas, as Rodas, Os Bumbas, Os Meus e os Bois. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010). Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2ª ed. 2010.

PROGRAMA NACIONAL DO

OBJETIVOS

- Art. 3º** O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como objetivos:
- I** - Implantar, executar, monitorar e avaliar a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;
 - II** - Contribuir para a preservação, promoção e valorização da diversidade étnica, cultural e linguística do país, assim como para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro;
 - III** - Captar recursos e promover a constituição de redes de parceiros com vistas à execução e gestão compartilhada de ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
 - IV** - Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de salvaguarda desenvolvidas pela sociedade civil.

PRINCÍPIOS

- Art. 4º** O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como princípios:
- I** - A participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e apoio e fomento, como condição *sine qua non*;
 - II** - A descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e de gestão com vistas à autonomia dos atores sociais na preservação do seu patrimônio cultural;
 - III** - A articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações, envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando a natureza transversal do patrimônio imaterial.

PATRIMÔNIO IMATERIAL - PNPI

DIRETRIZES

- Art. 5º** O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como diretrizes:
- I** - Promover e difundir a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, para todos os grupos, coletividades e segmentos que compõem a sociedade brasileira.
 - II** - Fortalecer e difundir as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural.
 - III** - Contemplar, na sua execução, a diversidade e heterogeneidade dos contextos socioculturais existentes, priorizando, sempre que possível, grupos, segmentos e regiões menos atendidas pela ação institucional;
 - IV** - Promover a salvaguarda dos bens culturais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, aos processos de transmissão de saberes e práticas constituintes da sua dinâmica e do fortalecimento dos seus detentores enquanto coletividades;
 - V** - Promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial, articulando sociedade civil e instituições governamentais, respeitando as diferentes possibilidades de atuação e responsabilização dos atores envolvidos;
 - VI** - Apoiar, por meio de mediação junto às instâncias competentes, o reconhecimento e a defesa de direitos difusos, coletivos, autorais e conexos e de propriedade intelectual no que se refere ao patrimônio cultural imaterial e seus detentores.

LINHAS DE ATUAÇÃO

- Art. 6º** O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial possui quatro linhas de atuação:
- I - Pesquisa, documentação e informação** – contempla ações de produção de conhecimento e documentação nas suas diferentes modalidades – inventário, mapeamento, etc. -, assim como aquelas de sistematização de informações, constituição e implantação de banco de dados, incluindo o apoio à produção, conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial.
 - II - Reconhecimento e valorização** - contempla ações que visam reconhecer o valor patrimonial dos bens culturais imateriais que são referenciais culturais para comunidades detentoras, possuem continuidade histórica e relevância nacional, por meio dos instrumentos legais de reconhecimento, ocasionando a ampla divulgação e promoção desses bens culturais reconhecidos e valorados.
 - III - Sustentabilidade** – contempla ações que têm como objetivo apoiar a sustentabilidade de bens culturais de natureza imaterial, considerando focos de atuação diversos, que incluem desde a transmissão de conhecimentos e saberes, até o fortalecimento das condições sociais e materiais de continuidade desses bens, incluindo ainda o apoio a atividades de organização comunitária e a constituição de instâncias de gestão compartilhada da salvaguarda, envolvendo instâncias públicas e privadas.
 - IV - Promoção e Difusão** – contempla ações de divulgação visando à apropriação, pela sociedade civil, da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, através do desenvolvimento de programas educativos, de ações de sensibilização para a importância do patrimônio cultural imaterial e da promoção das ações desenvolvidas e dos bens culturais imateriais reconhecidos ou inventariados.
 - V - Capacitação e fortalecimento institucional** - contempla ações de formação e capacitação de agentes para gestão da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, incluindo apoio a instituições e centros de formação públicos ou privados, voltados para o desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais.

A salvaguarda desenvolvida pelo Estado brasileiro também tem como fundamento a CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA UNESCO de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo 22/2006 e promulgada por meio do Decreto Presidencial 5.753/06.



“Estamos então tratando de bens culturais de um tipo especial, isto é, de processos ou de bens ‘vivos’, cujo repositório é a mente, e cujo principal veículo é o corpo humano. Processos cuja existência depende diretamente dos indivíduos, grupos ou comunidades que são seus detentores ou portadores – e, com isso, qualquer possibilidade de fruição, de acesso ou de uso. A salvaguarda nesse campo deve, portanto, estar mais orientada para a valorização do ser humano e para o registro do seu saber do que para a preservação ou valorização de objetos e produtos”

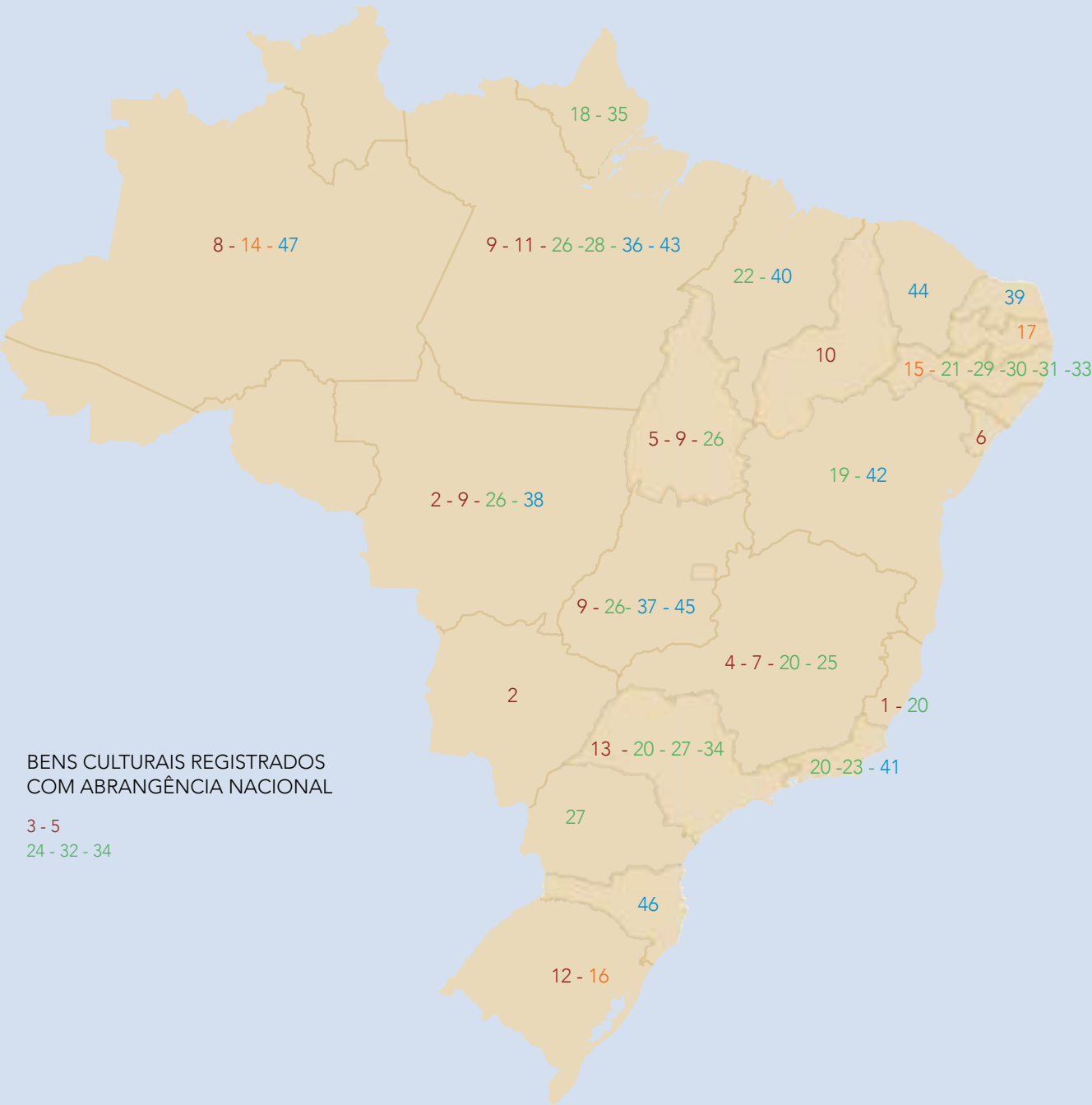
(Sant’Anna, Marcia. In: *Registro e Políticas de Salvaguarda para as culturas populares*. IPHAN, CNFCP: 2005, 7).

Com esta perspectiva, todo o trabalho desenvolvido pelo Iphan tem como fundamento a participação, o diálogo, o consenso e o incentivo ao protagonismo dos detentores dos bens culturais registrados na gestão de seu patrimônio.

A responsabilidade do Iphan em relação aos bens registrados é sua DOCUMENTAÇÃO, como forma de preservação de conhecimento e sua AMPLA DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO (Art. 6, Decreto 3.551/00).

Para assegurar essas realizações o Iphan atua em diálogo direto e constante com os detentores dos bens registrados, respeitando seus contextos socioculturais, políticos e ambientais para o planejamento, a elaboração e a execução das ações de salvaguarda.

Até novembro de 2018 foram registrados 47 bens culturais:



LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES

- 1 Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
- 2 Modo de Fazer Viola-de-cocho
- 3 Ofício das Baianas de Acarajé
- 4 Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre
- 5 Ofício dos Mestres de Capoeira
- 6 Modo de Fazer Renda Irlandesa
- 7 Ofício de Sineiro em Minas Gerais
- 8 Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
- 9 Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas *Karajá*
- 10 Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí
- 11 Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas
- 12 Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu)
- 13 Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira

LIVRO DE REGISTRO DOS LUGARES

- 14 Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
- 15 Feira de Caruaru
- 16 Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani**
- 17 Feira de Campina Grande

LIVRO DE REGISTRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO

- 18 Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi**
- 19 Samba de Roda do Recôncavo Baiano*
- 20 Jongo no Sudeste
- 21 Frevo*
- 22 Tambor de Crioula do Maranhão
- 23 Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo
- 24 Roda de Capoeira*
- 25 Toque dos Sinos em Minas Gerais
- 26 Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo *Karajá*
- 27 Fandango Caiçara
- 28 Carimbó
- 29 Cavalo-Marinho
- 30 Maracatu de Baque Solto
- 31 Maracatu Nação
- 32 Teatro de Bonecos Popular do Nordeste
- 33 Caboclinho
- 34 Literatura de Cordel
- 35 Marabaixo

LIVRO DE REGISTRO DAS CELEBRAÇÕES

- 36 Círio de Nossa Senhora de Nazaré*
- 37 Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis
- 38 Ritual Yaokwa do Povo Indígena *Enawene Nawe*
- 39 Festa de Sant’Ana de Caicó
- 40 Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão
- 41 Festa do Divino Espírito Santo de Paraty
- 42 Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
- 43 Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó
- 44 Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha
- 45 Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade
- 46 Procissão Nosso Senhor dos Passos em Florianópolis
- 47 Complexo Cultural dos Bois-Bumbás do Médio Amazonas e de Parintins

* Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco)
** Patrimônio Cultural do MERCOSUL

A GESTÃO DOS PROCESSOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS

ENTRE OS ANOS 2008 E 2014, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), por meio da então Gerência de Apoio e Fomento, posteriormente Coordenação-Geral de Salvaguarda e, atualmente, Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade, realizou uma série de atividades para o desenvolvimento de diretrizes operacionais para a elaboração de ações de salvaguarda, bem como procedimentos para o monitoramento e avaliação dessas ações. Foram realizadas reuniões ampliadas, encontros, reuniões técnicas e uma série de análises sobre os contextos dos bens culturais no período pós-reconhecimento como forma de estabelecer parâmetros para a definição de critérios para a atuação institucional.

A Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS/DPI) em conjunto com as Superintendências do Iphan nos 26 estados e no DF, são responsáveis por, em conjunto com os detentores de bens registrados e demais parceiros, desenvolver os processos de salvaguarda para cada bem reconhecido.

Cada bem cultural registrado é produzido e reproduzido em territórios específicos e diferenciados. A identificação desses territórios inicia-se na fase de pesquisa para o registro e, com sua conclusão, temos a denominada abrangência do bem cultural, ou seja, o(s) território(s) no(s) qual(is) o bem cultural é praticado. A abrangência do bem é constantemente atualizada, tanto por meio de novas pesquisas de identificação no âmbito do apoio e fomento e, inclusive, em levantamentos realizados no contexto de licenciamentos ambientais.

As possibilidades de abrangência são variadas:

Abrangência **Local** – quando o bem cultural é praticado em um local particular, como, por exemplo: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, realizado em um bairro de uma cidade (Goiabeiras é um bairro de Vitória no Espírito Santo); a Arte *Kusiwa*, expressão cultural de um povo indígena com a prática restrita à Terra Indígena; ou, o Modo de Fazer Renda Irlandesa em Divina Pastora, com ocorrência em alguns municípios de Sergipe.

Abrangência **Estadual** – quando o bem cultural é praticado de maneira difusa em todo o estado, como o Tambor de Crioula do Maranhão.

Abrangência **Regional** – quando o bem cultural é praticado de maneira difusa em mais de um estado, como o Jongo no Sudeste (abrange os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) e o Fandango Caiçara (abrange regiões dos estados de São Paulo e Paraná).

Abrangência **Nacional** – quando o bem cultural é praticado de forma difusa em todo o território nacional, como a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira.

Entende-se por processo de salvaguarda o cenário sociopolítico conformado por detentores, Iphan e parceiros para a reflexão sobre os contextos nos quais os bens culturais estão inseridos com o objetivo de propor e realizar ações de salvaguarda para sua promoção e apoio à sustentabilidade cultural.

A depender da abrangência do bem registrado e da auto-organização de seus detentores será instaurado um ou mais processos de salvaguarda.

Os processos de salvaguarda estão orientados por uma perspectiva inclusiva e de permanente ampliação do alcance da política pública junto aos detentores do bem registrado. Esses processos são conduzidos ou acompanhados diretamente pelas unidades descentralizadas do Iphan de acordo com suas áreas de jurisdição.

Portanto, o estabelecimento do cenário para o desenvolvimento das ações de salvaguarda leva em consideração, especialmente, três aspectos:

- i) A abrangência do bem registrado (local, estadual, regional ou nacional);
- ii) A forma de auto-organização dos detentores, grupos e segmentos do bem cultural, e;
- iii) As estratégias para assegurar a ampla participação efetiva dos detentores, grupos, segmentos e parceiros envolvidos nas ações e atividades fomentadas pelo Iphan.

De acordo com as especificidades dos processos de salva-

guarda iniciados até o momento, a Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade do Departamento de Patrimônio Imaterial classifica e quantifica os processos de salvaguarda para cada bem registrado conforme os seguintes critérios:

1. Por **município** (circunscrição territorial do município)
2. Por **região cultural** (considera-se um conjunto de municípios ou territórios; as regiões podem ser dadas a partir de definições preestabelecidas, como por exemplo as divisões geopolíticas de mesorregião e microrregião; por divisão administrativa estabelecida pela organização do estado, ou com base em limites determinados por outras políticas públicas, e, ainda, pela atuação da Superintendência Estadual do Iphan, dentre outras possibilidades de conjuntos de espacialidades)
3. Por **território indígena** (territórios indígenas demarcados ou não)
4. Por **segmento cultural** (considera-se um conjunto de modalidades diversas do bem cultural, ou de identidades culturais distintas, dentre outros aspectos diferenciadores, neste caso, a conformação do processo de salvaguarda está relacionada, sobretudo, com aspectos específicos inerentes ao bem cultural e dos detentores e não necessariamente com o território de ocorrência)

Em 2018, com 47 bens registrados, o Iphan tem aproximadamente 403 processos de salvaguarda de bens registrados em curso. Essa leitura dos processos de salvaguarda contribui para a estruturação das estratégias de diálogo entre Iphan e os grupos e segmentos envolvidos na salvaguarda, para uma compreensão mais aproximada da dinâmica de cada um desses processos no território nacional e para um melhor dimensionamento da ação Estatal com relação à promoção e proteção dessas práticas culturais.

Adiante será apresentado infográfico contendo os processos de salvaguarda iniciados até o presente momento. Importante observar que embora a classificação dos processos tenha sido estabelecida pelo Iphan, são os próprios detentores que apontam quais seriam as melhores conformações para o desenvolvimento da salvaguarda.

REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS E AÇÕES DE SALVAGUARDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Em 2010 e 2012, foram realizadas, em São Luís do Maranhão e em Brasília, respectivamente, a I e a II Reunião de Avaliação dos Planos e Ações de Salvaguarda como Patrimônio Cultural do Brasil. Participaram detentores de todos os bens registrados assim como servidores do Iphan, do Departamento de Patrimônio Imaterial e das unidades estaduais.

Os objetivos das reuniões foram:

- Promover o intercâmbio de experiências entre os detentores e técnicos do Iphan;
- Escutar as variadas percepções sobre os processos de salvaguarda desenvolvidos;
- Levantar subsídios para o aprimoramento das diretrizes de atuação; e,
- Pactuar procedimentos de trabalho adequados tanto à realidade dos detentores como às competências do Iphan.

As apresentações realizadas pelos detentores, a respeito de seus contextos histórico-sociais particulares, assim como os debates produzidos, contribuíram para o aperfeiçoamento colaborativo dos procedimentos empregados pela política de salvaguarda e, inclusive, no que se refere às políticas públicas de forma mais ampla.

Os temas variaram desde o sentido da política patrimonial de salvaguarda, a debates sobre discriminação racial; defesa de territórios culturais; religião e patrimônio; representatividade de coletivos perante o Estado, visando a gestão compartilhada; a cultura institucional do Iphan e de outros órgãos patrimoniais diante da “novidade” do imaterial, dentre outros. Temas estes que marcaram (e ainda marcam) os debates sobre os alcances e os limites de atuação dessa política patrimonial.



II REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL. BRASÍLIA-DF.
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2012.

As apresentações dos detentores também colocaram em pauta questões referentes a outras políticas públicas que, de forma direta ou indireta, afetam os bens registrados e demandam dos agentes envolvidos em sua salvaguarda uma forte capacidade de articulação política e interinstitucional.

Essas constatações empíricas apoiaram o fundamento de que a preservação patrimonial não é responsabilidade isolada de órgãos patrimoniais. É dever do Estado em seus diferentes níveis (União, estados e municípios) atuar por meio da associação de políticas de diversas áreas e esferas públicos. O Iphan tem proporcionado, por meio de ações e articulação, a atuação conjunta entre esses diferentes níveis, bem como incentivado a construção e a formulação de legislação e políticas públicas voltadas para o campo patrimonial.

1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL.

À ESQUERDA
REPRESENTANTES DA CACHOEIRA DE IAUARETÊ.

À DIREITA
REPRESENTANTES DO TAMBOR DE CRIOLA.

ABAIXO
LIDERENÇAS JONGUEIRAS DO SUDESTE.

SÃO LUÍS -MA
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2010.



REUNIÕES TÉCNICAS DE ALINHAMENTO 2013-2015

Ao longo dos anos subsequentes, em cada processo de salvaguarda, sempre a partir das estratégias localmente desenvolvidas de forma dialógica entre os vários atores mobilizados (detentores, associações, agentes públicos, instituições não-governamentais e governamentais), as ações de salvaguarda desenvolveram-se em um espaço de permanente avaliação e reavaliação para viabilizar a recondução das diretrizes adotadas e das prioridades elencadas, de modo a adequá-las aos cenários de cada momento.

Espírito cooperativo, capacidade de escuta e fomento ao diálogo são elementos permanentemente incentivados e trabalhados em cada um desses processos.

Uma das consequências do incentivo à participação social é a conformação de relevante capital intelectual no Iphan, pois, os servidores envolvidos com esse campo têm desenvolvido percepções bastante densas acerca de cada um desses contextos. Assim, no triênio 2013-2015, foram realizadas 5 reuniões técnicas de alinhamento, com participação de técnicos e superintendentes. Essas reuniões retomaram, aprofundaram e ampliaram questões tratadas nas Reuniões de Avaliação dos Planos e Ações de Salvaguarda.

As reuniões de alinhamento técnico foram realizadas de acordo com as categorias dos Livros de Registro ou devido a especificidades temáticas, como no caso dos bens culturais registrados de povos indígenas e daqueles relacionados à capoeira. Essa estratégia possibilitou congregiar questões comuns e comparar desafios semelhantes presentes em diferentes contextos dos bens culturais. E, nesse sentido, apontou para o aperfeiçoamento das orientações para a salvaguarda de bens registrados.



TEMAS GERAIS ABORDADOS NAS REUNIÕES DE ALINHAMENTO 2013-2015

- ▶ Influências das especificidades de cada registro no processo de salvaguarda (grau e formas de envolvimento dos detentores com o processo de reconhecimento).
- ▶ Grau de mobilização e articulação dos diferentes agentes em torno da salvaguarda: Iphan; gestores estaduais e municipais; detentores e demais parceiros (ONG's, universidades, associações).
- ▶ Condições de apropriação da lógica de funcionamento do Estado por parte dos detentores.
- ▶ Apropriação por parte dos gestores públicos do universo cultural e relacional das comunidades detentoras de bens registrados.
- ▶ Questões e conflitos internos às comunidades detentoras.
- ▶ Organização das instâncias coletivas de gestão da salvaguarda e a inviabilidade de construção de um modelo único para todos os detentores, grupos e segmentos de bens registrados.
- ▶ Desafios para a construção de parcerias após o registro.
- ▶ O papel do Iphan na promoção da autonomia dos detentores em relação às políticas públicas de modo geral.
- ▶ Articulação interinstitucional do Iphan para a gestão da salvaguarda dos bens registrados.

TEMAS ESPECÍFICOS ABORDADOS NA REUNIÃO DE ALINHAMENTO SOBRE A SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS NO LIVRO DOS SABERES

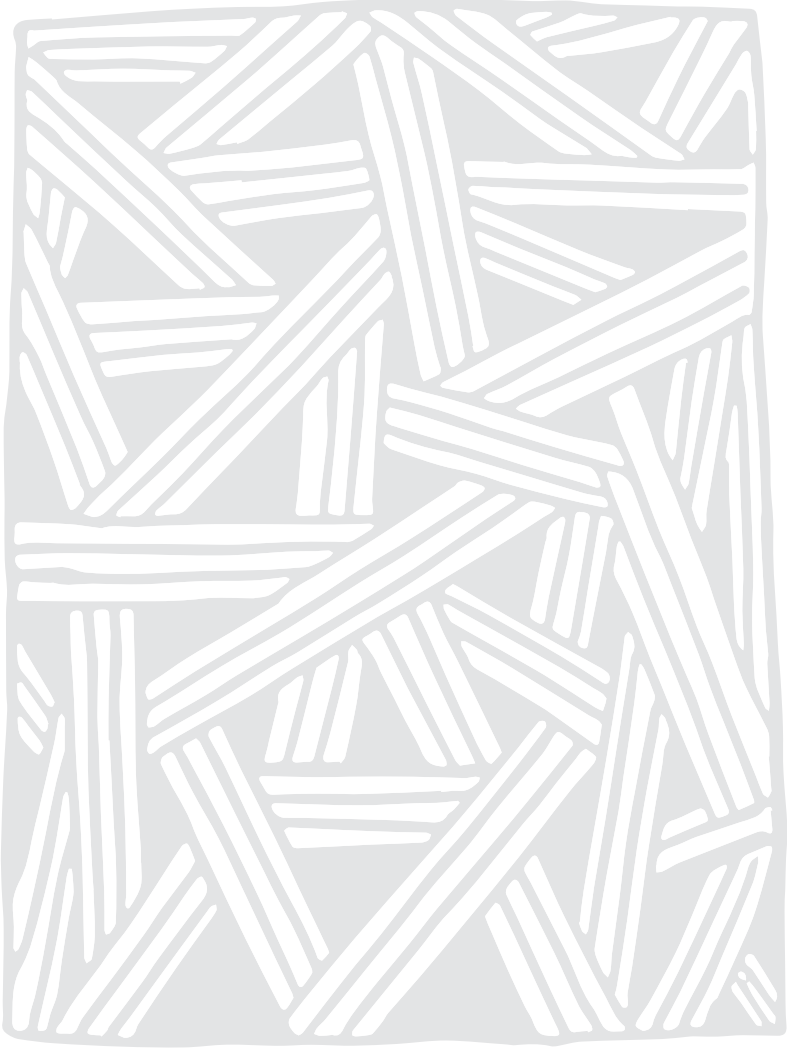
- ▶ A compreensão pelos detentores da categoria "ofício" enquanto profissão e os debates que envolvem a regulamentação das profissões e aposentadoria.
- ▶ As modificações nos modos de fazer tradicionais por imposição de normativas ou decisões de outros órgãos públicos que exigem adequações nas produções para a autorização da comercialização do produto .
- ▶ Patrimônio e Mercado: impactos da mercantilização, alcances e limites da política patrimonial.
- ▶ Registro e Indicação Geográfica (IG). Diferenças e efeitos gerados por cada instrumento e outras formas de proteção associadas a reserva de mercado e similares.

TEMAS ESPECÍFICOS ABORDADOS NA REUNIÃO DE ALINHAMENTO SOBRE A SALVAGUARDA DA RODA DE CAPOEIRA E DO OFÍCIO DOS MESTRES DE CAPOEIRA

- ▶ O caráter nacional dos registros da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira.
- ▶ Histórico do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró Capoeira.
- ▶ Cadastro Nacional da Capoeira e ações de mapeamento.
- ▶ Projetos de lei relacionados à regulamentação da profissão da capoeira.
- ▶ Informe sobre Plano Nacional de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e sobre Candidatura da Roda de Capoeira à Patrimônio da Humanidade.
- ▶ Apresentações detalhada sobre processos de salvaguarda da Capoeira em implementação à época (BA, MG, PR, RJ, MT, MS, PE e PA).
- ▶ Informes sobre a salvaguarda da capoeira em cada estado.

Com a participação de técnicos, consultores e superintendentes, esse ciclo de reuniões mobilizou unidades descentralizadas do Iphan de todas as regiões do país e possibilitou estabelecer, de forma colaborativa, as condições básicas para a atuação do Iphan no que se refere, especificamente, à salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil

Este ciclo de reuniões culminou na publicação da **Portaria 299**, de 17 de julho de 2015, a qual aprova o **Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados** que disciplina a gestão da salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil (anexada).



PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE

COM A PUBLICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA o Iphan passou, então, a contar com a definição institucional de suas possibilidades de atuação, ancoradas na Constituição Federal de 1988, na Convenção de 2003 da Unesco e no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

O Iphan tem trabalhado a partir de quatro eixos de ação. Cada eixo reúne um conjunto de tipos de ação que podem ser desenvolvidas simultaneamente.



EIXOS E TIPOS DE AÇÃO

DE SALVAGUARDA

EIXO 1

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA

- Mobilização e Articulação de comunidades e grupos detentores
- Articulação Institucional e Política Integrada
- Pesquisas, Mapeamentos e Inventários Participativos

EIXO 2

GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE SALVAGUARDA

- Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda
- Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais

EIXO 3

DIFUSÃO E VALORIZAÇÃO

- Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem Registrado
- Difusão sobre o universo cultural do bem Registrado
- Ampliação de mercado (ação para bens culturais cuja relação com o mercado é estruturante do universo cultural em questão)
- Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda
- Ação Educativa para diferentes públicos

EIXO 4

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL

- Transmissão de saberes relativos ao bem Registrado
- Apoio às condições materiais de produção do bem cultural Registrado
- Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência
- Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos
- Medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ao bem cultural Registrado

Cabe destacar o apoio à implantação dos Centros de Referência, ação referente ao eixo Produção e Reprodução Cultural (Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência). A proposição da constituição de Centros de Referência, presente desde os primeiros bens registrados, teve sua concretização potencializada por parceria institucional, em 2007, com o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, para a instalação de Pontões e Pontos de Cultura articulados aos planos de salvaguarda.

SAMBA MIRIM DA VOVÓ SINHÁ DE SAUBARA. CASA DO SAMBA DE RODA, SOLAR SUBAÉ, SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO-BA.
FOTO: REINILSON DO ROSÁRIO, 2015.



MAQUETE DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E FORMAÇÃO WAJÁPI INAUGURADO EM 2009. ARAMIRÁ, TERRA INDÍGENA WAJÁPI-AP.
FOTO: SILVIA CUNHA, 2009.

Os Pontões de Cultura de Bens Registrados se constituíram, então, como centros de referência para mobilizar e produzir interlocução dos segmentos sociais envolvidos com o bem registrado, assim como, abrigar acervos do bem cultural, realizar ações de salvaguarda e ser espaço de fruição e difusão.

Entre 2007 e 2011, por meio de parcerias locais, doze Centros de Referência de Bens Registrados receberam recursos do Programa Cultura Viva.

CENTROS DE REFERÊNCIA APOIADOS



Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu

Gestor: Fundação Euclides da Cunha
de Apoio Institucional / Universidade
Federal Fluminense (UFF)



Pontão de Cultura Casa do Samba (Centro de Referência do Samba de Roda do Recôncavo Baiano)

Gestor: Associação de Sambadores e
Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA)



Memorial da Baiana de Acarajé (Centro de Referência do Ofício das Baianas de Acarajé)

Gestor: Associação das Baianas de Acarajé,
Mingau, Receptivos e Similares do Estado
da Bahia (ABAM)



Museu do Círio: Pontão de Cultura Acorda! (Centro de Referência do Círio de Nossa Senhora de Nazaré)

Gestor: Secretaria de Estado de Cultura do
Pará



Centro de Referências Culturais do Rio Negro (Centro de Referência da Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri)

Gestor: Federação das Organizações
Indígenas do Rio Negro (FOIRN)



Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Centro de Referência da Arte *Kusiwa* – Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi*)

Gestor: Instituto de Pesquisa e Formação
em Educação Indígena (IEPÉ)

PELO PROGRAMA CULTURA VIVA (2007-2011)



**Casa Cuiabana: Pontão de Cultura da
Viola-de-Cocho em Cuiabá (Centro de
Referência do Modo de Fazer Viola-de-
Cocho).** Gestores: Secretaria de Estado
e Cultura de Mato Grosso e Federação
Mato-Grossense das Associações e Grupos
de Cururu e Siriri



Ponto de Cultura da Viola-de-Cocho em Corumbá

Gestor: Fundação de Cultura e Turismo
do Pantanal da Prefeitura Municipal de
Corumbá (MS)



Museu do Samba (Centro de Referência das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo)

Gestor: Centro Cultural Cartola



Casa da Cultura José Condé - Pontão de Cultura da Feira de Caruaru

Gestor: Fundação de Cultura da
Prefeitura Municipal de Caruaru



Pontão de Cultura do Frevo para constituição do Comitê Gestor da Salvaguarda

Gestor: Prefeitura Municipal da Cidade do
Recife (PE)



Casa do Tambor de Crioula: Centro de Referência do Tambor de Crioula no Maranhão

Gestor: Secretaria de Cultura e Turismo do
Estado do Maranhão (SECTUR)

Outros centros de referência foram implantados ao longo dos anos por meio de parcerias diversas e também desenvolvem atividades permanentes de promoção e difusão de bens culturais registrados:



Fazenda Roseira - Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste
Gestor: Comunidade do Jongo Dito
Ribeiro
Campinas (SP)



Paço do Frevo
Gestor: Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE)



Museu Queijo Canastra (Centro de Referência Regional do Modo Artesal de Fazer Queijo de Minas)
Gestor: Prefeitura de Medeiros (MG)

GESTÃO PARTICIPATIVA

A partir das recomendações de salvaguarda propostas no dossiê de registro do bem cultural, o Iphan, em conjunto com os detentores e demais parceiros, conformarão um espaço para discussão, elaboração, planejamento e execução de ações de salvaguarda com um ou mais **Coletivos Deliberativos**. Cada coletivo definirá seu modo de funcionamento e quais instâncias são legítimas para integrá-lo.

Cabe esclarecer que o Livro no qual o bem cultural está inscrito não é determinante do escopo de sua salvaguarda. Isto é, diversos bens inscritos no Livro das Formas de Expressão, por exemplo, possuem ações direcionadas aos Saberes. No campo do patrimônio imaterial é fundamental observar o universo sociocultural no qual o bem está inserido e as ações de salvaguarda podem permear todas as dimensões associadas a estes bens (lugares, saberes, formas de expressão e celebrações).

Por meio do Coletivo Deliberativo as ações de salvaguarda são elaboradas e priorizadas. A elaboração de ações articuladas em torno dos objetivos previamente definidos, como proposição de ações de curto, médio e longo prazos, conforma o denominado **Plano de Salvaguarda**.

Apesar de possuírem parâmetros gerais, os Planos são maleáveis o suficiente para comportarem as especificidades de cada contexto onde serão desenvolvidos.

Nem todos os processos de salvaguarda possuem um plano de salvaguarda estruturado com ações de curto, médio e longo-prazo. Entretanto, em todos os processos de salvaguarda apresentados nessa publicação, houve a articulação de diferentes atores e segmentos envolvidos com o bem registrado para que fossem delineadas as estratégias de ação e as atividades que viriam a ser promovidas ou realizadas pelo Iphan ao longo dos anos.



PARA MAIS INFORMAÇÕES VER:
Salvaguarda de Bens Culturais Registrados – Patrimônio Cultural do Brasil. Série Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, vol. 2, 2017. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo_4_cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo_4_cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados(1).pdf)

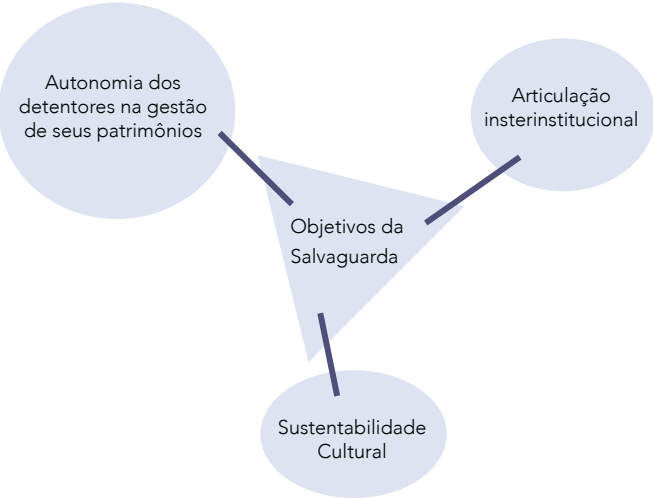
O Iphan pode investir, anualmente, recursos orçamentários nos processos de salvaguarda de acordo com as condições e possibilidades do contexto dos bens culturais e da própria administração pública federal. Não há um limite orçamentário pré-definido e são considerados diversos fatores para sua disponibilização: os arranjos locais, a rede de atores mobilizados em prol da salvaguarda do bem cultural, as prioridades definidas de forma participativa junto aos detentores, as possibilidades orçamentárias e a capacidade de execução do Iphan e dos parceiros envolvidos (instituições públicas e privadas).

Em paralelo, há ações que não demandam o investimento de recursos financeiros. Sua realização requer apenas recursos físicos e humanos do Iphan ou de parceiros envolvidos na execução do projeto ou atividade.

Esse tipo de ação, no jargão da administração pública, é denominada como “não-orçamentária”, justamente, por não demandar recursos do orçamento público aprovado anualmente pelo Congresso Nacional.

Diversas ações não-orçamentárias são de extrema relevância para a proteção dos patrimônios culturais, como, por exemplo, eventuais mediações institucionais em defesa dos direitos culturais de comunidades de detentores de bens registrados. São atividades que demandam a dedicação de técnicos, superintendentes, procuradores federais e outros agentes públicos que atuam no campo do patrimônio cultural, mas que não necessariamente requerem recursos financeiros para o alcance de resultados efetivos. O seu investimento se traduz no custo de manutenção dos órgãos públicos.

Os objetivos da salvaguarda para bens registrados estão situados em três pontos principais:



O incentivo e apoio à autonomia dos detentores na gestão de seus patrimônios tem relação com o fortalecimento e/ou desenvolvimento das capacidades locais para o diálogo com diferentes órgãos públicos, acesso à políticas públicas variadas, conhecimento sobre seus direitos e deveres enquanto portadores de um patrimônio cultural.

A articulação interinstitucional está voltada para a conformação de um conjunto de políticas, programas e projetos que atuem de modo sistêmico para o apoio às condições de produção e reprodução do bem cultural.

Por fim, a sustentabilidade cultural é almejada quando as condições de produção e reprodução do bem cultural estão asseguradas, ou seja, este não está em situação de ameaça ou com dificuldades na transmissão dos saberes ou na sua realização.

Essas três dimensões, quando bem desenvolvidas pelos detentores, grupos e segmentos, são fatores que asseguram a continuidade do patrimônio cultural de natureza imaterial.

Quando um processo de salvaguarda alcança ou se aproxima dos objetivos da política, espera-se que a participação ativa dos detentores nos processos estatais de tomada de decisão e na condução da salvaguarda do bem esteja consolidada e que uma rede de cooperação esteja conformada em torno da promoção do bem cultural.

Consequentemente, ações diretas do Iphan relacionadas à sustentabilidade da prática cultural e da sua salvaguarda serão menos demandadas, cabendo a permanente obrigação legal do Estado brasileiro de atuar em prol da proteção desses patrimônios culturais em situações de ameaça ou risco à sua continuidade.

A expectativa é a de uma evolução contínua perante a sustentabilidade do bem cultural. Entretanto, processos de salvaguarda bem consolidados, com planos estruturados, podem, eventualmente, ter essa condição alterada em função de condições conjunturais adversas. Em qualquer situação, o compromisso do Iphan, órgão federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, com os bens registrados é permanente.

A presente publicação apresenta as principais ações de salvaguarda desenvolvidas para os bens registrados no período de 2002 a 2018 e estão classificadas de acordo com os quatro eixos de atuação da política de salvaguarda. No ano de 2018, seis bens culturais foram inscritos nos Livros de Registro do Iphan, contudo, uma vez que os respectivos processos de salvaguarda estão em fase inicial de implantação, os dados sobre as ações de salvaguarda desses patrimônios não foram aqui compilados.

As informações reunidas foram coletadas por meio de procedimento experimental de monitoramento das ações de salvaguarda desenvolvidas no país. A promoção e proteção dos bens registrados a partir da abordagem inclusiva e participativa, conforme explicitado, implica em desafios constantes à implantação de um sistema de monitoramento e avaliação capaz de fornecer resultados confiáveis e utilizáveis na fundamentação de decisões e na prestação de contas à sociedade.

Para os próximos anos, dar maior transparência e visibilidade a essas ações e às redes de salvaguarda atuantes em todo Brasil impõe-se como necessidade premente ao aperfeiçoamento contínuo da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Boa leitura e que os conteúdos aqui apresentados inspirem a participação direta de todos na promoção dos nossos patrimônios culturais!

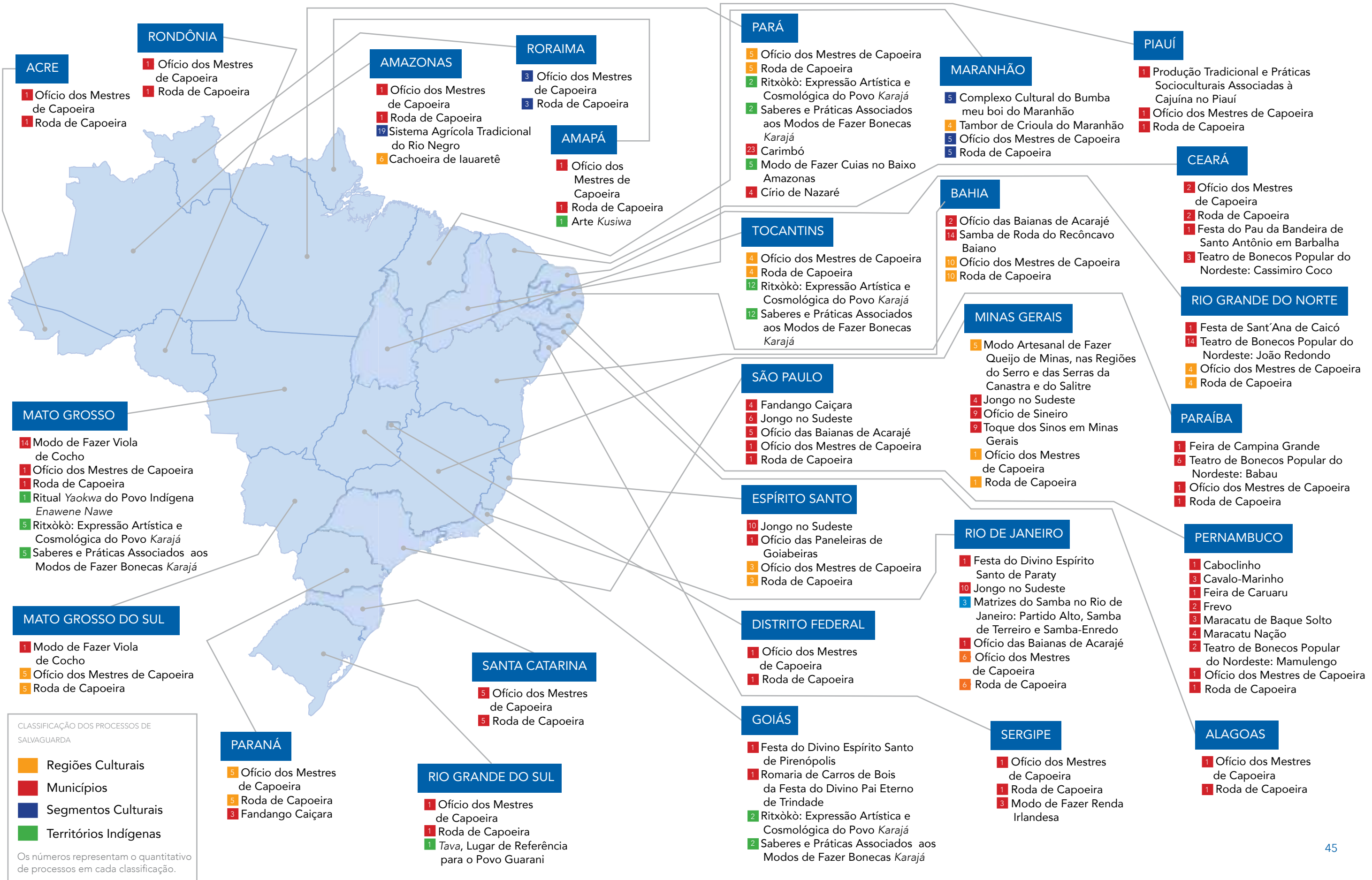
Rívia Ryker Bandeira de Alencar
Coordenadora-Geral de Promoção e Sustentabilidade

Natália Guerra Brayner
Coordenadora de Apoio aos Bens Registrados

Ellen Christina Ribeiro Krohn
Coordenadora de Monitoramento e
Avaliação da Salvaguarda



DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS
DE SALVAGUARDA NO BRASIL
2018





AÇÕES DE SALVAGUARDA
PARA BENS REGISTRADOS
2002 - 2018



ARTE *KUSIWA* – Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi*

Abrangência

Terra Indígena *Wajãpi*
Pedra Branca do Amapari
Amapá

Registro

11/12/2002

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponentes

Conselho das Aldeias *Wajãpi* (Apina)
Museu do Índio (Funai)

Centro de Referência

Centro de Formação e
Documentação *Wajãpi* (CFDW)
Posto Aramirã
Terra Indígena *Wajãpi*, Amapá

Coletivo Deliberativo

Conselho Consultivo do Plano de
Ação *Wajãpi*

PRIMEIRO BEM CULTURAL registrado no Livro das Formas de Expressão, a Arte *Kusiwa* “é uma técnica de pintura e arte gráfica associada à oralidade, própria dos *Wajãpi* que vivem no oeste do estado do Amapá. Os grafismos podem ter como suporte o corpo humano, mas também os cestos, cuias, tecelagem, bordunas e objetos de madeira. Os padrões *Kusiwa* representam animais, partes do corpo ou objetos e estão carregados de significados e simbolismo relacionados à cosmovisão do grupo. Constituem assim, um sistema de comunicação” (Iphan, Dossiês Iphan, vol. 2, 2ª ed. 2008, p.11).

Em 2003 a Arte *Kusiwa* passou a integrar a lista de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da Unesco, e, em 2008, foi recepcionada na Lista de Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da mesma organização.

As ações de salvaguarda desenvolvidas pelos *Wajãpi* compõem o “Plano Integrado de valorização dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento socioambiental da comunidade *Wajãpi* do Amapá”, cujo foco não está direcionado apenas à valorização da arte gráfica, mas todo sistema cultural oral e imaterial, como, entre outros, a cosmologia.

O plano se desdobra em duas frentes distintas de atuação, conduzidas de modo simultâneo e complementar: a primeira se direciona para ações de conscientização dos não-índios, visando minimizar o preconceito contra os povos indígenas; a segunda, para a valorização da cultura nas próprias comunidades, especialmente junto aos jovens.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas, possibilitadas pela assinatura de seis convênios celebrados com o Instituto de Pesquisa Indígena (Iepé) e executados em conjunto com o Conselho das Aldeias *Wajãpi* (Apina) entre os anos de 2004 e 2011.

PÁGINA AO LADO

PADRÃO KUSIWARÃ EM PINTURA CORPORAL
TERRA INDÍGENA WAJÃPI-AP.
FOTO: ERIC BROCHU, 2014.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2004. Realização do *I Encontro de pesquisadores Wajãpi*, realizado com apoio do Iphan e do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-Usp); e *Oficina de Arte Gráfica e Verbal* na Terra Indígena (TI) *Wajãpi*.

2004- 2013. Elaboração de projeto pedagógico de formação de pesquisadores *Wajãpi*, envolvendo o acompanhamento pedagógico, nas aldeias da TI *Wajãpi*, dos pesquisadores indígenas responsáveis pelo registro da arte *Kusiwa* e saberes associados. Capacitação de jovens *Wajãpi* para desenvolver pesquisas, registros e inventário das manifestações culturais de seu próprio povo, com destaque para as formas de expressão gráfica e oral. A formação de pesquisadores abordou temas como lógica da pesquisa, história das ideias, sociologia, antropologia, economia e política, sempre direcionados à conformação de uma perspectiva comparativa dos universos *Wajãpi* e dos não-indígenas. Foram trabalhados temas como língua e escrita, o papel da oralidade na sociedade *Wajãpi*, aspectos de cosmologia *Wajãpi*, a função social da arte e da pesquisa, modalidades de produção e transmissão dos conhecimentos, informática e diagramação de textos, e, em atendimento à demanda dos jovens, a função da educação e as distinções entre formação, educação e certificação profissional.

2005. Realização do *Seminário Experiências Indígenas em Gestão e Pesquisa de Patrimônios Culturais no Amapá e Norte do Pará*, com o objetivo de sensibilizar e capacitar professores e pesquisadores indígenas e agentes que atuam em áreas indígenas, particularmente entre os *Wajãpi*.

2009-2012. Aquisição de equipamentos e realização de oficina de filmagem para documentaristas *Wajãpi*. Em 2011, foi produzido o longa-metragem *Pakuwasu moraita: documentário da Festa do Pakuwasu*, na comunidade indígena da aldeia Yvyaretã, TI *Wajãpi* (Amapá), dirigido por pesquisadores e cinegrafistas *Wajãpi* que participaram de um programa de atividades do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial *Wajãpi*.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E FORMAÇÃO WAJÃPI.
ALDEIA JAKARE, TERRA INDÍGENA WAJÃPI-AP.
FOTO: ERIC BROCHU, 2014.





PADRÃO KUSIWARÃ EM PINTURA CORPORAL.
ARAMIRÃ, TERRA ÍNDIGENA WAJÃPI-AP.
FOTO: ERIC BROCHU, 2014.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2004. Criação do Conselho Consultivo do Plano de Ação *Wajãpi*, formado pelo Conselho das Aldeias *Wajãpi*/Apina, Iphan, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP), Museu do Índio e Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação (NEI/SEED).

Eixo 3. Difusão e Valorização

2004 - 2007. Formação de professores indígenas, responsáveis pela alfabetização das crianças indígenas em sua língua materna, e elaboração de material didático de interesse da comunidade.

2006. Publicação do volume 2 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Wajãpi}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento. A segunda edição do dossiê foi publicada em 2008 com o título *Arte Kusiwa*. (Estas publicações não foram realizadas por meio dos convênios supramencionados).

2006. Organização e realização, na Fortaleza São José de Macapá, de exposição sobre arte gráfica e saberes orais associados.

2007 – 2009. Realização de cursos para multiplicadores em Macapá. O seguinte conteúdo foi ministrado: “História, cultura e atualidades dos povos indígenas no Amapá e norte do Pará”; “Educação intercultural: os povos indígenas e a escola”. O público-alvo foi formado por estudantes universitários da área de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e funcionários da Secretaria de Estado da Educação (SEED), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), Museu Sacaca, e professores da rede pública.

2007. Ciclo de palestras dos *Wajãpi* em escolas de Macapá sobre sua cultura e modo de vida.

2009. Publicação do livro *Kusiwarã*. Redigido por pesquisadores e professores *Wajãpi*, o livro, de conteúdo bilíngue (língua *Wajãpi* e português), apresenta a origem e o uso dos padrões *Kusiwarã* utilizados na pintura corporal e em alguns artefatos. Além de fortalecer a arte gráfica na aldeia, o objetivo da publicação foi explicar para os não-índios a responsabilidade que os *Wajãpi* possuem com a guarda dos padrões e os modos corretos e exclusivos de uso pelo próprio grupo.

2009. Realização no Museu Kuahi de exposição temporária *Memória e Identidade dos Kali’na Tilewuyu – Eles partiram para o país dos brancos (1882 e 1892) e Os Galibi Kali’na Tilewuyu do Brasil (1950-2010)*.

2011. Publicação do livro *Ka’a rewarã*. Elaborado pelos pesquisadores *Wajãpi*, apresenta, em texto bilíngue (língua *Wajãpi* e português), o conteúdo da pesquisa que sistematizou e explicitou os conhecimentos a respeito do *ka’a*, conceito que designa o múltiplo universo de relações do cotidiano *Wajãpi*.

2011. Apoio à publicação de caderno de pesquisa *A Roça e o Kahbe – Produção e Comercialização da Farinha de Mandioca*, cujo conteúdo apresenta depoimentos, textos, desenhos e álbum fotográfico produzidos pela oficina de pesquisa sobre produção e comercialização da farinha de mandioca.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2004. Elaboração de projeto executivo para o Centro de Formação e Documentação *Wajãpi*, instalado na TI, com o objetivo de constituir um espaço que facilite o acesso das comunidades *Wajãpi* aos produtos das pesquisas realizadas e a outros registros de suas manifestações culturais, produzidos e/ou reunidos por pesquisadores vinculados ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP (NHII-USP).

2006. Edição e impressão dos resultados das atividades de pesquisa dos *Wajãpi*: *Cadernos de pesquisa bilíngue* (*Wajãpi* e português); folder *Jane Reko Mokasia – organização social Wajãpi*; brochura *Jane Reko Mokasia – fortalecendo a organização social Wajãpi*; *Caderno de pesquisa n.4 – Jane Reko re jimoe’a – temas desenvolvidos por pesquisadores Wajãpi*.

2007. Instalação de móveis e equipamentos no Centro de Formação e Documentação *Wajãpi* (construído com recursos da Petrobrás), para a constituição de biblioteca e filmoteca.

2007. Estabelecimento, em Macapá, de centro de difusão de informações sobre o patrimônio cultural dos *Wajãpi* e outros povos indígenas, especialmente da região do Amapá e norte do Pará, para atendimento de público em geral, como professores, pesquisadores e estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior.



PESQUISADOR PREPARA “VARAL DE DESENHOS”
EM ATIVIDADE DE FORMAÇÃO. CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E FORMAÇÃO WAJÃPI. ARAMIRÃ,
TERRA INDÍGENA WAJÃPI-AP.
FOTO: ERIC BROCHU, 2014.

2011. Apuração de denúncia de dano ao patrimônio cultural devido à utilização não autorizada de grafismos da Arte *Kusiwa* por terceiros, com a consolidação de Termo de Ajuste de Conduta com o agente causador do dano. Essa ação resultou na instauração de procedimento administrativo extra-judicial aplicável em situações de dano ou ameaça de dano a bem cultural de natureza imaterial registrado (esta atividade não foi realizada no âmbito dos convênios supramencionados). ➡

LINKS DE INTERESSE

Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_wajapi.pdf

Dossiê de Inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco)
<https://ich.unesco.org/en/RL/oral-and-graphic-expressions-of-the-wajapi-00049>

Conselho das Aldeias *Wajãpi*
http://www.apina.org.br/patrimonio_imaterial.html



OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

Abrangência

Goiabeiras
Vitória
Espírito Santo

Registro

21/11/2002

Livro de Registro

Saberes

Proponentes

Associação das Paneleiras de
Goiabeiras
Secretaria Municipal de Cultura de
Vitória (ES)

JUNTAMENTE COM O BEM CULTURAL ARTE *KUSIWA*, o Ofício de Paneleiras de Goiabeiras inaugurou o registro de Patrimônio Cultural do Brasil, com sua inscrição no Livro dos Saberes. As ações de acautelamento visaram reconhecer o saber envolvido na fabricação artesanal de painéis de barro, cuja preparo emprega técnicas tradicionais indígenas e africanas, assim como matérias-primas provenientes do meio natural, jazidas de barro e manguezal. Este ofício, praticado sobretudo por mulheres, em caráter familiar e doméstico, está profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha em Vitória, capital do Espírito Santo.

As ações implementadas pelo Iphan estão direcionadas à melhoria das condições de produção e reprodução do bem cultural, ocorridas sempre por meio de parcerias institucionais e almejando, por exemplo, a valorização das artesãs, a adequação da área e a qualificação ambiental para o desenvolvimento da atividade, o acesso à matéria-prima, a inserção das painéis nos mercados nacional e internacional.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2005. Realização de oficinas de associativismo, por meio de Termo de Parceria firmado com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Central Artesanato Solidário (Arte-Sol). Elaboração de diagnóstico socioeconômico por amostragem de pessoas pertencentes ao grupo de detentores do bem cultural (paneleiras e artesãos que produzem as painéis). Constituição de três comissões integradas por paneleiras para mobilização e acompanhamento de questões relativas à: 1) organização comunitária

PÁGINA AO LADO
QUEIMA DE PAINEL. GOIABEIRAS VELHA,
VITÓRIA-ES.
FOTO: MÁRCIO VIANNA, 2001.

tendo em vista a adequação e a utilização coletiva do espaço do galpão; 2) às matérias-primas de produção das painéis e; 3) questões relacionadas à comercialização das painéis.

2002-2018. Realização de ciclo de reuniões com secretarias municipais da Prefeitura de Vitória (Secretaria de Meio Ambiente – Seman; Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda – SEMTTRE; Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – Sedec). Dentre as ações realizadas com estes parceiros, destacam-se: ações de mitigação pela implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na região do Vale do Mulembá e plano de manejo para extração de barro na Área de Proteção Ambiental (Apa) do Vale.

2014. Apoio à anistia de débitos e obtenção de isenção do pagamento de taxas de ocupação relativas ao terreno onde está situado o Galpão das Painéis junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Esta ocorrência gerou a publicação de Portaria Conjunta SPU/IPHAN nº 214, de 25 de novembro de 2015, que autoriza a concessão de anistia de débitos patrimoniais e de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou de aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2017. Reuniões com a com a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), para elaboração do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Associação das Painéis de Goiabeiras (APG).

Eixo 3. Difusão e Valorização

2004. Realização de exposição *Patrimônio Imaterial Registrado*, no Palácio do Planalto, em Brasília, com a apresentação dos



GALPÃO DAS PANELEIRAS. GOIABEIRAS VELHA, VITÓRIA-ES.
FOTO: EVANDRO ROSA, 2015.



ABAIXO
ALCELI MARIA RODRIGUES TRABALHANDO EM SEU QUINTAL. GOIABEIRAS VELHA, VITÓRIA-ES.
FOTO: SIMONE PIRES, 2015.

PINTURA DE PAINEL COM VASSOURINHA DE MUXINGA. GOIABEIRAS VELHA, VITÓRIA-ES.
FOTO: ACERVO IPHAN, S/D.

bens culturais de natureza imaterial já reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil.

2006. Publicação do volume 3 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Ofício das Painéis de Goiabeiras}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2006. Produção de catálogo de produtos denominado *Painéis de Goiabeiras* e etiqueta indicativa da autenticidade da painela para comercialização.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2002 – 2011. Apoio à requalificação do galpão e à readaptação da área de queima realizada pela prefeitura municipal de Vitória visando à melhoria das condições de produção das painéis de barro.

2002 – 2011. Realização de ciclo de reuniões com entidades de diversas naturezas jurídicas (Artesanato solidário – ArteSol; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Associação de Painéis de Goiabeiras - APG) para elaborar estratégias de inserção diferenciada e ampliação de mercado relativo ao produto, as painéis de barro, vinculado ao Ofício das Painéis de Goiabeiras. As ações executadas promoveram a melhoria das condições de inserção das painéis no mercado consumidor.

2018. Realização de ação educativa, com a instalação de sinalização interpretativa nas ruas do Bairro de Goiabeiras, indicando os locais de produção das painéis nas residências das artesãs e no galpão. ➡

LINK DE INTERESSE

Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_oficio_paneleiras_goiabeiras.pdf



SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO

Abrangência

Recôncavo Baiano

Registro

05/10/2004

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponentes

Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas

Grupo Cultural Filhos de Nagô

Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo

O SAMBA DE RODA BAIANO é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Presente em todo o estado da Bahia, ele é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo, a faixa de terra que se estende em torno da Baía de Todos os Santos.

Seus primeiros registros, já com esse nome e com muitas das características que ainda hoje o identificam, datam dos anos 1860. O samba de roda traz como suporte determinante tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes. Tais tradições incluem, entre outros, o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada comida de azeite.

A herança negro-africana no samba de roda se mesclou de maneira singular a traços culturais trazidos pelos portugueses – como certos instrumentos musicais, viola e pandeiro principalmente – e à própria língua portuguesa nos elementos de suas formas poéticas.

O samba de roda pode ser realizado em associação com o calendário festivo – caso das festas da Boa Morte, em Cachoeira, em agosto, de São Cosme e Damião, em setembro, e de sambas ao final de rituais para caboclos em terreiros de candomblé. Mas ele pode também ser realizado em qualquer momento, como uma diversão coletiva, pelo prazer de sambar.

Essa expressão musical possui inúmeras variantes, que podem ser divididas em dois tipos principais: o samba chula, cujo similar na região de Cachoeira chama-se 'barravento', e o samba corrido. No primeiro, ninguém samba enquanto os cantores principais estão tirando, ou gritando, a chula, nome dado à parte poética deste tipo de samba. Quando esta termina, só uma pessoa de cada vez samba no meio da roda, e apenas ao som dos instrumentos e das palmas, com destaque para o ponteado feito na viola. No samba corrido, o canto alterna-se rapidamente entre um ou dois solistas

PÁGINA AO LADO

SEU ZÉ DE LELINHA (JOSÉ VITÓRIO DOS REIS) E SUA VIOLA MACHETE.

FOTO: LUIZ SANTOS, 2004.

DOSSIÊ IPHAN.

e a resposta coral dos participantes. A dança acontece simultaneamente ao canto, e várias pessoas podem sambar de cada vez. A viola típica da região de Santo Amaro é chamada de machete e tem dimensões reduzidas, sendo pouco maior que um cavaquinho. Na coreografia, o gesto mais típico é o chamado miudinho, feito sobretudo da cintura para baixo. Consiste num quase imperceptível deslizar para frente e para trás dos pés colados ao chão, com a movimentação correspondente dos quadris, num ritmo assimilável ao compasso dito 6/8.

Historiadores da música popular consideram o samba de roda baiano como uma das fontes do samba carioca que, como se sabe, veio a tornar-se, no decorrer do século XX, um símbolo indiscutível de brasilidade. A narrativa de origem do samba carioca remete à migração de negros baianos para o Rio de Janeiro ao final do século XIX, que teriam buscado reproduzir, nos bairros situados entre o canal do Mangue e o cais do porto, seu ambiente cultural de origem, onde a religião, a culinária, as festas e o samba eram partes destacadas. O samba de roda é uma das joias da cultura brasileira, por suas qualidades intrínsecas de beleza, perfeição técnica, humor e poesia, e pelo papel proeminente que vem desempenhando nas próprias definições da identidade nacional” (Certidão de Registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano).

Logo após o registro como Patrimônio Cultural do Brasil, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi proclamado Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, em 2005 e, posteriormente, em 2008, recepcionado na Lista do Patrimônio da Humanidade da Unesco.

O Plano de Salvaguarda elaborado para o samba de roda foi estruturado a partir de quatro linhas de ação: (i) Pesquisa e Documentação, (ii) Reprodução e Transmissão, (iii) Promoção e (iv) Apoio à organização, capacitação e gestão.

Uma das primeiras ações realizadas pelo Iphan consistiu no apoio à constituição da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA). Esta instituição, formada integralmente por sambadores e sambadeiras, foi a principal responsável pela execução do Plano de Salvaguarda, revitalização e fortalecimento do samba de roda por todo o estado. Foram celebrados diversos convênios diretamente com a ASSEBA.

Centros de Referência

Casa do Samba de Roda. Solar Subaé.
Rua do Imperador, 1.
Santo Amaro da Purificação

Casa do Samba Dona Chica do
Pandeiro. Avenida Final de Linha,400.
Distrito da Matinha. Feira de Santana

Casa do Samba Terreiro das
Umburanas. Rua Cid Plácido
dos Santos,122. Centro.
Antônio Cardoso

Casa do Samba Dona Cadú. Mercado
Municipal Alexandre Alves Peixoto.
Maragogipe

Casa do Samba Sambadeira Frazinha.
Rua Boca da Mata,04. Centro. Saubara

Casa do Samba Zé de Lelinha. Rua
Manoel Ezequiel do Amaral,71, São
Francisco do Conde

Casa do Samba Dona Vanjú. Centro
Cultural Filhos de Nagô. Praça 2 de
julho, s/n. São Félix

Casa do Samba Mestre Raimundo.
Avenidas Sebastião, 103. Centro. São
Sebastião do Passé

Casa de Samba Mestre Pedro
Joaquim. Avenida Castelo Branco s/n.
Teodoro Sampaio

Casa do Samba Dona Dalva Damiana.
Rua Ana Néri,19. Cachoeira

Casa do Samba Mestre Celino. Rua
Flavio Godofredo Pacheco Pereira,27.
Terra Nova

Casa do Samba Dr. Deraldo Portela.
Irará

Casa do samba Mestre Domingos
Saul. Rua Teodoro Sampaio, s/n.
Centro. Conceição do Jacuípe

Casa do samba Santa Cruz.
Pelourinho. Salvador

Casa do samba Dona Alvina. Rua Alice
Simões, 71 E. Distrito Pitanga dos Palmares.
Simões Filho

A seguir estão listadas as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2005. Apoio à constituição da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA).

2006. Realização de encontro de sambadores e sambadeiras para decisões acerca da implantação de Centros de Referência do Samba de Roda (“Casa mãe” – centro de referência matriz e “Casas filhas” – centros de referência em vários municípios).

2007. Realização da pesquisa sociocultural *Retrato do Samba de Roda - diagnóstico socioeconômico e cultural das Sambadeiras e Sambadores do Recôncavo*, realizada com cerca de 1.000 sambadores e sambadeiras nas seguintes localidades: Bom Jesus dos Pobres/Saubara, Acupe, São Braz e Vera Cruz/Santo Amaro, São Francisco do Conde, Simões Filho, Cachoeira, Maragogipe, São Felix, Mar Grande, Conceição de Almeida, Conceição de Jacuípe, Amélia Rodrigues, Feira de Santana, Irará, Candeias, São Tiago do Iguape, Gameleira, Antônio Cardoso e Teodoro Sampaio.

2007. Celebração de termo de compromisso entre instituições públicas e privadas para a execução do Plano de Salvaguarda: Prefeitura de Santo Amaro; Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB); Fundação Pedro Calmon; Núcleo Cultural Niger Okan; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Instituto Federal da Bahia (IFBAHIA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequeno Empresas (SEBRAE); Caixa Econômica Federal. As parcerias resultaram em diversas atividades, incluindo ações de intercâmbio cultural, oficinas, palestras, cursos de capacitação, encontros de mestres, exposições e outras.

2009 – 2015. Apoio à realização de diversas atividades no âmbito dos convênios 708656/2009, 752537/2010, 777372/2012*: pesquisa sobre memória e história oral dos mestres do samba de roda; encontros anuais de samba de roda em cada uma das 14 Casas do Samba; realização de assembleias anuais da Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia, com a participação de cerca de 300 pessoas em cada evento; encontros anuais de mestres e mestras do Samba de Roda.

*Números dos convênios no Portal dos Convênios (<http://www.convenios.gov.br>). O Portal disponibiliza consulta a todos os convênios.



2015. Participação da Superintendência Estadual do Iphan na Bahia na cerimônia referente aos dez anos de instituição da ASSEBA, compondo a mesa com o tema “10 Anos de Constituição da Asseba”.

2014 - 2015. Apoio à realização de quatro Intercâmbios Culturais dos Grupos de Samba de Roda Mirins nas cidades baianas de Salvador, Terra Nova, Santiago do Iguape e Saubara, por meio de convênio celebrado com a Associação Chegança dos Marujos Fragata Brasileira de Saubara para a realização do projeto “Sambas de Roda Mirins: preservando a memória do Samba de Roda” (Convênio 811882/2014).

SAMBA MIRIM DE VERA CRUZ.
VERA CRUZ-BA.
FOTO: REINILSON DO ROSÁRIO, 2015.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2004 – 2005. Elaboração do Plano de Salvaguarda do Samba de Roda.

2009. Instituição do Conselho Gestor do Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, formado pela ASSEBA, Superintendência do Iphan no Estado da Bahia e Prefeitura de Santo Amaro.

2009. Assinatura de Termo de Compromisso e Adesão ao Plano de Salvaguarda do samba de roda, envolvendo o Iphan e prefeituras municipais do Recôncavo.

2009-2012. Apoio à realização de oficinas de capacitação para elaboração de projetos, tendo como público alvo detentores do bem cultural. Capacitação dos articuladores da *Rede do Samba*, com a realização de cursos com foco em captação de recursos, elaboração de projetos, auto-gestão e sustentabilidade dos processos, por meio do convênio 752537/2010.

2015. Participação da Superintendência do Iphan na Bahia no Seminário “Saberes do Sagrado: Irmandades do Rosário e o Registro Patrimonial”, compondo a mesa “Políticas para o Patrimônio Imaterial”, com explanações sobre a experiência do Plano de Salvaguarda do Samba de Roda.

DONA CADU (RICARDINA PEREIRA DA SILVA)
SAMBANDO EM COQUEIRO DO PARAGUASSU.
MAROGIPE-BA.
FOTO: LUIZ SANTOS, 2004.
DOSSIÊ IPHAN.



Eixo 3. Difusão e Valorização

2004. Contratação de luthier para a confecção, manufatura, restauração e conserto das duas únicas violas machete localizadas durante a pesquisa para a instrução de registro e que estavam em condições precárias. Todo o processo foi documentado resultando na produção de vídeo e relatório descritivo.

2004. Produção de documentação sobre as oficinas de transmissão de saberes sobre o saber-tocar viola machete com o Mestre Zé de Lelinha (José Vitório dos Reis), produção de vídeo e CD de registro do repertório e técnicas de execução do machete além de registros fotográficos.

2007. Edição e lançamento do CD *Samba de Roda - Patrimônio da Humanidade*.

2007. Apoio à confecção de 1000 cartazes, 1.000 folders e 14 banners para a inauguração da Casa do Samba do Recôncavo Baiano, em Santo Amaro da Purificação.

2007. Apoio à gravação de CDs com dez grupos de Samba de Roda: Conceição do Jacuípe; Suspiro do Iguape; Samba de tocos; Filhos da Barragem; Samba do Rosário; Samba e capoeira Filhos de Cataveiro; Samba Quixabeira da Matinha; Raízes de Acupe; Samba de Maragogó e Raízes de Santo Amaro.

2007. Apoio à produção de vídeo com cobertura da inauguração de Casa do Samba de Santo Amaro.

2007. Apoio à produção de gravação de cinco horas de depoimentos de mestres do samba de roda, com vistas à formação de acervo para preservação da memória do bem cultural.

2007. Apoio à criação do sítio eletrônico da ASSEBA, disponível em <http://www.asseba.com.br>.

2012. Elaboração de peças gráficas para difusão do samba de roda, incluindo cartilha do samba de roda com o passo a passo para a construção da viola machete e folder informativo sobre as Casas do Samba com localização e dados de cada uma.

2015. Publicação da *Cartilha do Samba Mirim: preservando a Memória do Samba de Roda*, que apresenta os dez grupos mirins formados ou fortalecidos pelo projeto “Sambas de Roda Mirins: preservando a memória do Samba de Roda”, realizado por meio de convênio entre o Iphan e a Associação Chegança dos Marujos Fragata Brasileira de Saubara.



SAMBA MIRIM, CASA DO SAMBA DE RODA. SOLAR SUBAÉ, SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO-BA.
FOTO: REINILSON DO ROSÁRIO, 2015.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2004. Realização de oficinas de transmissão de saberes para a revitalização do ‘saber-fazer’ a viola machete e transmissão de conhecimentos a instrumentistas de cordofones, incluindo a documentação das técnicas de execução instrumental e do repertório do machete.

2004. Produção de três violas machete e restauração de duas. Todas as violas foram doadas para a ASSEBA.

2006-2007. Restauração do Solar Subaé, imóvel tombado pelo Iphan, em Santo Amaro da Purificação, destinado à implantação do Centro de Referência do Samba de Roda.

2007 – 2009. Realização do projeto *Casa do Samba – Centro de Referência do Samba de Roda*, por meio de convênio com a Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA), tendo como objeto a instalação de Pontão de Cultura/Centro de Referência para a salvaguarda do Samba de Roda. As atividades realizadas no âmbito desse projeto foram relacionadas sobretudo à estruturação e equipagem do espaço físico da Casa do Samba em Santo Amaro da Purificação (Solar Subaé), com montagem de Centro de Referência e Documentação, auditório, estúdio de gravação, biblioteca e midiateca. Também foram realizadas oficinas para capacitação dos detentores para a gestão participativa do bem cultural e oficinas de transmissão de saberes relacionados à forma de expressão, além de ações de difusão e documentação, como registro de depoimentos de mestres e gravação de grupos. Também foram concedidas premiações para grupos de samba de roda com instrumentos musicais, equipamentos eletrônicos e tecidos para figurinos.

8º ENCONTRO DOS MESTRES E MESTRAS DO SAMBA DE RODA. TEATRO DONA CANÔ, SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO-BA.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2015.





PÁGINA AO LADO
SAMBA DE RODA RAÍZES DE ANGOLA. SÃO
FRANCISCO DO CONDE-BA.
FOTO: LUIZ SANTOS, 2005.
DOSSIÊ IPHAN.

2009 – 2010. Realização do projeto *Pontão de Cultura Samba de Roda – Casa do Samba*, por meio de convênio com a ASSEBA. O objetivo foi dar continuidade ao processo de salvaguarda e valorização do Samba de Roda, promovendo a transmissão de saberes às novas gerações, a documentação e a difusão deste bem cultural. Atividades realizadas: gravação e reprodução de CD's, equipagem do estúdio de gravação da Casa do Samba, aquisição de acervo para o Centro de Referência, estruturação do sítio eletrônico, produção de peças gráficas de divulgação (banners, folders, cartazes, camisetas), apresentações públicas de grupos, realização de pesquisa sobre memória e história oral dos mestres, com gravação de depoimentos, produção de vídeos e material fotográfico, entre outras.

2011 – 2014. Realização do projeto *Rede do Samba de Roda*, por meio da celebração de dois convênios entre o Iphan e a ASSEBA. O objetivo foi promover a criação e manutenção da Rede do Samba, com a criação e estruturação de 14 Casas do Samba, instaladas nas cidades de: Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Saubara, Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Salvador, Irará, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Simões Filho. Também foram realizadas ações de preservação e transmissão de saberes com as lideranças jovens (filhos e netos de sambadores), juntamente com os Mestres e Mestras do Samba de Roda.

2014 – 2015. Realização do projeto *Sambas de Roda Mirins*: preservando a memória do *Samba de Roda*, por meio da realização de convênio com a Associação Chegança dos Marujos Fragata Brasileira de Saubara. O objetivo foi promover a transmissão de saberes para a preservação do bem cultural, mediante apoio aos grupos mirins de Samba de Roda. Foram realizadas ações de formação, transmissão e valorização cultural, como oficinas, ensaios, premiações e intercâmbios culturais dos sambas mirins. ➡

LINKS DE INTERESSE

Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_SambaRodaReconcavoBaiano_m.pdf

Dossiê de Inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco)
<https://ich.unesco.org/en/RL/samba-de-roda-of-the-reconcavo-of-bahia-00101>

Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia
<http://www.asseba.com.br>



CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, na cidade de Belém (Pará)

Abrangência

Belém
Pará

Registro

30/09/2004

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Arquidiocese de Belém (Pará)
Diretoria da Festa do Círio

Centro de Referência

Museu do Círio
R. Padre Champagnat, s/n – Cidade Velha
Belém, Pará

PRIMEIRO BEM CULTURAL inscrito no Livro de Registro das Celebrações, o Círio de Nazaré é uma festa em honra de Nossa Senhora de Nazaré, realizado em Belém, capital do estado do Pará. Ocorre desde 1793 e, nos dias de hoje, envolve outras celebrações e atividades que iniciam em agosto e se prolongam 15 dias após o Círio, no chamado ‘Nazareno’. Na celebração, sagrado e profano se complementam mutuamente, tornando-a um fato social de múltiplas dimensões: religiosa, estética, turística, cultural e econômica. Para os paraenses é o momento de demonstração de fé e reiteração de laços familiares e afetivos, que expressam e reforçam aspectos identitários locais, sendo considerado também o “Natal Paraense”. Atualmente, agrega mais de 2 milhões de pessoas no dia principal da procissão, sendo considerada uma das maiores concentrações religiosas do mundo.

Em 2013, o Círio de Nazaré foi inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco.

As ações de salvaguarda desenvolvidas visaram a formação de agentes culturais de modo a garantir a continuidade de saberes e fazeres relacionados às práticas culturais do Círio de Nazaré. Tais iniciativas, assim como o estabelecimento de um espaço físico de referência para a celebração, foram concretizadas por meio de dois convênios assinados com a Secretaria de Estado de Cultural do Pará, entre os anos 2007 e 2011.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2018. Realização do ciclo de palestras “Conversa Pai d’Égua: falando sobre o patrimônio”, especial do Círio de Nazaré. Com o tema “Patrimônio e Círio de Nazaré: teatro, festa e territorialidades”, as palestras abordaram a patrimonialização da Festa, consi-

PÁGINA AO LADO
CÍRIO DE NOSSA SENHORA
DE NAZARÉ, BELÉM-PA.
FOTO: NATÁLIA BRAYNER, 2016.



CORDA. CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ,
BELÉM-PA.
FOTO: LUIZ BRAGA, 2003.
DOSSIÊ IPHAN.

derando seus aspectos históricos e as territorialidades e proporcionaram um espaço de fala para representantes de dois importantes eventos que fazem parte do cenário cultural da Celebração: o Auto do Círio e a Festa da Chiquita.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2006. Publicação do volume 1 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Círio de Nazaré}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2008-2009. Criação de logomarca e site para divulgação e comercialização de produtos produzidos por meio das oficinas de capacitação de agentes culturais (descritas a seguir).

Confecção e distribuição de material de divulgação e, ainda, revista em quadrinhos sobre a trajetória histórica do Círio de Nazaré.

PÁGINA AO LADO
MUSEU DO CÍRIO, BELÉM-PA.
FOTO: NATÁLIA BRAYNER, 2016.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2008-2009. Adequação e modernização do espaço do Museu do Círio, localizado no bairro da Cidade Velha, em Belém, destacando-se: a) reformulação expográfica do Museu; b) disponibilização e acessibilidade do acervo do Museu para pesquisas; c) criação de banco de dados referente às ações desenvolvidas no local.

2008-2012. Realização de série de oficinas direcionadas à capacitação de agentes culturais, em diversos municípios, com o objetivo de promover o bem, destacando-se: a) capacitação em audiovisual, envolvendo roteiro, produção, captação e edição de imagens (Curuçá, Açará, Belém, Marabá, São Sebastião e Bragança); b) registro fotográfico (Dom Elizeu, Santa Izabel e Tucuruí); c) iniciação ao teatro (Itupiranga); d) corte e costura e técnica transfer e sublimação de imagens sacras, com a participação de alunos da rede pública de ensino; f) iniciação à prática de conservação de obras sacras (Belém); g) confecção de objetos sacros (Cametá); h) confecção de brinquedos de miriti (Abaetetuba e Salinas); j) oficina de adereços temáticos do Círio de Nazaré; l) exposição dos trabalhos para comercialização dos produtos; m) realização da exposição *Laços de Fé*. ➡

LINKS DE INTERESSE

Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf

Dossiê de Inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco)

<https://ich.unesco.org/en/RL/cirio-de-nazare-the-taper-of-our-lady-of-nazareth-in-the-city-of-belem-para-00602>





Abrangência

Mato Grosso
Mato Grosso do Sul

Registro

01/12/2004

Livro de Registro

Saberes

Proponente

Centro Nacional de Cultura Popular

Centro de Referência

Centro Cultural Casa Cuiabana
Av. General Valle, 181 – Bandeirantes
Cuiabá, Mato Grosso

PÁGINA AO LADO
OFICINA COM MESTRE DE CURURU SEBASTIÃO
BRANDÃO.
CAMPO GRANDE-MS.
FOTO: ACERVO IPHAN

MODO DE FAZER VIOLA-DE-COCHO

“VIOLA-DE-COCHO É UM INSTRUMENTO MUSICAL de forma e sonoridade sui generis produzido na região da bacia do rio Paraguai – baixada cuiabana e adjacências – nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Destaca-se como um instrumento fundamental nos gêneros musicais Cururu e Siriri, cultivados, sobretudo, em manifestações culturais ligadas à religiosidade e à brincadeira. É produzida de modo artesanal e, tradicionalmente, com matérias-primas extraídas da natureza – da fauna e da flora do pantanal e do cerrado.

A salvaguarda do processo de fabricação artesanal do instrumento só é possível, portanto, se for ecologicamente sustentável e fundada na relação harmoniosa e consciente dos artesãos com o meio ambiente. Entretanto, a mera sustentabilidade ecológica não garante a preservação da viola-de-cocho como instrumento musical. A garantia do acesso às matérias-primas e da reprodução artesanal não são suficientes para sua continuidade. Essas ações devem estar integradas à valorização da sonoridade desse instrumento e de suas funções nas rodas, festas e celebrações que animam a vida social no Brasil Central” (IPHAN. Modo de Fazer Viola - de – Cocho. Série Dossiês Iphan, vol.4. Brasília, DF: Iphan, 2009) .

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2012. Realização de ciclo de reuniões no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá (MS), com a presença de detentores do bem cultural, parceiros do terceiro setor e representantes de diferentes órgãos da administração pública municipal, visando esclarecimentos referentes às diretrizes da política de salvaguarda de bens registrados e aos procedimentos para a constituição de um Comitê Gestor. Além disso, as reuniões tinham em vista a elaboração conjunta de ações, consolidação de parcerias e divisão de tarefas.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2013. Realização de reunião com a presidente da Fundação de Cultura de Ladário (MS), a fim de discutir, entre outras, a necessidade de se reforçar o vínculo da Viola-de-cocho com o bem cultural Banho de São João, em processo de registro, para a implementação de ações da salvaguarda que fomentem a prática da viola e seu uso ritualístico para além do valor de mercado.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2009. Publicação do volume 8 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Modo de Fazer Viola-de-Cocho}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2012. Elaboração de um plano de manejo das espécies vegetais utilizadas na fabricação da Viola-de-Cocho – ximbuva e xarã-de-leite - e publicação de cartilha pedagógica e didática *Viola-de-Cocho: Plano de Manejo* pela Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul.

2013. Lançamento de DVDs para distribuição gratuita com conteúdo de oficinas sobre fazer, tocar e cantar a Viola-de-Cocho e a dança do Siriri. Ao todo são 12 oficinas, com duração de três horas cada uma, que ensinam do corte da árvore e seu manejo ao manuseio dos instrumentos. As oficinas, realizadas entre novembro de 2012 a fevereiro de 2013, em Corumbá (MS), atenderam quinze jovens aprendizes, com aulas ministradas pelo mestre oficineiro Sr. Vitalino Soares Pinto, um dos poucos mestres cururueiros no estado, e pelo Sr. José Rozisca, mestre da dança do Siriri. Realização do I Festival da Viola-de-cocho, em Corumbá (MS).

2014. Realização do II Festival da Viola-de-cocho, em Corumbá (MS). Na programação do festival foram realizadas palestras, workshops e apresentações tanto de grupos do estado anfitrião como convidados de Mato Grosso. O evento também apresentou ações que foram realizadas nos dois estados durante os dez



PÁGINA AO LADO
CAPA DE ENCARTE DE DOCUMENTÁRIO SOBRE
OFICINAS REALIZADAS NO
ANO DE 2012. ACERVO IPHAN.



PÁGINA AO LADO
PROCESSO DE FEITURA DA
VIOLA-DE-COCHO.
FOTO: FRANCISCO DA COSTA, 2003. DOSSIÊ IPHAN.



PÁGINA AO LADO
VAN DO PROJETO CASA
CUIABANA. CUIABÁ-MT.
FOTO: LIVIA MENDONÇA, 2010.

anos de registro, além de trazer um balanço dos pontos positivos e negativos e da troca de experiências e vivências entre os detentores e o poder público.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2008 – 2013. Execução do projeto *Casa Cuiabana* com o objetivo de estabelecer o Centro Cultural da Viola-de-cocho em Cuiabá (MT), por meio da celebração de convênio com a Secretaria de Cultura do Estado do Mato Grosso. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: a) adequação de infraestrutura com a aquisição de mobiliário, equipamentos audiovisuais, instrumentos musicais e ferramentas para a confecção de violas; equipamentos específicos para a instalação de cozinha; estúdio de gravação e dormitório e montagem de ateliê para a confecção da Viola-de-cocho; b) aquisição de veículo coletivo (Van Sprinter 313 CDI) para condução de cururueiros e artesãos das comunidades tradicionais da Baixada Cuiabana para a participação em oficinas, seminários e apresentações de Cururu e Siriri; c) construção da “biblioteca” do Centro Cultural, atendendo a demanda de aquisição de livros e periódicos para constituição de acervo, a partir de doação de acervos particulares de pesquisadores e interessados no tema; d) capacitações em fabricação instrumentos: viola-de-cocho, mocho e ganzá; em musicalização [viola-de-cocho, mocho e ganzá]; em manifestações artísticas [Cururu e Siriri]; em formação de agentes comunitários e elaboração de projetos culturais. Além de fortalecer a reprodução do bem cultural registrado, os eventos cadastraram artesãos e cururueiros, discutiram questões sobre matérias-primas e direitos autorais. Foram contemplados pelo projeto os municípios localizados no Vale do Rio Cuiabá: Cuiabá, Cáceres, Acorizal, Várzea Grande, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães, Jangada, Rosário Oeste, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Nova Mutum e Diamantino.

2012. Oficinas de confecção da viola-de-cocho e transmissão da tradição do cururu em Corumbá, pelo instrutor Sr. Vitalino Soares Pinto, mestre cururueiro de Mato Grosso do Sul, e Sr. José Gilberto Garcia Rozisca.

2014. Realização do Workshop sobre a Viola-de-cocho e o



universo do Siriri (MS), com o objetivo de fomentar os processos de transmissão de saberes relativos ao bem. Idealizada pela equipe técnica da Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul, o evento contou com o apoio da Fundação de Cultura do estado de Mato Grosso do Sul e da Fundação de Cultura do município de Corumbá. Os oficinairos foram seu Sebastião de Ladário, para viola-de-cocho, e Vilmara Vindica, de Cuiabá, para o Siriri. Foram realizadas atividades de repasse de saber do modo de fazer viola-de-cocho e do universo do Siriri.

2015 – 2018. Realização de edições anuais do Workshop da Viola-de-cocho e Siriri, incluídos nas programações do Festival da América do Sul Pantanal (MS), em parceria com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e a Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul, juntamente com a Prefeitura de Corumbá e Fundação de Cultura de Corumbá. Além da divulgação do bem cultural como Patrimônio Cultural do Brasil e a promoção e valorização dos detentores, são desenvolvidas atividades como: apresentação do histórico e da importância da viola-de-cocho no cenário cultural sul-mato-grossense; debates sobre a cultura: patrimônio, economia e sustentabilidade; referências de dança do Siriri, que compõem o universo cultural da viola-de-cocho; aulas práticas do modo de fazer Viola-de-cocho.

2018. Realização do evento Diálogos sobre a Gestão do Patrimônio Cultural - 1º Oficina de Souvenir de mini Andores e mini Viola, em Corumbá (MS). ➡

OFICINA DE FEITURA DE VIOLA
DE COCHO. CÁCERES-MT.
FOTO: PATRICIA MARTINS, 2010.

LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/
PatImDos_ModosFazerViolaCocho_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_ModosFazerViolaCocho_m.pdf)



OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ

Abrangência

Nacional

Registro

01/12/2004

Livro de Registro

Saberes

Proponentes

Associação das Baianas de Acarajé,
Mingau, Receptivos e Similares do
Estado da Bahia

Centro de Estudos Afro-Orientais
Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá

Coletivos Deliberativos

Conselho Gestor da Salvaguarda
do Ofício das Baianas de Acarajé
na Bahia

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Ofício das Baianas de Acarajé no
Rio de Janeiro

Centro de Referência

Memorial das Baianas de Acarajé
Praça da Sé, n/nº
Salvador

PÁGINA AO LADO
COMEMORAÇÃO DA POSSE DO
CONSELHO GESTOR DA SALVAGUARDA DO OFÍCIO
DE BAIANAS DE ACARAJÉ. SALVADOR-BA.
FOTO: LIADEPAULA/MINC, 2015.

“O REGISTRO DO OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ como Patrimônio Cultural do Brasil é ato público de reconhecimento da importância do legado dos ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade e do valor patrimonial de um complexo universo cultural, que é também expresso por meio do saber dos que mantêm vivo esse ofício.

Com suas comidas, sua indumentária, seus tabuleiros e a simpatia acolhedora e carismática, as baianas são monumentos vivos de Salvador e do Brasil.

O acarajé é um bolinho de feijão-fradinho, cebola e sal, frito em azeite-de-dendê. É uma iguaria de origem africana, vinda com os escravos na colonização do Brasil. Hoje está plenamente incorporado à cultura brasileira. É alimento do dia-a-dia – comida de rua – em Salvador e em tantas outras cidades, vendido com acompanhamentos como a pimenta, o camarão, o vatapá [...]. Também tem sentido religioso, é comida de santo nos terreiros de candomblé. É o bolinho de fogo ofertado puro, sem recheios, a Iansã e Xangô e cheio de significados nos mitos e ritos do universo cultural afro-brasileiro.

Pela tradição que se afirmou ao longo de séculos quem faz o acarajé é a mulher, a filha de santo quando para uma obrigação, ou a baiana de acarajé quando para vender na rua. No período colonial as mulheres, escravas ou libertas, preparavam acarajé e outras comidas e, à noite, com cestos ou tabuleiros na cabeça, saíam a vende-los nas ruas de Salvador ou ofereciam aos santos e fieis nas festas relacionadas ao candomblé. Hoje o ofício de baiana de acarajé é o meio de vida para muitas mulheres e uma profissão que sustenta muitas famílias” (IPHAN. Ofício das Baianas de Acarajé. Série Dossiês Iphan, vol. 6. Brasília, DF: Iphan, 2007).

A partir do registro, iniciou-se o desenvolvimento de ações planejadas de forma mais estruturada e contínua, com vistas à mobilização e articulação das baianas para a gestão compartilhada da salvaguarda do Ofício. Sob a coordenação do Iphan, por meio de suas Superintendências nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São



Paulo, foram realizadas, entre 2006 e 2018, diversas iniciativas no intuito de promover o protagonismo das Baianas no planejamento e na execução das ações, a partir da constituição de coletivos gestores da salvaguarda, com destaque para ações voltadas à difusão e valorização do Ofício enquanto patrimônio imaterial. Tendo em vista a compreensão institucional de que o reconhecimento patrimonial do Ofício de Baiana possui abrangência nacional, é competência do Iphan atuar com baianas em quaisquer unidades da federação, a depender do interesse das próprias detentoras.

Entre os desafios prementes para a salvaguarda deste bem cultural, podemos mencionar a necessidade de adoção de medidas para enfrentar a pressão mercadológica diante do processo de industrialização do modo de fazer o acarajé e da abertura de novos mercados; providências de combate à discriminação religiosa, com a intenção de assegurar a preservação e valorização de aspectos tradicionais centrais para a patrimonialização do ofício e seus significados simbólicos; aspectos referentes à formalização e

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM
ÀS BAIANAS DE ACARAJÉ, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO (ALERJ).
FOTO: OSCAR LIBERAL, 2014.

normatização da prática, incluindo exigências sanitárias, formalização jurídica, associativismo e representatividade; questões relativas à sustentabilidade da prática tradicional a partir do conceito de etnodesenvolvimento, entre outras.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas para o apoio e fomento do Ofício das Baianas de Acarajé.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2011 – 2015. Realização de Mapeamento das Baianas de Acarajé no estado do Rio de Janeiro. Realização de cadastramento das Baianas de Acarajé para inserção e divulgação das informações em base de dados do Iphan. Por meio de visitas *in loco* aos pontos de venda e comunicação interinstitucional com prefeituras e secretarias de cultura, a iniciativa teve como intenção divulgar ao maior número possível de baianas a ocorrência do cadastramento, a fim de ampliar a mobilização e a participação nas ações de salvaguarda.

2012. Realização do III Encontro Nacional das Baianas de Acarajé, no Memorial das Baianas, em Salvador, com o objetivo de recolher contribuições para a elaboração do Plano de Salvaguarda deste bem cultural, registrado nos âmbitos federal e estadual. Participaram representantes das seguintes instituições: Iphan, Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), Associação das Baianas de Acarajé, Mingaus, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam/BA), Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI/SECULT), Secretaria de Política para Mulheres (SEPM).

2012. Apoio, pela Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, ao II Ciclo de Formação de Baianas de Acarajé, realizado pela Abam/RJ.

2012-2106. Realização de ciclo de seminários para mobilização das Baianas de Acarajé do Rio de Janeiro, com a presença das detentoras, representantes da Abam e diversos representantes de órgãos relacionados ao patrimônio cultural, representantes de povos e comunidades de matriz africana, pesquisadores e professores universitários e demais parceiros.

2018. Realização de série de reuniões para iniciar o processo de salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé no estado de São Paulo. Foram realizados cinco encontros mensais, em municípios

onde se localizam representantes da Abam (São Paulo, Hortolândia, Americana, Jundiá e Sorocaba). Os principais objetivos das reuniões foram: apresentar a noção de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial aos detentores ainda não familiarizados com a política; apresentar o Ofício das Baianas como Patrimônio Cultural do Brasil aos potenciais parceiros; iniciar um diálogo com os poderes públicos locais a respeito de ações emergenciais que minimizem os percalços envolvidos no desempenho desse ofício. As atividades se estenderam para outros municípios, como: Campinas, Santa Bárbara d'Oeste e Votorantim.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2007. Capacitação de gestoras da Associação das Baianas de Acarajé, Mingaus, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam/BA) para gestão de projetos, em especial gestão e prestação de contas de convênios. A atividade ocorreu no âmbito de convênio celebrado entre o Iphan e a Abam-Bahia em 2007, tendo como objeto a execução do projeto *Pontão de Cultura – Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé*.

2011. Apoio ao I Ciclo de Formação das Baianas de Acarajé, realizado na Casa do Samba, Centro de Referência do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, em Santo Amaro (BA). Realizado pela Associação das Baianas de Acarajé, Mingaus, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam/BA), com recursos financeiros do Iphan e apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Cultural Palmares (FCP), a programação do evento girou em torno de oficinas que trataram de temáticas como gestão coletiva, associativismo, captação de recursos, cooperativismo, além de discussões sobre os desafios e possibilidades da salvaguarda do ofício.

2012. Ciclo de reuniões para a formação do Conselho Gestor da Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé na Bahia. Ocorrida no Memorial das Baianas em Salvador, a iniciativa objetivou mobilizar baianas e parceiros para planejamento e organização das ações de salvaguarda subsequentes. Participaram as seguintes instituições: Ministério Público da Bahia, Superintendência do Iphan na Bahia, Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), Secretaria Esta-



SEMINÁRIO NA SUPERINTENDÊNCIA
DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2012.

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM
ÀS BAIANAS DE ACARAJÉ, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO (ALERJ).
FOTO: OSCAR LIBERAL, 2014.



dual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRA), Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade (SEPROMI), Instituto Quilombista e Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares (Abam/Bahia).

2015. Promoção da cerimônia de posse do Conselho Gestor da Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé na Bahia e lançamento da Plataforma Oyá Digital (descrita abaixo no eixo 3), na cidade de Salvador, com a presença de autoridades do Ministério da Cultura (MinC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares (Abam); Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC); Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, Ministério Público Estadual, Representante da Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR).

2016-2018. Ciclo de reuniões do Conselho Gestor da Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé na Bahia, com o objetivo de elaborar o regimento interno do Conselho Gestor, além de debater questões prementes para a salvaguarda do bem cultural.

2012 – 2018. Constituição e articulação do Comitê Gestor da Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé no estado do Rio de Janeiro. Instituições participantes: Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro; Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares no Rio de Janeiro (Abam/RJ); representação regional da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro; Incubadora Afro Brasileira; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE); Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR/PCRJ); Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac/ SEC-RJ); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro (Senac-RJ); Centro Cultural Agué Maré; Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP); Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

Realização do I Ciclo Regional das Baianas de Acarajé do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a articulação e mobilização das baianas no estado e planejar as ações para a salvaguarda do ofício.

Em 2015 o Comitê passou a ser composto pelos seguintes membros: Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro; Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Instituto Rio

Patrimônio da Humanidade (IRPH); Universidade Federal Fluminense (UFF); Representação Regional da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro; Secretaria de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro; Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial do Município do Rio de Janeiro (CEPPIR); Incubadora Afro-Brasileira; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (CONDEDINE); Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata (ORTC); Museu do Samba; cinco detentoras do Ofício das Baianas de Acarajé e um representante de religião de matriz africana. Em 2018 foi proposta uma nova composição: Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), Representação Regional da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Organização Remanescentes de Tia Ciata (ORTC), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Conselho Estadual do Direito dos Negros (CEDINE), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), Abam, seis detentores do Ofício das Baianas de Acarajé e um representante de religião de matriz africana.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2007. Publicação do volume 6 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Ofício das Baianas de Acarajé}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2007 – 2009. Execução do projeto *A Arte e o Ofício da Baiana de Acarajé*, por meio do convênio nº 053/2007, celebrado entre o Iphan e a Associação de Baianas de Acarajé da Bahia (Abam/BA), no âmbito do qual foram realizadas diversas atividades de difusão e valorização do ofício, destacando-se: edição do ‘vídeo do dendê’, para compor a exposição do Memorial das Baianas; elaboração do projeto museológico e projeto de programação visual para o Memorial; confecção de manequins para a exposição e criação de sítio eletrônico na internet. As atividades contaram com



CERIMÔNIA DE POSSE DO
CONSELHO GESTOR DA
SALVAGUARDA DO OFÍCIO
DE BAIANAS DE ACARAJÉ.
SALVADOR-BA.
FOTO: LIADEPAULA/MINC, 2015.

OFICINA EM ESCOLA DA
REDE PÚBLICA. CENTRO
CULTURAL JOSÉ BONIFÁCIO,
RIO DE JANEIRO-RJ.
FOTO: MARIA LUIZA DIAS, 2017.



o apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN) e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipaç).

2010. Instituição do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, comemorado no dia 25 de novembro. Realização de eventos comemorativos anuais. Na Bahia, as celebrações ocorrem anualmente no Centro Histórico de Salvador, com realização de desfile e missa ou culto religioso dedicado às baianas. No Rio de Janeiro, os eventos costumam variar a cada ano. Destaca-se a realização de sessão solene em homenagem as Baianas na Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) em 2014, ocasião em que todas as baianas presentes receberam a Menção Honrosa pela importância do seu Ofício para Cultura Brasileira.

2012. Realização do seminário *Baianas de Acarajé – Patrimônio Cultural Imaterial*, ocorrido no Rio de Janeiro, como um desdobramento do projeto de cadastramento das Baianas de Acarajé no estado e da implementação do Comitê Gestor para a salvaguarda do ofício. Contou com a ampla participação das baianas de acarajé, de representantes de terreiros de candomblé, de órgãos das administrações públicas municipais e estadual, ONGs e estudantes.

2013. Realização, pela Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, em parceria com a Abam-RJ e a Organização Remanescentes de Tia Ciata (ORTC), de comemoração do Dia Nacional da Baiana de Acarajé no Instituto dos Pretos Novos, com homenagem a personalidades ligadas ao Ofício e apresentações culturais.

2015. Lançamento da Plataforma Oyá Digital (disponível em <http://www.oyadigital.com.br/>), banco de dados online com recursos para inserção e atualização constante de informações sobre o ofício das baianas de acarajé, permitindo traçar o perfil de cada uma e do conjunto de Baianas cadastradas. Desenvolvida pela Superintendência do Iphan no Bahia, a ação foi apoiada pela Fundação Cultural Palmares.

2015. Produção de material de divulgação do Ofício das Baianas de Acarajé, motivada por demandas apresentadas pelas Baianas no estado do Rio de Janeiro. Foram produzidos folders bilíngues, banners e cardápios trilingues sobre o Bem Registrado para as Baianas utilizarem em seus pontos de venda.

2015. Comemoração na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro do Dia Municipal das Baianas de Acarajé, na data de 02 de fevereiro.

2017-2018. Realização da *Oficina Baiana nas Escolas* em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Em 2017 foram realizadas três oficinas em três escolas municipais do Complexo da Maré, em 2018 foram realizadas três oficinas em escolas municipais da região central da cidade do Rio de Janeiro. A oficina é realizada por três baianas de acarajé que explicam a indumentária das baianas, o significado do acarajé, como ele é produzido e ao final são distribuídos mini acarajés para os alunos e professores.

2017. Apoio ao evento Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizado na data de 25 de novembro, com missa e confraternização, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no município do Rio de Janeiro.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2007 – 2009. Adequação de espaço físico e aquisição de equipamentos para a inauguração do Centro de Referência das

Baianas de Acarajé - Memorial das Baianas. Inaugurado em prédio cedido pela Prefeitura Municipal no Centro Histórico de Salvador, em junho de 2009, o Memorial é constituído por exposição permanente, setor de documentação, oficina e cozinha cênica do acarajé, além de loja para comercialização de produtos gerados nas oficinas de repasse de tecnologias tradicionais. As atividades foram realizadas no âmbito do Convênio nº 053/2007, celebrado com a Associação de Baianas do Acarajé, Mingau e Receptivo (Bahia).

2008 – 2009. Realização de oficinas de transmissão de saberes no Memorial das Baianas, com a finalidade de promover a sustentabilidade e valorização dos elementos tradicionais do Ofício. Foram realizadas oficinas de Richelieu; bordados manuais; fios de contas; costura de roupas de baianas, entre outras. As atividades foram realizadas no âmbito do Convênio nº 053/2007 celebrado com a Associação de Baianas do Acarajé, Mingau e Receptivo (Bahia).

2011. Realização de curso de capacitação das Baianas de Acarajé no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro (SENAC), por meio de parceria celebrada entre a Prefeitura Municipal e a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, a fim de garantir a formalização dos pontos de venda, do atendimento às exigências sanitárias e da promoção das vendas. ➡

CERIMÔNIA DE POSSE
DO CONSELHO GESTOR
DA SALVAGUARDA DO OFÍCIO DE BAIANAS
DE ACARAJÉ. SALVADOR-BA.
FOTO: LIADEPAULA/MINC, 2015.



LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_OficioBaianasAcaraje_m.pdf

Plataforma Oyá Digital
<http://www.oyadigital.com.br>



Abrangência

Espírito Santo
Minas Gerais
Rio de Janeiro
São Paulo

Registro

10/11/2005

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Centro Nacional de Cultura Popular

Centro de Referência

Centro de Referência Jongueiras e
Jongueiros do Sudeste
R. Domingos Haddad, 1 –
Residencial Parque da Fazenda
Campinas, São Paulo

PÁGINA AO LADO
APRESENTAÇÃO DE GRUPO DE JONGO NA MARINA
DA GLÓRIA, RIO DE JANEIRO-RJ.
FOTO: OSCAR LIBERAL, 2017

JONGO NO SUDESTE

“O JONGO É UMA FORMA DE EXPRESSÃO que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. É cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. Consolidou-se entre os [africanos escravizados] que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar localizadas no sudeste brasileiro, principalmente no vale do Rio Paraíba do Sul. É um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico” (IPHAN. Jongo no Sudeste. Série Dossiês Iphan, vol. 5. Brasília, DF: Iphan, 2007).

As ações de salvaguarda conduzidas abrangem comunidades jongueiras de todos os estados do Sudeste. Além da articulação institucional, o apoio e fomento desenvolvido pelo Iphan englobam a formação de jongueiros e jongueiras na gestão do patrimônio, a identificação e produção de conhecimento sobre as comunidades e a viabilização de reuniões e encontros como meio de fortalecimento identitário e valorização e preservação de seus saberes.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2005. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil às comunidades jongueiras, durante o X Encontro de Jongueiros, no município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

2011-2017. Apoio institucional e financeiro ao Encontro Paulista de Jongo, em São Paulo (com exceção do ano de 2015), envolvendo também a articulação com instâncias governamentais.

2012. Realização de duas oficinas de organização comunitária e um encontro estadual no Espírito Santo, em

parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no âmbito do Programa de Extensão Universitária.

2012. Realização de visita técnica a municípios da Zona da Mata de Minas Gerais (Carangola, Recreio, Patrocínio de Muriaé e Bias Fortes) para levantar demandas e estreitar as articulações entre a Superintendência do Iphan em Minas Gerais e as comunidades de jongo e caxambu.

2012-2015. Ciclo de reuniões ocorrido no auditório da sede da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, com o intuito de: a) discutir a configuração geral da rede de jongo do Sudeste; b) definir demandas para diretrizes de ações de salvaguarda; c) debater questões mais amplas ligadas à questões raciais; d) criar a Associação Cultural de Jongueiros do Estado do Rio de Janeiro; e) deliberar acerca de formas de apoio às festas locais dos grupos e atender às demandas por gravação de CD do Jongo do Rio de Janeiro.

2013. Apoio à realização de pesquisa de identificação de grupos de jongo, localizados no estado de São Paulo, que não haviam sido contatados na pesquisa para elaboração do Dossiê de Registro do bem cultural. Pesquisa realizada pela Comunidade de Jongo Dito Ribeiro, de Campinas, por meio do convênio nº 795226/2013 (Siconv).

2013-2014. Realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Jongo no Espírito Santo, foram identificados 21 grupos que não haviam sido contatados na pesquisa para elaboração do Dossiê de Registro do bem. Houve a atualização da identificação e, atualmente, a Superintendência do Iphan no Espírito Santo desenvolve a salvaguarda com 23 grupos.

2014. Realização de Reuniões Integradas de Salvaguarda em Brasília e em Campinas, contando com a participação de lideranças dos quatro estados da região sudeste.

2014. Apoio à realização do 13º Encontro Nacional de Jongo em São José dos Campos, em parceria com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. O Iphan viabilizou transporte, hospedagem e alimentação para cerca de 35 grupos de todos os estados do Sudeste (aproximadamente 400 jongueiras e jongueiros).

2014-2017. Realização e/ou participação em diversas reuniões de articulação, de oficinas e de eventos em distintas localidades do estado do Espírito Santo, contando com a presença de entidades governamentais diversas.



LANÇAMENTO DE CD DE
GRUPOS DE JONGO NA MARINA
DA GLÓRIA, RIO DE JANEIRO-RJ.
FOTO: OSCAR LIBERAL, 2017.

2014 e 2016. Participação da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro em solenidades que instituíram os Dias Municipais do Jongo nos municípios de Pinheiral (instituído e comemorado no dia 07/04/2014) e Arrozal (instituído e comemorado em 20/04/2016). Participação em Seminário sobre o Jongo como Patrimônio Imaterial na Câmara Municipal de Barra do Piraí. Reunião com Prefeitura de Quissamã e Grupo Jongo Tambor de Machadinha no Rio de Janeiro, para discutir questões ligadas à posse fundiária do Quilombo da Fazenda Machadinha, local de relevância para o grupo.

2015. Apoio da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro à realização de encontro organizado pelas lideranças jongueiras das regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, no município de Miracema.

2017. Realização, no Rio de Janeiro, de reunião de lideranças jongueiras do estado.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2006. Realização de seminário pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Iphan), para discutir a continuidade do bem de modo a subsidiar a elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo.

2007-2012. Celebração de três convênios com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (UFF), para a execução do projeto *Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu*. Dentre os objetivos do projeto, destacam-se: 1) o estabelecimento de rede entre comunidades jongoeiras do Rio de Janeiro e quatro comunidades de São Paulo; e, 2) formação e capacitação de jongoeiras e jongoeiros em diversas áreas temáticas. Em seu âmbito, dezenas de atividades e serviços foram realizados, tais como: articulação e ampliação da participação das comunidades na Rede de Memória do Jongo/Caxambu; disponibilização de equipamentos de informática; realização da “Oficina de Identidade Negra”, voltada para a discussão da temática das relações raciais no Brasil; confecção de material didático sobre elaboração de projetos; prestação de contas e legislação que rege contratos e convênios; realização de oficinas de memória, história oral e educação patrimonial; promoção de oficina de registro audiovisual para as comunidades jongoeiras; edição e impressão de 1000 exemplares de um calendário jongoeiro para o ano de 2009 com datas e festas das comunidades; criação do Portal do Pontão de Cultura: www.pontaojongo.uff.br; Prêmio Pontão de Cultura Jongo/Caxambu Edição 2010 – Mestre Dudu, com a premiação de sete iniciativas; Edital de Prêmio “Mãe Zeferina”, com a seleção de projetos culturais de cinco comunidades jongoeiras do Rio de Janeiro e São Paulo; promoção de 12 seminários, em diferentes localidades, com professores da rede pública de ensino e membros das comunidades jongoeiras, para o reconhecimento da cultura jongoeira a partir dos pressupostos da Lei nº 11645/08; realização de eventos Noite do Jongo; realização do Seminário Patrimônio, Memória e Identidade Negra, no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói; edição de 05 (cinco) curtas audiovisuais. Quatro destes estão disponíveis por meio do canal Ufftube (www.ufftube.uff.br).



JONGUEIROS DURANTE REUNIÃO INTEGRADA DE SALVAGUARDA DO JONGO NO SUDESTE. BELO HORIZONTE-MG.
FOTO: ARTHUR FARIAS, 2018.

2015. Realização de reuniões para elaboração de Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu no Espírito Santo.

2016. Realização de oficina de capacitação em elaboração e gestão de projetos culturais para jongoeiros do estado de São Paulo.

2017. Realização de reunião de articulação de salvaguarda do Jongo entre a Superintendência do Iphan em São Paulo e representantes dos grupos de Jongo do estado, com o objetivo de discutir o estado atual da salvaguarda, levantar eventuais demandas e planejar ações conjuntas a curto e médio prazos.

2017. Realização de duas reuniões de articulação dando continuidade às discussões sobre a salvaguarda do Jongo/Caxambu no Espírito Santo. Início do Grupo de Trabalho (GT) em Comunicação e Captação de Recursos que tem por objetivo o envolvimento dos jovens para o estudo e a estruturação de ações visando a utilização de ferramentas tecnológicas para auxílio nos temas enfocados pelo GT.



APRESENTAÇÃO DE GRUPO DE JONGO NA MARINA DA GLÓRIA, RIO DE JANEIRO RJ.
FOTO: OSCAR LIBERAL, 2017



Eixo 3. Difusão e Valorização

2007. Publicação do volume 5 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Jongo no Sudeste}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2009. Apoio à produção do fichário *O Jongo na Escola*, contendo coletânea com nove documentários, produzidos por parceiros junto às comunidades jongueiras. Os documentários são acompanhados de textos e sugestões de atividades didáticas, assim como do livro *Pelos Caminhos do Jongo – História, Memória e Patrimônio*. Os fichários foram distribuídos nas escolas da Educação Básica dos “territórios jongueiros” para uso dos professores em sala de aula. Produto do convênio com a Fundação Euclides da Cunha. Reeditado pela Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro em 2015, 150 exemplares foram entregues à todas as comunidades do Rio de Janeiro e 50 exemplares foram encaminhados para as Superintendências do Iphan em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

2011. Realização de evento comemorativo Dia Estadual do Jongo, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, com a seguinte programação: exibição do documentário “Passados Presentes” (LABHOI/UFF – Pontão do Jongo); debate e homenagem à Tia Maria do Jongo; e roda com 17 comunidades de todo o estado.

2012. Planejamento e direcionamento de ações do projeto Ecomuseu de comunidades Negras da Zona da Mata Mineira em Minas Gerais visando abarcar o jongo na região. O projeto foi aprovado no edital PROEXT 2013 (Ministério da Educação) e executado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

2013. Lançamento do CD *Jongo do Sudeste – São Paulo*, com gravações dos pontos cantados por quatro comunidades jongueiras do estado, em parceria com as prefeituras dos municípios de Campinas, São José dos Campos, Guaratinguetá e Piquete.

2015. Lançamento, no Cine Metrôpolis, sediado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), do curta-metragem *Jongo no Espírito Santo*, com entrevistas a diferentes mestres e lideranças

dos grupos realizadas durante a pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) no estado.

2016. Lançamento de calendário anual com datas comemorativas das comunidades de caxambu do Espírito Santo.

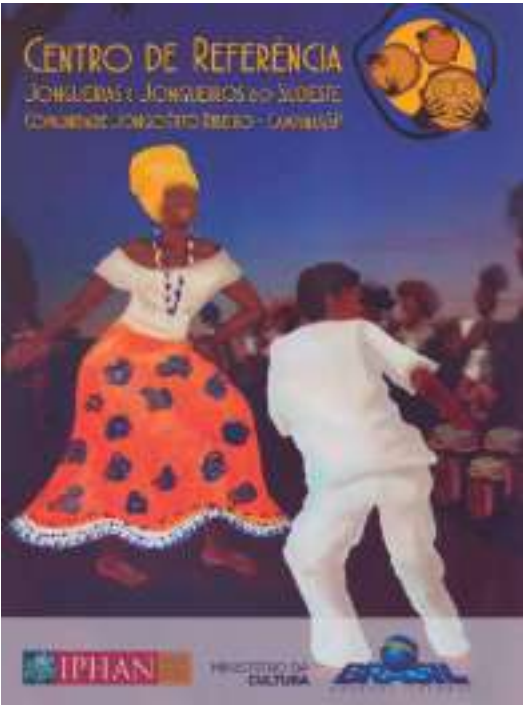
2016-2017. Publicação de Folder com histórico das comunidades jongueiras do Rio de Janeiro. Foram produzidos 1.500 exemplares para a distribuição nas comunidades.

2017. Lançamento do CD duplo O Jongo do Rio de Janeiro, gravado por onze grupos jongueiros do estado. O evento foi realizado na nova Marina da Glória e o Projeto foi parceria da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro e da BR Marinas, administradora da Marina da Glória, com apoio do Ministério da Cultura (MinC), da prefeitura do Rio de Janeiro e da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur).

2018. Lançamento do Calendário 2018/2019 – Mestres e Festas de Jongs e Caxambus (ES), em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



PAULO ROGÉRIO DA SILVA, LIDERANÇA JONGUEIRA DE MIRACEMA (RJ), APRESENTA FICHÁRIO O JONGO NA ESCOLA DURANTE A REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS E AÇÕES DE SALVAGUARDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL. SÃO LUIS DO MARANHÃO-MA.
FOTO: MARINALVA BATISTA SANTOS, 2010.



CAPA DE PUBLICAÇÃO PRODUZIDA EM 2014 PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DO JONGO EM CAMPINAS-SP. LEVANTAMENTO SOBRE GRUPOS DE JONGO NO ESTADO.

LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf

Pontão de Cultura Jongo/Caxambu
<http://www.pontaojongo.uff.br/acao-coletiva>

Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste
<http://crjongoditoribeiro.org.br/>

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2013-2016. Implantação do Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste em Campinas (SP), a partir de convênio firmado com o Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais (Nina) e executado com a comunidade Jongo Dito Ribeiro, convênio nº 795226/2013 (Siconv), o qual permitiu a aquisição de equipamentos de multimídia, informática e audiovisual.

2013-2015. Articulação da Superintendência do Iphan em São Paulo junto a Prefeitura Municipal de Campinas, para a cessão de uso da antiga sede da Fazenda Roseira como estabelecimento do Centro de Cultura Afro e Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste, gerido pela Comunidade de Jongo Dito Ribeiro. A cessão oficial do uso foi concedida no dia 13 de julho de 2015, por meio de Decreto Municipal.

2018. Realização de *Edital de Concurso - Prêmio de Ações de Salvaguarda* voltado para o Jongo/Caxambu localizados no estado do Espírito Santo, a partir de recursos de emenda parlamentar. O edital prevê a premiação de 10 grupos e tem como objetivo financiar iniciativas voltadas para manutenção e produção do bem cultural no estado. ➡



CACHOEIRA DE IAUARETÊ: LUGAR SAGRADO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS UAUPÉS E PAPURI

Abrangência

Iauaretê
São Gabriel da Cachoeira
Amazonas

Registro

03/02/2006

Livro de Registro

Lugares

Proponentes

Federação das Organizações
Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
Associações Indígenas de Iauaretê

Centro de Referência

Centro de Referências Culturais do
Rio Negro
Av. Álvaro Maia, 79 – Centro
São Gabriel da Cachoeira,
Amazonas

PRIMEIRO BEM CULTURAL inscrito no Livro dos Lugares, o reconhecimento da Cachoeira de Iauaretê “destaca a inesgotável capacidade das populações indígenas da região [das famílias linguísticas Arawak e Tukano Orientais, além do povo Maku] de criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural. Nos lugares sagrados como as pedras, lajes e igarapés situados na Cachoeira de Iauaretê e seu entorno, estão escritas as histórias de criação da humanidade e de ocupação do território em que eles vivem desde tempos imemoriais. Esses lugares indicam, igualmente, os códigos de manejo social organizadores da vida, tais como as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais” (IPHAN. Cachoeira de Iauaretê. Série Dossiês Iphan, vol. 7. Brasília, DF: Iphan, 2007).

As ações de salvaguarda desenvolvidas contam com o protagonismo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e visam a continuidade de ações voltadas à valorização dos conhecimentos tradicionais, tais como o registro de lugares e mitos no Rio Negro. Por meio da celebração de convênios com a FOIRN e com o Instituto Socioambiental (Isa), o Iphan investiu na formação de pesquisadores indígenas e em um centro de articulação e referência em pesquisa, documentação, produção e difusão de saberes dos povos indígenas do Rio Negro, o qual constituiu-se em lugar de memória, criação e promoção cultural e pretendeu contribuir para a manutenção, bem-estar e autoestima dos povos indígenas do Rio Negro. Além disso, auxiliou na elaboração e implementação de um programa de Cartografia Cultural no Noroeste Amazônico para mapear e documentar o sistema dos Lugares Sagrados dos povos indígenas que vivem na região de fronteira entre o Brasil e a Colômbia. O objetivo geral foi o de estimular processos de gestão e governança territorial, ambiental e cultural dos povos indígenas



localizados na região, por meio da documentação e valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais relacionados à paisagem natural. Com isto, pretendeu-se contribuir para a preservação do patrimônio ambiental e cultural da região, bem como, para o sistema de conhecimento associado, cooperando para a continuidade de sua transmissão entre gerações e para a gestão participativa e autônoma dos territórios indígenas do Noroeste Amazônico.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

VISITAÇÃO À EXPOSIÇÃO
BASÁ BUSÁ – ORNAMENTOS
DE DANÇA. INAUGURAÇÃO
DO CENTRO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO RIO
NEGRO.
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM.
FOTO: TADEU GONÇALVES, 2008.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2006. Mediação com o Ministério da Defesa, o Comando da Aeronáutica e a Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara), em conjunto com a Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (Coidi) e o Instituto Sociambiental (Isa), para a suspensão das obras na Serra do Bem-Te-Vi, as quais iriam dinamitar o extenso afloramento rochoso que compõe o conjunto de lugares sagrados dos povos indígenas de Iauaretê, para transformá-lo em pedra britada a ser utilizada em ampliação pista de pouso na localidade.

2007-2008. Realização de oficinas de cartografia para dar continuidade à identificação dos lugares míticos dos Rios Uaupés e Papuri em bases cartográficas. Foram produzidos oito mapas georeferenciados, contendo os lugares plotados, os quais foram posteriormente digitalizados e associados a um banco de dados.

2010-2013. Celebração de dois convênios com o Instituto Socioambiental (ISA) para produção de cartografia cultural binacional (Brasil-Colômbia), por meio da execução do projeto Mapeo, de modo a dar continuidade à identificação dos lugares sagrados dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. O objetivo do projeto foi o de resgatar e valorizar concepções culturais, compartilhadas entre as mais de 22 etnias da região, que orientam a sua vivência e a gestão territorial e ambiental, fortalecendo sua política de gestão territorial, bem como fornecendo para a sociedade envolvente novas ideias, condutas éticas e conhecimentos sobre a diversidade cultural nacional. Ademais, incentivou-se a valorização destes conhecimentos em lugares onde ainda não ocorriam práticas de pesquisa e projetos de fortalecimento cultural, assim como a facilitação da troca de conhecimentos tradicionais e especializados entre as gerações, com auxílio de novas tecnologias de registro e valorização cultural.

Eixo 2. Gestão Participativa no processo de salvaguarda

2008-2011. Realização de oficinas para a capacitação de realizadores indígenas em pesquisa, produção audiovisual, editoração e publicação, ministradas pelas ONGs Vídeos nas Aldeias e Som

nas Aldeias. Foram formados 10 realizadores, dois de cada sub-regional da FOIRN: Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI); Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo (COITUA); Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Coordenadoria das Associações Baniwa e Corripaco (CABC) e Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN).

Eixo 3. Difusão e Valorização

2008. Apoio à montagem e à abertura da exposição *Basá Busá Ornamentos de Dança*, composta por objetos sagrados repatriados do Museu do Índio de Manaus, fruto de intermediação do Iphan (mais detalhes no Eixo 4 a seguir). A abertura da exposição foi realizada na inauguração do Centro de Referências Culturais do Rio Negro e contou com a participação de indígenas como co-curadores. A exposição permaneceu no local até junho de 2009, quando as peças foram enviadas ao Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê, onde foram restauradas tradicionalmente.

2007. Publicação do volume 7 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Cachoeira de Iauaretê}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2006-2007. Assinatura de Termo de Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do Índio de Manaus, mantido pelo Patronato Santa Terezinha, para a repatriação de parte dos objetos indígenas sediados naquela instituição. Dada a impossibilidade de identificação das comunidades proprietárias, os objetos repatriados foram considerados propriedade coletiva dos povos indígenas da bacia do Rio Uaupés e estão sob a guarda do Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauaretê (CERCII), na condição de fiel depositário. Os ornamentos podem ser cedidos mediante empréstimo para



CANTOS E DANÇAS PIRATAPUIA COM ORNAMENTOS SAGRADOS RESTITUÍDOS. ALDEIA SÃO GABRIEL DO PAPURI. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM. FOTO: DAMIANA BREGALDA, 2010.

LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf

Centro de Referências Culturais do Rio Negro
<http://www.foirn.org.br/category/iniciativas-e-projetos/projetos/>

Projeto Mapeo – Cartografia Cultural do Noroeste Amazônico
<https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/projeto-mapeo>

uso ritual das comunidades, como modelo para confecção de novos ornamentos, manutenção ou outra finalidade correlata.

2008-2011. Apoio à adequação de espaço físico para abrigar o Centro de Referências Culturais do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, e ajustes em seu funcionamento, de modo a garantir atendimento às vinte e duas etnias existentes no alto e médio Rio Negro. A reforma do prédio teve como objetivo garantir condições de umidade e calor necessárias para a boa conservação dos equipamentos, aquisição de equipamentos para implantação de estúdio para produções audiovisual, além de estúdio gráfico e telecentro.

2010. Aquisição de kits tecnológicos, compostos de pequenas ilhas de edição portáteis, equipamentos de projeção e computadores, para equipar as comunidades que sediam as sub-regionais da FOIRN e para uso dos realizadores indígenas, em escolas e em comunidades indígenas. Também foram disponibilizados cinco barcos e cinco motores de popa para apoiar a realização de intercâmbios e deslocamentos para a realização de pesquisas. ➔



FEIRA DE CARUARU

Abrangência

Caruaru
Pernambuco

Registro

07/12/2006

Livro de Registro

Lugares

Centro de Referência

Feira de Caruaru
Av. Lourival José da Silva, 592 –
Petrópolis
Caruaru, Pernambuco

CONTANDO COM CERCA DE 30 MIL FEIRANTES, a Feira de Caruaru era, no momento do registro, e é, ainda hoje, o maior centro de comércio e cultura popular do interior da Região Nordeste. A origem da cidade de Caruaru – em fins do Século XVII e início do XVIII – está de tal maneira interligada à criação de gado e ao comércio que é impossível saber onde começa a cidade e termina a Feira. A presença de artigos característicos do modo de ser e viver no agreste nordestino e oriundos de ofícios tradicionais da região – como as famosas garrafadas, os calçados e artigos em couro, a goma e a farinha de mandioca, os produtos de flandres, dentre outros - juntamente com a comercialização de cordéis, as apresentações de pífano e os contadores de histórias fazem da Feira de Caruaru uma referência cultural para moradores de todo o sertão. Localizada no Parque 18 de Maio, área adjacente ao centro da cidade, a Feira de Caruaru abriga hoje as Feiras dos Importados, do Artesanato e da Sulanca (confeções, tecidos) e a Feira Livre, onde estão as Feiras de Fumo, Confeções, Flores e Plantas Ornamentais, Frutas e Verduras, Ferragens, Raízes e Ervas Medicinais, o Mercado da Farinha, dentre outras. Com diz a canção, “de tudo que há no mundo, nela tem pra vender, na feira de Caruaru”.

É por meio da inventividade dos seus feirantes, artistas e frequentadores, que usos, costumes, tradições se mantêm vivos e se atualizam, fazendo da Feira de Caruaru um lugar onde a cultura sertaneja no agreste Pernambucano não apenas se mantém, mas se cria e recria continuamente, ao longo dos anos. Salvar esse patrimônio cultural significa lidar com a ampliação e reinvenção permanente das diversas feiras dentro da Feira, assim como a incorporação de novas feiras. A aglomeração gerada pelo conjunto de feiras implica em desafios permanentes aos gestores locais quanto à infraestrutura, funcionamento desse conjunto e uso da área a ele destinada. Além dos problemas de ordem socioespacial

PÁGINA AO LADO
ARTESANATO DA FEIRA
DE CARUARU. CARUARU-PE.
FOTO: AURÉLIO FABIAN, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

e estrutural, a promoção e valorização de manifestações artísticas e culturais tradicionais presentes na feira é o eixo central da salvaguarda desse bem cultural. A Casa Museu Mestre Vitalino no Alto do Moura, o Memorial Mestre Galdino, a Casa de Cultura José Condé e o Museu do Cordel Olegário Fernandes são instituições culturais da municipalidade que, ao promoverem a valorização das memórias, história e cultura presentes na Feira de Caruaru, contribuem de maneira exemplar para a salvaguarda desse bem cultural.

Logo após o registro, ainda no ano de 2007, em reuniões entre os feirantes, a Superintendência do Iphan em Pernambuco e a Prefeitura de Caruaru, foram elaboradas algumas medidas visando apoiar à continuidade de práticas socioculturais da Feira de Caruaru, como Concursos de Literatura de Cordel, o Projeto Cordel nas Escolas e o Programa de Incentivo à Produção de Guloseimas Artesanais, uma iniciativa da Secretaria de Turismo. As ações de salvaguarda da Feira estiveram focadas na difusão e valorização do bem cultural como patrimônio cultural imaterial do Brasil e em ações de apoio às manifestações de cultura popular na Feira, como a arte figurativa do Alto do Moura, um dos setores mais fortes e representativos da Feira de Caruaru. Também foram realizados investimentos estruturais significativos na Casa de Cultura José Condé, por meio de Convênio celebrado com a Fundação de Cultura e Turismo da Prefeitura de Caruaru, parceria fundamental em todas as ações nesse processo de salvaguarda.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2007. Realização de cerimônia para entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores da Feira de Caruaru. O evento reuniu representantes de muitos dos segmentos das formas de expressão, saberes e celebrações associados à Feira de Caruaru, assim como das três esferas de governo, de órgãos e associações parceiros, empresas e sociedade civil. Expressões como a Literatura de Cordel, a Cantoria de Viola, as Matrizes Tradicionais do Forró e a Arte Figurativa do Alto do Moura, bens culturais acautelados ou em processo de acautelamento pelo Iphan também foram contemplados na cerimônia.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2011. Realização do I Fórum sobre a Salvaguarda da Feira de Caruaru, evento promovido em parceria com a Prefeitura de Caruaru, com vistas a amplificar o debate sobre a salvaguarda da Feira enquanto Patrimônio Cultural Imaterial.

Eixo 3- Difusão e Valorização

2009. Publicação do volume 9 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Feira de Caruaru}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2007. Realização do 1º Concurso de Literatura de Cordel, com a seleção de 30 cordéis para exposição e premiação de três cordelistas. Houve ampla divulgação do edital e comissão especial foi formada para julgamento dos cordéis.

2007. Apoio à continuidade do projeto “Cordel nas Escolas” realizado pela Academia Caruaruense de Literatura de Cordel (ACLC) em parceria com a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Caruaru. Alunos do ensino fundamental de oito escolas municipais foram beneficiadas com atividades de arte-educação sobre a história da cidade, os artistas, o cordel e a xilogravura.

FEIRA DE ARTESANATO.
CARUARU-PE.
FOTO: FELIPE PERES CALHEIROS,
2004. DOSSIÊ IPHAN.



2007. *Realização do Movimento de Ação e Cidadania em Prol do Rio Ipojuca*, de modo a desenvolver ações de educação ambiental voltadas para os problemas ambientais relativos ao rio e conscientização da população quanto ao despejo de dejetos. A atividade foi empreendida por meio de uma rede de parcerias, que contou com a Prefeitura de Caruaru, através da Diretoria de Meio Ambiente e das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, o Corpo de Bombeiros, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Codema), a Associação dos Protetores do Meio Ambiente (Asproma), o Comitê de Bacia do Rio Ipojuca e a Superintendência do Iphan em Pernambuco. Também contou com a participação e apoio também da Faculdade Vale do Ipojuca (FAVIP), do Hospital Santa Efigênia, da Unimed Caruaru e do Rotary Club Caruaru.

2008. Apoio ao 2º Concurso de Literatura de Cordel, com premiação outorgada pela Fundação de Cultura da Prefeitura de Caruaru.

2009. Formação de Guias Mirins de Turismo para a orientação de turistas na Feira, tornando-os divulgadores, transmissores da história e da importância da Feira de Caruaru como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. A ação foi realizada em parceria com a Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru e a Secretaria de Educação do município.

2009. Realização de campanhas educativas anuais promovidas pela Prefeitura de Caruaru durante a Semana Nacional do Trânsito. Voltadas para o tema da segurança no trânsito, as ações incluíram a produção de cordéis, a realização de oficinas teatrais, passeios ciclísticos, cursos, seminários. Foi realizado o “1º Seminário de Educação no Trânsito de Caruaru”, com o tema “Educação no Trânsito, Responsabilidade de Todos”, com atividades promovidas pela Autarquia de Trânsito e Transporte de Caruaru (DESTRA), com o apoio da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, da Secretaria de Educação de Caruaru, da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP), da Diocese de Caruaru, do Shopping Difusora, da Academia Caruaruense de Literatura de Cordel (ACLD), da ONG Conhecer e Preservar e de várias empresas do comércio local.

2016. Cerimônia de Lançamento Oficial do Dossiê da Feira de Caruaru na Casa de Cultura José Condé, localizada na Feira de Caruaru. Na ocasião, foram realizadas apresentações culturais e um debate acerca da salvaguarda. Foram entregues 600 (seiscentos)

FEIRA DE CARUARU NA DÉCADA DE 1970.
CARUARU-PE
FOTO: ALCIR LACERDA, S/D. DOSSIÊ
IPHAN.



LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie9_feiradecaruaru.pdf

exemplares da publicação para que a equipe da Fundação de Cultura de Caruaru realizasse sua distribuição para acervos de instituições de toda a região.

Eixo 4: Produção e Reprodução Cultural

2008. Programa de Incentivo à Produção de Guloseimas Artesanais da Feira de Caruaru, com objetivo de resgatar a identidade cultural das guloseimas artesanais, divulgar os produtos, facilitar o acesso as linhas de crédito, capacitar os produtores e promover feiras itinerantes ao longo de seis meses. Além da Superintendência do Iphan em Pernambuco e da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, o programa contou com a parceria das seguintes instituições: Sebrae Caruaru, Senac Caruaru e Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caruaru. As cinco edições da feira de produtores artesanais possibilitaram o cadastro de produtores, a promoção dos produtos, o surgimento de parcerias e o aumento nas vendas. Foram trabalhados os saberes associados aos seguintes produtos artesanais: mariola, bolo de macaxeira, bolo de saia, bolo barra branca, alfenim, pirulito colorido, bolo inglês, colchão de noiva, amendoim e castanha caramelizados, doces caseiros e broas.

2008-2011. Melhorias estruturais na Casa de Cultura José Condé, por meio de convênio firmado com a Fundação de Cultura e Turismo da Prefeitura de Caruaru (Convênio 702219/2008) o qual possibilitou a implantação do Laboratório de Audiovisual, de Estúdio de Áudio com Laboratório de Rádio Comunitária e de Laboratório de Inclusão Digital. Com a restauração do restaurado, a Casa, hoje um centro cultural, realizou diversas oficinas de formação em artes cênicas, música e dança, assim como de associativismo e elaboração de projetos tendo como público-alvo, principalmente, feirantes e filhos de feirantes. Também foram realizadas oficinas de vídeo, inclusão digital, mamulengo, cerâmica, literatura oral e escrita. A Casa José Condé mantém sua atuação até os dias atuais como Centro Cultural de Referência da Feira de Caruaru. ➡

**Abrangência**

Recife
Olinda
Pernambuco

Registro

28/02/2007

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Prefeitura de Recife
Coletivo Deliberativo
Comitê Gestor da Salvaguarda do Frevo

Centro de Referência

Paço do Frevo
R. da Guia, s. n.
Recife, Pernambuco

PÁGINA AO LADO
DIÓGENA CARLA, PASSISTA
DA ESCOLA MUNICIPAL DE FREVO.
FOTO: ARQUIVO PREFEITURA
DO RECIFE, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

CLUBES DE FREVO, troças, passos de frevo, grupos de danças, orquestras de frevo de bloco, frevos-canção, intérpretes e compositores de ontem e hoje, agremiações carnavalescas, clubes de bonecos, clubes de máscaras, clubes de alegorias e críticas, blocos anárquicos e líricos conformam o universo cultural do frevo. Apesar de não ocorrer exclusivamente durante o carnaval é nesse momento do ano que as ruas e os espaços públicos das cidades de Recife e Olinda se transformam em percursos de brincantes, blocos e agremiações. A história do frevo se confunde com a do carnaval dessas cidades. Festa alegórica, híbrida e transgressora, o carnaval propicia uma dinâmica cultural onde sagrado e profano circulam revelando crenças e universos simbólicos relacionados às agremiações, clubes e troças, ambiente em que o frevo, em todas as suas expressões - dança, música, poesia, performance coreográfica individual e ao mesmo tempo coletiva – é vivenciado em toda sua potencialidade. Entre o rito e a folia, indivíduos e grupos ocupam as ruas, com ou sem fantasias, acompanhados por uma orquestra ou instrumentos improvisados. Para além do carnaval, orquestras, músicos e passistas atuam ao longo de todo o ano, profissionalmente ou em momentos de lazer, ocasiões em que o lirismo do frevo em torno do tema da saudade exalta o orgulho de ser recifense, o sentimento de pertencimento a um lugar.

Para o desenvolvimento do apoio e fomento a esta forma de expressão, o Iphan passou a mobilizar uma rede de agentes. Pela sua relevância enquanto manifestação cultural na cidade do Recife, o Frevo tem sido objeto de políticas públicas locais, e o desafio da salvaguarda foi o de redirecionar essa atenção para ampliar o envolvimento e a participação social nas ações de promoção e valorização. As demandas dos músicos, dos passistas, das agremiações foram identificadas ao longo da pesquisa que resultou no registro do bem e, a partir do diálogo mediado pelo Iphan e pela Secretaria

de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife, foi elaborado o Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo, documento que tem sido periodicamente atualizado pelo Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo. Essa instância é formada por produtores e brincantes de frevo, vinculados a segmentos diretamente associados à reprodução cultural do bem, além de representantes de diversas instituições governamentais e da sociedade civil gestoras de cultura.

Dentre as realizações do plano de salvaguarda, merece destaque a implementação do centro de referência Paço do Frevo, em funcionamento no antigo edifício da Western Telegraph Company, imóvel tombado pelo Iphan e que se localiza no Centro Histórico da cidade do Recife.

A constituição de um Centro de Referência, conforme diretriz da política de salvaguarda do Iphan para bens registrados, consistia em uma das propostas apresentadas no Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo e demandou um amplo esforço de articulação entre estruturas governamentais das três esferas do poder executivo e destes com instituições da sociedade civil. O Paço do Frevo catalisa iniciativas e projetos de salvaguarda do bem cultural, além exposições de longa e média duração. O local promove atividades diversas de formação, difusão e preservação da memória do frevo. Sua gestão também integra o Comitê Gestor da Salvaguarda do bem.

Em 2012 o Frevo foi inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Seguem as ações principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1: Mobilização Social e Alcance da Política

2008-2010. Reuniões preparatórias para formação do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo, articuladas entre a Superintendência do Iphan em Pernambuco e a Prefeitura do Recife (representada pela diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPD e pela Secretaria de Cultura do Recife).

PÁGINA AO LADO,
DE CIMA PARA BAIXO
PASSISTA EXECUTANDO
O PASSO CARPADO NO CARNAVAL
DE OLINDA-PE.
FOTO: CAROL ARAÚJO, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

PASSISTAS DA AGREMIÇÃO
"ACORDA PARA TOMAR GAGAU", RECIFE-PE.
FOTO: CAROL ARAÚJO, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

DESFILE DOS BONECOS
GIGANTES EM OLINDA-PE.
FOTO: PASSARINHO – ARQUIVO
DA PREFEITURA DA CIDADE
DE OLINDA, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

CONCURSO DE PASSO NO PÁTIO
DE SÃO PEDRO, EM RECIFE – PE.
FOTO: PREFEITURA DO RECIFE, 2003.
DOSSIÊ IPHAN.



Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2011. Realização do 1º Encontro do Plano Integrado da Salvaguarda do Frevo, no qual se debateu a salvaguarda do bem e definiu os segmentos prioritários para a realização de ações: troças, blocos e clubes carnavalescos e de bonecos, dançarinos, musicistas, pesquisadores e gestores culturais. A partir das contribuições dos diversos participantes foi possível aprimorar o Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo, bem como consolidar o Comitê Gestor Provisório de Salvaguarda, com objetivo de delinear as diretrizes para a formação do coletivo deliberativo de salvaguarda do bem.

2012-2014. Execução de projeto, por meio de convênio firmado com a Prefeitura da Cidade do Recife (Convênio 763052/2011), visando a articulação de uma atuação em rede na realização de projetos e ações de fomento capazes de garantir ao Frevo e a seus produtores as condições sociais, econômicas e culturais necessárias para a sua reprodução e continuidade. Além das ações de mobilização e articulação social, o projeto assegurou condições para o funcionamento regular do Comitê Gestor de Salvaguarda do bem cultural.

2013. Realização do 2º Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo, ocorrido no Teatro Apolo da Cidade do Recife. Durante o encontro, houve eleição do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo, com escolha dos seguintes representantes de segmentos diretamente associados à reprodução cultural do bem e à sua promoção e valorização: oito membros da sociedade civil representando as troças, blocos e clubes carnavalescos e de bonecos, os dançarinos, os musicistas, os pesquisadores e os pontos de cultura; Superintendência do Iphan em Pernambuco; Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura (MinC); Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) do Ministério da Educação; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe); Núcleo de Diversidade e Identidades Sociais (NDIS) da Universidade de Pernambuco (UFPE); Secretaria de Cultura da Prefeitura do Recife; Fundação de Cultura Cidade do Recife; Secretaria de Patrimônio e Cultura (Sepac) da Prefeitura de Olinda; Prefeitura de Igarassu.

2014. Estruturação do espaço físico para apoio ao funcionamento do Comitê Gestor da Salvaguarda do Frevo na sede da Representação Regional do Ministério da Cultura (MinC) em Recife, com a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática. O Comitê, a partir de 2015, possui suas instalações no Paço do Frevo, Centro de Referência do bem cultural localizado no centro histórico do Recife.

2017. Realização do 3º Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo no Paço do Frevo.

2018. Encontro Regional do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) das Artes em Serra Talhada, Pernambuco para intercâmbio de experiências e identificação de demandas de detentores do frevo no Sertão do Pajeú. Ao longo do encontro foram realizadas apresentações culturais, oficinas de dança, confecção de adereços e oficinas de música.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2008-2010. Execução do projeto *Salvaguarda do Frevo: Acervo de Partituras*, ação de apoio às agremiações de frevo existentes em Recife, envolvendo o mapeamento de partituras do frevo, em acervos públicos e particulares, a fim de constituir e digitalizar um catálogo. O projeto propiciou a disponibilização digital de 120 partituras de frevo em formato de CD-ROM. A publicação, editada no ano de 2010, está disponível nas Bibliotecas da Superintendência do Iphan em Pernambuco e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), no Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Casa do Carnaval e no Centro de Documentação e Memória do Paço do Frevo, na cidade do Recife. No ano de 2013 as partituras foram disponibilizadas no sítio eletrônico do Catálogo *online* de Bandas de Pernambuco, portal virtual mantido pelo Ponto de Cultura Bandas Centenárias Convergência Digital (<https://catalogobandasdemusicape.wordpress.com/salvaguarda-do-frevo/>). O projeto *Salvaguarda do Frevo: Acervo de Partituras* foi desenvolvido em parceria com Gerência de Patrimônio Imaterial da Prefeitura da Cidade do Recife e com a Casa do Carnaval.

2014. Publicação do livro *Memórias do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo: 2011-2014*, pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

PÁGINA AO LADO
"GALO DA MADRUGADA",
CARNAVAL DE RECIFE – PE.
FOTO: ARQUIVO DA PREFEITURA
DO RECIFE, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.



LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como
Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
[http://portal.iphan.gov.br/
uploads/publicacao/dossiei-
phan14_frevo_web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossiei-phan14_frevo_web.pdf)

Dossiê de Inscrição na Lista
Representativa do
Patrimônio Cultural Imaterial
da Humanidade (Unesco)
[https://ich.unesco.org/en/RL/
frevo-performing-arts-of-the-
carnival-of-recife-00603](https://ich.unesco.org/en/RL/frevo-performing-arts-of-the-carnival-of-recife-00603)

Paço do Frevo
<http://www.pacodofrevo.org.br/>

2016. Publicação do volume 14 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Frevo}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2014. Realização de *Oficinas de Transmissão de Saberes e de Elaboração de Projetos*, em parceria com a Superintendência do Iphan em Pernambuco e a Prefeitura da Cidade de Recife, no âmbito das atividades do projeto Pontão de Cultura do Frevo (Convênio 763052/2011). Gratuitas e abertas à participação da comunidade, a série de oficinas teve como foco a transmissão de saberes relativos ao Frevo pernambucano. Dentre suas atividades, foram desenvolvidas oficinas de dança, música, canto, adereço e de elaboração de projetos. ➡



TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO

Abrangência

Maranhão

Registro

18/06/2007

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Prefeitura de São Luís

Coletivo Deliberativo

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Tambor de Crioula

Centro de Referência

Casa do Tambor de Crioula
R. da Estrela, 390
Centro Histórico de São Luís,
Maranhão

PÁGINA AO LADO
DETALHE DE TOQUE DO TAMBOR.
SÃO LUIS-MA.
FOTO: EDGAR ROCHA, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

“NO MARANHÃO, O TAMBOR DE CRIOLA, ou brincadeira, como é tratado, tem características próprias de execução que envolvem a devoção, o canto, a dança e os tambores. Essa tradição, ressignificada como júbilo pelo fim da escravidão, foi originada como lazer e resistência à opressão do regime escravocrata.

A salvaguarda do tambor de crioula busca o respeito e o favorecimento das condições de continuidade de uma prática autônoma, em movimento, não fixada num passado distante, mas que incorpora as transformações ocorridas no processo histórico da brincadeira” (IPHAN. Tambor de Crioula do Maranhão. Série Dossiês Iphan, vol. 15. Brasília, DF: Iphan, 2017).

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2014. Realização de visita técnica às regiões da Baixada Maranhense, Litoral Ocidental Maranhense e Munim, com o objetivo de identificar grupos de Tambor de Crioula dos municípios de Bequimão, Pinheiro, Santa Helena, Matinha, Viana, Penalva, Cedral, Central do Maranhão, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Apicum Açu, Bacuri, Cururupu, Serrano do Maranhão, Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros, Bacabeira, para convidá-los a participar de reuniões realizadas em Pinheiro, Viana, Mirinzal, Cururupu e Rosário, quando foram levantadas propostas de ações de salvaguarda para o bem cultural das respectivas regiões.

2015. Realização de visita técnica aos municípios da região de Caxias, situado no Leste Maranhense, com o objetivo de identificar grupos de Tambor de Crioula dos municípios de Caxias, Codó e Timon, e convidá-los a participar de reunião realizada na cidade de Caxias.

2015. Realização de visita técnica aos municípios de Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Bacabeira, com o objetivo de identificar grupos de Tambor de Crioula e convidá-los a participar de Oficina de Elaboração de Projetos Culturais, ocorrida no mês de setembro, no município de Axixá.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2008. Ciclo de reuniões com representantes do Tambor de Crioula para constituição de um Comitê Gestor, a fim de delinear, em diálogo com detentores, entidades governamentais, instituições universitárias e agremiações de pesquisa, os princípios de um plano de ação de salvaguarda baseado no diagnóstico produzido pelas fases de Identificação e Documentação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da Ilha da São Luís. Foi definida a participação do poder público (Superintendência do Iphan no Maranhão; Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Municipal de Cultura de São Luís); e da sociedade civil (Comissão Maranhense de Folclore; Federação das Entidades Folclóricas e Culturais do Estado do Maranhão; Associação do Tambor de Crioula do Estado do Maranhão; Conselho Cultural do Tambor de Crioula do Maranhão; e União dos Tambores de Crioula do Maranhão).

2009. Reconstituição do Comitê Gestor da Salvaguarda do Tambor de Crioula com a inclusão de representantes de áreas de ocorrência da forma de expressão, visando garantir a ampla participação dos detentores. A representação foi organizada da seguinte maneira: Área 01 - Centro/São Francisco; Área 02 - Areinha/Coroadinho; Área 03 - Camboa/Vila Palmeira; Área 04 - Itaqui/Bacanga; Área 05 - Anil/Cidade Operária; Área 06 - BR 135; Área 07 - Paço do Lumiar/São José de Ribamar.

2009-2012. Reuniões mensais do Comitê Gestor para discussão da salvaguarda do bem cultural, sob a coordenação da Superintendência do Iphan no Maranhão.

2012. Eleição de coordenação executiva para o Comitê Gestor composta por detentores do bem cultural com as seguintes funções: coordenador geral, coordenador técnico, coordenador administrativo e coordenadora financeira.



INAUGURAÇÃO DA CASA
DO TAMBOR DE CRIOLA.
SÃO LUIS-MA.
FOTO: DÉBORAH GOUTHIER, 2018.

2014. Realização de reuniões com detentores do Tambor de Crioula nos municípios de Pinheiro, Viana, Mirinzal, Cururupu e Rosário, para levantamento de demandas da salvaguarda dos representantes do bem cultural dos municípios de: Bequimão, Pinheiro, Santa Helena, Matinha, Viana, Penalva, Cedral, Central do Maranhão, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Apicum Açu, Bacuri, Cururupu, Serrano do Maranhão, Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Bacabeira.

2014. Realização da Semana do Tambor de Crioula, de 17 a 18 de novembro, em São Luís, na qual foram abordados temas de interesse à salvaguarda do Tambor de Crioula.

2014. Publicação do Plano de Salvaguarda do Tambor de Crioula, cujo conteúdo condensa as principais estratégias de ação deliberadas e distribuídas em quatro eixos: 1) “Preservação dos modos de fazer o Tambor de Crioula”; 2) “Capacitação de quem faz o Tambor de Crioula”; 3) “Socialização e valorização dos conhecimentos associados ao Tambor de Crioula”; 4) “Registro material da forma de expressão do Tambor de Crioula”.

2015. Realização de Oficina de Elaboração de Projetos Culturais, no município de Axixá, para os detentores do bem dos municípios de Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Bacabeira.

2016. Reconfiguração da estrutura interna do Comitê Gestor, com a substituição da coordenação financeira pela coordenação de articulação institucional.

2008-2018. Reuniões mensais com representação dos detentores do Tambor de Crioula, para a discussão de ações de salvaguarda e da prática do bem cultural.



2018. Realização do Ciclo de Oficinas para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ministrada, em São Luís, pela mestrandia do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP), Juliana dos Santos Nogueira. Foram discutidos os seguintes temas: Patrimônio Cultural, Educação e Patrimônio e Redes Sociais e Patrimônio. As oficinas foram destinadas a membros dos coletivos dos bens culturais Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula e Capoeira e gestores públicos integrantes, contando com a participação de 7 representantes do Tambor de Crioula.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2009. Lançamento do DVD *Tambor de Crioula - 1979*, iniciativa que resgatou e viabilizou a restauração parcial - telecinagem e ajuste de cores - do pioneiro documentário *Tambor de Crioula*, realizado em 1979 pelo cineasta Murilo Santos no âmbito de pesquisa patrocinada pela FUNARTE.

2010. Publicação de três números bimensais do jornal *Pungada do Tambor*, impresso com vistas à divulgação de ações relativas à salvaguarda, assim como aspectos sociais e culturalmente relevantes da manifestação. O material foi distribuído gratuitamente aos grupos e aos leitores interessados, com tiragens de 1000 exemplares.

2014. Premiação a 15 mestres do Tambor de Crioula, com certificação e entrega de prêmio. A ação foi parte de convênio firmado entre a Superintendência do Iphan no Maranhão e a Secretaria de Estado da Cultura para a realização de ações de salvaguarda do Tambor de Crioula.

2017. Publicação do volume 15 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Tambor de Crioula do Maranhão}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2011. Início da execução de restauro e reabilitação de imóvel histórico situado na Rua da Estrela, nº 390, coração do Centro Histórico de São Luís, para a futura instalação do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula. Seu projeto original previa a adequação do espaço para a realização de um Centro de Referência, inspirado em projeto congênere do Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

2013. Realização, no Centro Histórico de São Luís, da primeira oficina de formação de grupos mirins de Tambor de Crioula, a fim de transmitir às crianças e aos jovens adolescentes as experiências, técnicas coreográficas e musicais que conformam essa tradição. A ação foi parte de convênio firmado entre a Superintendência do Iphan no Maranhão e a Secretaria de Estado da Cultura para a realização de ações de salvaguarda do Tambor de Crioula.

2014. Realização das oficinas de formação de grupos mirins de Tambor de Crioula, no bairro Fé em Deus, com o objetivo de transmitir às crianças e aos jovens adolescentes as experiências, técnicas coreográficas e musicais que conformam essa tradição. A ação foi parte de convênio firmado entre a

ABAIXO E PÁGINA AO LADO
COREIRAS E COREIROS DO TAMBOR DE
CRIOULA. SÃO LUIS-MA.
FOTOS: EDGAR ROCHA, 2006. DOSSIÊ IPHAN.

LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cul-
tural do Brasil (Iphan)
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publica-
cao/dossie15_tambor.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie15_tambor.pdf)

Superintendência do Iphan no Maranhão e a Secretaria de Estado da Cultura para a realização de ações de salvaguarda do Tambor de Crioula.

2014. Oficinas de percussão e cantoria, centradas na transmissão de técnicas percussivas e no estímulo à identificação e preservação de um repertório de cantigas, bem como a criação espontânea de novas, ocorridas no Taim (zona rural de São Luís); no município de São José de Ribamar, pertencente à região metropolitana de São Luís; e na área do Itaqui/Bacanga, área adjacente ao Centro Histórico. A ação foi parte de convênio firmado entre a Superintendência do Iphan no Maranhão e a Secretaria de Estado da Cultura para a realização de ações de salvaguarda do Tambor de Crioula.

2018. Cerimônia de entrega da Casa do Tambor de Crioula, Centro de Referência do bem cultural, com abertura de exposição de longa duração e lançamento do dossiê do registro. O espaço possui área de convivência, salas para realização de oficinas de dança e percussão, auditório e salão de exposição. Há previsão de instalação de biblioteca que abrigará acervo sobre o tema e de estúdio de gravação de CD e produção de vídeo. O imóvel é de propriedade do Governo do Estado do Maranhão, responsável pela gestão do Centro de Referência. ➡





MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO

partido alto, samba de terreiro e samba enredo

Abrangência
Rio de Janeiro

Registro
09/10/2007

Livro de Registro
Formas de Expressão

Proponente
Centro Cultural Cartola

Centro de Referência
Museu do Samba
R. Visconde de Niterói, 1296
Mangueira, Rio de Janeiro

CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS no 10º volume da Coleção Dossiês de Bens Registrados (Iphan, 2014), o “samba carioca”, tal qual praticado no Rio de Janeiro, foi duramente perseguido e discriminado no início do século XX, assim como seus detentores, os descendentes de africanos que, resistentes, conseguiram manter essa arte e fazer com que sua beleza e sua riqueza poética, melódica, harmônica e rítmica encantassem o país e o mundo. Hoje existem vários subgêneros do chamado “samba carioca” cultivados no carnaval ou na vida cotidiana, nas quadras e terreiros das escolas de samba, nos quintais, clubes e botecos, nas esquinas das várias cidades brasileiras. Os sambistas, contudo, são unânimes em identificar o partido alto, o samba de terreiro e o samba enredo como as modalidades que ancoram a tradição do samba no Rio de Janeiro, sendo estes, assim como a valorização e promoção de seus detentores e produtores, os pontos centrais para a realização das ações de salvaguarda.

Por meio do apoio às atividades do Centro Cultural Cartola e, particularmente, a celebração de quatro convênios com essa instituição, o Iphan contribuiu para a instalação do Museu do Samba e tem fomentado, além da permanente constituição de acervo sobre o universo das matrizes do samba carioca, capacitações de recursos humanos nas próprias comunidades de sambistas e estímulo à transmissão dos saberes como forma de alcançar a continuidade das tradições e a sustentabilidade cultural dos grupos.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

PÁGINA AO LADO
ATIVIDADE COM CRIANÇAS
NO MUSEU DO SAMBA.
RIO DE JANEIRO-RJ.
FOTO: ACERVO MUSEU DO SAMBA.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2008 – 2016. Apoio à realização de pesquisas e registros audiovisuais de personalidades do samba para a constituição de acervo referencial sobre a memória dos contextos socioculturais do partido-alto, samba de terreiro e samba-enredo. O acervo encontra-se sob a guarda do Museu do Samba, sediado no Centro Cultural Cartola, localizado em Mangueira, Rio de Janeiro. Foram entrevistados líderes comunitários e membros da Velha Guarda das escolas de samba responsáveis pela manutenção da tradição popular e símbolos que constituem a cena do samba praticado no Rio de Janeiro. O acervo documental, em permanente levantamento, supera a quantidade de 1.594 recortes de jornais digitalizados sobre a temática, a sistematização de mais de 4.400 fotografias; além de uma base de dados com a identificação e inventário das letras de sambas de partido alto, de terreiro e de enredo.

2018. Apoio ao Seminário 10 anos das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural, realizado na sede do Museu no Samba, localizada em Mangueira. O evento contou com a presença de representantes das comunidades de sambistas, pesquisadores e gestores públicos e discutiu avanços e desafios da preservação, assim como as mudanças no cenário do samba após 10 anos do registro como Patrimônio Cultural do Brasil.

2018. Articulação institucional para a aprovação de projeto de lei que cria a Política Estadual de Promoção, Salvaguarda, Fomento e Incentivo ao Samba Fluminense. A aprovação foi realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e atendeu aos pedidos de movimentos articulados a favor do bem cultural registrado.



À ESQUERDA E
PÁGINA AO LADO ACIMA
ATIVIDADES EDUCATIVAS NO
MUSEU DO SAMBA. RIO DE JANEIRO-RJ.
FOTOS: ACERVO MUSEU DO SAMBA.



Eixo 2. Gestão Participativa no processo de salvaguarda

2008-2013. Apoio à realização de oficinas para a capacitação de agentes culturais, com foco no desenvolvimento de lideranças e conteúdos referentes à administração, produção cultural e pesquisa.

2011-2012. Apoio às reuniões denominadas Chá do Samba, momento de congregação de representantes dos centros de memória e dos departamentos culturais das escolas de samba para intercâmbio de experiências na área de documentação com o objetivo de promover a capacitação e sensibilização das escolas para importância da documentação e salvaguarda da memória.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2008 – 2013. Apoio à realização das seguintes exposições fotográficas: Samba Patrimônio Cultural do Brasil; Simplesmente Cartola; Dona Zica da Mangueira e do Brasil; Dona Zica – 100 anos; apoio à produção da publicação Samba em revista - Revista do Centro Cultural Cartola, cujos textos, redigidos por sambistas, jornalistas e estudantes, discorrem sobre aspectos pessoais, históricos, teóricos, empíricos, políticos e econômico relativos ao samba.

2008 – 2018. Apoio à realização de seminários, encontros e intercâmbios, a fim estimular a constituição de uma rede entre sambistas de diferentes segmentos e pesquisadores, conformada em torno do debate e intercâmbio de experiências sobre o cenário, os desafios e propostas para a preservação da memória e valorização do samba do Rio de Janeiro e de outras formas de expressão com matrizes afro-brasileiras. Entre outros, foram realizados dos seguintes encontros: Encontro das Velhas Guardas, Seminário Samba Carioca: memória, patrimônio e identidade (incluiu em sua programação uma mesa-redonda envolvendo as porta-bandeiras de diversas agremiações de samba e consolidou parceria com a Associação das Baianas, o que possibilitou o desenvolvimento de encontros temáticos com esse importante segmento do samba e do carnaval carioca); Encontro Desafios da Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados (forma de estímulo para a constituição de uma rede entre bens registrados como forma de expressão, em que sambistas de



CAPA DA PUBLICAÇÃO SAMBA EM REVISTA N.3 DO
CENTRO CULTURAL CARTOLA, ATUAL MUSEU
DO SAMBA.

diferentes segmentos e pesquisadores debateram e trocaram experiências sobre o cenário, os desafios e propostas para a preservação da memória e valorização do samba do Rio de Janeiro e de outras formas de expressão com matrizes afro-brasileiras, como o jongo e a capoeira).

2014. Publicação do volume 10 da coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Matrizes do Samba no Rio de Janeiro}. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2016. Produção de 10.000 folders sobre as Matrizes do Samba Carioca e 2.500 folders sobre o Museu do Samba.

ATIVIDADE MEDIADA JUNTO
A VISITANTES DO MUSEU DO SAMBA, RIO DE
JANEIRO-RJ.
FOTO: ACERVO MUSEU DO SAMBA.



Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2008 – 2015. Apoio ao Centro Cultural Cartola para a implantação do Centro de Referência, Documentação e Pesquisa do Samba Carioca, por meio da aquisição de mobiliário, equipamentos para infraestrutura necessária à instalação física, acondicionamento e consulta ao acervo, compra de bibliografia especializada, contratação de serviços para levantamento e localização de filmes, fotografias, periódicos e outras publicações e levantamento e catalogação da produção fonográfica relativa aos sambas de partido-alto, de terreiro e de enredo das escolas de samba.

2012. Apoio ao Festival de Partido Alto, concurso de composições musicais desta modalidade, no qual se premiaram os três primeiros colocados com recursos financeiros, além de gravação de CD. Foram realizadas 20 rodas de samba para divulgar o festival em diferentes localidades: Clube Renascença, em Vila Isabel, Cacique de Ramos e no Centro Cultural Cartola.

2008-2013. Apoio à realização de oficinas para a transmissão de saberes relacionados ao universo do samba carioca, tais como: oficinas de percussão com foco na cuíca; oficinas de dança com foco nos papeis de Mestre Sala e Porta Bandeira; capacitação em gestão do carnaval com foco em Gestão de Escola de Samba, História do Samba e do Carnaval, Arte Carnavalesca e Catalogação de Acervo sobre Samba. Acompanhamento da transmissão da técnica do bordado em Barra Mansa, por meio do programa de desenvolvimento econômico e social das bordadeiras, colocando-as em contato direto com as escolas de samba. ➡

LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieSambaWeb.pdf>

Museu do Samba
<http://musedosamba.org.br>



MODO ARTESANAL DE FAZER QUEIJO DE MINAS, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Serra do Salitre/Alto Paranaíba

Abrangência

Minas Gerais

Registro

13/06/2008

Livro de Registro

Saberes

Proponente

Secretaria de Cultura do Estado de
Minas Gerais

Centro de Referência

Museu do Queijo Canastra
Município de Medeiros
Rodovia LMG 827
Aparecida Maria Teotônio KM 1

“A PRODUÇÃO ARTESANAL DE QUEIJOS de leite cru é uma atividade tradicional, enraizada no cotidiano de fazendas e sítios de Minas Gerais, e remete ao processo de ocupação desse território, durante os séculos 17 e 18. O modo de fazer, de origem milenar, é apropriado para o aproveitamento e conservação do leite, especialmente nas regiões serranas, onde o escoamento da produção sempre foi dificultado pelas condições das estradas. A receita básica foi legada pelos antigos colonizadores portugueses – leite cru, coalho e sal -, à qual os mineiros acrescentaram o ‘pingo’, fermento natural desenvolvido ao longo dos tempos, a partir do soro drenado do próprio queijo, e que lhe confere características microbiológicas específicas, condicionadas pelo tipo de solo, clima e vegetação de cada lugar.

Serro, Canastra, Serra do Salitre, Alto Paranaíba, Araxá, serras do sul de Minas, Campo das Vertentes são microrregiões onde se desenvolvem e se estabelecem, em dinâmica tradição, os modos de fazer de um queijo reconhecido mundialmente como ‘Artesanal tipo Minas’. É o queijo elaborado a partir de leite cru, como produto de uma tradição familiar e de uma economia local que o associa à atividade fundamental da fazenda mineira típica. É o Queijo Minas que, a despeito de ter gerado formas industriais de produção em todo o estado, não perdeu a força de sua tradição artesanal e não deixou de ser importante, cultural e economicamente, em seu modo de fazer original” (Dossiê Iphan, vol. 8. Iphan, 2014: 13).

Para a implementação do apoio e fomento ao modo artesanal de fazer queijo de Minas estão sendo realizadas atividades de mobilização de produtores para a compreensão dos contextos locais e articulação com diversos agentes institucionais para a proposição de ações que atendam as múltiplas dimensões nas quais o saber-fazer está inserido: cultural, social, sanitária, econômica, dentre outras.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

PÁGINA AO LADO
PRODUÇÃO DE QUEIJO ARTESANAL.
FOTO: MAYLENA CLÉCIA, S/D.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2010. Realização de reunião, com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com produtores dos municípios de Rio Paranaíba, São Roque de Minas, Medeiros e Serro.

2013. Realização do Fórum Internacional Indicações Geográficas, Patrimônio Cultural e os Queijos de Leite Cru, ocorrido em Belo Horizonte, na sede da Expominas, a partir de parceria entre a Superintendência do Iphan de Minas Gerais, Instituto Mineiro de Agropecuária (Ima) e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG).

2014. Realização de reunião no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), de Bambuí, para discussão sobre o Programa de Extensão (ProExt) Rota Gastronômica do Queijo Artesanal da Canastra.

2017. Realização do Festival do Queijo Minas Artesanal, realizado em Belo Horizonte, pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), com a parceria da Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Na ocasião, ocorreu o lançamento da cartilha *Aqui se faz Queijo*, publicação destinada a divulgação do bem cultural registrado para o público infanto-juvenil produzida pelo Iphan.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2012. Realização de reuniões regionalizadas com os produtores e parceiros municipais nos município do Serro (Região do Serro), Serra do Salitre e Patos de Minas (Região de Serra do Salitre/Alto Paranaíba) e Vargem Bonita (Serra da Canastra).

2012-2015. Realização de reuniões e encontros periódicos para a articulação dos produtores de queijo das regiões do Serro, da Serra da Canastra, da Serra do Salitre (Alto Paranaíba) e de Araxá, assim como para a estruturação do Plano de Salvaguarda e eleição do Comitê Gestor do Plano. Em paralelo, reuniões com as seguintes instituições parceiras: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto

AO LADO
CARTAZES PRODUZIDOS PELO PROJETO DE
SALVAGUARDA DESENVOLVIDO EM PARCERIA
COM SLOW FOOD E
INSTITUTO TERCEIRO SETOR-ITS.



Mineiro de Agropecuária (Ima), Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Internacional SLOWFOOD, entre outras.

2014. Realização da 13ª Reunião de Articulação do Plano de Salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, na sede da Superintendência do Iphan em Minas Gerais, com a participação dos produtores das três regiões. O objetivo do encontro foi encaminhar a articulação do Plano de Salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2008. Distribuição para instituições de ensino, parceiros institucionais e demais interessados de exemplares de DVD contendo documentário sobre o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas Gerais com informações sobre os valores patrimoniais do saber-fazer.

2009. Participação do Superintendência do Iphan em Minas Gerais nas etapas regionais do Concurso do Queijo Minas Artesanal, promovido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), nos municípios de São Roque de Minas, Medeiros, Serro.

2014. Publicação do volume 11 da coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas}. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2015-2018. Execução do projeto Salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas, realizado por meio de convênio celebrado com o Instituto Terceiro Setor (ITS) e executado pelo Grupo de Trabalho Slow Food de Queijos Artesanais (Convênio 811894/2014). Foram realizadas ações de promoção e valorização dos produtores de queijo e de seu saber-fazer, tais como: exposição fotográfica nos municípios de Alto Paranaíba e Patrocínio; seminário Os queijos artesanais de leite cru – um patrimônio cultural dos mineiros e dos brasileiros e oficina sensorial de educação do gosto; degustação de queijos artesanais e feira para a venda, no Centro de



Treinamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), no Campus Bambuí do IFMG.

2017. Divulgação de kit de material informativo e educativo do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, contendo a publicação infanto-juvenil *Aqui se faz Queijo*, o folheto *Orientações pedagógicas para o professor* e o vídeo *Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas*, em escolas das regiões da Serra da Canastra, Serro e Alto Paranaíba/Serra do Salitre.

2018. Apoio ao lançamento do livro e vídeo documentário *Rota Gastronômica do Queijo Artesanal da Canastra*, produzido pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) de Bambuí, a partir de edital do Projeto de Extensão-ProExt de 2014.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2017. Apoio à instalação de Centro de Referência – Museu do Queijo Canastra no município de Medeiros (Serra da Canastra), por meio do convênio executado pelo Grupo de Trabalho Slow Food de Queijos Artesanais. O objetivo do Museu é ser um espaço de convergência e valorização dos saberes e fazeres tradicionais dos queijos de leite cru, dos produtores, suas famílias e dos apreciadores desse patrimônio. ➔

QUEIJARIA. REGIÃO DO QUEIJO DA
CANASTRA-MG.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2006. DOSSIÊ
IPHAN.

LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Dossie_Queijo_de_Minas_web.pdf



RODA DE CAPOEIRA

Ofício dos Mestres de Capoeira

Abrangência

Nacional

Registro

21/10/2008

Livros de Registro

Formas de Expressão

Saberes

Proponente

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A CAPOEIRA É UMA PRÁTICA CULTURAL afro-brasileira multifacetada e multidimensional. Ao mesmo tempo em que é luta, também é dança, é compreendida como folclore, como esporte e até como arte. Mas, independentemente de sua classificação, carrega uma filosofia ancestral. Originada no século XVII do período escravocrata, desenvolveu-se como um modo de sociabilidade e solidariedade construída pelos africanos escravizados, uma estratégia social para lidarem com o controle e a violência. Hoje, é um dos maiores símbolos da identidade brasileira e está presente em mais de 160 países.

A “roda” é um elemento estruturante da Capoeira. É onde acontece o “jogo”. As duas dimensões sempre estão presentes: o lado lúdico da festa, da brincadeira e o outro da resistência, da reação contra o sistema opressor. Os capoeiristas cantam e batem palmas. Tocam-se instrumentos percussivos. No centro, duplas jogam revezadamente. Os movimentos são de muita destreza. Podem ser sutis, vigorosos e até acrobáticos. Os passos são muito difíceis e demonstram agilidades incríveis com o corpo. A beleza e energia da música e dos movimentos conquistam e seduzem os participantes e o público.

A roda de capoeira é um espaço profundamente ritualizado, congrega cânticos e gestos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia, um código de ética, que revelam companheirismo e solidariedade. A roda é uma metáfora da vastidão do mundo. Com suas alegrias e adversidades. A mudança constante. É na roda de capoeira que se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores tradicionais afro-brasileiros.

A roda de Capoeira é composta composta pelo mestre, contramestre e seus discípulos (alunos). Homens ou mulheres podem ocupar qualquer uma das funções, desde que tenham passado pelos rituais específicos.

PÁGINA AO LADO
FOTO: MARCEL GAUTHEROT, S/D.
ACERVO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E
CULTURA POPULAR (CNFCP/IPHAN).

O mestre é o grau mais alto na hierarquia da roda de Capoeira. A ele todos devotam admiração e respeito. É o mantenedor da cultura, o guardião de todos os saberes da roda. É o responsável por ser o exemplo de conduta; por ensinar o repertório de saberes; e pela manutenção da organização, mobilização, genealogia e memória social. O mestre mantém o grupo coeso e subordinado a um código ritual, distribuindo posições de comando e funções. É o mestre que, em geral, toca o berimbau principal, inicia os cânticos, comanda o tempo e ritmo do jogo, autoriza a entrada de pessoas externas e conduz os rituais de iniciação e passagem.

Os bens culturais – roda de capoeira e ofício dos mestres – expressam a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão. Seus reconhecimentos como patrimônio demarcam a conscientização sobre o valor da herança cultural africana. Herança esta que, no passado, foi reprimida e discriminada. Inclusive com práticas – como a roda de Capoeira – oficialmente criminalizadas durante um período da história do Brasil.

A partir do reconhecimento oficial das práticas e saberes relacionados à Capoeira, em 2008, foram elaboradas estratégias para promover, inicialmente em nível federal e, posteriormente de forma descentralizada, sua salvaguarda.

Destacam-se abaixo as principais ações realizadas a nível nacional:

2009-2012. Criação, pelo Ministério da Cultura, do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) com o objetivo de estruturar o Programa de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira), envolvendo órgãos como os Ministérios da Educação, dos Esportes e das Relações Exteriores. Em 2010 foram realizados os Encontros Pró-Capoeira, que reuniram mestres, capoeiristas e pesquisadores de todos os 26 estados do país e DF para a produção de diagnóstico da salvaguarda. Estes encontros promoveram a participação e a escuta de aproximadamente 900 detentores.

2010. Lançamento do Prêmio Viva Meu Mestre, cujo objetivo foi o de valorizar os mestres da tradição da Capoeira nas diferentes regiões do país, resultando na concessão de 100 premiações em dinheiro para mestres tradicionais publicamente reconhecidos.



AO LADO E ABAIXO
MESTRE MOA DO KATENDÊ. SALVADOR-BA.
FOTO: ARQUIVO COLETIVO GINGA DE
ANGOLA, 2015

2012 – 2018. Após a finalização do GTPC, o Iphan passou a atuar na salvaguarda da Capoeira por meio de suas unidades descentralizadas, realizando atividades de mobilização e difusão, seminários, ações de capacitação, de transmissão de saberes e confecção de instrumentos; bem como, atuando no apoio e estímulo a parcerias e projetos com prefeituras municipais e universidades, dentre outros órgãos; e, ainda, na identificação e mapeamento das rodas e dos mestres, assim como na realização de reuniões periódicas para elaboração e avaliação de ações de salvaguarda em diferentes localidades do Brasil.

2014. A Roda de Capoeira foi inscrita na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Unesco.

2014. Publicação do volume 12 da coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira}. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2017. Publicação do volume 3 da série Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, “Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira – Apoio e Fomento”, com o objetivo de divulgar as diretrizes para a salvaguarda e apresentar as competências do Iphan em relação aos bens culturais registrados, em especial, aqueles vinculados à Capoeira.

2017. Lançamento da plataforma *online* Cadastro Nacional da Capoeira (<http://www.capoeira.gov.br>). Como meio de divulgar e promover os capoeiristas, a plataforma viabiliza o cadastro de mestres de capoeira, capoeiristas, grupos e entidades de capoeira, além de pesquisadores e bibliografia relacionada à temática. As informações podem ser visualizadas por meio de mapas ou listas e também há espaço para a disponibilização de publicações, divulgação de eventos, notícias e fóruns de discussão para os coletivos de salvaguarda da Capoeira. Foi desenvolvida pela Superintendência Estadual do Iphan na Bahia para atender demanda apresentada pelos capoeiristas que participaram dos seminários realizados na instrução do registro da Roda de Capoeira e Ofício dos mestres.



A seguir, seguem as principais ações desenvolvidas em cada estado:

ACRE

COLETIVO DELIBERATIVO: Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Acre

COMPOSIÇÃO: 1 membro titular e 1 suplente para cada ente: Federação de Capoeira; Liga de Capoeira; Grupos independentes; Prefeitura de Rio Branco; Estado; Iphan; Universidade Federal do Acre, Instituto Federal do Acre; Regional Juruá; e, Regional Tarauacá/Envira.

2015. Evento para difusão da política de salvaguarda entre grupos de capoeira.

2017. Realização do 1º Fórum de discussão sobre a Salvaguarda da Capoeira, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Acre (UFAC), em conjunto com a Fundação Garibaldi Brasil, a Federação de Capoeira, a Liga de Capoeira e os grupos independentes. Como metodologia, foram formados grupos de trabalho para discutir temas baseados nos eixos norteadores da política de salvaguarda. Em um primeiro momento, houve a sensibilização e comunicação sobre a política, em seguida foi promovido um diagnóstico participativo, em diálogo com capoeiristas, grupos, associações, ligas e federações. As oficinas contaram com moderador e relator. Após a compilação e a sistematização das informações, chegou-se a uma primeira versão do Plano de Salvaguarda aprovado em plenária. Foi criado o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira no estado e, seu regimento interno, aprovado.

2018. Realização do 2º Fórum de discussão sobre a Salvaguarda da Capoeira com os grupos de capoeira do Município de Rio Branco. Apresentação da política de patrimônio imaterial e do Cadastro Nacional da Capoeira. Retomada da discussão do Plano de Salvaguarda. As propostas foram apresentadas novamente e analisadas de forma participativa, gerando retificações e sugestões de melhorias. Foi criado Grupo de Trabalho para dar continuidade à efetivação das ações do plano de implantação da Salvaguarda da Capoeira no estado do Acre.

ALAGOAS

2012. Reuniões com mestres de capoeira na sede da Casa do Patrimônio da Superintendência Estadual do Iphan em Alagoas, em parceria com a Fundação Cultural Palmares - Alagoas e a coordenação do Programa Pró-Capoeira.

2013. Ciclo de Debates Pró-Capoeira: Regulamentação, Salvaguarda e Incentivo à Atividade da Capoeira em Maceió.

2016. Realização de Seminário 'Salvaguarda da Capoeira em Alagoas', no Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), contando com a participação da Rede Nacional de Ação pela Capoeira e representante da Superintendência Estadual do Iphan na Bahia.

AMAPÁ

COLETIVO DELIBERATIVO: Grupo de Trabalho para a Salvaguarda da Capoeira no Amapá (Provisório)

COMPOSIÇÃO: Representantes de 11 grupos pertencentes à União dos Capoeiristas do Amapá (UNICAP) - Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil; Associação de capoeira origem brasileira; Associação Cultural Harmonia Arte Capoeira; Coletivo de mulheres que Gingam no meio do mundo e AMDECAP - Associação Cultural de Capoeira Resistência – Filial -Ap.; Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Ginga Amapá e Grupo Capoeira Resistência

2013. Realização do cadastro de mestres e grupos de capoeira do Amapá e ampliação do conhecimento sobre capoeiristas e mestres do estado.

2014. Ciclo de Reuniões de Salvaguarda da Capoeira do Amapá, que culminou na instauração do Grupo de Trabalho para a Salvaguarda da Capoeira, com a participação de mestres de capoeira, Secretaria Estadual de Cultura, Fundação Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

2016. Criado o grupo de Trabalho de Salvaguarda da Capoeira, integrado por líderes e representantes de grupos da Capoeira no Amapá.

2018. Contratação de empresa para a realização de pesquisa histórica e etnográfica e mapeamento dos grupos de Capoeira de Macapá e Santana. Tal ação demandou mobilizações iniciais com lideranças, grupos e federações da Capoeira no Amapá.

AMAZONAS

COLETIVO DELIBERATIVO: Grupo de Trabalho para Salvaguarda da Capoeira no Amazonas

COMPOSIÇÃO: membros da comunidade da Capoeira do estado do Amazonas; representantes do Iphan no Amazonas; representantes de instituições parceiras públicas municipais e estaduais; e, de organizações civis que tenham atuação em temáticas afins à Capoeira. O GT foi instituído por meio da Portaria Iphan nº 28/2015, de 16 de outubro de 2015.

2014-2016. Realização de ações de mobilização de mestres e grupos de capoeira, que resultou na instituição do Grupo de Trabalho para Salvaguarda da Capoeira no Estado do Amazonas.

2016. Apoio à realização do 1º Encontro Norte Capoeira, organizado e promovido pela Federação de Capoeira do Amazonas, com a parceria da Secretaria Estadual de Educação e participação de técnicos do Iphan dos estados do Norte, Superintendentes do Amazonas e Pará e representante do Departamento de Patrimônio Imaterial. O objetivo foi promover o diálogo sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas nos estados da região norte, assim como sobre as dificuldades, desafios e conquistas das Federações de Capoeira, tendo em vista uma maior aproximação entre os estados, proporcionando o esclarecimento sobre os mecanismos de participação social nas políticas públicas.

2017. Realização do I Seminário de Salvaguarda da Capoeira no Amazonas, no Teatro Jorge Bonates, com participação de 60 capoeiristas, mestres e contramestres. Como principais resultados, destaca-se o fortalecimento do coletivo deliberativo, o esclarecimento das ações prioritárias no plano de salvaguarda, a serem trabalhadas no ano de 2018, e o início da parceria com o Governo do Estado do Amazonas para a salvaguarda do bem registrado.

2018. Realização do II Seminário de Salvaguarda da Capoeira no Amazonas, no Palacete Provincial Heliodoro Balbi, com participação de 70 pessoas, dentre mestres, contramestres, professores e alunos. Como principais resultados, têm-se a formação de comissões temáticas, o esclarecimento das ações prioritárias no plano de salvaguarda, a serem trabalhadas no ano de 2019, e o debate de temas importantes para a salvaguarda do bem, junto à representantes do Governo do Estado do Amazonas e Prefeitura de Manaus.

CONSELHO GESTOR



SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NA BAHIA

BAHIA

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, Grupos de Trabalho Territoriais e Grupo de Trabalho para a Capoeira Angola

COMPOSIÇÃO: Conselho Gestor - composto por 28 representantes capoeiristas e 11 representantes institucionais: Iphan; Fundação Cultural Palmares/MinC; Instituto Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC/SECULT); Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI/SECULT); Secretaria de Educação do Estado (SEC); Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI); Fundação Gregório de Matos; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Instituído por meio da Portaria n. 42 de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União.

Grupos de Trabalho (GT) nos territórios: Macroterritório Costa do Descobrimento e Extremo Sul da Bahia; Macroterritório do Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim; Macroterritório do Velho Chico; Macroterritório Litoral Sul e Baixo Sul; Macroterritório Semi-árido Nordeste II; Macroterritório Vitória da Conquista e Médio Sudoeste II.

2013-2015. Realização dos ciclos de Seminários Salve a Capoeira. Cerca de mil capoeiristas de quase cem municípios baianos participaram dos eventos. Foram realizados nove seminários territoriais (Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Lençóis, Ribeira do Pombal, Livramento de Brumado) e um seminário voltado especificamente para o segmento da Capoeira Angola. Em cada um deles, foram elaborados Planos de Salvaguarda para o Território de Identidade pelos capoeiristas e formado um Grupo Territorial (GT).

2016. Realização do Seminário Estadual Salve a Capoeira, realizado no Forte do Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador. Foi formado o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e foram aprovadas em plenária 119 ações para a Salvaguarda da capoeira que, editadas e compiladas, deram origem às 72 ações do Plano de Salvaguarda. Participaram capoeiristas representantes dos Grupos Territoriais (GTs) formados durante os seminários territoriais.

2018. Criação de identidade visual e material gráfico para divulgação da Salvaguarda da Capoeira no estado Bahia.

CEARÁ

COLETIVO DELIBERATIVO: Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Ceará

COMPOSIÇÃO: aberto a mestres e contramestres interessados. Também é integrado por representantes do Iphan no Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

2015. Realização do I Seminário para a Salvaguarda da Capoeira, no qual os capoeiristas traçaram ações consideradas prioritárias para a salvaguarda.

2016. Realização de ciclo de atividades denominados Rodas de Memória. Os eventos consistiam na realização de uma roda de capoeira com um mestre antigo, sucedida de um momento de fala sobre sua trajetória como capoeirista.

2016. Realização de documentário sobre a capoeira no Ceará, para o qual foram gravadas entrevistas e as Rodas de Memória (descritas acima). Firmado Termo de Cooperação Técnica com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) a fim de realizar ações conjuntas voltadas à salvaguarda, como, por exemplo, desenvolver estudo de viabilidade, no âmbito da Universidade, sobre o reconhecimento do Notório Saber dos Mestres de Capoeira do estado Ceará.

2016. 1º Seminário da Salvaguarda da Roda e do Ofício de Mestre de Capoeira no Ceará. Ocorreu no Centro Cultural Banco do Nordeste e na Casa de Juvenal Galeno, em Fortaleza. As atividades foram pautadas por 12 reuniões precedentes realizadas com os mestres de capoeira.

2018. Criação de aplicativo para celulares (sistema Android) sobre as rodas de capoeira do Ceará, que permite aos usuários cadastrar seus grupos e calendários de rodas e eventos, tornando disponíveis aos interessados informações sobre local, endereço, data, horário e responsáveis pelas rodas de capoeira.



DISTRITO FEDERAL

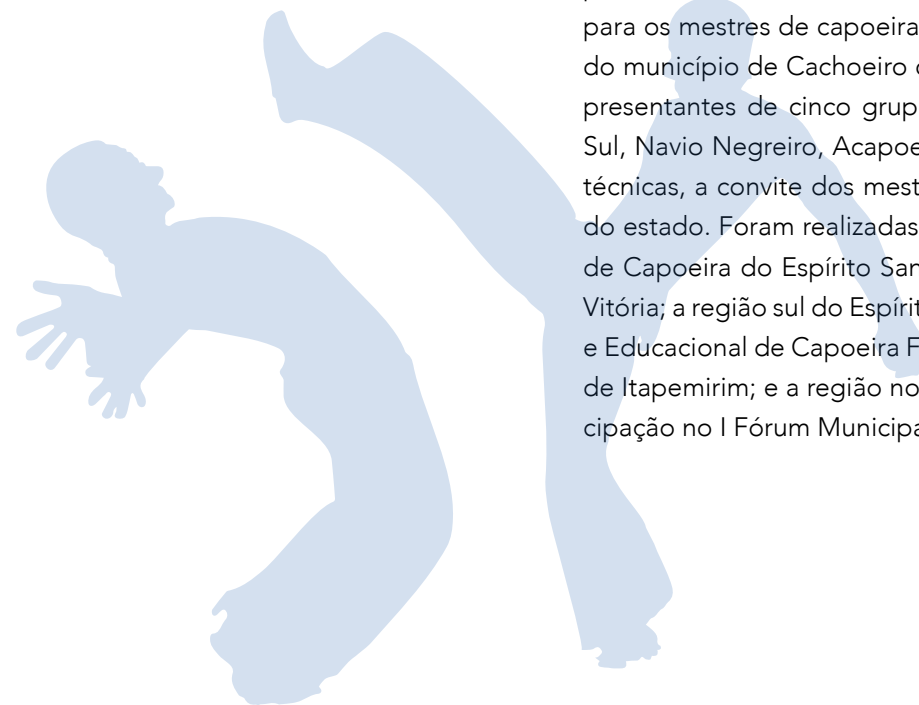
2015. Realização do Encontro de Salvaguarda da Capoeira no Distrito Federal, com a participação de servidores da Superintendência no Iphan no Distrito Federal e de outros estados.

2017. Apoio ao projeto Saberes dos Mestres da Capital, uma iniciativa oriunda dos próprios capoeiristas. Teve como objetivo homenagear os antigos mestres que trouxeram a capoeira para o Distrito Federal. Foi realizado um evento para cada mestre reconhecido pelos seus pares como referência da tradição e da história da capoeira na capital da República. Os eventos foram divididos em duas partes: uma entrevista ao programa de rádio Barracão da Cultura (realizado pela Rádio Cultura, 100,9 FM) e um momento na Roda de Capoeira da Igrejinha, especialmente conduzida pelo mestre, que transmitia suas histórias para os capoeiristas mais jovens. A Superintendência do Iphan no Distrito Federal apoiou a iniciativa com a elaboração de projeto gráfico, produção de camisetas e demais materiais de divulgação do projeto, além de registro fotográfico e audiovisual das rodas de conversa e rodas de capoeira.

ESPÍRITO SANTO

COLETIVO DELIBERATIVO: em formação

2012-2013. Roda de conversa com grupos de capoeiristas do município de Cachoeiro de Itapemirim, com o objetivo de repassar esclarecimentos sobre o registro e as ações de salvaguarda para os mestres de capoeira. Iniciativa da Subsecretaria de Cultura do município de Cachoeiro de Itapemirim. Estiveram presentes representantes de cinco grupos (Mocambos, Filhos da Princesa do Sul, Navio Negroiro, Acapoeira e Libertação). Realização de visitas técnicas, a convite dos mestres capixabas, a coletivos de capoeira do estado. Foram realizadas visitas à sede da Federação Capixaba de Capoeira do Espírito Santo (FECAES), situada no município de Vitória; a região sul do Espírito Santo, à sede da Associação Cultural e Educacional de Capoeira Filhos da Princesa do Sul, em Cachoeiro de Itapemirim; e a região norte do estado, em Linhares, para participação no I Fórum Municipal de Capoeira.



2014-2015. Realização de mapeamento dos grupos de capoeira do Espírito Santo por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Foram produzidos análise bibliográfica e documental, pesquisa de campo com caracterização da forma de expressão e do saber no estado, mobilização dos grupos e levantamento de demandas para a salvaguarda.

2017. Realização de reuniões de devolutiva do mapeamento da capoeira no Espírito Santo nos municípios de São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, com o intuito de apresentar os resultados da pesquisa, debater e apresentar encaminhamentos para o prosseguimento das ações de salvaguarda.

2018. Realização de 3 Fóruns Regionais (regiões norte, sul e metropolitana) para discussão sobre as possibilidades da Salvaguarda dos bens relacionados à capoeira e eleição de representantes para participação no I Encontro Estadual para Organização da Salvaguarda da Capoeira no ES, a ser realizado em 2019, no município de São Mateus.

GOIÁS

2013. Apoio à realização da 6ª Mostra de Capoeira Angola, no Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica, em Goiânia. Com a proposta de manter viva a tradição da capoeira angola e proporcionar a experimentação e a ampliação dos conhecimentos de várias manifestações artísticas de matrizes africanas, o evento trouxe um espaço de interação, vivência e debate entre representantes das expressões culturais envolvidas e público em geral.

2014. Realização do I Seminário de Patrimônio Imaterial Afro-Brasileiro: Congadas, Capoeira e Religiões de Matriz Africana.

MARANHÃO

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Maranhão; Conselho de Mestres e Fórum para a Salvaguarda da Capoeira no Maranhão.

COMPOSIÇÃO: Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Maranhão (01 representante da Federação Maranhense de Capoeira; 02 mestres; 01 contramestre; 01 capoeirista); Conse-



lho de Mestres (05 mestres); Fórum para a Salvaguarda da Capoeira no Maranhão (todos os praticantes de capoeira). O funcionamento dos coletivos é regido por regimento Interno elaborado pelos participantes.

2013. Realização de reunião em São Luís para esclarecimentos sobre o processo de salvaguarda a partir da demanda de um grupo de capoeiristas.

2014. Realização do Fórum Estadual para a Salvaguarda da Capoeira, em São Luís, para um público composto de capoeiristas e estudiosos. Foi constituído um Grupo de Trabalho integrado por três capoeiristas para, juntamente com a Superintendência Estadual do Iphan no Maranhão, detalhar as ações de salvaguarda indicadas e elaborar a minuta do Plano de Salvaguarda, a ser validada pela base social da Capoeira. Os objetivos foram coletar subsídios para a formação de um diagnóstico da prática da capoeira no Maranhão; levantar demandas dos detentores, tendo em vista a elaboração do Plano de Salvaguarda, e mobilizar os capoeiristas para a participação na política pública para a salvaguarda da capoeira no estado.

2015. Realização de reuniões semanais do Grupo de Trabalho para elaboração da minuta do Plano de Salvaguarda da Capoeira, com base nas ações indicadas pelos detentores maranhenses durante o Fórum realizado em 2014.

2017. Realização do II Fórum para a Salvaguarda da Capoeira, para aprovação da minuta do Plano de Salvaguarda elaborado pelo Grupo de Trabalho. O Fórum visou promover a mobilização e articulação dos detentores para o processo de Salvaguarda da Capoeira no estado. Criação do Coletivo da Capoeira, eleição do Conselho de Mestres e aprovação do Fórum para a Salvaguarda da Capoeira. Início da produção de livro sobre a História da Capoeira no Maranhão.

2018. Publicação do Plano de Salvaguarda da Capoeira, com o objetivo de divulgar as ações de salvaguarda aprovadas no II Fórum para a Salvaguarda da Capoeira e envolver os atores sociais da Capoeira na política federal para proteção desse patrimônio imaterial. O plano foi publicado em forma de um livreto com 32 páginas, nas quais são descritas as ações a serem desenvolvidas no âmbito do processo de salvaguarda do bem cultural.

2018. Realização de ciclo de Oficinas para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Ministrada de 23 a 25 de outubro, em

São Luís, pela mestranda do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP), Juliana dos Santos Nogueira, com os temas: Patrimônio Cultural, Educação e Patrimônio e Redes Sociais e Patrimônio. As oficinas foram destinadas a membros dos coletivos dos bens culturais Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula e Capoeira e gestores públicos integrantes dos coletivos.

2018. Realização de reuniões quinzenais com o Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira; bimensais com o Conselho de Mestres e trimestrais do Fórum para a Salvaguarda da Capoeira, para discussão e encaminhamento das ações de salvaguarda.

MINAS GERAIS

COLETIVO DELIBERATIVO: Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais

COMPOSIÇÃO: Entre titulares e suplentes - 06 mestres, 02 contramestres/professores, 02 alunos, 02 pesquisadores, bem como representantes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Secretaria de Cultura de Belo Horizonte e Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. O Comitê gestor atualmente passa pela sua 3ª formação.

2011. Formação do Conselho de Mestres. Um grupo de mestres de capoeira de Belo Horizonte solicitou à Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais apoio na organização de reuniões de mestres, com vistas à formação do Conselho de Mestres de Capoeira da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essas reuniões passaram a ocorrer mensalmente a partir do segundo semestre de 2011, culminando na realização do I Encontro de Mestres de Capoeira da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2012. A partir daí foi criado o Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais (COMCAP-MG), que teve sua primeira diretoria eleita em junho de 2012. As reuniões do COMCAP-MG ocorrem na sede da Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais.

2012. Acompanhamento do projeto Museu Itinerante Balaio da Capoeira, aprovado por meio do Edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) - Mapeamento, Documentação e Apoio ao Patrimônio Cultural Imaterial. O projeto foi realizado por meio de convênio celebrado com a Rede Catitu, com o propósito de organizar o acervo do Ônibus da Capoeira; produzir um documentário e desenvolver o subprojeto de reforma e instalações di-

gitais do ônibus, com vistas à realização de ações itinerantes como exposições, visitas e outras.

2012 a 2018. Reuniões de articulação e construção do plano de salvaguarda estadual. A Superintendência de MG atuou no diálogo com os mestres de capoeira no sentido de apoiar a sistematização das demandas e os debates sobre as formas de condução da política de salvaguarda, temáticas afetas à produção e gestão de projetos culturais e políticas e leis de incentivo à cultura. Foram realizadas as oficinas “Política Nacional de Patrimônio Imaterial”, “Elaboração de projetos” e “Editais e Leis de Incentivo à Cultura”. Também foram promovidos diálogos sobre outros processos de salvaguarda (Jongo e Samba de Roda), com identificação de possíveis parceiros e esclarecimentos sobre os procedimentos relativos à formulação e implementação do Plano de Salvaguarda. Todo este processo de discussão teve a participação de mestres, contramestres, praticantes de capoeira de Belo Horizonte e Região Metropolitana, agentes públicos, pesquisadores e outros interessados. Ao longo do período, foram realizadas, com frequência mensal ou bimestral, reuniões ampliadas, seminários e outros eventos, reuniões do Conselho de Mestres e do Comitê Gestor da Salvaguarda do estado, o qual foi instalado em 2013. As proposições mais recentes deste comitê objetivam a ampliação da participação dos mestres e praticantes de capoeira das outras regiões do estado.

2013 a 2014. Realização do Mapeamento da Capoeira em Minas Gerais. Foi elaborado um formulário digital que permitiu a mestres e capoeiristas fornecer informações para compor o mapa da Capoeira no estado. Paralelamente, a equipe de pesquisa entrou em contato com mestres e grupos de capoeira por telefone. Este mapeamento funciona como importante banco de dados para contato com mestres e grupos de municípios do interior, bem como é fonte de informações para estudo e compreensão dessa referência cultural no estado. Funciona, ainda, como apoio à organização da comunidade capoeirista, visando à sistematização de demandas e à promoção de debates relativos ao Plano de Salvaguarda. Os resultados deste levantamento trouxeram luz à dimensão da amplitude e diversidade com que a capoeira está representada no estado, tanto numérica quanto territorialmente. A síntese dos resultados do mapeamento pode ser acessada no site do Iphan:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapeamento_da_capoeira_de_minas_gerais.pdf

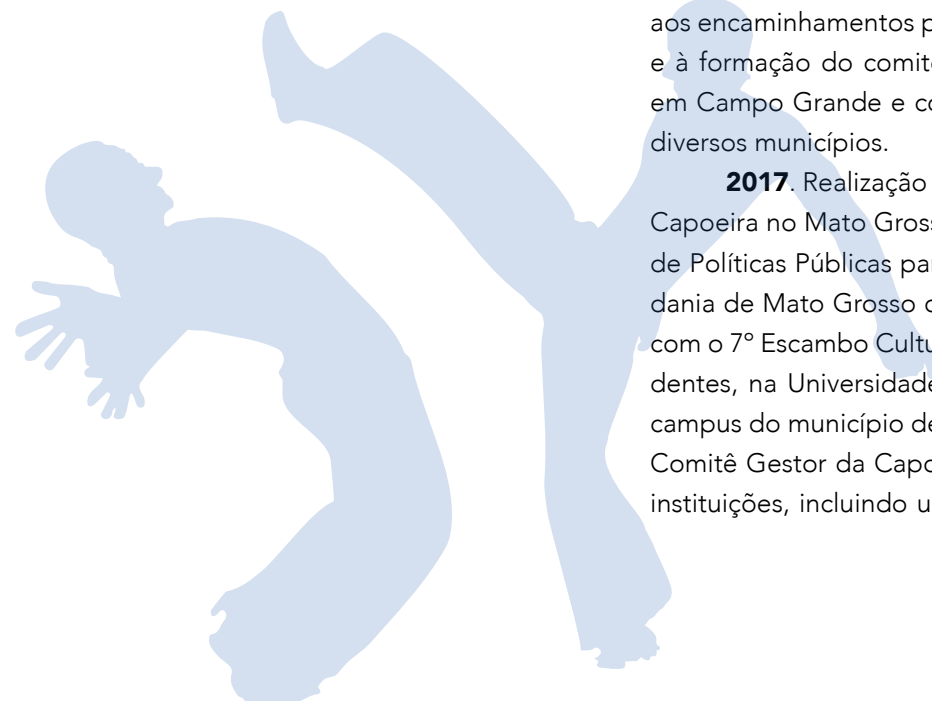
MATO GROSSO DO SUL

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Fórum Estadual da Capoeira no Mato Grosso do Sul e Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em Mato Grosso do Sul

COMPOSIÇÃO: Fórum – 03 Mestres ou contramestres de capoeira de cada uma das 5 regiões do estado (Norte, Sul, Centro, Leste e Oeste). Funcionamento do Fórum estabelecido por meio de Carta Constitutiva. Para mais informações consultar: <http://forumcapoeirams.wixsite.com/forumcapoeirams/inicio> e Fórum da Capoeira no Mato Grosso do Sul/Página no Facebook (https://www.facebook.com/forumcapoeirams/?ref=page_internal).

Comitê Gestor – Fórum Estadual da Capoeira MS; Iphan; Subsecretaria para promoção da Igualdade Racial e Cidadania (SUBPIRC); Conselho Municipal dos Direitos do Negro (CMDN); Conselho Estadual dos Direitos do Negro de Mato Grosso do Sul (Cedine/MS); Comissão sul-mato-grossense de Folclore; Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Mato Grosso do Sul; Fundação de Cultura de Aquidauana; Federação dos Cultos Afro-brasileiros e ameríndios do Mato Grosso do Sul (Fecams); Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial (Forpeder/MS); Coletivo de Mulheres Negras; Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems); Fórum Municipal de Cultura de Campo Grande; Fórum Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran); Apoiadores: Memorial da Capoeira do RN e Rede Nacional de Ação para a Capoeira.

2013. Realização de reuniões setoriais, dividindo o estado em regiões, de acordo com a distribuição dos mestres e entidades: Corumbá, Três Lagoas, Dourados, São Gabriel do Oeste e Campo Grande. Trabalho junto aos detentores baseado em um diagnóstico de levantamento de demandas e soluções a partir dos eixos temáticos do Pró-Capoeira. Constituição por demanda espontânea, durante a primeira reunião setorial em Corumbá, da Comissão dos



Grupos de Capoeira de Corumbá e Região do Pantanal.

2014. Realização do I Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. O evento contou com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS); da Prefeitura Municipal de Campo Grande, pela Fundação Municipal de Cultura (FUNDAC); e do Museu de Arte Contemporânea (MARCO). Teve como objetivos estabelecer um diagnóstico da capoeira no estado e criar propostas de ação e apoio aos diversos grupos existentes, com vistas à elaboração de um Plano de Salvaguarda amplo e ao fomento à criação de um comitê ou conselho gestor para auxiliar na gestão do bem cultural no estado.

2015. Realização do II Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira no Mato Grosso do Sul. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Estado e precedido por sete reuniões mensais de salvaguarda da capoeira. Teve como objetivo, como desdobramento das ações resultantes das reuniões descentralizadas com os detentores e do I Encontro Estadual da Capoeira, realizado em 2014, promover a criação do Fórum Estadual da Capoeira do Mato Grosso do Sul.

2016. Realização do III Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira no Mato Grosso do Sul, em parceria com a Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul e apoio da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania de Mato Grosso do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. O objetivo foi dar continuidade aos encaminhamentos para a constituição do Plano de Salvaguarda e à formação do comitê gestor da capoeira. O encontro ocorreu em Campo Grande e contou com participação de capoeiristas de diversos municípios.

2017. Realização do IV Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira no Mato Grosso do Sul, em parceria com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania de Mato Grosso do Sul. Sua realização ocorreu em conjunto com o 7º Escambo Cultural - Formação em Expressões Afrodescendentes, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus do município de Aquidauana. No encontro, constituiu-se o Comitê Gestor da Capoeira em MS, contando com cerca de vinte instituições, incluindo universidades, fóruns, sindicatos, fundações

de cultura, entre outras. No mesmo evento, o Fórum Estadual da Capoeira do Mato Grosso do Sul, que completava então seus dois primeiros anos de existência, reestruturou sua organização interna, compondo uma nova diretoria.

2018. Participação no V Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira no Mato Grosso do Sul, primeiro encontro de salvaguarda organizado exclusivamente pelos capoeiristas, tendo a Superintendência Estadual do Iphan em Mato Grosso do Sul participado na condição de convidada. Junto ao encontro, realizou-se o 8º Escambo Cultural - Formação em Expressões Afrodescendentes. Os eventos ocorreram no espaço da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR) e também contaram com apoio da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania de MS.

MATO GROSSO

COLETIVO DELIBERATIVO: Fórum da Capoeira de Mato Grosso

Para mais informações, consultar: Fórum de Capoeira de Mato Grosso/Página no Facebook. <https://pt-br.facebook.com/pages/category/Political-Organization/F%C3%B3rum-Da-Capoeira-De-Mato-Grosso-699303520196040/>

2012. Criação do Fórum da Capoeira de Mato Grosso e da Comissão Pró Capoeira de Mato Grosso. A criação do fórum, espaço de discussão e organização política, conseguiu agregar diversas entidades, entre elas a Federação de Capoeira de Mato Grosso, associações privadas e grupos de capoeira. Como desenvolvimento da organização do coletivo, o fórum passou a ser coordenado por uma comissão que integra as principais lideranças da capoeira do estado.

2012. Realização de identificação e documentação das rodas de capoeira e dos mestres de capoeira nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Tangará da Serra, Cáceres, Barra do Bugres, Sorriso e Vila Bela da Santíssima Trindade. Também ocorreram ações de formação e capacitação por meio do Fórum da Capoeira, como espaço de formação política para as lideranças. Ao longo de sete meses, ocorreram reuniões de formação em políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, realizadas com apoio do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan).



2013. Apoio à Comemoração do Dia do Capoeirista, por iniciativa do Fórum da Capoeira de Mato Grosso, realizado no Parque Mãe Bonifácia, em Cuiabá, com participação da Prefeitura de Cuiabá.

2015. Lançamento, na Superintendência Estadual do Iphan em Mato Grosso, da Carta da Capoeira de Mato Grosso, com apresentação de rodas de capoeira, danças afro e samba de roda. A carta foi resultado da mobilização das pessoas envolvidas diretamente com as rodas de capoeira na Baixada Cuiabana e em cerca de 30 municípios do estado. Este documento foi construído a partir das discussões do Fórum da Capoeira de Mato Grosso, criado em 2012.

PARÁ

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Pará e Grupo de Trabalho de Salvaguarda da Capoeira do Baixo Amazonas

COMPOSIÇÃO: Comitê Gestor – 02 representantes de cada região: Rio Guamá; Rio Caeté; Marajó; 04 representantes da região metropolitana de Belém e 01 representante do GT do Baixo Amazonas GT do Baixo Amazonas – 1 representante por município

Para mais informações, consultar: Salvaguarda da Capoeira no Pará/Página no Facebook. <https://pt-br.facebook.com/salvaguardacapoeirapara/>

2012. Realização de encontros de capoeiristas e outros profissionais envolvidos com a capoeira nos municípios de Santarém, Marabá e Belém, visando à realização de mapeamento e cadastramento nas regiões. Nos encontros, foram discutidos instrumentos, conceitos e políticas voltados ao patrimônio imaterial, problemas enfrentados pelos capoeiristas no estado e possibilidades de ação.

2013. Realização de Encontros da Salvaguarda da Capoeira no Estado do Pará, em Belém. Os objetivos dos encontros foram permitir o diálogo com detentores para construir um diagnóstico, identificar, debater e apontar possíveis soluções para os principais problemas relacionados à prática da capoeira no estado, visando propor ações para sua salvaguarda, bem como à formação de um Grupo de Trabalho com a participação de detentores e instituições envolvidas com esse bem cultural na região.

2014. Realização do ciclo de palestras Conversas Pai d'égua: falando sobre patrimônio, com o tema "A profissionalização da ca-

poeira”. Trata-se de uma ação da área de educação patrimonial da Superintendência Estadual do Iphan no Pará, que tem por objetivo debater temas relacionados ao patrimônio cultural brasileiro. Os palestrantes do evento foram Paulo Magalhães (Bahia) e Mestre Bezerra (Pará).

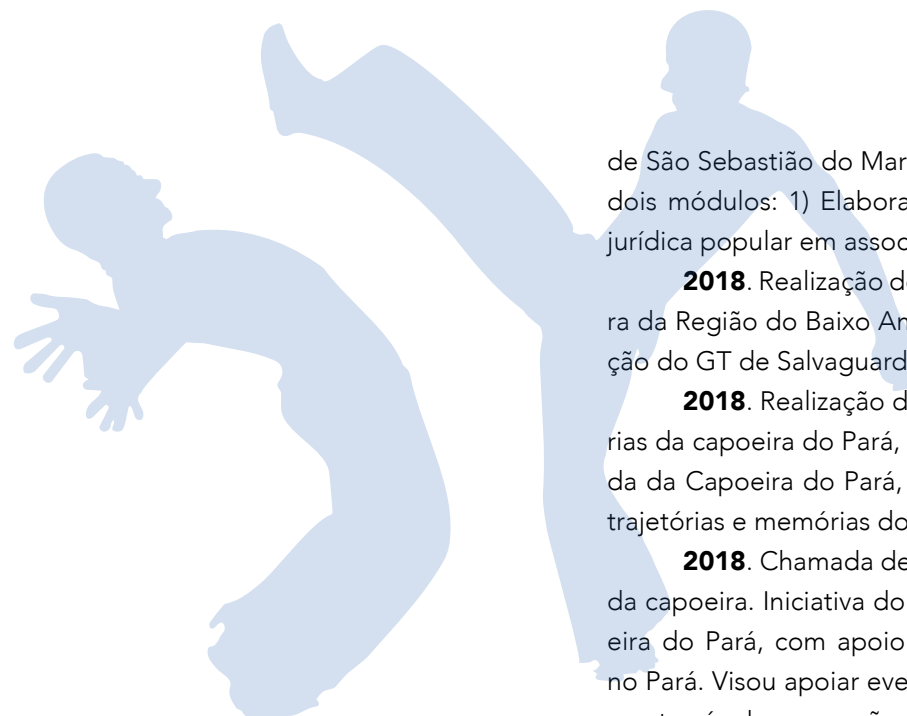
2015-2016. Realização de ciclo de encontros regionais da capoeira no Pará, com o objetivo de fomentar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam as manifestações culturais associadas à prática da Capoeira na elaboração de diretrizes para as ações de salvaguarda. Com os encontros, pretendeu-se realizar uma ampla escuta pública de modo a construir um Plano de Salvaguarda de maneira democrática e participativa. Os encontros foram realizados em: Belém do Pará, abrangendo Belém e Região metropolitana (Marituba, Santa Isabel do Pará, Ananindeua, Benevides, e Castanhal), Icoaraci; Castanhal, abrangendo municípios da Região Rio Guamá e Região Rio Tocantins; Capanema, abrangendo a Região Rio Caeté; Salvaterra, abrangendo Belém e Marajó I; e, Cametá, abrangendo Belém e Região Rio Tocantins.

2016. Articulação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com representantes eleitos nos encontros regionais.

2016. Realização do I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais, com o objetivo de discutir o protagonismo das mulheres e sua importância enquanto detentoras e transmissoras do patrimônio cultural. Contou com atividades de rodas de conversa com os temas “A mulher na capoeira” e “Detentoras do Patrimônio Imaterial Paraense”. A atividade foi realizada no auditório anexo à sede da Superintendência do Iphan, em Belém, abrangendo Belém e Região Metropolitana, e teve a participação do Movimento Capoeira Mulher, de Belém, e Mestre Janja (Bahia).

2017. Realização do Curso de Formação nos Conteúdos da Lei nº 10.639/03, em parceria com o Grupo de Estudos Afro-Amazonicos, da Universidade Federal do Pará (UFPA). O Curso foi ministrado por professores da Universidade Federal do Pará, para uma turma de 40 (quarenta) capoeiristas, totalizando uma carga horária de 120 horas.

2017. Oficinas de formação de detentores do patrimônio imaterial paraense, envolvendo a Capoeira, Carimbó, Festividades



de São Sebastião do Marajó e Artesãos de Miriti. Foram realizados dois módulos: 1) Elaboração de projetos culturais e 2) Formação jurídica popular em associativismo cultural.

2018. Realização do Encontro para a Salvaguarda da Capoeira da Região do Baixo Amazonas, no município de Santarém. Criação do GT de Salvaguarda da Capoeira do Baixo Amazonas.

2018. Realização do projeto Era eu, era meu Mestre: memórias da capoeira do Pará, iniciativa do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com o objetivo de valorizar e difundir as trajetórias e memórias dos antigos mestres do Pará.

2018. Chamada de apoio logístico a eventos da salvaguarda da capoeira. Iniciativa do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Pará, com apoio da Superintendência Estadual do Iphan no Pará. Visou apoiar eventos com foco na salvaguarda da capoeira, através da concessão de diárias e passagens aéreas de modo a promover o intercâmbio entre mestres e mestras de outros estados. Cinco eventos foram apoiados, possibilitando a participação de mestres e mestras de diferentes estados, convidados pelos grupos paraenses.

PARAÍBA

2014-2015. Realização de reuniões para mobilização e planejamento do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Paraíba, nos municípios de João Pessoa, Areia e Pombal. As reuniões foram organizadas no formato “rodas de conversa”, em que os capoeiristas eram convidados a se apresentar e, após a exposição de cada um, era realizada uma breve apresentação, com suporte audiovisual, do processo de registro do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira, em que os participantes podiam intervir com dúvidas e sugestões. Por fim, foi elaborado um documento com as diretrizes para Salvaguarda da Capoeira delineadas pelo Dossiê de Registro, a partir das quais os capoeiristas podiam propor alterações, acréscimos ou supressões, conforme as demandas locais. Participaram das reuniões capoeiristas, geralmente mestres, contramestres e educadores.

2016. Realização do I Fórum para Salvaguarda da Capoeira, com a presença de mestres, contramestres e educadores da capo-

eira na Paraíba, com vistas à definição das diretrizes para a Salvaguarda da Capoeira. O encontro foi realizado em João Pessoa, no espaço físico da instituição parceira Usina Cultural. Houve participação de representante da superintendência do Iphan – RJ, para compartilhar a experiência da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

PERNAMBUCO

COLETIVO DELIBERATIVO: Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas para a Capoeira de Recife

COMPOSIÇÃO: Representantes da capoeira de todas as regiões político-administrativas (RPAs) da capital pernambucana. O Fórum é coordenado pela Gerência de Igualdade Racial (Gerir), da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, Casa do Carnaval e Núcleo de Cultura Afro Brasileira da Secretaria de Cultura, com participação da Superintendência Estadual do Iphan em Pernambuco (Iphan-PE); Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e a Representação Regional do MinC no Nordeste.

2009-2011. Realização do Inventário Preliminar da Capoeira em Pernambuco, com o objetivo de mapear grupos, associações e federações, rodas e mestres das diversas modalidades de Capoeira nos 14 municípios que constituem a Região Metropolitana do Recife. Foi contratada a Associação Respeita Januário de Pesquisa e Valorização dos Cantos e Músicas Tradicionais do Nordeste, que executou o projeto, concluído em 2011. O Laboratório de Patrimônio Cultural, Museus, Objetos e Coleções (LPC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuou como instituição parceira. Foi realizado neste âmbito, em 2011, o 1º Fórum de Capoeira da Região Metropolitana de Recife - A Capoeira Patrimonializada: Desafios e Perspectivas Contemporâneas. Teve como objetivo promover a devolutiva dos resultados alcançados no Inventário Preliminar e debater sobre qual arranjo, espaço ou dinâmica se adequaria melhor à participação dos capoeiristas pernambucanos para a salvaguarda da capoeira.

2015. Publicação de livro sobre mestres de capoeira em Pernambuco, em complementação à pesquisa que gerou o Dossiê de Registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira,

para ampla distribuição e divulgação. E realização de formação continuada de detentores de bens registrados em Pernambuco, que contou com a presença de capoeiristas.

2016. Realização da Oficina de Salvaguarda da Capoeira em Pernambuco, com o objetivo de discutir a política pública de salvaguarda de bens registrados e planejar as ações prioritárias para a salvaguarda da capoeira em Pernambuco, junto com mestres e demais detentores de capoeira da capital e do interior. O evento integrou a programação da Semana da Capoeira do Recife e aconteceu no auditório do Museu da Abolição.

2016. Realização da 1ª Reunião para Formação de Comitê Gestor tendo como objetivo à criação de coletivos deliberativos como forma de garantir a participação, o empoderamento e o engajamento dos detentores de bens registrados no processo de salvaguarda. O evento foi realizado no auditório do Museu da Abolição e discutiu o processo de formação e a composição do Comitê Gestor, bem como suas principais atribuições, de modo a garantir o planejamento e dar início às ações prioritárias para a salvaguarda da capoeira em Pernambuco, juntamente com os mestres e demais detentores de capoeira da capital e do interior do estado.

2018. Estabelecimento de parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, por meio de Termo de Execução Descentralizada, para realização da pesquisa A Capoeira em Pernambuco - Complementação do Dossiê de Registro - Etapa I. A ação tem como objetivo a complementação de informações constantes no dossiê de registro da capoeira, em atendimento a pleito apresentado por mestres e capoeiristas que atuam em Pernambuco. A pesquisa prevê a difusão da importância da capoeira pernambucana para o patrimônio cultural brasileiro.

PIAUÍ

COLETIVO DELIBERATIVO: Grupo de Trabalho de Salvaguarda da Capoeira no estado do Piauí

2015. Realização do Encontro dos Grupos de Capoeira de Quilombo - Kizomba, na cidade de São João do Piauí. Além da mobilização de detentores, possibilitou um incentivo à prática da capoeira no estado do Piauí.

2016. Realização de mapeamento de mestres e grupos de

capoeira no estado do Piauí, por meio de visitas técnicas aos municípios de Picos, Parnaíba e São João do Piauí. Na oportunidade, outros municípios, localizados nos trajetos das viagens, também foram visitados para a realização do mapeamento. Além disso, foram enviados ofícios para prefeituras, secretarias de esporte, universidades, secretarias de educação e de cultura, para compor o mapeamento.

PARANÁ

COLETIVO DELIBERATIVO: Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná

COMPOSIÇÃO: 11 membros distribuídos por regiões de acordo com a diversidade da Capoeira paranaense: Curitiba e Região Metropolitana, Litoral, Norte, Oeste e Centro-Sul; além de representação feminina e de membros com diferentes graduações (mestres, contramestres, professores, treineis etc.).

Para mais informações, consultar: Comitê Gestor de Salvaguarda da Capoeira do Paraná - IPHAN /Grupo Público no Facebook. <https://www.facebook.com/groups/362002140592841/>

2012. Realização de mapeamento e identificação de grupos de capoeira, mestres, pesquisadores e instituições vinculadas, localizados na região metropolitana de Curitiba e no estado do Paraná. A atividade contribuiu para a organização de evento reunindo os agentes sociais envolvidos com a prática da capoeira, o Seminário de Patrimônio Imaterial e Cultura Afro-brasileira, realizado em Curitiba, com apoio da Fundação Cultural de Curitiba. No evento foi formada a primeira composição do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná.

2012. Realização de oficinas para a elaboração do Plano Estadual de Salvaguarda da Capoeira do Paraná, em Curitiba, tendo como foco principal a promoção do debate sobre a constituição do Comitê Gestor, além da elaboração de diagnósticos e identificação de demandas na área de patrimônio imaterial que pudessem gerar ações específicas desses segmentos junto à Superintendência Estadual do Iphan no Paraná e à Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

2014. Celebração da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco) e lançamento do documentário *Iê: Capoeira em Curitiba*, baseado em pesquisas do De-



partamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em projeto realizado com apoio do programa de incentivo à cultura da Fundação Cultural de Curitiba e patrocínio da Caixa Cultural. A celebração ocorreu no dia 3 de dezembro de 2014, na Cinemateca de Curitiba, e na ocasião houve a distribuição do dossiê de Registro da Capoeira e da revista Seminário Patrimônio Imaterial e Cultura Afro-brasileira. 42 mestres do Paraná e aproximadamente 120 pessoas, a maioria praticantes da Capoeira, estiveram presentes na celebração.

2015. Apoio à realização do III Festival Artístico Cultural Angola Agosto. Houve cerimônia de homenagem aos mestres do litoral do Paraná, oficinas de transmissão de saberes da capoeira e de outros bens registrados, como jongo e samba de roda, manifestações da cultura afro-brasileira, além de reunião do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná. O festival foi realizado em Matinhos, abrangendo representantes vindos das cidades de Matinhos, Paranaguá, Curitiba e São José dos Pinhais.

2015. Realização do Ciclo de Renovação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná, que contou com 4 encontros regionais realizados em Foz do Iguaçu (13 de novembro), Maringá (20 de novembro), Paranaguá (28 de novembro) e Curitiba (13 de dezembro).

2016. Apoio à realização do Encontro de Bambas, em São José dos Pinhais, que contou com a presença de Mestre João Grande (de Nova Iorque, EUA), aluno de Mestre Pastinha, e de Mestre Ananias, um dos fundadores da tradicional Roda de Capoeira da Praça da República, em São Paulo. A ação foi organizada pelo Ponto de Cultura Centro de Estudos da Cultura Afro-Brasileira (Cecab) e pela Federação Paranaense de Capoeira (Feparca), com apoio institucional da Superintendência Estadual do Iphan no Paraná e do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná.

2012-2018. Realização de reuniões do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná, com periodicidade quadrimestral, em média, e política de interiorização e regionalização dos encontros, tendo sido realizadas reuniões em cidades como Curitiba (julho de 2013), Cascavel (outubro de 2013 e julho de 2018), Matinhos (agosto de 2014 e agosto de 2015), São José dos Pinhais (novembro de 2014), Cambé (setembro de 2015), Toledo (outubro de 2015), Guarapuava (abril de 2017), Prudentópolis (abril de 2018) e Assis Chateaubriand (setembro de 2018).

RIO DE JANEIRO

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Conselho de Mestres de Capoeira no Rio de Janeiro e Grupo de Trabalho da Capoeira no Rio de Janeiro.

COMPOSIÇÃO: Conselho de Mestres - para garantir ampla representatividade o Conselho possui representações de seis regiões do estado do Rio de Janeiro, totalizando 30 titulares e 30 suplentes.

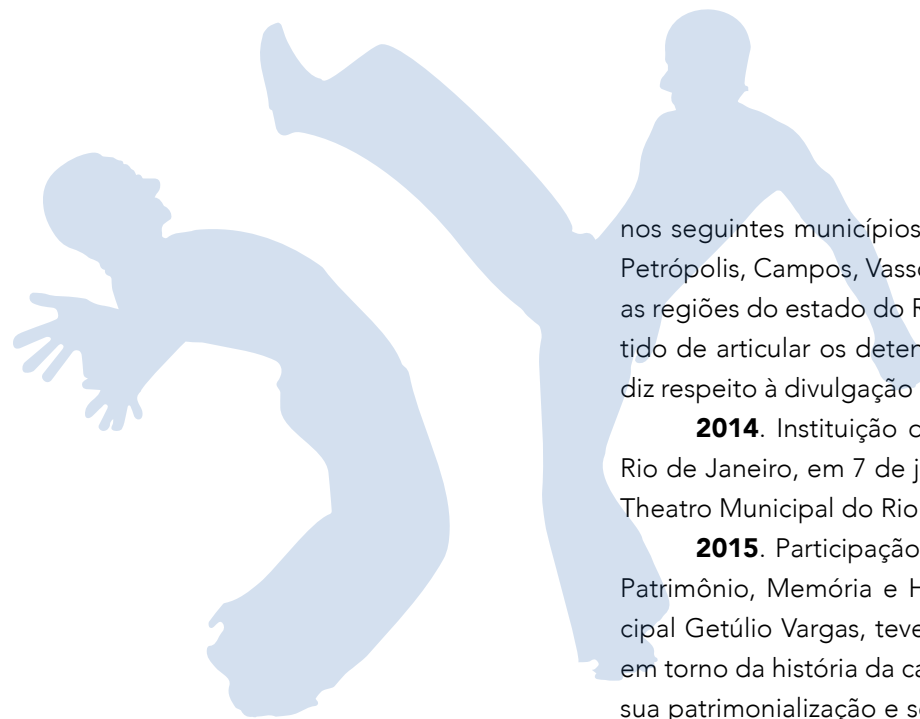
Grupo de Trabalho - O GT é formado por seis mestres de capoeira, uma capoeirista, Iphan-RJ, Fundação Cultural Palmares-RJ, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura-RJ, Universidade Federal Fluminense e Universidade Estácio de Sá. Institucionalizado por meio da Portaria nº 066/2013.

Boletins das atividades e informações do GT e do Conselho disponíveis em: <http://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>

2013. Criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaborar o Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

2013. Realização do Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, reunindo mais de 200 Mestres de Capoeira na sede da Superintendência Estadual do Iphan no Rio de Janeiro. O primeiro ponto discutido foi a organização da eleição para a formação do Conselho de Mestres do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, o primeiro passo foi a realização do cadastramento de todos os mestres e a definição de uma agenda de trabalho.

2013-2014. Realização de conferências regionais visando a formação do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro e a interiorização do Plano de Salvaguarda no estado. As conferências foram realizadas nos municípios que abrigam Escritórios Técnicos do Iphan, que abrangem as seguintes regiões: Região dos Lagos; Norte/Noroeste; Costa Verde; Região Serrana; Médio Paraíba; Região Metropolitana e a Conferência Estadual, e tiveram apoio das prefeituras dos municípios, por meio das Secretarias/Departamentos de Cultura e Educação, além do envolvimento dos mestres integrantes do Grupo de Trabalho da Capoeira. A ação foi realizada



nos seguintes municípios: São Pedro da Aldeia, Miracema, Paraty, Petrópolis, Campos, Vassouras e Rio de Janeiro, abrangendo todas as regiões do estado do Rio de Janeiro. O GT organizou-se no sentido de articular os detentores em cada região, sobretudo no que diz respeito à divulgação e ao contato com os mestres de capoeira.

2014. Instituição do Conselho de Mestres da Capoeira do Rio de Janeiro, em 7 de junho de 2014, em cerimônia realizada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

2015. Participação no Seminário Capoeira: Conexões entre Patrimônio, Memória e História. Promovido pelo Memorial Municipal Getúlio Vargas, teve como propósito fomentar as discussões em torno da história da capoeira como uma herança afro-brasileira, sua patrimonialização e seu caráter de instrumento pedagógico. A programação contou com a palestra A Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro, e com a participação do Grupo de Trabalho de Salvaguarda da Capoeira.

2016. Produção de 10.000 folders sobre o Ofício dos Mestres de Capoeira e Roda de Capoeira para distribuição aos detentores.

RIO GRANDE DO NORTE

COLETIVOS DELIBERATIVOS: Fórum Permanente da Capoeira no Rio Grande do Norte e Conselho de Mestres da Capoeira no Rio Grande do Norte (em formação)

COMPOSIÇÃO: Fórum - todos os praticantes da Capoeira que tenham interesse na construção de políticas públicas voltadas para a Capoeira

Para informações sobre as atividades do Fórum, consultar: <http://comcap-rn.blogspot.com/>

2012-2013. Aprovação do projeto Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Norte, apresentado pela Escola de Capoeira Cordão de Ouro do Rio Grande do Norte, no âmbito do Edital de seleção pública do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) "Mapeamento e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial". Por meio do projeto foram mapeados pontos de prática de capoeira atuantes em cerca de 50 municípios do estado do Rio Grande do Norte. O projeto também promoveu a realização de quatro oficinas de capacitação de agentes multiplicadores, dentro das escolas, buscando oferecer uma forma pedagógica de se aprender cidade-



nia em outra linguagem, e, assim, propor a inclusão da capoeira no planejamento do projeto político pedagógico nas escolas das cidades de Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó. Houve também a realização da exposição Origem da Capoeira, com acesso livre do público durante as oficinas, e a criação de sítio na internet para disponibilizar o material coletado durante o mapeamento. O mapeamento dos pontos de práticas de capoeira e a exposição contaram com a participação de mestres, contramestres e monitores de capoeira. As capacitações foram realizadas com a participação de mestres de vários estados, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A revista com a proposta pedagógica da exposição e a revista com o produto final para a divulgação foram entregues a escolas públicas e privadas, bem como a grupos de capoeira do Rio Grande do Norte. Houve, ainda, a distribuição de DVD com os registros fotográficos e audiovisuais do projeto para instituições participantes e as Casas de Cultura do Rio Grande do Norte.

2014. Realização de ciclo de reuniões de articulação da capoeira no Rio Grande do Norte, com o objetivo de mobilizar os capoeiristas e a comunidade em geral para propor ações e levantar opiniões acerca do processo de salvaguarda. Foi construído um plano emergencial com as propostas mais urgentes a serem desenvolvidas. Criou-se ainda o Fórum Permanente da Capoeira e foram discutidas e acordadas regras para a criação de um conselho de mestres.

2015-2016. Participação da Superintendência Estadual do Iphan no Rio Grande do Norte em ciclo de reuniões do Fórum Permanente da Capoeira.

2018. Apoio ao projeto Mapeamento da Capoeira - segunda etapa, com foco no mapeamento dos pontos de capoeira nos municípios que não foram atendidos pela primeira etapa, realizada no período de 2012 a 2013.

RIO GRANDE DO SUL

COLETIVO DELIBERATIVO: Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Rio Grande do Sul

COMPOSIÇÃO: em definição

2014-2015. Distribuição de material de divulgação sobre a

política de salvaguarda do patrimônio imaterial, e da Roda de Capoeira e Ofício de Mestres de Capoeira.

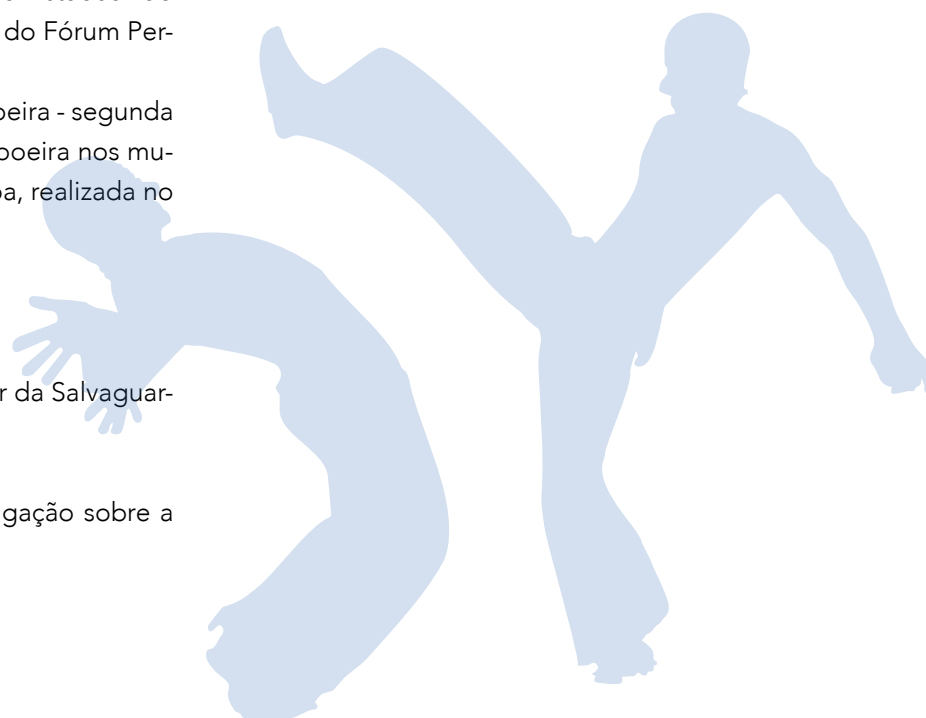
2014-2017. Ciclo de reuniões para a divulgação da política de salvaguarda e do registro da Capoeira, resultando na formação de um Grupo de Trabalho. As reuniões ocorreram em Porto Alegre e contaram com a participação de capoeiristas de Canoas e Caxias do Sul, além de detentores da capital. O tema central das reuniões foi a trajetória da capoeira no Rio Grande do Sul e a identificação de mestres referenciais, chegando-se à composição de uma lista de doze mestres considerados 'matrizes'. Temas como a regulamentação da profissão de capoeirista e projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional nesse sentido também foram debatidos.

2015. Realização do Encontro Temático - Regulamentação da Profissão de Capoeirista. O encontro foi organizado pela Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, como contribuição ao debate sobre a regulamentação da profissão de capoeirista.

2016. Realização de reunião preparatória para eleição do Conselho Gestor e do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no RS, com a participação de Mestre Duda (Bahia) e Mestre Cadu (Santa Catarina), que relataram o processo de salvaguarda em seus estados e a eleição dos respectivos Conselhos. O encontro foi seguido de jornada de debates sobre o perfil do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira no RS.

2016. Realização de eleição do Conselho de Mestres e do Conselho Gestor. A eleição teve caráter piloto, uma vez que a articulação para a realização da salvaguarda ainda não havia envolvido grupos de capoeiristas do interior do estado e da fronteira.

2017-2018. Elaboração de proposta em conjunto com o Conselho Gestor para a realização de mapeamento da capoeira no Rio Grande do Sul, com o objetivo de alcançar uma visão panorâmica da prática no estado e subsidiar a ampliação da articulação em torno da salvaguarda. Planejou-se a realização do mapeamento por módulos, iniciando-se por doze municípios da Grande Porto Alegre. A contratação para a execução do mapeamento foi homologada em outubro de 2018.



RONDÔNIA

COLETIVO DELIBERATIVO: em formação

2012. Realização da identificação de grupos e mestres de capoeira e atualização do Cadastro Nacional da Capoeira. Execução de encontros, viagens e reuniões com vistas ao mapeamento dos grupos no estado. A identificação ocorreu em Porto Velho, Costa Marques, Pimenteiras, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

2013-2014. Realização de articulação para a retomada do diálogo acerca das questões próprias à salvaguarda da Capoeira em Rondônia. Foram contatados diversos interlocutores, incluindo mestres e representantes de grupos de capoeira, bem como a Federação de Capoeira do Estado de Rondônia (Fecaron), com esclarecimentos sobre as possibilidades e limites da atuação institucional do Iphan.

2016. Apoio à participação de representantes da Capoeira do estado de Rondônia no 1º Encontro Norte Capoeira, ocorrido em Manaus (AM) em novembro de 2016. O encontro foi promovido pela Federação Amazonense de Capoeira (FAC), com apoio do Iphan, e teve como tema a salvaguarda da Capoeira.

2017-2018. Realização da 1ª Reunião Estadual da Salvaguarda da Capoeira em Rondônia. A reunião ocorreu nos dias 06 e 07 de abril de 2018. Aberta ao público em geral, teve como público-alvo os mestres e praticantes da capoeira no estado, e, como objetivo, apresentar os princípios e instrumentos da política de salvaguarda e discutir as principais demandas e desafios da capoeira no estado, buscando promover o debate para composição do Coletivo Deliberativo da Salvaguarda da Capoeira em Rondônia.

RORAIMA

COLETIVO DELIBERATIVO: Comitê Gestor da Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício do Mestre de Capoeira em Roraima

COMPOSIÇÃO: Representantes da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Roraima; Representantes da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista; Representantes da Universidade Federal de Roraima; Representantes da Federação Roraimense de Capoeira.



Instituído por meio de Regimento Interno.

Para mais informações, consultar: <http://salvaguardadacapoeira-roraima.blogspot.com/>

2012. Realização do projeto Salvaguarda da Capoeira em Roraima, que visou ampliar o espaço de discussão acerca da salvaguarda da capoeira no estado e se consolidou por meio das “Rodas do Mês” e do “Festival de Capoeira”, realizados pela Federação de Capoeira de Roraima, em parceria com a Universidade Federal de Roraima. Buscou-se ampliar a mobilização dos grupos e a possibilidade de intercâmbio com mestres de outros estados, por meio de oficinas de transmissão de saberes, realizadas mensalmente, até o festival no fim do ano.

2012. Realização da Semana Tipiti – Cultura e Patrimônio, contemplando ações da salvaguarda da capoeira com mestres locais e o projeto ‘Capoeira na escola’, em parceria com a Universidade Federal de Roraima. O evento teve como objetivo integrar a Semana da Consciência Negra, o Festival de Capoeira e a Semana do Patrimônio. Ocorreram mesas redondas sobre o patrimônio cultural, exposições fotográficas, rodas de prosa com mestres do saber popular, entre outros. Além disso, estiveram presentes a gastronomia regional, a arqueologia, a literatura de cordel, as capoeiras angola e regional, além da dança e percussão, com tambor de crioula de São Luís do Maranhão. Os mestres de capoeira de Roraima e de outros estados celebraram o encerramento da semana, com uma roda especial de capoeira.

2013. Realização de seis oficinas de transmissão de saberes, em Boa Vista, com mestres convidados de outras regiões do Brasil, e participação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Estado de Roraima. As oficinas foram finalizadas com rodas de capoeira em espaços públicos da cidade. Buscou-se, com a realização desta ação, dar continuidade às ações de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestres de Capoeira no estado, por meio de atividades que facilitassem a interação, o intercâmbio e a transmissão de saberes entre mestres capoeiristas de diversas localidades do país e mestres e praticantes residentes no estado.

2016-2017. Realização de mapeamento nos municípios de Amajari e Pacaraima; Cantá, Bonfin e Normandia; Caroebe e Baliza; Mucajaí, Iracema, Caracará e Rorainópolis, para verificar a presença de atividades com a capoeira.

2018. Publicação do livro Capoeira em Roraima: vou contar minha história, com o objetivo de registrar e promover a história dos espaços de capoeira existentes no estado: grupos, associações, escolas, institutos, projetos e programas que tem a capoeira como atividade principal. Foi realizado mapeamento destes espaços e convite para que os mestres e lideranças escrevessem suas próprias histórias. O livro é uma realização do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em Roraima, em parceria com a Superintendência Estadual do Iphan em Roraima, a Universidade Federal de Roraima e a Federação Roraimense de Capoeira.

SANTA CATARINA

COLETIVO DELIBERATIVO: Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina

2015. Realização do I Encontro de Mestres de Capoeira de Santa Catarina, em Florianópolis, com apresentações e debate sobre a política de salvaguarda. Na ocasião, foi composto e eleito o Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina. O evento teve abrangência dos municípios de Florianópolis, Lages, Itajaí, Joinville, Blumenau, Brusque e Balneário Camboriú. Nove grupos de detentores foram mobilizados, a saber: Gungagô, Quilombola, Arte & Manha, Grupo C.A.M.A.R.Á., Grupo de Capoeira Bimbas do Sul, Acapras, Corpo e Movimento, Aú Capoeira, Arte de Gingar.

2015. Realização de duas reuniões do Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina, ambas em Florianópolis/SC.

2016. Realização de sete reuniões do Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina, nos municípios de Biguaçu, Itajaí, Lages, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Balneário Camboriú. Foram elaborados e aprovados pelos mestres o Estatuto e o Código de Ética e Conduta do Colegiado, e planejado curso de formação para realização em 2017.

2017. Realização de Curso de Formação Continuada de Educadores de Capoeira, coordenado pelo Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina, pelo Núcleo Vida e Cuidado: estudos e pesquisas sobre violências - NUVIC/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Superintendência Es-



tadual do Iphan em Santa Catarina, com carga horária de 80 horas.

2017. Realização do II Encontro de Mestres de Capoeira de Santa Catarina, em Florianópolis. O evento incluiu apresentações sobre o Cadastro Nacional da Capoeira, sobre as atividades desenvolvidas pela primeira gestão do Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina e a eleição de membros para a gestão 2018-2022.

2017. Realização de duas reuniões do Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina, ambas em Itajaí.

2018. Realização de cinco reuniões do Colegiado de Mestres para a Salvaguarda da Capoeira em Santa Catarina, nos municípios de Itajaí, Joinville, Jacinto Machado, Lages e Camboriú. As reuniões foram combinadas com debates públicos em cada cidade sobre temas definidos pelo Colegiado.

SERGIPE

COLETIVO DELIBERATIVO: em formação

2015-2016. Realização de pesquisa sobre a história, conformação da capoeira e mobilização de detentores no estado. Para tanto houve levantamento socioespacial da capoeira, o preenchimento de fichas de contato, a realização de contatos telefônicos e via redes sociais, além de elaboração de bases cartográficas. Realizou-se, ainda, levantamento de dados secundários; pesquisa documental em arquivos e bibliotecas do estado; pesquisas em sítios eletrônicos; entrevistas, e-mails, e produção de material audiovisual e quadro sinóptico.

2016. Realização de Roda de Conversa As primeiras rodas de capoeira da cidade de Aracaju, como parte da programação da Semana Municipal da Capoeira em Aracaju, em parceria com o Museu da Gente Sergipana. O evento integrou o processo de construção da Política de Salvaguarda da Capoeira, conduzida pela superintendência do Iphan em Sergipe, com participação direta dos capoeiristas. Além da Roda de Conversa, a Semana Municipal da Capoeira teve mesas redondas, minicursos, exibição de documentário, palestras e oficinas, que ocorreram no Campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na sede do Museu da Gente Sergipana e em espaços públicos da cidade de Aracaju.

2016. Apresentação do resultado do mapeamento sobre a

história da capoeira em Sergipe aos praticantes e comunidade, no Centro Cultural de Aracaju, unidade da Fundação Cultural da Cidade de Aracaju (Funcaju). O estudo foi concluído após amplo levantamento junto aos mestres, grupos e praticantes da capoeira em todo o estado. A iniciativa foi importante para delinear futuras ações de salvaguarda e de promoção dessa prática enquanto patrimônio cultural.

2018. I Reunião para formação do coletivo deliberativo em Sergipe – apresentação das ações já realizadas no estado e discussão sobre o conceito de salvaguarda e a importância da formação de um coletivo. Votação sobre os segmentos a serem contemplados no coletivo. O evento ocorreu no Centro Cultural de Aracaju, no mês de fevereiro.

2018. II Reunião para formação do coletivo deliberativo em Sergipe – continuidade da discussão e votação sobre os segmentos a serem contemplados no coletivo. O evento ocorreu no Centro Cultural de Aracaju, no mês de abril.

2018. III Reunião para formação do coletivo deliberativo em Sergipe - Continuidade da discussão e votação sobre os segmentos a serem contemplados no coletivo. O evento ocorreu na Superintendência do Iphan em Sergipe, no mês de novembro.

2018. Encontro para a Salvaguarda da Capoeira em Sergipe. No evento de capacitação, foram realizados debates e alinhamentos para a formação do coletivo deliberativo da capoeira em Sergipe. Realizado no Centro de Criatividade, em Aracaju, o evento contou com palestras e exercícios práticos sobre salvaguarda e procedimentos para composição de coletivos deliberativos e sobre formação de redes colaborativas e atuação em pesquisa, com participação de representantes do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan e de representante da Casa Mestre Ananias – Centro Paulistano de Capoeira e Tradições Baianas, de São Paulo.

SÃO PAULO

2012. Realização de Ciclo de Debates Pró-Capoeira: Regulamentação, Salvaguarda e Incentivo à Atividade da Capoeira, uma parceria da Superintendência Estadual do Iphan em São Pau-



lo e Fundação Cultural Palmares (FCP).

2015. Realização de reuniões abertas com os capoeiristas de São Paulo e da Grande São Paulo sobre a estruturação do processo de salvaguarda no estado.

2015-2016. Realização de inventário da capoeira no estado de São Paulo, com mapeamento dos grupos de capoeira existentes no estado, identificando sua filiação, mestres e formas de organização e difusão de saberes associados ao bem cultural. O trabalho ajudou na elaboração de uma genealogia da capoeira paulista e foi um primeiro estímulo para que os detentores se mobilizassem em torno da construção de um plano estadual de salvaguarda da capoeira.

2017-2018. Realização de reuniões com capoeiristas para debates e encaminhamentos sobre os possíveis formatos para o(s) coletivo(s) deliberativo(s) no estado de São Paulo. Observou-se a tendência de conformação de pequenos núcleos locais (em municípios do interior do estado ou nos bairros da capital e cidades adjacentes) compostos por vários grupos, com a intenção de iniciar processos de salvaguarda em territórios específicos.

TOCANTINS

COLETIVO DELIBERATIVO: Comitê Gestor da Capoeira no Tocantins

COMPOSIÇÃO: Capoeiristas das 04 regiões do estado, representantes da Superintendência Estadual do Iphan em Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins, da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e da Superintendência de Cultura do Estado do Tocantins. Instituído pela Portaria nº 2, de 19 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União.

2015. Mobilização dos grupos de capoeira para participação no I Encontro para a Salvaguarda da Capoeira no Tocantins. Realização de reunião com representantes de grupos de capoeira do município de Palmas.

2015. Realização do I Encontro para a Salvaguarda da Capoeira no Tocantins. Precedido por 18 reuniões regionais de mobilização, o encontro, realizado em Palmas, reuniu representantes de todos os grupos de capoeira identificados nos encontros regionais, além de representantes das secretarias estaduais de Cultura e de

LINKS DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf>

Dossiê de Inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Unesco)
<https://ich.unesco.org/en/RL/capoeira-circle-00892>

Cadastro Nacional da Capoeira – Portal da Capoeira
<http://capoeira.gov.br/>

Cartilha Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_salvaguarda_capoeira.pdf



Educação e da Universidade Federal do Tocantins. Foram aprovadas as propostas de elaboração do Plano de Salvaguarda, além da indicação de representantes para compor o Comitê Gestor. Houve realização de palestra sobre a capoeira no estado de Goiás e sua influência no Tocantins, além de palestra sobre a capoeira para alunos de escola pública no município de Palmas.

2016-2018. Realização de ciclo de reuniões do Comitê Gestor da Capoeira. A partir do início das reuniões no ano de 2016, elaborou-se o Regimento Interno e definiu-se ações de curto, médio e longo prazo. Um dos desafios do comitê da salvaguarda é fazer com que as discussões cheguem até os grupos de trabalho nos municípios e também que as discussões dos grupos de trabalho sejam repassadas para os representantes regionais no comitê gestor.

2017. Oficina de confecção de atabaque. A ação ocorreu em parceria com a Faculdade Católica do Tocantins, que disponibilizou o espaço. O evento foi ministrado por três mestres de capoeira, possibilitando a construção de três técnicas distintas de confecção. Contou com a participação de trinta pessoas.

2017-2018. Realização da I Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins. Ação executada por meio de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Tocantins, Campus de Arraias. O mapeamento abrangeu 22 municípios, sendo identificada a ocorrência da capoeira em 20 municípios. Os objetivos da pesquisa foram: realizar levantamento da documentação histórica a respeito da capoeira no estado do Tocantins, incluindo acervos públicos e particulares e realizar mapeamento de mestres, grupos, praticantes e pesquisadores da capoeira na região sudeste do Tocantins, com intuito de auxiliar as ações de salvaguarda e produzir conhecimento histórico da capoeira na região sudeste do Tocantins.

2017. Realização do II Encontro para a Salvaguarda da Capoeira e Festival de Cantigas Inéditas de Capoeira. Os eventos ocorreram no Memorial da Coluna Prestes, em Palmas. Foram encaminhadas propostas para a realização de ações em 2018 e para nova composição do Comitê Gestor.

2018. Realização da II Etapa do Mapeamento da Capoeira (em andamento), contemplando dez municípios da microrregião de Porto Nacional, exceto Palmas. ➡



MODO DE FAZER RENDA IRLANDESA tendo como referência este ofício em Divina Pastora (Sergipe)

Abrangência

Sergipe

Registro

27/11/2008

Livro de Registro

Saberes

Proponente

Associação para o Desenvolvimento
da Renda Irlandesa de Divina Pastora
(Asderen)

“O MODO DE FAZER RENDA IRLANDESA configura um saber tradicional que vem sendo ressignificado pelas rendeiras de Divina Pastora, município do estado de Sergipe, a partir de fazeres seculares que remontam à Europa do século XVII e que, na sociedade local, do período colonial aos tempos presentes, estão geralmente associados à condição feminina. O produto desse fazer é uma renda de agulha que tem como suporte o lacê, matéria-prima industrializada [...]. O fio brilhoso é fixado a um debuxo, ou risco de desenho sinuoso, feito em papel manteiga, superposto a um papel grosso preso a uma almofada. O risco, espécie de gabarito a ser seguido, apresenta espaços vazios que são preenchidos pela artesã com uma multiplicidade de pontos executados com fios de linha. Estes pontos são bordados, compondo a trama da renda com motivos tradicionais, que são reproduzidos e recriados continuamente pelas rendeiras. O saber-fazer é o conhecimento mais característico da produção da renda irlandesa, sendo compartilhado pelas rendeiras, organizadas geralmente sob a liderança de uma mestra que goza de reconhecimento público” (IPHAN. Modo de Fazer Renda Irlandesa. Série Dossiês Iphan, vol. 13. Brasília, DF: Iphan, 2014).

Para o apoio a continuidade da prática e o fomento à sua sustentabilidade cultural, o Iphan buscou, prioritariamente, em conjunto com as rendeiras e demais instituições parceiras, realizar o monitoramento da matéria-prima principal da renda irlandesa, o lacê, uma vez que sua produção industrial foi defasada e comprometeu sobremaneira a continuidade da produção. A atenção também foi direcionada à divulgação do saber-fazer e ao estudo, documentação e difusão dos saberes associados à produção de debuxos, visando sua transmissão e valorização.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.



Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2009. Seminário da Renda Irlandesa no auditório do Senac, em Aracaju. Aberto e promovido ao público em geral teve como objetivos divulgar o Registro do Ofício das Rendeiras de Divina Pastora e promover o diálogo com instituições governamentais e organizações da sociedade civil, visando estabelecer parcerias com vistas ao desenvolvimento de ações de proteção e salvaguarda do bem.

2011-2014. Realização de ciclo de reuniões para elaboração do Plano de Salvaguarda, com a participação dos órgãos do Conselho Consultivo e dos diversos núcleos de produção da renda dos municípios de Divina Pastora, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Santa Rosa de Lima, Maruim e São Cristóvão.

Eixo 2. Gestão Participativa no processo de salvaguarda

2010. Instituição do Comitê Gestor e do Conselho Consultivo para a Salvaguarda da Renda Irlandesa. O Conselho Consultivo não possui um número pré-determinado de integrantes. O seu objetivo é debater e propor ações para a elaboração e implantação do plano de salvaguarda, auxiliar na elaboração, formatação e administração de projetos que visem a continuidade do modo de fazer renda irlandesa e a melhoria de suas condições de produção. O Comitê Gestor dispõe de cinco assentos: três para representantes de rendeiras (duas de Divina Pastora e uma de Laranjeiras), Superintendência do Iphan em Sergipe e Prefeitura Municipal de Divina Pastora. Seu objetivo é implantar o Plano de Salvaguarda, subsidiar as discussões do Conselho e coordenar as ações.

2014. Proposição de prévia do Plano de Salvaguarda para ser homologado pelo Conselho Consultivo e Comitê Gestor.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2010. Reformulação e abertura nas dependências da Superintendência do Iphan em Sergipe da exposição itinerante *Divina Renda*, que havia sido realizada em 2007 com o apoio da Prefeitura de Divina Pastora na sede da ASDEREM. Incluiu painéis, mobiliário

da época, debuxos e peças de renda antigas e atuais. A mostra percorreu o Mirante da Avenida 13 de Julho, o Museu Histórico de Sergipe em São Cristóvão, o Centro de Artesanato J. Inácio na Coroa do Meio, voltou a Divina Pastora por ocasião do XII Encontro Cultural de Divina Pastora e, ainda, o espaço de exposições temporárias da sede do Superintendência do Iphan em Alagoas.

2014. Publicação do volume 13 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

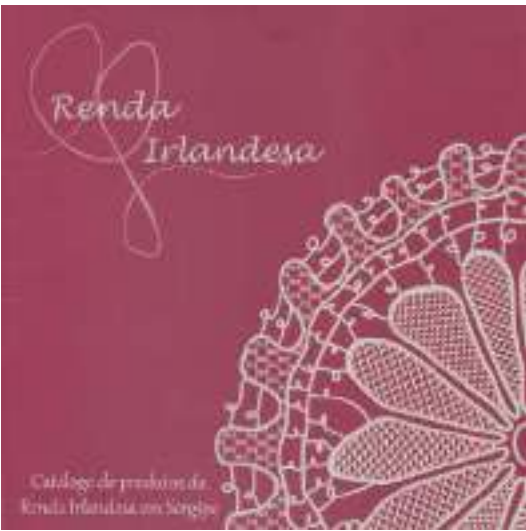
2014. Criação da identidade visual *Renda Irlandesa – Patrimônio Cultural do Brasil*. Produção e impressão de folder e calendário para divulgação da renda e de suas produtoras. Produção e impressão de etiquetas para a comercialização dos produtos. Publicação de catálogo com produtos e impressão de etiquetas para divulgação do bem cultural para apoio à ampliação de mercado. A identidade visual e cinco mil etiquetas impressas foram doadas às rendeiras de Divina Pastora e Laranjeiras.

2016. Reimpressão de catálogos e etiquetas de preço e autoria das peças, com sua distribuição para os núcleos produtores de renda dos municípios de Divina Pastora, Maruim, Laranjeiras e Estiva.



PÁGINA AO LADO
ACIMA
RENDEIRA.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.

ABAIXO
CAPA DE CATÁLOGO
DE DIVULGAÇÃO DA
RENDA IRLANDESA.



À ESQUERDA
ENTREGA DE MÁQUINAS TRANÇADEIRAS NA
COOPERATIVA DOS ARTESÃOS DE LARANJEIRAS
(COOPERLAR). SERGIPE.

À DIREITA
ENTREGA DE MÁQUINAS TRANÇADEIRAS NO
CENTRO DE ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO
DO POVOADO ESTIVA. NOSSA SENHORA DO
SOCORRO-SE.

FOTOS: ACERVO IPHAN, 2018.



2016-2018. Produção de vídeo-documentário por meio de convênio com a Fundação Cultural Cidade de Aracaju (Funcaju). A partir de oficinas de audiovisual com alunos das ultimas séries do ensino fundamental da rede pública de Divina Pastora, o documentário enfocou as histórias de vida das rendeiras de renda irlandesa do município de Divina Pastora.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2013-2017. Ciclo de reuniões para elaboração de Plano de Trabalho para o monitoramento da produção do lacê e busca por soluções para a melhoria da qualidade da matéria-prima e facilitação de seu acesso, uma vez que a principal fábrica produtora havia encerrado a produção. As demais fábricas produziam sem a mesma qualidade e com baixa oferta de cores. Na tentativa de resolver esse problema, a Superintendência do Iphan em Sergipe passou a realizar pesquisa em fábricas produtoras de linha com o objetivo de identificar máquinas que produzissem lacê com qualidade.

2017. Realização de Reuniões nos quatro núcleos produtores de renda - Divina Pastora, Laranjeiras, Maruim e Estiva -, para informar sobre encaminhamentos tomados para a aquisição de máquinas produtoras de lacê para uso das próprias rendeiras; treinamento de pessoal para o seu uso; articulação da Superintendência do Iphan em Sergipe junto às indústrias de fabricação de linha e plano para gestão da produção do lacê.

2018. Aquisição de dez máquinas trançadeiras para a produção do lacê com vistas a facilitar o acesso das rendeiras à matéria-prima. As máquinas serão destinadas a três associações e uma cooperativa: Associação de Renda Irlandesa, Arte e Talentos de Maruim (Ariaim); Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora (Asderen); Cooperativa dos Artesãos de Laranjeiras (Cooperlar); e Centro de Atividade e Desenvolvimento do Povoado de Estiva. ➡

LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Dossie_Renda_Irlandesa_DivinaPastoraWeb.pdf



TOQUE DOS SINOS E OFÍCIO DE SINEIRO EM MINAS GERAIS, tendo como referência as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes

Abrangência

Minas Gerais

Registro

03/12/2009

Livros de Registro

Formas de Expressão

Saberes

Proponente

Secretaria de Estado da Cultura
de Minas Gerais

“O TOQUE DOS SINOS EM MINAS GERAIS é uma forma de expressão sonora produzida por percussão dos sinos das igrejas católicas para anunciar rituais religiosos e celebrações, como festas de santos e padroeiros, casamentos, batizados, atos fúnebres e marcação das horas, entre outras comunicações de interesse coletivo.

A tradição do toque dos sinos, eminentemente masculina, se mantém viva como referência de identidade cultural da população local e como atividade afetiva, lúdica e devocional de sineiros voluntários e profissionais. [...] É aprendizado que requer observação, envolvimento e dedicação desde a infância, quando os meninos, que não têm acesso às torres, começam a reproduzir os sons dos campanários em panelas, postes, enxadas e em tudo o mais que possa servir como objeto de percussão” (Trechos das certidões de registro dos bens culturais, Iphan, 2009).

Por meio da mobilização de detentores e instituições públicas, o Iphan busca garantir meios para a continuidade do saber-fazer e a valorização de seus detentores.

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e alcance da política

2010-2014. Realização de ciclo de reuniões com os sineiros dos municípios de São João del-Rei, Tiradentes, Serro, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Sabará e Congonhas, para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Toque dos Sinos em Minas Gerais e a formalização de Comitê Gestor. As discussões e encaminhamentos culminaram no I Encontro de Sineiros de Minas Gerais, no qual foram definidas as prioridades das ações de salvaguarda a serem seguidas.

PÁGINA AO LADO
SINEIRO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO
Ó. SABARÁ-MG.
FOTO: CRISTINA LEME, 2007. DOSSIÊ IPHAN.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2014. Realização do I Encontro dos Sineiros de Minas Gerais, em São João del-Rei, evento que contou com a participação de dois representantes dos sineiros das cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Serro, Sabará e Oliveira. Realizado na Academia de Letras de São João del-Rei. No encontro, foram feitas atualizações no Plano de Salvaguarda e apontadas quatro ações prioritárias para orientar a execução das ações de salvaguarda nos anos subsequentes (2015 e 2016): 1. Inventário, diagnóstico e monitoramento dos sinos e torres e avaliação, conservação e restauro constante dos sinos e torres; 2. Criação de uma associação de classe (estadual ou por município) como instância para fortalecer o papel dos sineiros; 3. Articulação de poderes públicos locais, paróquias, conselhos de patrimônio, de turismo e de cultura, associações civis, para possíveis parcerias para a salvaguarda dos toques e do ofício; 4. Ação para ampliar a divulgação da “linguagem dos sinos”. Por fim, deliberou-se pela realização anual dos Encontros Estaduais de Sineiros, em caráter itinerante.

2015. Realização do II Encontro dos Sineiros de Minas Gerais, em Ouro Preto. Contou com a participação de dois representantes dos sineiros das cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Serro, Sabará, Oliveira. Dentre os objetivos do encontro, destacam-se: conhecer os toques e práticas sineiras do município e, sobretudo, a experiência de formação da Associação de Sineiros de Ouro Preto (ASSOP). Foram feitas discussões sobre as demandas e necessidades do bem cultural em geral, visitas às torres sineiras e levantamento de ações de salvaguarda prioritárias.

2018. Realização do III Encontro de Sineiros de Minas Gerais, em Congonhas. O objetivo foi dar continuidade às ações e planejamento da salvaguarda, pactuadas no encontro anterior. Participaram dois representantes dos sineiros das cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas, Diamantina, Serro, Sabará e as secretarias de cultura de Congonhas, São João del-Rei e Diamantina. Foram realizadas discussões sobre associativismo e lançado o cadastro *online* para os sineiros. Foram



CAMPANÁRIO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. SABARÁ-MG.
FOTO: CRISTINA LEME, 2007.
DOSSIÊ IPHAN.



SINEIROS DE SABARÁ-MG
FOTOS: CRISTINA LEME, 2007.
DOSSIÊ IPHAN.



delineados encaminhamentos para realização de encontro com as Paróquias e proposição para a realização, em Diamantina, do próximo Encontro Estadual dos Sineiros. Por fim, foi proposta a articulação dos sineiros para a formação do coletivo deliberativo da salvaguarda.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2011. Reprodução e distribuição de exemplares do *DVD do Toque dos Sinos em Minas Gerais – Patrimônio Cultural do Brasil*, produzido para a instrução do processo de registro do Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros, para divulgação entre os próprios sineiros e instituições parceiras no processo de salvaguarda.

2017. Publicação do volume 17 da coleção *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiro em Minas Gerais}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2018. Lançamento da cartilha *Entendendo os Sinos: um breve Manual*, produzida em conjunto com os detentores dos bens culturais. A cartilha traz informações sobre a constituição dos sinos e detalha a estrutura e funcionalidade de cada uma de suas partes. Almeja difundir e intercambiar as informações entre os próprios sineiros, garantindo o cuidado e a manutenção dos sinos. ➡

LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie16_toquedossinos.pdf



FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS

Abrangência

Pirenópolis
Goiás

Data de Registro

15/04/2010

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Instituto Cultural Cavalhadas de
Pirenópolis
Prefeitura Municipal de Pirenópolis
Irmandade do Santíssimo
Sacramento

PÁGINA AO LADO
MASCARADO A CAVALO. PIRENÓPOLIS-GO.
FOTO: SAULO CRUZ, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.

“A FESTA SE CONFUNDE com a história e a dinâmica de Pirenópolis. Nela estão envolvidos os diversos atores locais, diversas expressões culturais e são reproduzidas as estruturas sociais que configuram as identidades coletivas e individuais.

A articulação entre passado e presente, a atribuição de novas formas e antigos conteúdos e vice-versa, num eterno refazer, mantém viva a Festa ao longo de gerações.

Sua salvaguarda não tem foco no risco de desaparecimento, pois os mecanismos de transmissão e o engajamento de sua comunidade são fortes e garantem sua continuidade. O desafio é garantir a vitalidade e atualidade da Festa, mantendo seu vínculo e sentido para a comunidade local, mesmo com sua abrangência ampliada” (IPHAN. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis. Série Dossiês Iphan, vol. 17. Brasília, DF: Iphan, 2017).

Seguem as principais atividades de salvaguarda realizadas.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2018. Realização de reunião para constituição do Coletivo Deliberativo da salvaguarda, organizada no Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis, contando com a participação de detentores do bem cultural para deliberação sobre as próximas ações. Participaram emissários de diversas entidades vinculadas à festa e foram eleitos 25 representantes e 25 suplentes para compor o coletivo deliberativo.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2017. Publicação do volume 17 da coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis-Goiás}. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

2018. Lançamento, na sede do Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis, do Dossiê de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e abertura da exposição das peças produzidas nas oficinas voltadas para a confecção de artefatos tradicionais (descritas abaixo).

ABAIXO, DA ESQUERDA À DIREITA
CAVALEIROS NO CAMPO DAS CAVALHADAS.
PIRENÓPOLIS-GO.
FOTO: SAULO CRUZ, 2008.
DOSSIÊ IPHAN

OFICINA DE FLORES NA CASA DO PATRIMÔNIO DO
IPHAN EM PIRENÓPOLIS-GO.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2017.

MÁSCARADINHOS NO CAMPO DA CAVALHADINHA.
FOTO: MAURICIO PINHEIRO, 2008.



ACIMA
OFICINA DE MÁSCARAS NO MUSEU DO DIVINO.
CENTRO HISTÓRICO DE PIRENÓPOLIS-GO.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2017

AO LADO
À ESQUERDA
CAVALHADINHA.
FOTO: SAULO CRUZ, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.

À DIREITA
MÁSCARADO NAS RUAS. FESTA DO DIVINO.
PIRENÓPOLIS-GO.
FOTO: MAURICIO PINHEIRO, 2008. DOSSIÊ IPHAN.



Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2017. Realização de Oficinas para Confecção de Artefatos Tradicionais da Festa do Divino Espírito Santo - Flores, Máscaras, Bordados e Estandartes da Festa -, na sede do Escritório Técnico de Pirenópolis e no Museu do Divino-Pirenópolis, em parceria com o Governo de Goiás, a Comissão Pirenopolina de Folclore e a Prefeitura Municipal de Pirenópolis. As oficinas foram realizadas por oficineiros escolhidos entre os antigos artesãos que produzem esses artefatos há gerações e destinadas aos alunos da rede pública de ensino municipal e estadual matriculados no Ensino Fundamental I e II. ➡

LINK DE INTERESSE
Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan)
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie17_pirenopolis.pdf





SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO

Abrangência

Região do médio e alto rio Negro
Municípios de Barcelos, Santa Isabel
do Rio Negro e São Gabriel da
Cachoeira
Amazonas

Registro

05/11/2010

Livro de Registro

Saberes

Proponente

Associação das Comunidades
Indígenas do Médio Rio Negro
(ACIMRN)

Coletivos Deliberativos

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Sistema Agrícola Tradicional do Rio
Negro
Conselho da Roça em Barcelos
Conselho da Roça em Santa Isabel do
Rio Negro
Conselho da Roça em São Gabriel da
Cachoeira

PÁGINA AO LADO
MANDIOCAS NO WATURA E FEIXE DE MANIVAS
PARA REPLANTE.
FOTO: ACERVO IPHAN, S/D.

“O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO apresenta como base social as comunidades indígenas localizadas na região do médio e alto rio Negro, abrangendo os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A concepção de ‘sistema agrícola’ diz respeito ao processo de criação dos gêneros alimentícios de forma a abarcar o conjunto de saberes, fazeres e outras manifestações associadas. Assim, envolve os espaços manejados, as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e as maneiras de se alimentar. É o complexo que vai das roças até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos sociais.

O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é um conjunto estruturado formado por elementos interdependentes, quais sejam: as redes sociais, os espaços, as plantas cultivadas, a cultura material, os sistemas alimentares e os conhecimentos, as normas e os direitos. Este bem, constantemente reelaborado pelas pessoas que o vivenciam, acontece em contexto multiétnico e multilinguístico. Mais de vinte e dois grupos indígenas dos troncos linguísticos *Tukano Oriental*, *Aruwak* e *Maku* apresentam formas comuns de transmissão e circulação de conhecimentos, mitos, ritos, técnicas, artefatos, práticas e produtos. Neste sentido, os grupos se articulam em redes de trocas, essenciais para a existência do sistema e passíveis de serem identificadas por meio da cultura material, da organização social e da cosmovisão compartilhadas.

Os saberes, normas e direitos deste sistema agrícola estão atrelados a regras do uso coletivo da terra e do acesso às plantas cultivadas. Na base desse sistema está o vínculo coletivo de solidariedade, de manutenção do patrimônio comum e do compartilhamento da identidade entre as pessoas envolvidas e com as plantas. Essas práticas são estratégicas para lidar com as poten-

cialidades e limitações do diversificado ecossistema da região do médio e alto rio Negro sem degradá-lo” (Certidão de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro).

As ações de salvaguarda para o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro ocorrem, precipuamente, por meio da mobilização social dos detentores indígenas e da articulação com instituições parceiras, com o objetivo de promover e fortalecer a gestão compartilhada das ações no âmbito da política patrimonial. Também são centrais ações de difusão sobre o bem cultural, tendo em vista sua valorização e esclarecimentos sobre sua importância para a preservação da sociobiodiversidade.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2011. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, ocorrida em Santa Isabel do Rio Negro, com o apoio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Associação Indígena de Barcelos (Asiba), do Instituto Socioambiental (Isa), do Projeto Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais (Pacta) (IRD-Unicamp / CNPq) e da Embaixada da França. Seguiram-se dois dias de encontro para a realização de discussões, plenárias e grupos de trabalho para o início da elaboração do Plano de Salvaguarda.

2012. Reunião de articulação para a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – SAT/RN, ocorrida na sede do Iphan em Brasília, com o objetivo de discutir estratégias de mobilização social dos indígenas para a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. O evento contou com a participação de representantes da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), da Associação Indígena de Barcelos (Asiba), Superintendência do Iphan no Amazonas e Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), além de pesquisadores especialistas.

2013. Realização de articulações com instituições estaduais do Amazonas, com vistas a fortalecer a salvaguarda do SAT-RN. Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Estado para os Povos



REUNIÕES DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO NO ANO DE 2016. MEMBROS DO COMITÊ GESTOR E DOS CONSELHOS DA ROÇA.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2016.

MEMBROS DO COMITÊ GESTOR NO III SEMINÁRIO DE SALVAGUARDA DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO. MANAUS-AM.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2018.



Indígenas do Amazonas (SEIND); Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror) e Secretaria de Educação (Seduc).

2013. Realização de reunião no Instituto Socioambiental (Isa), em Manaus, com a participação de diversas instituições atuantes no Médio e Alto Rio Negro, com objetivo de consolidar o diálogo interinstitucional e definir uma agenda comum de atuação nas comunidades rio-negrinas, otimizando os esforços para atendimento às demandas locais.

2015. Realização de reunião em Manaus para acompanhamento dos projetos realizados em parceria com o Instituto Socioambiental (Isa), envolvendo ações de salvaguarda dos lugares sagrados dos povos Indígenas dos rios Uapés e Papuri e do SAT-RN.

2015. Articulação institucional com representantes de órgãos governamentais e associações indígenas, com o intuito de tratar de políticas públicas que mantêm interface com a agricultura e o sistema alimentar do Rio Negro, em vista a valorização econômica do SAT-RN. Dentre as instituições parceiras, destacam-se: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir), Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira.



Brasil, produzido pela ACIMRN, contendo resumo do dossiê de registro do sistema agrícola.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2015. Acompanhamento do processo de construção de uma estufa de alimentos empreendida pelo Instituto Socioambiental e Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França) como parte de uma proposta para a valorização econômica dos detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

2014-2016. Realização de Oficinas de Audiovisual com detentores do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, a partir de contrato firmado com a Associação Filmes de Quintal. Foram realizadas oficinas de audiovisual com cerca de 30 indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, gerando como produto final dois DVDs: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Saberes Indígenas e Diversidade (produzido a partir de 16 filmes realizados por jovens indígenas, com duração de 56') e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Olhares Indígenas (coletânea com 10 filmes de cineastas indígenas de diversas etnias rionegrinas). ➡

PREPARAÇÃO E TRANSPORTE DA MANDIOCA.
FOTO: ACERVO IPHAN, S/D.

LINKS DE INTERESSE

Documentário "Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Saberes Indígenas e Diversidade"
<https://www.youtube.com/watch?v=9gqh0lqOekw>

Documentário "Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Olhares Indígenas"
Parte I <https://www.youtube.com/watch?v=ludqewWJYgQ>
Parte II <https://www.youtube.com/watch?v=VWSkrGi8Cvc>



RITUAL *YAOKWA* DO POVO INDÍGENA *ENAWENE Nawe*

Abrangência

Terra Indígena *Enawene Nawe*
Mato Grosso

Registro

02/11/2010

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Povo Indígena *Enawene Nawe*
Operação Amazônica Nativa (Opan)

O RITUAL *YAOKWA* É CONSIDERADO a principal cerimônia do complexo calendário ritual dos *Enawene Nawe*, povo indígena de língua *Aruak*, cujo território tradicional e Terra Indígena (TI) estão localizados na região noroeste do estado de Mato Grosso. Conforme informações que constam do Dossiê de Registro do Iphan (Iphan, 2018), o ritual define o princípio do calendário anual, quando se dá a saída dos homens para a realização da maior de suas pescas, a pesca coletiva de barragem. A pescaria do Ritual *Yaokwa* é organizada com a divisão da aldeia em nove grupos de acordo com os clãs e com o conjunto de espíritos *Yakairiti* a que estão vinculados. Inicia-se em janeiro, com a colheita da mandioca e a coleta das matérias-primas para a construção das armadilhas de pesca, estendendo-se durante o período da seca, época marcada pelas interações com os temidos seres naturais do patamar subterrâneo, os *Yakairiti*. Para os indígenas, esses seres estão condenados a viver com uma fome insaciável e precisam dos *Enawene Nawe* para satisfazer seu desejo voraz por sal vegetal, peixe e outros alimentos derivados do milho e da mandioca. Assim, os *Enawene Nawe* devem estabelecer uma relação de troca constante com esses espíritos para manter a ordem social e cósmica, trocas que ocorrem por meio de um complexo ciclo ritual que se distribui ao longo do ano.

Em 2011 o Ritual *Yaokwa* foi incluído na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda da Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (Unesco), por força do cenário de ameaças à integridade física de seu território e o consequente impacto às práticas tradicionais dependentes desses recursos, advindos, sobretudo, dos resultados da expansão da fronteira agrícola na bacia do Rio Juruena, da ampliação de obras de infraestrutura energética e de transportes na região.

Tendo em vista salvaguardar o conhecimento milenar associado a essas práticas rituais, reconhecidas nacional e internacional-

PÁGINA AO LADO

ALDEIA ENAWENE Nawe, TERRA INDÍGENA
ENAWENE Nawe-MT.

FOTO: MARCUS MALTRE, GREENPEACE, 2006.
DOSSIÊ IPHAN.

mente, os *Enawene Nawe* foram integrados, inicialmente, em um projeto de registro e documentação denominado Programa de Documentação de Sonoridades (PRODCSON), gerido pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (Funai) no âmbito de um programa mais amplo de registro e documentação de línguas e culturas indígenas, com apoio da Unesco. A partir de 2013, o projeto passou a contar com uma equipe envolvendo pesquisadores indígenas e não-indígenas responsáveis pelo registro e qualificação de material áudio e audiovisual referentes às práticas ritualísticas. Em 2016, iniciou-se uma nova etapa da salvaguarda deste bem cultural, com o estabelecimento da parceria entre o Iphan e a Sociedade Amigos do Museu do Índio (Sami), por meio do Termo de Colaboração nº 820854/2015, que objetivava fortalecer a salvaguarda do conjunto de práticas associadas ao Ritual *Yaokwa*, revigorando o interesse e disponibilidade dos *Enawene Nawe* na continuidade de suas práticas ritualísticas, bem como intensificando a proteção, difusão e valorização desses saberes e práticas.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.



À ESQUERDA E PÁGINA AO LADO
ATIVIDADES DO PROJETO REALIZADO EM PARCERIA
COM A SOCIEDADE DE AMIGOS DO MUSEU DO
ÍNDIO E MULHERES CARREGANDO LENHA NO RITUAL
SALOMÃ.
TERRA INDÍGENA ENAWENE Nawe-MT. FOTOS: ANA
PAULA RODGERS, 2017.



Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2012. Realização de expedição etnográfica de 10 dias na Terra Indígena *Enawene Nawe* no Mato Grosso, em companhia de fotógrafo local especialista em contato com grupos indígenas, para acompanhamento dos ritos e práticas para construção das barragens artesanais para a pesca do ritual *Yaokwa*, com vistas a ampliar o conhecimento sobre o universo cultural do bem registrado.

2012. Articulação institucional com representantes da Prefeitura Municipal de Juína (MT), das Secretarias Estaduais de Saúde e de Agricultura do Mato Grosso e do Ministério da Pesca, com a intenção de discutir a viabilidade da implantação do Projeto Tanque de Rede no Rio Ikê, como medida emergencial para suprir a necessidade alimentar e assegurar a continuidade das práticas rituais do povo *Enawene Nawe*.

2014. Contratação de consultoria, por meio da Superintendência do Iphan no Mato Grosso, a fim de elaborar de proposta preliminar para a implantação de ações de salvaguarda para o Ritual *Yaokwa* e mapeamento de possíveis parceiros para realização de articulações interinstitucionais, de modo a fortalecer a salvaguarda do bem cultural. A iniciativa resultou no Relatório Técnico de Avaliação e Recomendações ao Processo de Salvaguarda do Ritual *Yaokwa* do Povo Indígena *Enawene Nawe*.

2016. Realização de expedição etnográfica de 12 dias na aldeia *Halataikwa* da Terra Indígena *Enawene Nawe*, no âmbito da parceria estabelecida entre o Iphan e a Sociedade Amigos do Museu do Índio (Sami) (Termo de Colaboração nº 820854/2015), para elaboração de inventário preliminar para dar continuidade ao trabalho de pesquisa e registro das sonoridades *Enawene Nawe* iniciado por meio do Projeto Prodcson - O Trabalho da Memória Através dos Cantos, gerido pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (Funai).

Eixo 3. Difusão e Valorização

2014. Apoio a realização de registros audiovisuais do ritual *Salomã* e do ritual *Yaokwa*, na Aldeia *Halataikiwa*, localizada na Terra Indígena (TI) *Enawene Nawe*. A ação se realizou por meio do projeto O Trabalho da Memória Através dos Cantos, gerido pelo

Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (Funai), que tem como um dos eixos a documentação do patrimônio imaterial. O sub-projeto *Enawene Nawe* é voltado para a coleta de cantos e incentivo às formas de repasse dos saberes associados à ritualística dos *Enawene Nawe*, especialmente os repertórios e sequências performático-musicais.

2015. Realização do chamamento público nº 03/2015, tendo em vista a seleção de projeto técnico para o desenvolvimento de ação de salvaguarda para o ritual *Yaokwa* do Povo Indígena *Enawene Nawe*.

2016-2018. Execução do projeto *Os ciclos do Yaokwa entre os Enawene Nawe: qualificação e documentação de registros do Salomã*, uma parceria entre o Iphan e a Sociedade Amigos do Museu do Índio (Sami), por meio do Termo de Colaboração nº 820854/2015. O projeto teve como objetivo fortalecer a salvaguarda do conjunto de práticas associadas ao Ritual *Yaokwa*, a partir do registro e qualificação de material áudio e audiovisual, resultando na produção de um kit contendo registro em áudio, em audiovisual e encarte descritivo e ilustrado referente à fase ritual denominada *Salomã*, dedicada aos espíritos celestes (*enore nawe*).

2017. Apoio à realização de palestra com mestres *Enawene Nawe* na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em articulação com o Laboratório de Etnomusicologia da Escola de Música da mesma universidade. A atividade educativa, denominada “Encontro com os *Enawene Nawe*: Ritual, Território e Instrumentos Musicais Indígenas”, ocorreu no contexto da execução da terceira oficina de qualificação de material audiovisual, ocorrida na sede do Museu do Índio no Rio de Janeiro em setembro de 2017.

2018. Publicação do volume 18 *Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Ritual Yaokwa do povo Indígena Enawene Nawe}*. A publicação destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados os bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e apresenta as etapas de pesquisa, a identificação dos valores patrimoniais e a análise que subsidia o reconhecimento.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2016-2018. Realização de quatro oficinas com a participação de pesquisadores indígenas para qualificação e edição de material áudio e audiovisual, edição de imagens e transcrição/tradução de legendas do Ritual *Salomã*, sendo duas na Aldeia *Halataikwa*, Terra Indígena (TI) *Enawene Nawe*. As oficinas foram realizadas na sede do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e uma em Cuiabá, no Centro Cultural Ikuiapá/Fundação Nacional do Índio (Funai), e no Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia, na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Sua execução foi possibilitada pela Termo de Colaboração nº 820854/2015, e resultaram na edição de dois curtas-metragens integrando um DVD, um CD/DVD com 24 faixas de áudio e um livreto com textos sobre o material apresentado. ➡



CINEASTA INDÍGENA KAMEROSEENE
ENAWENE Nawe em oficina. Terra
Indígena Enawene Nawe-MT.
Foto: Ana Paula Rodgers, 2017.



FESTA DE SANT'ANA DE CAICÓ

Abrangência

Caicó
Rio Grande do Norte

Registro

10/12/2010

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Diocese de Caicó
Paróquia de Sant'Ana de Caicó

“A FESTA DE SANT'ANA DE CAICÓ é uma celebração católica tradicional que ocorre há mais de duzentos e sessenta anos neste município da região do Seridó Potiguar. A Festa está profundamente enraizada na história da cidade, em particular, e no sertão potiguar, em geral, remontando aos processos de ocupação territorial e formação da sociedade ainda no período da colonização portuguesa. Este evento demarca um tempo e um espaço de sociabilidade no qual o sagrado e o profano se entrelaçam e se misturam também a outras expressões culturais da região. Assim, além de uma celebração representativa para este município, a Festa de Sant'Ana permite vislumbrar a diversidade das manifestações culturais do Seridó e possibilita a compreensão abrangente desse território. Realiza-se anualmente da quinta-feira anterior ao dia vinte e seis de julho, dia de Sant'Ana, padroeira de Caicó, até o domingo subsequente. Contudo, a preparação da Festa se inicia, geralmente, no mês de abril.

Ao longo dos séculos foram alteradas as composições cerimoniais e, atualmente, seus elementos estruturantes são: o 'ciclo de preparação da Festa de Sant'Ana', que inclui as Peregrinações Rural e Urbana, assim como o Encontro das Imagens e a 'Caravana Ilton Pacheco'; a abertura oficial da Festa, marcada por caminhada solene, quando o estandarte de Sant'Ana é hasteado em mastro localizado em frente à Catedral; as novenas, bênçãos, missas e demais ritos litúrgicos e expressões culturais a eles relacionados, como o Ofício de Sant'Ana e o Hino de Sant'Ana; a Cavalcada e o Leilão de Sant'Ana, expressão de devoção dos vaqueiros; a Carreata de Sant'Ana, momento em que os motoristas, caminhoneiros, motoqueiros, ciclistas e pedestres seguem em cortejo para receber a bênção e acompanhar a novena a eles dedicada; a Missa Solene na qual ocorre também o fim da ornamentação do andor; o momento do 'beija' que acontece antes e depois da Procissão Solene, na qual o andor circula pela cidade.

A Festa de Sant'Ana engloba ainda programações socioculturais promovidas tanto pela paróquia quanto pelo poder público

PÁGINA AO LADO
ALTAR DE SANT'ANNA EM CAICÓ
FOTO: ACERVO IPHAN, 2010.
DOSSIÊ IPHAN.

e a população em geral, entre os quais se incluem: o Jantar e a Feirinha de Sant’Ana, o Arrastão da Juventude, a Marcha dos Idosos, o Baile dos Coroas, a Festa da Juventude, os eventos na Ilha de Sant’Ana, a Festa do Re-encontro, as Festas dos Ex-alunos. Agregadas à Festa ocorrem muitas outras manifestações culturais que contribuem para a construção das identidades seridoense, em geral, e caicoense, em particular, e para a expressão deste complexo cultural. Destacam-se também: os saberes relacionados à culinária sertaneja do Seridó potiguar e aos muitos artesanatos, especialmente, os bordados; os diversos lugares significativos para a história local como, por exemplo, o Poço de Sant’Ana; as músicas e bandas, os Hinos, os poemas e demais formas de expressão do sertão norte-rio-grandense. A Festa de Sant’Ana de Caicó, constantemente ressignificada, se transforma em ponto de convergência para a população de todo o Seridó, para migrantes, turistas e muitos que, através dela, reforçam seus sentimentos de pertencimento e de identidade. Assim, o espaço sagrado, as expressões narrativas, os atores sociais envolvidos e a tradição festiva são elementos que permitem manter a continuidade entre o passado e o presente” (Certidão de Registro da Festa de Sant’Ana de Caicó). Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2011. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores, com o apoio de instituições parceiras de Caicó, da Diocese do município de Caicó, do Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES/UFRN, Sebrae e a comunidade caicoense.

2018. Realização de visita técnica durante a realização da Festa com o objetivo de entrar em contato com os detentores de modo a planejar uma agenda programática mirando a composição de Coletivo Deliberativo e a elaboração de Plano de Salvaguarda.



PROCISSÃO DE SANT’ANA
FOTO: MARIA IGLÊ, 2007.
DOSSIÊ IPHAN.



ARCO DO TRIUNFO DA IGREJA MATRIZ DE SANT’ANA
EM CAICÓ/RN
FOTO: MARIA IGLÊ, 2007.
DOSSIÊ IPHAN.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2012. Realização de estudos, a partir de contratação de consultoria especializada, para a identificação das possibilidades e dos desafios envolvidos no prosseguimento das ações de promoção e sustentabilidade, assim como para a qualificação de integrantes para a composição de coletivo deliberativo adequado ao contexto local.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2011. Produção e divulgação da cartilha *Festa de Sant’Ana de Caicó: Patrimônio Cultural do Brasil*, com o propósito de robustecer o acervo documental sobre o bem. ➡



COMPLEXO CULTURAL DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO

Abrangência

Maranhão

Registro

30/08/2011

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Superintendência do Iphan no
Maranhão

Fundação Municipal de Cultura
Comissão Maranhense de Folclore

Coletivo Deliberativo

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Bumba-meu-boi

O BUMBA-MEU-BOI é um festejo tradicional, de ocorrência em todo o estado do Maranhão e variações em outros estados do Brasil, que se define como uma grande celebração em cujo epicentro se encontra o boi, o seu ciclo vital e o universo religioso no qual está inserido. “Enraizado em práticas e crenças do cristianismo e, em especial, do catolicismo popular, o Bumba-meu-boi envolve a devoção aos santos juninos São João, São Pedro e São Marçal, que atendem promessas e celebram algumas datas comemorativas da festa. Os cultos religiosos afro-brasileiros do Maranhão, como o Tambor de Mina e o Terecô, também estão presentes nessa celebração, pela obrigação espiritual dos filhos de santo desses cultos com seus encantados, que requisitam um boi para se divertir [...]. Seu ciclo festivo e de apresentações pode ser apreendido em quatro etapas: os ensaios, o batismo do boi, as apresentações e brincadas e a morte. Apesar da figura do boi ser o elemento central, a celebração reúne diversas linguagens artísticas, podendo ser entendida como um vasto “complexo cultural”. Congrega, assim, várias expressões que fornecem sua característica específica. São aspectos intrinsecamente relacionados à celebração e indissociáveis: o boi, a festa, os rituais, a devoção aos santos associados à manifestação, as toadas, as danças, as performances cômicas, os personagens, os artesãos e demais ofícios, os instrumentos, os estilos de brincar e o caráter lúdico [...]. Dentre os muitos ofícios atrelados às atividades do Bumba-meu-boi, alguns dos modos de fazer são relativos aos artesanatos: os bordados; a armação do boi, denominada de carcaça, cangalha ou capoeira; os bichos e caretas dos autos e matanças, conhecidos como bicharadas e máscaras das palhaçadas e matanças; a indumentária do Bumba-meu-boi que recebe o nome, entre os praticantes da brincadeira, de farda; e os variados instrumentos de percussão, entre outras manifestações

PÁGINA AO LADO

BOI DO MAIOBAO.

FOTO: ACERVO IPHAN, 2007.

culturais associadas” (Certidão de registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi).

As recomendações elencadas para o apoio e fomento do bem cultural consistem no incentivo à produção e organização de documentação; fortalecimento e apoio à sustentabilidade dos grupos e valorização das expressões tradicionais do Bumba-meu-boi.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2012. Realização de visitas técnicas para convocação de detentores dos municípios de Viana, Matinha, Penalva e Cajari, para participar da Oficina Subsídios para a Elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bois da Baixada como parte da programação da II Semana Cazumba, promovida pela Fundação São Sebastião, do município de Viana.

2014. Realização de visitas técnicas para convocação de detentores do Bumba-meu-boi, para participar de uma série de encontros (encontro de palhaceiros), seminários (sobre matanças de bumba-meu-boi), oficinas e reuniões para identificação de ações para a salvaguarda do bem cultural nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, Litoral Ocidental Maranhense e Munim. A ação teve dois objetivos correlatos: de um lado, empreender diagnóstico de questões relativas à salvaguarda do bem nas regiões visitadas e, de outro, mobilizar seus detentores em torno do processo de salvaguarda do Bumba-meu-boi. Foram visitados os municípios de Matinha, Viana, Penalva, Cedral, Central do Maranhão, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Apicum Açu, Bacuri, Cururupu, Serrano do Maranhão, Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Bacabeira. Os encontros e oficinas aconteceram em Mirinzal, Cururupu e Rosário.

2015. Realização de visitas técnicas para convocação de detentores do Bumba-meu-boi da região de Caxias, para participar de reunião com o objetivo de identificar ações de salvaguarda do bem cultural na região. A ação envolveu detentores dos municípios de Caxias, Timon, Codó, São João do Sóter e Aldeias Altas.

2015. Realização de visitas técnicas para convocação de detentores do Bumba-meu-boi dos municípios de Rosário, Axixá,



ACIMA
CAZUMBÁ PERSONAGEM
DO BUMBA-MEU-BOI.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2007.

ABAIXO
BATIZADO DO BOI
DA MADRE DEUS.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2007.



PROJETO “O BOI VAI À ESCOLA”, TAJIPURU, SÃO LUÍS.
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2012.

Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Morros e Bacabeira, para participar da I Oficina de Elaboração de Projetos Culturais.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2011. Constituição do Comitê Gestor de Salvaguarda do Bumba-meu-Boi, composto por instituições públicas federais, estaduais, municipais e entidades da sociedade civil que representam os grupos de Bumba-meu-boi. E, ainda, 01 representante de cada um dos grupos por sotaques (Matraca, Orquestra, Zabumba, Baixada e Costa de mão), com o objetivo de conduzir, de forma participativa, o plano de salvaguarda do bem registrado.

2012. Realização da Oficina Subsídios para Elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bois da Baixada, como parte da programação da II Semana Cazumba, promovida pela Fundação São Sebastião, do município de Viana. A oficina contou com a participação de 48 representantes de grupos de Bumba-meu-boi dos municípios de Viana, Matinha, Penalva e Cajari. Foram identificadas as demandas dos grupos da região para as ações de salvaguarda.

2014. Reuniões com representantes dos grupos de Bumba-meu-boi por sotaques, em São Luís, para reconstituição do Comitê Gestor com a eleição de um segundo representante dos grupos dos estilos Matraca, Orquestra, Zabumba, Baixada e Costa de Mão. Foram eleitos cinco novos representantes para compor o Comitê Gestor.

2014. Realização, ao longo do ano, de conjunto de ações com detentores, envolvendo encontro de palhaceiros, seminário sobre matanças de bumba-meu-boi, oficinas e reuniões para identificação de ações para a salvaguarda nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, Litoral Ocidental Maranhense e Munim. Tais eventos envolveram a participação de representantes dos grupos de Bumba-meu-boi dos municípios de Matinha, Viana, Penalva, Cedral, Central do Maranhão, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Apicum Açu, Bacuri, Cururupu, Serrano do Maranhão, Rosário, Axixá, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Icatu, Morros e Bacabeira.

2015. Realização de reunião com praticantes do Bumba-meu-boi da região de Caixas, para a identificação das demandas



dos grupos dos municípios de Caxias, Timon, Codó, São João do Sóter e Aldeias Altas. A ação, realizada em Caxias, teve dois objetivos simultâneos: de um lado, empreender diagnóstico de questões relativas à salvaguarda do bem nas regiões visitadas e, de outro, mobilizar os detentores em torno do processo de salvaguarda do Bumba-meu-boi.

2015. Realização da I Oficina de Elaboração de Projetos Culturais, com a participação de representantes de grupos de bumba-meu-boi dos municípios de Presidente Juscelino e Axixá, em Axixá. No encontro, foram discutidos aspectos das políticas de patrimônio imaterial, assim como do registro e salvaguarda do Bumba-meu-Boi. Além disso, foram apresentados modelos de editais/formulários, material que subsidiou exercícios em grupos e a elaboração de projetos.

2018. Realização de Reunião com Detentores do Bumba-meu-boi de Costa de Mão em Cururupu, com o objetivo de articular parcerias com gestores dos poderes públicos dos municípios de Cururupu, Serrano do Maranhão e Bacuri para as ações de salvaguarda dos Bois de Costa de Mão da região; apresentar propostas de ações de salvaguarda elaboradas a partir de reunião no ano de 2014 com praticantes do bem cultural da região; e avaliar as ações da campanha O Ano dos Bois de Costa de Mão. A reunião foi precedida de visita aos 5 grupos de Bois de Costa de Mão da região e aos gestores dos três municípios, para convidá-los a participar da reunião. Do encontro participaram 16 pessoas, entre representantes dos grupos de Cururupu, Bacuri, Serrano do Maranhão e São Luís e gestores públicos estaduais e municipais.

2018. Realização do Ciclo de Oficinas para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ministrada, em São Luís, pela mestrandia do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP), Juliana dos Santos Nogueira. Foram discutidos os seguintes temas: Patrimônio Cultural, Educação e Patrimônio e Redes Sociais e Patrimônio. As oficinas foram destinadas a membros dos coletivos dos bens culturais Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula e Capoeira e gestores públicos integrantes dos coletivos, tendo participado 13 representantes do Bumba-meu-boi.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2011. Realização do I Fórum Bumba-meu-boi Patrimônio Cultural do Brasil, em São Luís, com objetivo de mobilizar os praticantes do Bumba-meu-boi e a comunidade em geral para a salvaguarda do Bumba-meu-boi do Maranhão. O objetivo do evento foi socializar os resultados da instrução técnica do processo de registro e das discussões de temas e questões atuais sobre o bem, incluindo mesas de debates e a disponibilização, para o grande público, dos materiais produzidos no âmbito da instrução técnica do processo de registro.

2011. Lançamento, durante o I Fórum Bumba-meu-boi Patrimônio Cultural do Brasil, da publicação Bumba-meu-boi: som e movimento, cujo conteúdo reúne relatórios de pesquisa nas áreas musicais e performáticas do Bumba-meu-boi, com tiragem de 1.000 exemplares; e, ainda, do vídeo do registro Bumba-boi: festa e devoção no brinquedo do Maranhão.

2012. Realização do II Fórum Bumba-meu-boi do Maranhão: Patrimônio Cultural do Brasil, tendo como público alvo prioritário a denominada “comunidade boieira” de São Luís e de parte dos municípios do interior do estado. No evento, houve a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, instalação do Comitê Gestor da Salvaguarda do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, lançamento de vídeo da Festa de São Marçal e da Cartilha Bumba-meu-boi do Maranhão: Patrimônio Cultural do Brasil, culminando na entrega do título do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão como Patrimônio Cultural do Brasil.

2012. Produção de documentação fotográfica do XVIII Festival de Bumba-boi de Zabumba, realizado no bairro Monte Castelo, em São Luís. A ação teve por objetivos: apoiar o evento e constituir um acervo audiovisual sobre o festival. Foram adquiridas 150 fotografias do Festival, do qual participaram os Bois: Brilho da Paz, Unidos pela Fé, Mimo da Ilha, Laço do Amor, Sempre Seremos Unidos, Mimo de São João, Dois Irmãos, Brilho de São João, Unidos Venceremos e os Bois da Fé em Deus, de Guimarães, de Leonardo e Boi Orquestrado.

2012. Produção do documentário São Marçal. A Festa dos Bois da Ilha, sobre a Festa de São Marçal, realizada anualmente em São Luís, no dia 30 de junho, com o desfile e a apresentação de



PÁGINA AO LADO
OFICINA DE BORDADO
DE BUMBA-MEU-BOI.
FOTOS: ACERVO IPHAN, S/D.

grupos de Bumba-meu-boi do sotaque de Matraca (ou da Ilha). A ação foi executada como apoio ao Instituto São Marçal de Cultura e Desenvolvimento Social, entidade organizadora da Festa.

2012. Elaboração e publicação de cartilha ilustrada sobre a patrimonialização do Bumba-meu-boi com tiragem de 1000 exemplares para serem distribuídas aos detentores do bem cultural, com o objetivo de disseminar informações sobre os processos de patrimonialização e salvaguarda do Bumba-meu-boi.

2012. Produção e impressão de materiais de divulgação para as seguintes ações: II Fórum Bumba-meu-boi do Maranhão: Patrimônio Cultural do Brasil; promovido pelo Iphan; e selos e capas do DVD da Festa de São Marçal e folders e cartazes do XVIII, dois grandes eventos do Bumba-meu-boi em São Luís apoiados pelo Iphan.

2013. Apoio à Festa de São Marçal, que acontece no dia 30 de junho, com a doação de 150 troféus aos grupos e amos de Bumba-meu-Boi do estilo Matraca que participaram do evento; e ao XIX Festival de Bumba-boi de Zabumba, com a produção e impressão de materiais de divulgação e certificados destinados aos grupos participantes do Festival e aos parceiros da entidade promotora do evento.

2013. Produção de imagens para a composição de acervo documental sobre o Bumba-meu-boi, tendo em vista o acompanhamento do bem registrado em seu processo de salvaguarda, por meio da atualização de documentação sobre o bem e divulgação na mídia e em trabalhos de pesquisas e publicações. O conjunto de 600 fotografias de variados aspectos do Bumba-meu-boi foi incorporado ao acervo da Superintendência do Iphan no Maranhão.

2014. Apoio à Festa de São Marçal e ao Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba com a consultoria técnica às entidades promotoras dos eventos na elaboração e inscrição de projetos na Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, tendo em vista a aprovação dos projetos e captação de recursos.

2015. Apoio ao evento É de Zabumba, realizado em São Luís, com a abertura da exposição E de Zabumba, o Baile da Bicharada, seminário e lançamento de filme e site sobre Bois de Zabumba. As ações, que ocorreram no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF), foram parte do projeto Palhaceiros da Graça de Deus, executado pela entidade Cumbuca Norte, com foco nos Bois de Zabumba e suas práticas tradicionais.

2015-2018. Execução do projeto educativo O Boi vai à Escola, realizado na localidade de Tajipuru, na zona rural de São Luís, com o objetivo de promover o sotaque do Bumba-meu-boi de Costa de Mão junto a crianças e jovens da localidade. Além disso, visava sensibilizar professores e alunos para a valorização da cultura afrodescendente local, de modo a possibilitar a sua discussão em sala de aula. O projeto piloto está sendo executado na Unidade de Ensino Básico Honório Odorico Ferreira, com alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I e com a participação dos mestres de Bois de Costa de Mão, Umbelino Pimenta e Nizete Alves. Foram realizadas oficinas de sensibilização dos alunos (16 a 18 de junho) e dois módulos de formação do corpo docente (30 de março e 06, 13 e 27 de abril de 2015; e 27 de abril, 18 de maio, 08 de junho e 17 de agosto de 2018).

2017-2018. Proposição da candidatura do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, com a preparação do dossiê, seleção de fotografias e coleta de depoimentos de anuência para a produção de um vídeo. Em 28 de junho de 2017, a candidatura foi lançada em São Luís, em entrevista coletiva concedida pelo diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan. Foram coletados 36 depoimentos de representantes de grupos de Bumba-meu-boi dos sotaques de Matraca, Zabumba, Baixada, Costa de Mão e orquestra e realizada, no dia 10 de agosto de 2017, uma reunião com os detentores para submissão das respostas às questões contidas no formulário/dossiê padrão da Unesco. A proposição da candidatura foi feita em 30 de agosto 2012 ao DPI durante o II Fórum Bumba-meu-boi do Maranhão. Patrimônio Cultural do Brasil, pelos representantes de entidades do Bumba-meu-boi: Federação das Entidades Folclóricas e Culturais do Estado do Maranhão, Central de Bumba-meu-boi do Sotaque da Baixada e de Costa de Mão, Clube Cultural de Bumba-boi de Zabumba e Tambor de Crioula do Maranhão, União dos Bois de Orquestra do Maranhão e Instituto São Marçal de Cultura e Desenvolvimento Social.

2018. Produção de kit contendo material paradidático para ser utilizado na Escola Unidade de Ensino Básico Honório Odorico Ferreira, em São Luís, como parte do projeto O Boi vai à Escola. O kit se constitui de um desenho animado para alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental I; livro de histórias para o segundo ano;



FÓRUM BUMBA MEU BOI.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2018.

MAIOBA-MA.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2007.



revista em quadrinhos para estudantes do terceiro ano; caderno pas-satempo para o quarto ano e cartilha para estudantes do quinto ano. O conteúdo do kit abordará os temas: patrimônio cultural material e imaterial, cultura afro-brasileira e Bumba-meu-boi, com enfoque especial para os bois de Costa de Mão. A ação tem como objetivo sensibilizar professores e alunos para a valorização do sotaque de Costa de Mão e promover os grupos de bois de Costa de Mão junto às crianças, jovens e adolescentes da comunidade Tajipuru.

2018. Realização da campanha O ano dos Bois de Costa de Mão com foco na valorização do sotaque dos bois de Costa de Mão. A Superintendência do Iphan no Maranhão propôs que se trabalhe ações de salvaguarda e promoção dos bois desse sotaque. Essa ação, que se estenderá de março de 2018 a março de 2019, é desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo (Sectur), Secretaria Municipal de Cultura de São Luís (Secult), Prefeitura Municipal de Cururupu, Conselho Estadual de Cultura (Consec), Conselho Municipal de Cultura (Concult), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Comissão Maranhense de Folclore (CMF), Federação

das Entidades Folclóricas e Culturais do Estado do Maranhão (FEFCEMA) e Central de Bumba-meu-boi do Sotaque da Baixada e de Costa de Mão. São ações da campanha: ampla divulgação do sotaque Costa de Mão, formalização de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a valorização do sotaque tais como debates e exposições, apoio aos grupos, realização de oficinas de transmissão de saberes e documentação dos seus variados aspectos.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2014. Realização do Festival de Comédias de Bumba-meu-boi, em São Luís, como parte da programação do XX Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba no Monte Castelo, promovido pelo Clube Cultural de Bumba-boi de Zabumba e pelo Tambor de Crioula do Maranhão. A ação teve como objetivo estimular a revitalização de comédias pelos Bois de Zabumba de São Luís. No evento, os grupos de Bumba-meu-boi dos municípios de Santa Helena e Pinheiro (Capricho de União e Orgulho de Pinheiro) representaram suas comédias.

2014. Realização de Oficina de Bordado de Bumba-meu-boi à máquina, em parceria com a Fundação São Sebastião, com o objetivo de capacitar artesãs dos municípios de Viana, Matinha, Cajari e Penalva. A oficina aconteceu em Viana, com carga horária de 24 horas/aula, e foi ministrada pela instrutora Maria José Aragão Costa para 13 representantes dos grupos de Bumba-meu-boi Linda Joia de São João, Cajueiro, Facilita, Touro Vianense, Alegria do Povo, Brilho da Croa, Nossa União, União do Povo, Brilho do Aterro e Flor de Matinha.

2018. Realização de Oficina de Transmissão de Saberes dos Bois de Costa de Mão, em São Luís, com os Bois Sociedade de Cururupu e Unidos da Vila Conceição, sediados na localidade Tajipuru, na zona rural de São Luís. A ação promoveu oficinas de confecção de indumentárias, dança e percussão. Cada oficina teve carga horária de 20 horas ministradas pelos mestres Umbelino Pimenta e Nizete Alves a 60 alunos da Unidade de Ensino Básico Honório Odorico Ferreira, como parte das ações do projeto O Boi vai à Escola e da campanha O Ano dos Bois de Costa de Mão. ➡





SABERES E PRÁTICAS ASSOCIADOS AO MODO DE FAZER BONECAS *KARAJÁ* E *RITXÒKÒ*: EXPRESSÃO ARTÍSTICA E COSMOLÓGICA DO POVO *KARAJÁ*

Abrangência

Aldeias Buridina e Bdè-Burè –
Aruanã, Goiás

Aldeias Santa Isabel do Morro,
Watau e Werebia, Merindiba, JK,
Nova Titemã, Fontoura, Macaúba,
Ibutuna, São João, Kutaria, Kaxiwé,
Kuriawa - Ilha do Bananal, Tocantins

Aldeias Hawalora, Itxala, Maitxari,
Krehawã, Teribé - Mato Grosso

Aldeias Maranduba, Santo Antônio -
Santa Maria das Barreiras, Pará

Registro

25/01/2012

Livros de Registro

Saberes

Formas de Expressão

Proponentes

Iny Mahadu Coordenação

Museu Antropológico da
Universidade Federal de Goiás

Instituto Goiano de Pré-História
e Antropologia da Universidade
Católica de Goiás

Núcleo de Estudos de Antropologia,
Patrimônio, Memória, Expressões
Museais – Faculdade de Ciências
Sociais da Universidade Federal
do Goiás

PÁGINA AO LADO

PINTURA DA BONECA *KARAJÁ*.

SANTA ISABEL DO MORRO-TO.

FOTO: TELMA CAMARGO DA SILVA, 2010.

DOSSIÊ IPHAN.

AS PRÁTICAS TRADICIONAIS REFERENTES às bonecas de cerâmica *Karajá* - *Ritxòkò* (na fala feminina) e *ritxoo* (na fala masculina) - foram reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil em um duplo registro: no Livro dos Saberes, como “Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas *Karajá*” e no Livro das Formas de Expressão, como “*Ritxòkò*: Expressão Artística e Cosmológica do Povo *Karajá*”.

Os subsídios para o Registro advieram da pesquisa etnográfica “Bonecas *Karajá*: arte, memória e identidade indígena no Araguaia”, realizada pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), entre 2008 e 2011, nas aldeias *Karajá* Santa Isabel do Morro, JK, Wataú e Werebia, na Ilha do Bananal (TO), e nas aldeias Buridina e Bdè-Burè, em Aruanã (GO).

Posteriormente, a parceria entre o Iphan e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para a salvaguarda dos saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas *Karajá* teve continuidade por meio da realização do projeto “Bonecas de cerâmica *Karajá* como patrimônio cultural do Brasil: contribuições para sua salvaguarda”. Desenvolvido entre 2015 e 2018, pelo Museu Antropológico e a Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Funape), o projeto contemplou uma série de ações envolvendo atividades de divulgação voltadas para a valorização da cultura *Karajá*; cursos de capacitação de detentores indígenas para gestão de projetos culturais e para a produção de documentários etnográficos; intercâmbio entre as aldeias visando a circulação dos saberes tradicionais; fortalecimento e valorização do artesanato *Karajá* e fortalecimento da língua Inyribè.

Desde o registro, no ano de 2012, a salvaguarda deste bem cultural desenvolveu-se precipuamente a partir de ações realizadas pelas Superintendências do Iphan em Goiás e no Tocantins e da mobilização social dos detentores indígenas diante da relevância

patrimonial de suas práticas tradicionais, assim como, através de ações de mapeamento e levantamento de informações complementares à pesquisa de registro, de modo a ampliar o número de aldeias e detentores envolvidos em direção à gestão compartilhada da política patrimonial e à ampliação de conhecimento sobre o universo deste bem. Nesse aspecto, também foram centrais ações de difusão e valorização, com a produção de peças gráficas, elaboração de publicações institucionais e de mídias eletrônicas.

Atualmente, o fortalecimento da salvaguarda dessa prática cultural implica na superação de desafios relativos a todo o ciclo de produção da boneca *Karajá*, desde a coleta de matéria-prima até o escoamento do produto, em conexão com desafios referentes a questões socioculturais mais amplas, como a ausência de pajés em algumas aldeias, o envelhecimento dos donos do *Hetohokoy*, o falecimento de idosos detentores dos conhecimentos tradicionais relativos a todas as etapas dos ritos, o custo das festividades, entre outros fatores que concorrem para a supressão de ritos e práticas tradicionais.

Segue abaixo as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2013. Realização de mapeamento de aldeias produtoras de bonecas *Karajá* do Tocantins e de oficina de sensibilização com as ceramistas da Ilha do Bananal. A ação, realizada por meio da Superintendência do Iphan no Tocantins, almejou complementar a produção de conhecimento após o registro e mobilizar as ceramistas da localidade em torno da relevância patrimonial das bonecas.

2013. Realização de visita técnica nas aldeias Ibutuna, Macaúba, Kutaria e São João, localizadas nas imediações do município de Santa Terezinha (MT), com a intenção de complementar o levantamento de informações para produção de conhecimento após o registro e mobilizar as comunidades para a política do patrimônio cultural. A ação contou com representantes da Superintendência do Iphan no Tocantins, Superintendência do Iphan no Mato Grosso, Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) e apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai).



PÁGINA AO LADO
DE CIMA PARA BAIXO
OFICINA DE RITXOKO E DE CRIAÇÃO
PEDAGÓGICA. ALDEIAS MARANDUBA E SANTO
ANTÔNIO.
SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA.
FOTO: MICHELE NOGUEIRA DE RESENDE, 2017

PINTURA DA BONECA KARAJÁ ARUANÃ-GO.
FOTO: TELMA CAMARGO DA SILVA, 2010.
DOSSIÊ IPHAN.

PINTURA DA BONECA KARAJÁ. ARUANÃ-GO.
FOTO: ROSANI MOREIRA LEITÃO, 2010. DOSSIÊ
IPHAN.

2013. Realização de visita técnica em aldeias *Karajá* nas imediações da cidade de São Félix do Araguaia (MT). O objetivo foi inventariar o quantitativo de ceramistas que trabalham com as bonecas *Ritxòkò* nas aldeias de JK, Werebiá, Watau, Santa Isabel do Morro, Fontoura, São Domingos, Axiwe e Nova Tytenã, como também, de forma preliminar, averiguar a extensão da produção das aldeias. A ação ocorreu por meio da Superintendência Estadual do Iphan no Mato Grosso, com apoio da Funai.

2014. Realização de articulação institucional com o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), com vistas ao estabelecimento de cooperação técnica para a salvaguarda dos saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas *Karajá*.

2014. Realização de visita técnica em aldeias *Karajá* de Santa Maria das Barreiras (PA). Empreendida pela Superintendência do Iphan no Tocantins, como o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), a ação teve por objetivo promover a mobilização e a organização das comunidades de Maranduba e Santo Antônio para participação na 1ª Reunião Ampliada para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural *Karajá*.

2014. Realização da 1ª Reunião Ampliada para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural *Karajá*. Realizada nos dias 11 e 12 de agosto em São Félix do Araguaia, a reunião contou com representantes de 22 aldeias *Karajá* dos estados de GO, MT, TO e PA (Goiás - Bdé-Buré, Buridina; Mato Grosso – Hawalora, Itxala, Maitxari, Krehawã, Teribré; Tocantins - Santa Isabel, Merindiba, Watau, Wrebia, JK, Nova Titemã, Fontoura, Macaúba, Ibutuna, São João, Kutaria, Kaxiwé, Kuriawa; Pará – Maranduba, Santo Antônio), além de equipe do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás e representantes do Iphan dos respectivos estados e Departamento do Patrimônio Imaterial. O objetivo foi consensuar com os indígenas as ações de salvaguarda dos saberes e práticas associados aos modos de fazer Bonecas *Karajá* a serem desenvolvidas nos anos subsequentes.

2015. Realização de reuniões nas aldeias *Karajá*, promovidas pelos IPHAN-TO, para conversar com caciques, lideranças, coordenadores, diretores e professores a respeito da produção de uma cartilha bilíngue sobre a cultura *Karajá*, com textos e ilustrações relacionadas à salvaguarda das bonecas de cerâmica ritxòko.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2012. Realização de oficinas, por meio do IPHAN-GO, com vistas à elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda das Bonecas *Karajá*.

2014. Realização de roda de conversa, por meio do IPHAN-TO, na aldeia *Karajá* Santa Isabel do Morro, com o objetivo de levantar informações sobre a situação legal das associações indígenas, bem como as demandas de capacitação da comunidade para gestão de projetos no âmbito das políticas patrimoniais.

2017. Realização do curso Gestão de Projetos Culturais, por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG). Com carga horária de 180 horas distribuídas em aulas teóricas e práticas, com etapas presenciais e à distância, o objetivo do curso foi contribuir para a formação de competências visando à autonomia do povo *Karajá* para administrar o seu patrimônio cultural, tendo como resultado direto a elaboração de nove projetos culturais pelos cursistas indígenas. As pesquisas se transformaram em textos escritos que em sua maioria integram o livro *Arte Iny Karajá: patrimônio cultural do Brasil*. Ação realizada no âmbito do convênio nº 811.893/2014, por meio de parceria com o Museu Antropológico da UFG.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2012. Produção de material de apoio logístico para divulgação, identificação e valorização das bonecas *Karajá*: embalagem (sacolas), etiquetas de identificação, arte gráfica para folders. Material confeccionado por empresa especializada em produção de serviços gráficos e fornecido pelo IPHAN-GO. Reprodução do DVD *Ritxòkò*, produzido por ocasião do registro da boneca *Karajá* em 2012.

2015. Realização de oficinas em aldeias *Karajá* nos estados do Tocantins e do Mato Grosso, para a produção de material (textos e desenhos) pelos indígenas, tendo em vista elaboração de publicação sobre a cultura *Karajá*. A ação foi realizada por meio de parceria entre o IPHAN-TO, IPHAN-MT e a Funai. Cada aldeia escolheu uma temática da cultura *Karajá* a ser abordada na cartilha. A revisão dos textos foi realizada por professores *Karajá*. O Iphan

OFICINA DE BONECA KARAJÁ.
ALDEIA SANTA ISABEL DO MORRO-TO.
FOTO: CEJANE PACINI, 2018.



DE CIMA PARA BAIXO
BONECAS DE KOMYTIRA: PROCESSO DE PINTURA DE
UMA FAMÍLIA RITXÒKÒ. SANTA ISABEL DO MORRO,
ILHA DO BANANAL-TO.
FOTO: TELMA CAMARGO DA SILVA, 2009.

KARITXAMA, CERAMISTA KARAJÁ.
ALDEIA BURIDINA. ARUANÃ-GO.
FOTO: MANUEL FERREIRA, 2010.
DOSSIÊ IPHAN.

ficou responsável pela editoração gráfica, impressão e distribuição do material.

2015 – 2016. Elaboração, produção e distribuição de peças gráficas (folders e banners) para divulgação e valorização da cultura *Karajá* e seu patrimônio cultural, bem como realização de reuniões e palestras com a participação de ceramistas e professores indígenas, envolvendo autoridades públicas, professores e estudantes de cidades vizinhas às aldeias *Karajá*. Foram produzidos seis banners e 5.000 folders, amplamente distribuídos nas instituições educacionais e de turismo nas aldeias e cidades circunvizinhas, além de instituições públicas como museus, bibliotecas e centros de ensino superior. Ação realizada no âmbito do convênio nº 811.893/2014, por meio de parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG. Instituições parceiras da ação: Centro Cultural Maurehi, Aruanã, GO; Secretaria de Turismo de Aruanã, GO; Secretaria de Turismo e Esporte de Santa Terezinha, MT; Secretaria de Educação e Cultura de São Félix do Araguaia, MT; Escola Estadual Severiano Neves, São Félix do Araguaia, MT; Escola Estadual Professora Hilda Rocha Souza, São Felix do Araguaia; Escola Estadual Professor Tancredo Neves, São Felix do Araguaia, MT; Assistência Social Nossa Senhora de Assunção – ANSA, São Felix do Araguaia, MT; Prefeitura Municipal de Luciara, MT; Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras, MT; e, Radio Universitária 870 AM – UFG.

2016. Publicação da cartilha *Narrativas Karajá – Iny Ljyy / Iny Ljyky*. A obra bilíngue é composta por textos e desenhos de autoria dos indígenas e tem por objetivo contribuir para a difusão do conhecimento, valorização e preservação de diferentes aspectos da cultura *Karajá*.

2017. Realização do Curso de Produção de Documentário Etnográfico, por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás – UFG. Com carga horária de 180 horas distribuídas em aulas teóricas e práticas, com etapas presenciais e à distância, o objetivo do curso foi contribuir para a formação de competências visando à autonomia do povo *Karajá* para documentar o seu patrimônio cultural, tendo como resultado direto a produção de 30 horas de gravações que, após edição, resultou em um vídeo de 18 minutos com o registro da experiência dos alunos no curso de formação. Ação realizada no âmbito do convênio nº 811.893/2014, por meio de parceria com o Museu Antropológico da UFG.

2018. Apoio a participação de representantes *Karajá* na 12ª Primavera dos Museus – Celebrando a Educação em Museus, realizada pela Universidade Federal de Goiás. A programação incluiu o evento Pedagogias do Patrimônio: Apresentação dos resultados do projeto “Bonecas de cerâmica *Karajá* como patrimônio cultural brasileiro: contribuições para sua salvaguarda”, realizada no Museu Antropológico da Universidade. Foram apresentados os produtos e resultados das atividades de formação e pesquisa dos *Karajá*, desenvolvidos por meio do convênio firmado entre IPHAN e Museu Antropológico (convênio nº 811.893/2014). Estiveram presentes representantes do IPHAN-GO e do Departamento do Patrimônio Imaterial.

2018. Publicação do livro *Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultural do Brasil*, pela Superintendência Estadual do Iphan em Goiás, elaborado ao longo da execução do convênio nº 811.893/2014, por meio de parceria com o Museu Antropológico da UFG.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2016 – 2017. Realização de oficinas de trocas e transmissão de saberes, envolvendo ceramistas e outros artesãos e artesãs de várias aldeias do território *Karajá*, promovendo intercâmbio de conhecimentos técnicos entre as aldeias e entre as gerações. O objetivo da ação foi promover o fortalecimento do artesanato tradicional *Karajá* e a valorização dos detentores dos conhecimentos tradicionais, incentivando a sua reprodução e a transmissão das técnicas e saberes às gerações mais jovens. Ação realizada no âmbito do convênio nº 811893/2014, por meio de parceria com o Museu Antropológico da UFG.

2017. Realização de oficinas de criação pedagógica para a produção de uma publicação bilíngue, em Iny-ribè e em português, sobre o patrimônio cultural *Karajá*. As oficinas foram concebidas para ser o locus de produção de textos e ilustrações para a composição do livro, produzido a partir de um diálogo intercultural abordando o patrimônio cultural. O objetivo foi promover o fortalecimento e valorização da língua inyribè, bem como o diálogo intercultural acerca do tema patrimônio cultural, tendo como resultado direto a elaboração do livro *Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultu-*



LOURDE MAHUEDERU KARAJÁ, CERAMISTA EM OFICINA DE BONECA KARAJÁ.
ALDEIA SANTA ISABEL DO MORRO-TO.
FOTO: CEJANE PACINI, 2018.

ral do Brasil Ação realizada no âmbito do convênio nº 811.893/2014, por meio de parceria com o Museu Antropológico da UFG. Instituições parceiras: Associação Família Tehaluna Wassuri Indígena Iny, aldeia Buridina, Aruanã, GO; Centro Cultural Maurehi, aldeia Buridina, Aruanã, GO; Escola Indígena Maluá, aldeia Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal, TO; Escola Estadual Indígena Krumare, aldeia JK, Ilha do Bananal, TO; Escola Estadual Indígena Kumanã, aldeia Fontoura, Ilha do Bananal, TO; Escola Estadual Indígena Heryry Hawa, aldeia Macaúba, Ilha do Bananal, TO; Escola Estadual Indígena Hadori, aldeia São Domingos, Luciara, MT; Escola Estadual Indígena Itxalá, aldeia Itxalá, Santa Terezinha, MT; Escola Indígena de Ensino Fundamental Maranduba, aldeia Maranduba, PA; Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria das Barreiras, PA; Coordenação Técnica da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Santa Maria das Barreiras, PA. ➔



FANDANGO CAIÇARA

Abrangência

Iguape, Peruíbe, Cananeia, Ubatuba e Ilha Comprida. São Paulo
Paranaguá, Morretes e Guaraqueçaba
Paraná

Registro

29/11/2012

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponentes

Associação de Fandanguheiros do
Município de Guaraqueçaba
Associação de Cultura Popular
Mandicuera
Associação Cultural Caburé
Associação dos Jovens da Jureia
Associação Rede Cananeia
Instituto de Pesquisas Cananeia
Associação dos Fandanguheiros de
Cananeia
Instituto Silo Cultural

Coletivo Deliberativo

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Fandango Caiçara

ENQUANTO FORMA DE EXPRESSÃO diretamente vinculada a comunidades tradicionais que ocupam o litoral sul e sudeste do Brasil, a salvaguarda do Fandango Caiçara mobiliza não apenas o debate em torno da transmissão de saberes associados à musicalidade, coreografia e poética associadas, mas também ao contexto cultural mais amplo de manutenção dos modos de vida tradicionais das comunidades caiçaras. Nos bailes de fandango realizados na região do Lagamar, nos litorais paranaense e paulista, ocorrem a apresentação de grupos de dança e musicais nas quais instrumentos artesanais, como a rabeca e o adufe, juntamente com as “marcas” dos tamancos no tablado, conformam uma complexidade musical com modas, melodias, danças e coreografias que se atualizam continuamente, fazendo desta forma de expressão uma tradição cultural viva.

Tradicionalmente, a realização de fandangos ou bailes de fandango sempre esteve vinculada à organização de trabalhos coletivos - mutirões, puxirões ou pixiruns - nos roçados, nas colheitas, nas puxadas de rede ou na construção de benfeitorias. Nessas ocasiões, o organizador oferecia, como pagamento aos ajudantes voluntários, uma espécie de baile com comida farta. Para além dos mutirões, o fandango era a principal diversão e momento de socialização dessas comunidades, estando presente em diversas festas religiosas, batizados, casamentos e, especialmente, no carnaval, em que se comemorava os quatro dias ao som dos instrumentos do fandango.

Atualmente, é cada vez mais rara a realização de mutirões. Com o avanço da especulação imobiliária e a transformação de grandes áreas da região em unidades de conservação, inúmeras comunidades tradicionais foram obrigadas a migrar para outras regiões, desarticulando importantes núcleos organizadores de fandangos. O contexto da salvaguarda desse bem cultural tem proporcionado o fortalecimento de práticas culturais que lhe são associadas, como

PÁGINA AO LADO
DETALHE DE TAMANCOS DE FANDANGO.
BARRA DO SUPERAGUI, ILHA DO SUPERAGUI,
GUARAQUEÇABA-PR.
FOTO: FELIPE VARANDA, 2005.
DOSSIÊ IPHAN.

o apoio à realização de bailes em eventos nas localidades onde foi identificada a ocorrência dessa prática cultural; apoio a iniciativas locais de transmissão de saberes relacionados à produção artesanal de instrumentos; realização de ações de valorização de mestres fandangueiros e apoio à formação de músicos e de grupos de dança entre jovens e crianças, principalmente, por meio de vivências nos bailes e junto aos mestres. As diversas parcerias locais para realização de atividades de salvaguarda conformam uma rede de preservação que possibilita maior ou menor ocorrência de ações locais de acordo com as condições conjunturais de atuação do Iphan com esses parceiros (municipalidades, associações, coletivos, etc.). Simultaneamente, o processo de salvaguarda do Fandango Caiçara ocorre de maneira articulada ao movimento histórico mais amplo de preservação dos modos de vida tradicionais das comunidades caiçaras nos territórios secularmente habitados por elas.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2014. 1ª Reunião de Salvaguarda do Fandango Caiçara, na Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, em Iguape (SP), com a participação de mestres fandangueiros, detentores, pesquisadores e instituições ligados ao Comissão de Acompanhamento do Processo de Registro, além de técnicos e colaboradores do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) e Superintendência do Iphan no Paraná e Superintendência do Iphan em São Paulo. A Comissão de Acompanhamento foi formada por representantes da Associação Rede Cananeia, de Cananeia (SP), Associação Jovens da Jureia, de Iguape (SP), IPEC - Instituto de Pesquisa de Cananeia (SP), Associação Cultural Caburé, do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, Grupo de Fandango Pés de Ouro, de Paranaguá (PR), Associação de Cultura Popular Mandicuera, de Paranaguá (PR) e Associação de Fandangueiros do Município de Guaraqueçaba (PR).

2015. Mapeamento de atores da rede fandangueira nos estados de São Paulo e Paraná. Articuladores locais atualizaram o levantamento de grupos e mestres apresentado no dossiê de registro do Iphan e promoveram diálogos sobre a salvaguarda com as comunidades.



PÁGINA AO LADO
RODA DE CONVERSA, SEMINÁRIO E REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DA SALVAGUARDA. ATIVIDADES DO PROJETO Ô DE CASA NA 8ª FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE PARANAGUÁ-PR, NA 2ª FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE CANANÉIA-SP E NA 1ª SEMANA DO FANDANGO CAIÇARA DE GUARAQUEÇABA-PR.

ABAIXO
OFICINA DE RITMOS E DANÇAS COM O GRUPO FANDANGUARÁ EM GUARAQUEÇABA-PR.

ROBINHO FERNANDES E SEU PEDRINHO. 1ª FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE UBATUBA-SP.
FOTOS: ANTONIA MOURA, 2017.



2014-2015. Realização de Cerimônias Públicas de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos grupos e mestres fandangueiros do estado do Paraná, visando a valorização da manifestação cultural nos seus contextos de origem.

2016. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos fandangueiros dos municípios de Cananeia e Iguape, com a participação de autoridades locais, durante a I Festa do Fandango Caiçara de Cananeia (SP).

2017. Mobilização da rede de parceiros por meio de articulações e reuniões com representantes das Prefeituras de Cananeia e Iguape (SP), fandangueiros, representantes de grupos de Fandango Caiçara e outras organizações envolvidas, com o objetivo de estimular e/ou consolidar parcerias.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2014. Instituição de Comitê Gestor Provisório para acompanhamento e planejamento de ações de salvaguarda. O Comitê foi conformado por representantes das instituições que fizeram parte da Comissão de Acompanhamento do processo de Registro do Fandango como Patrimônio Cultural do Brasil junto ao Iphan e por técnicos do Superintendência do Iphan em São Paulo e Superintendência do Iphan no Paraná.

2014-2017. Promoção de ciclo de reuniões do Comitê Gestor Provisório do Fandango, para definição de estratégias e ações de mobilização social visando o fortalecimento da rede de parcerias, a constituição do Comitê Gestor permanente e as diretrizes para o Plano de Salvaguarda.

2016-2018. Implementação do Projeto Ô de Casa: Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara (Termo de Colaboração nº 820928/2015 entre a Associação Mandicuera e o Iphan), para mobilizar e articular fandangueiros, grupos de fandango, instituições parceiras da sociedade civil e poderes públicos dos municípios do litoral paulista, fluminense e paranaense, a fim de debater a salvaguarda do fandango caiçara e promover a constituição de um coletivo deliberativo, conforme diretrizes delineadas pelo Comitê Gestor Provisório da Salvaguarda do Fandango (instituído em 2014). Os encontros de mobilização e articulação junto às comu-

nidades fandanguueiras acompanharam o calendário das Festas de Fandango nos municípios do litoral paranaense e paulistano. Nessas reuniões presenciais, as comunidades caiçaras debateram as demandas para promoção do fandango e indicaram representantes locais para compor o coletivo deliberativo de salvaguarda do bem.

2017. Instituição do Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango Caiçara na Festa do Fandango Caiçara de Ubatuba (SP). O Comitê compõe-se de 16 representantes do Fandango dos municípios litorâneos onde foram identificados o bem cultural: Paranaguá e Guaraqueçaba, no Paraná e, em São Paulo, Iguape, Peruíbe, Cananeia e Ubatuba.

2018. 1ª Reunião do Comitê Gestor de Salvaguarda do Fandango Caiçara, na Ilha de Valadares, em Paranaguá, durante a programação da 9ª Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2014-2018. Apoio anual à Festa do Fandango Caiçara na Ilha dos Valadares, realizada pela Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Paranaguá (PR), em parceria com organizações

OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE RABECA COM NILO PEREIRA. GUARAQUEÇABA-PR.
FOTO: JULIO CESAR PONCIANO, 2017.



GRUPO VIDA FELIZ. 1º ENCONTRO DE FANDANGO DE CANANÉIA-SP.
FOTO: ACERVO DO PONTO DE CULTURA CAIÇARAS, 2016.

locais de fandanguueiros e outros parceiros da rede, como o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O evento reúne grupos de fandango do litoral paranaense e paulista. São, ainda, realizadas exposições fotográficas, lançamento de CDs dos grupos, mesas redondas com órgãos ambientais para debate de questões relativas à extração da madeira que serve de matéria-prima para a feitura dos instrumentos artesanais, rodas de conversa com mestres, oficinas práticas de bailado e luteria, dentre outras atividades.

2016. Apoio à I Festa do Fandango Caiçara de Cananeia (SP), organizada pelo Ponto de Cultura Caiçaras em parceria com grupos de Fandango.

2016. Realização da exposição fotográfica *As marcas de Valadares*, sobre os mestres do Fandango Caiçara, em Lisboa, Portugal. A exposição retrata a viola caiçara e o fandango da Ilha dos Valadares, Paranaguá, Paraná e sua realização contou com o intercâmbio cultural entre o Brasil (Ministério da Cultura) e Portugal (CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia).

2017. Apoio à Semana do Fandango Caiçara de Guaraqueçaba (PR) - Mestre Janguinho, realizada por meio do projeto Ô de Casa: Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara e pelos grupos do município (Canutilho Temperado e Fandanguará) com a colaboração institucional da Prefeitura de Guaraqueçaba - Secretaria de Turismo e Cultura, do Grupo Marista- Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Paranaguá. A data marcou a celebração da memória de João Soares, o Mestre Janguinho, homenageado pela administração pública municipal através da Lei Municipal nº 438/2015, que instituiu a data de 6 de Outubro como o Dia do Fandango Caiçara Mestre Janguinho.

2017. Apoio à II Festa do Fandango Caiçara de Cananeia (SP), à Festa do Pescador e Encontro de Fandanguheiros de Iguape e à Festa do Fandango de Ubatuba, realizadas por meio do projeto Ô de Casa: Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara, com a colaboração da Prefeitura Municipal de Cananeia e do Ponto de Cultura Caiçaras; da Prefeitura Municipal de Iguape e da Associação Jovens da Jureia; da Prefeitura Municipal de Ubatuba e da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba. No conjunto, esses eventos promoveram a realização de vivências e intercâmbios entre grupos e mestres, rodas de conversa sobre o fandango e a cultura caiçara e bailes de fandango abertos à população. Participaram grupos de Fandango Caiçara das cidades de Cananeia (SP), Iguape (SP), Peruíbe (SP), Ubatuba (SP), Paranaguá (PR), Guaraqueçaba (PR) e cirandeiros de Paraty (RJ).

2018. Apoio à III Festa do Fandango Caiçara de Cananeia (SP), à II Festa do Pescador e Encontro de Fandanguheiros de Iguape e à II Festa do Fandango de Ubatuba, realizadas com a colaboração da Prefeitura Municipal da Estância de Cananeia e do Ponto de Cultura Caiçaras; da Prefeitura Municipal de Iguape e da Associação Jovens da Jureia; da Prefeitura Municipal de Ubatuba e da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba.

2018. Prêmio Fandango Caiçara, Patrimônio Cultural do Brasil 2018. O Iphan atribuiu onze prêmios para grupos e mestres fandanguheiros cuja trajetória de vida contribuiu de maneira fundamental e exemplar para a transmissão e a continuidade do Fandango Caiçara. Na categoria In Memoriam foi reconhecido o Mestre Orlando Antônio de Oliveira, de Ubatuba (SP). Na categoria de



PÁGINA AO LADO
OFICINA DE INSTRUMENTOS NA ASSOCIAÇÃO
JOVENS DA JURÉIA (AJJ). IGUAPE-SP.
FOTO: ANTONIA MOURA, 2017.

CASA DO FANDANGO. ILHA DOS VALADARES,
PARANAGUÁ-PR.
FOTO: HENRY MILLÉO, S/D.

ABAIXO
FAMÍLIA PEREIRA. 1ª SEMANA DO FANDANGO
CAIÇARA DE GUARAQUEÇABA-PR.
FOTO: ANTONIA MOURA, 2017.

OFICINA DE LUTERIA DO PROJETO ARTESANIAS
CAIÇARAS – ASSOCIAÇÃO MANDICUERA. ILHA DOS
VALADARES, PARANAGUÁ-PR.
FOTO: IVAN IVANOVICK, S/D.



Grupos foram contemplados a Associação de Cultura Popular Mandicuera e o Grupo Folclórico Mestre Romão, ambos de Paranaguá (PR), além do Grupo Fandango Caiçara de Ubatuba (SP), do Grupo Fandanguará, de Guaraqueçaba (PR), e o Grupo Cultural de Fandango do Bairro do Rocio, de Iguape (SP). Na categoria de Mestres foram premiados Ciro Xavier Martins, Cleiton do Prado Carneiro, José Martins Filho, Nelson de Souza Rangel e Nilo Pereira.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2015-2017. Execução do projeto *Artesanias Caiçaras: a sustentabilidade do fandango através da construção dos instrumentos musicais*, a partir do Convênio nº 813661/2014, celebrado com a Associação de Cultura Popular Mandicuera. O projeto mobilizou a transmissão de saberes associados ao modo de fazer e tocar os instrumentos musicais do fandango caiçara. Foram realizadas oficinas formativas, de caráter eminentemente prático, para transmissão de técnicas e saberes relacionados ao ofício de fabricação de instrumentos musicais; oito bolsistas participaram das oficinas que ocorreram no ateliê de luteria da sede da Associação Mandicuera, na Ilha dos Valadares, em Paranaguá (PR), durante oito meses. Os 55 instrumentos produzidos no projeto foram distribuídos a 16 grupos de fandango de Paranaguá e também de outras oito cidades do território caiçara: Antonina (PR), Guaraqueçaba (PR), Guaratuba (PR), Cananeia (SP), Iguape (SP), Paraty (RJ), Pontal do Paraná (PR) e Ubatuba (SP). A primeira entrega oficial dos instrumentos ocorreu durante a 8ª Festa do Fandango de Paranaguá, no ano de 2017. Cerimônias de entrega de instrumentos também foram realizadas em Guaraqueçaba com bailes no Mercado Municipal e na localidade de Barra do Ararapira. Tocadores reconhecidos como Mestre Zeca Martins da Ilha de Valadares (José Carlos Martins) e Mestre Genésio do Grupo Pés de Ouro (Genésio Onório Pontes) também foram envolvidos no projeto, promovendo o reconhecimento e a valorização desses mestres junto às novas gerações.

2017-2018. Mediação, acompanhamento e fiscalização de processos de obtenção de licenças ambientais de novos empreendimentos em Paranaguá (PR), assegurando a participação direta de fandanguheiros na determinação e controle dos impactos e na definição das medidas mitigatórias e compensatórias. ➡



FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PARATY

Abrangência

Paraty
Rio de Janeiro

Registro

03/04/2013

Livro de Registro

Celebrações

Proponente

Instituto Histórico e
Artístico de Paraty (IHAP)

“A CELEBRAÇÃO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO é uma manifestação cultural e religiosa de origem portuguesa disseminada no período da colonização da América Portuguesa e ainda hoje presente em todas as regiões do Brasil. As diversas celebrações brasileiras do Divino Espírito Santo compõem-se a partir de uma estrutura básica com algumas variações: a Folia, a Coroação de um Imperador, e o Império do Divino, símbolos principais do ritual. A Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, especificamente, incorporou a esta estrutura básica outros ritos e representações, que agregam elementos próprios e particulares relacionados à história e à formação da cidade. A fé no Espírito Santo e o pagamento de promessas por graças alcançadas estão na base da motivação para a realização da Festa, que extrapola os limites da esfera estritamente religiosa e conforma uma dinâmica de solidariedade, por meio de atos de doação e retribuição. Esta forma de sociabilidade comunitária evoca, nos participantes da Festa, sentidos de pertencimento a uma comunidade maior.

A cidade de Paraty é um importante sítio histórico, tombado desde a década de 1950. Nos séculos XVII e XVIII, configurava-se como ponto de ligação e escoamento de produtos do interior para a costa do país, sendo marcada pelas expressões e manifestações do período colonial, muitas das quais se preservam até hoje. A Festa do Divino Espírito Santo de Paraty é uma celebração profundamente enraizada no cotidiano dos moradores, um espaço de reiteração de sua identidade e determinante dos padrões de sociabilidade local. Ocorre em vários espaços da cidade, como na Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios, na Praça da Matriz, na casa do Festeiro, além das diversas ruas pelas quais a procissão passa durante os dias de celebração. A organização é feita ao longo do ano por um Festeiro, renovado anualmente. Seu prestígio e honra estão além do momento da celebração e vinculam-se à

PÁGINA AO LADO
PARATY ENFEITADA PARA A FESTA.
FOTO: JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA, 2009.
DOSSIÊ IPHAN.

produção e acúmulo de capital simbólico e ao status das famílias locais. Além do Festeiro, a viabilização dos diferentes momentos da Festa é compartilhada entre a Paróquia local – encarregada da parte litúrgica – e a Prefeitura Municipal – responsável pela parte profana, como as barracas da quermesse, shows e jogos. As ruas, as fachadas das casas e as igrejas são enfeitadas de branco e vermelho, as cores do Divino Espírito Santo. A população local participa com grande empenho, por meio de doações e ajudas diversas, realizadas, em geral, para agradecer uma graça concedida ou para pagar uma promessa feita ao Divino. Constituída por vários rituais religiosos e expressões culturais, a Festa se realiza a cada ano, desde o século XVII [...]. Alguns fatores são apontados para a continuidade da Festa do Divino Espírito Santo ao longo da história da cidade de Paraty: as características geográficas, as feições arquitetônicas e as tradições culturais contribuíram para a permanência do espírito colonial dentro de um país republicano. A população paratiense se empenha em buscar as imagens e os símbolos da época do Império, reconstituindo costumes e valorizando aspectos da cultura popular que haviam caído em desuso em outras épocas. Assim, buscam reinventar a tradição na correlação com os tempos de maior esplendor da cidade” (Certidão de Registro, Iphan: 2013).

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.



PROCISSÃO DO DIVINO DE PARATY.
FOTO: OSCAR LIBERAL, S/D.



BANDEIRAS DO DIVINO E
PROCISSÃO DO BANDO PRECATÓRIO.
FOTOS: LÍVIA LIMA, 2009.
DOSSIÊ IPHAN.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2013. Cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, durante missa celebrada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

2014. Articulação institucional com a Secretaria de Cultura de Paraty, no decorrer da IV Semana Fluminense do Patrimônio, com o objetivo de fornecer esclarecimentos sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e tratar do projeto de criação do Centro de Referência da Festa do Divino, em espaço cedido pela Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios do município.

2017. Participação da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro em Encontro de Formação e Preparação para a Festa do Divino Espírito Santo, ocorrido na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, sob a organização da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios e apoio dos festeiros do ano de 2017.

2017. Reunião de articulação com festeiros representantes da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, para planejamento de encontro com detentores e entrega de material de divulgação referente ao bem cultural.

2018. Realização de reuniões de articulação com festeiros e cirandeiros de Paraty, assim como com a Secretaria Municipal de Cultura.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2017 – 2018. Produção de material gráfico para difusão do bem cultural. ➡



FESTIVIDADES DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO NA REGIÃO DO MARAJÓ

Abrangência

Região do Marajó
Pará

Registro

27/11/2013

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Museu do Marajó
Irmandade do Glorioso São
Sebastião de Cachoeira do Arari

“A EXISTÊNCIA DA DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO na região do Marajó, estado do Pará, remonta ao período de colonização e à ação missionária no século XVI. São Sebastião é tido como protetor, advogado e também associado às virtudes de guerreiro, que o aproxima de características identitárias dos marajoaras. A imagem de São Sebastião está presente nos altares das casas e também das igrejas, quando da realização das festividades. Esses altares são ornamentados por fitas e flores nas cores do santo: verde, vermelho e branco. A realização das festividades em devoção a São Sebastião compõe um calendário de homenagens e agradecimentos pelos milagres e graças alcançadas. Cada localidade do Marajó que realiza a festividade para o Glorioso São Sebastião possui suas especificidades com variações das comissões, representantes, responsáveis e calendários. Os elementos simbólicos de cada local se revelam na devoção e nas expressões de suas festividades. Em geral, inicia-se o ciclo de festividades com um período de esmolação, que pode durar de duas semanas a seis meses, e consiste na peregrinação da comissão de foliões pelas regiões em torno do local da festa coletando donativos para o santo. Na chegada desses grupos nas casas e fazendas são executadas as folias e ladainhas, principais formas de expressão associadas à Celebração. As folias e ladainhas possuem repertórios próprios e específicos para cada situação, são transmitidas de geração a geração e, atualmente, também são repassados por meio de oficinas. As folias possuem algumas características que as consolidam enquanto repertório: a forma, o instrumental e suas funções em relação aos componentes da comissão e peregrinação. Os momentos de execução das ladainhas estão imbuídos de sentimentos de fé, respeito e carinho pelo santo. As músicas e rezas dão o tom de sacralidade e os arraiais de alegria que compõem as festividades. Após essas atividades, entre os dias 10 e 20 de janeiro, ocorrem as festividades ao Glorioso São Sebastião, marcadas pelo ciclo de levantamento e derrubada do mastro. Ao

PÁGINA AO LADO
PROCISSÃO DO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO.
CACHOEIRA DO ARARI-PA.
FOTO: PAULO CARVALHO, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.

longo desses dias ocorrem procissões, ladainhas, festas dançantes nos barracões e arraiais, que são o ponto certo de encontro das pessoas da região. O frito do vaqueiro, o leite de onça e a luta marajoara são outros bens associados à realização desta celebração. A capilaridade das festividades por toda a região do Marajó e o seu longo ciclo de preparação são elementos que demonstram a importância desse bem para a identidade marajoara, como também seu papel agregador na organização da vida social”. (Certidão de Registro das Festividades do Glorioso São Sebastião do Marajó)

Dentre as ações de salvaguarda realizadas, destacam-se:

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2014. Realização de visitas técnicas para mobilização de detentores nos municípios de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Chaves (Vila de Arapixi) para promover esclarecimentos sobre o reconhecimento do bem como Patrimônio Cultural do Brasil.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2015. Realização de Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Culturais, com o objetivo de capacitar detentores dos distintos bens registrados no estado. Para tanto, foram apresentados modelos de editais/formulários e exemplos de projetos elaborados, culminando na condução de um exercício prático de elaboração de propostas para o Edital PNPI 2015 – Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2017. Realização de ação educativa com o projeto Cordão do Galo, realizado pelo Instituto Arraial do Pavulagem e a Irmandade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, para valorizar e difundir o cancioneiro popular relacionado à Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó, tendo como foco os professores da rede municipal de ensino, visando o repasse de subsídios para a utilização de temas relacionados ao patrimônio para os ensin os fundamental e médio. ➡



PÁGINA AO LADO
PROCISSÃO DO GLORIOSO
SÃO SEBASTIÃO.
CACHOEIRA DO ARARI-PA.
FOTOS: PAULO CARVALHO, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.



LINK DE INTERESSE
Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião
<http://irmandadesaosebastiao.blogspot.com/>



PRODUÇÃO TRADICIONAL E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS ASSOCIADAS A CAJUÍNA NO PIAUÍ

Abrangência
Piauí

Registro
15/05/2014

Livro de Registro
Saberes

Proponente
Cooperativa de Produtores de
Cajuína do Piauí (CAJUESPI)

“A CAJUÍNA É UMA BEBIDA NÃO ALCOÓLICA, feita a partir do suco do caju separado do seu tanino, por meio da adição de um agente precipitador (originalmente, a resina do cajueiro, durante muitas décadas a cola de madeira ou de sapateiro e, atualmente, a gelatina em pó), coado várias vezes em redes ou funis de pano. Esse processo de separação do tanino do suco recebe o nome de clarificação, o suco clarificado é então cozido em banho-maria em garrafas de vidro até que seus açúcares sejam caramelizados, permitindo que possa ser armazenada por períodos de até dois anos. O modo tradicional de produção da cajuína foi desenvolvido ao longo do tempo e, ainda que seja semelhante nos diversos núcleos produtores espalhados por todo o Piauí, cada núcleo desenvolveu melhorias e aperfeiçoou técnicas específicas que podem produzir determinadas diferenças no seu produto final, distinguindo o sabor da sua bebida da dos demais produtores. O controle de cada uma das etapas de produção reflete na qualidade de cada garrafa da bebida. O modo de fazer e as práticas associadas à cajuína são bens culturais que emergem junto com os rituais de hospitalidade das famílias no Piauí. As garrafas de cajuína, atualmente também vendidas, eram, na maior parte das vezes, dadas de presente ou servidas às visitas, e ainda oferecidas em aniversários, casamentos e outras comemorações. Mesmo sendo uma bebida, ela assume o simbolismo de alimento sendo inscrita na mesma tradição dos doces, bolos, biscoitos e outros saberes prendados cultivados para abastecimento do lar no Nordeste. O seu consumo constitui um ato de degustação, geralmente, acompanhado de comentários e comparações sobre as qualidades daquela garrafa da bebida. Os comentários ressaltam sua cor, doçura, cristalinidade, leveza ou densidade, qualidades que derivam tanto do caju escolhido, quanto das técnicas de cada produtor. A essas referências se direciona o sentimento de pertencimento daquele grupo ou família

PÁGINA AO LADO
PROCESSO DE PRENSA DE CAJU
PARA A PRODUÇÃO DA CAJUÍNA.
FOTO: MARCIO VASCONCELOS, 2008. DOSSIÊ IPHAN.



produtora. Da mesma forma, reforça os laços entre os membros das redes familiares extensivas pelas quais a cajuína circula. No panorama atual, novos atores passam a produzir e consumir cajuína, estimulados pelo acesso aos meios de produção. A cajuína alçou mercados externos ao Piauí e, ao mesmo tempo em que é valorizada como produto de forte apelo regional e cultural, reforça os sentidos de pertença e identidade dos piauienses e brasileiros”. (Certidão de Registro da Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí)

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2015. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí aos produtores de cajuína. O evento contou com a participação de instituições públicas das três esferas governamentais e produtores de cajuína do estado.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2015. Realização do I Fórum Estadual de Salvaguarda da Produção Tradicional e Práticas Socioculturais associadas à cajuína do Piauí, evento que contou com participação de produtores de várias regiões do estado e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Eixo 3. Difusão e Valorização

2016. Apoio à realização do IV Festival da Cajuína, promovido, em Teresina, pela Cooperativa dos produtores de cajuína do Piauí e entidades parceiras. O evento ensejou a discussão sobre as estratégias de preservação da cajuína e o incentivo à sua produção e comercialização. ➡

CAJU E CASTANHAS.
FOTO: MARCIO VASCONCELOS, 2008.
DOSSIÊ IPHAN.



Abrangência

Pará

Registro

11/09/2014

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponentes

Prefeitura Municipal de Santarém
Novo

Irmandade de Carimbó de São
Benedito

Associação Cultural Japiim

Associação Cultural Raízes da Terra

Associação Cultural Uirapuru

Coletivo Deliberativo

Comitê Gestor da Salvaguarda do
Carimbó

O REGISTRO DO CARIMBÓ como patrimônio cultural imaterial do Brasil no livro de Registro das Formas de Expressão foi precedido por pesquisa referente ao Levantamento Preliminar e Identificação do Carimbó nas Mesorregiões Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém e Marajó, que contou com a participação da população dos municípios que compõem essas mesorregiões para o fornecimento de informações sobre as referências culturais mais significativas e representativas desse bem imaterial.

“O carimbó é uma expressão cultural que envolve um conjunto de práticas, sociabilidades, esteticidades e performances, entremeado por criações musicais e coreográficas. Sua área de ocorrência abrange o estado do Pará, com ênfase na região nordeste. Essa forma de expressão manifesta-se durante todo o ano e em distintas temporalidades. Sua história remonta ao século XVII, na porção da Amazônia que corresponde ao atual Pará e foi trazido ao Brasil por negros esclavizados africanos tendo incorporado influências indígenas e ibéricas.

A palavra carimbó diz respeito ao tambor, posteriormente denominando também a expressão como um todo. As letras das canções do carimbó trazem à musicalidade da expressão os elementos da natureza (fauna e flora locais) e os aspectos do mundo do trabalho vivenciado pelos carimbozeiros. Os mestres, tocadores, dançarinos, cantadores e compositores do complexo cultural do carimbó são amazônidas que trabalham como carpinteiros, meeiros, roceiros, pedreiros, pescadores, catadores de caranguejo, biscateiros, serventes, vigilantes, caçadores, serígrafos, agricultores etc.

A composição instrumental do carimbó conhecida como “tradicional” apresenta os seguintes elementos: dois ou três carimbós (tambores), um instrumento de sopro (flauta, saxofone ou clarinete), banjo, milheiros e maracas. Eventualmente, estão também presentes triângulo, reco-reco, paus, rufo, maraca, milheiro e tambor de onça. Os tambores sustentam a marcação rítmica e propulsionam os movimentos, o pulsar da canção e dos corações. Uma

PÁGINA AO LADO

MESTRE MANOEL.

FOTO: DIOGO VIANA, 2012.

DOSSIÊ IPHAN.

das dimensões essenciais da reprodução do carimbó na vida social carimbozeira é a relação com os instrumentos, principalmente em relação aos tambores (os carimbós). Objetos dotados de poder sensitivo e de simbologias múltiplas, os instrumentos do carimbó – principalmente aqueles fabricados pelos seus tocadores – são agrupados de maneira a conformar um espaço lúdico e de interações próprias.

A dança do carimbó é motivada pelo baque dos tambores e caracteriza-se pelos dançantes, o cavalheiro e a dama, que realizam passos “miúdos” e giram em movimentos circulares, sem contato físico direto. Os padrões específicos (assim como o tipo das vestimentas) de cada dança estão relacionados às maneiras como o carimbó é manifestado nas diversas localidades onde se realiza.

O carimbó é praticado, principalmente, em reuniões entre amigos para ‘fazer o carimbó’, festas em devoção a São Benedito, apresentações em festivais e em outros eventos. As festas de carimbó não podem ser pensadas separadamente àquelas em homenagem a São Benedito, que recebeu a devoção dos escravizados] negros levados para a Amazônia no século XVIII. O tempo dessas festas de carimbó está vinculado ao ciclo de festas do santo, geralmente, entre dezembro e janeiro de cada ano. Outra dimensão da prática do carimbó são os festivais, que atraem grupos de várias localidades. São eventos em que vários conjuntos de carimbó se apresentam, concorrendo a troféus e a outras premiações. A produção e a reprodução do carimbó, assim como todos os bens culturais associados a ele, são parte intrínseca dos processos de formação identitária dos sujeitos e sua prática está profundamente enraizada no cotidiano das comunidades carimbozeiras. A forma de expressão carimbó viabiliza a manutenção das memórias dos grupos, pois seus saberes são transmitidos entre gerações por meio do aprendizado oral”. (Certidão de Registro do Carimbó)

No sentido de potencializar a auto-organização dos grupos de carimbó e fomentar a autonomia dos detentores em relação a gestão de seu patrimônio, o Iphan tem promovido ações de fortalecimento das capacidades e valorização dos mestres. A seguir, estão listadas as principais ações de salvaguarda realizadas desde o registro.



CARIMBOZEIRAS E CARIMBOZEIROS
NA I FEIRA MUNDIAL DE
SOCIOBIODIVERSIDADE (BELÉM+30).
BELÉM-PA.
FOTO: CAMILA GIUSTI, 2018.

DANÇARINOS DE CARIMBÓ.
FOTO: DIOGO VIANA, 2012. DOSSIÊ IPHAN.



Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2015. Realização de cerimônia no Museu do Estado do Pará para a entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil, ocorrida durante a Semana do Patrimônio Paraense, com a participação de cerca de duzentos detentores de diversas regiões do estado do Pará.

2015. Realização de visitas técnicas com a intenção de mobilizar detentores em vinte e três municípios do Pará, reunidos nos Encontros Municipais da Salvaguarda do Carimbó, fase preparatória para o I Congresso Estadual do Carimbó.

2015. Realização em Belém de reuniões técnicas com representantes dos municípios e polos da salvaguarda do Carimbó para definir a concepção e programação do Congresso Estadual do Carimbó.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2015. Realização do I Congresso Estadual do Carimbó. O evento contou com a participação de noventa delegados eleitos durante os encontros municipais e delineou as prioridades das ações de salvaguarda para o biênio 2015-2017.

2015. Instalação do Comitê Gestor de Salvaguarda do Carimbó, durante o I Congresso Estadual, constituído por mestres, mestras e representantes de grupos de Carimbó oriundos das diversas regiões do estado, totalizando 22 representantes. Portaria iphan nº 04, de 24/05/2017.

2015. Realização de Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Culturais, na qual foram abordados aspectos das políticas de preservação e encaminhamentos da salvaguarda do bem. Ao longo da oficina, foram apresentados modelos de editais/formulários e exemplos de projetos elaborados, culminando em um exercício prático de elaboração de propostas para o Edital PNPI 2015 – Prêmio Boas práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. A oficina reuniu vinte detentores de bens registrados no estado: Carimbó, Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, do Círio de Nazaré, Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó e da Roda de Capoeira.

2016. Realização de Oficina de Educação Jurídica Popular, com o objetivo de capacitar os detentores nos princípios do estatuto jurídico referente ao associativismo. Foram apresentados e discutidos modelos de estatuto, além da legislação disponível que rege o funcionamento das associações.

2015-2017. Realização de reuniões do Comitê Gestor da Salvaguarda do Carimbó, nas quais se elaborou e aprovou o regimento interno do Comitê, assim como foi definida a ordem de prioridade das ações de salvaguarda.

2017. Realização do II Congresso Estadual do Carimbó. A execução foi realizada pela Associação do Carimbó e Cultura Popular de Salinópolis (ACCUPSAL) por meio do Termo de Colaboração nº 837246/16 celebrado com o Iphan.

2017. Eleição de nova composição do comitê gestor no II Congresso Estadual do Carimbó. Portaria nº 02, DE 27 DE ABRIL DE 2018. Apoio à constituição da Associação do Carimbó do Estado do Pará (ACEPA).



II CONGRESSO ESTADUAL
DO CARIMBÓ.
FOTO: PIERRE AZEVEDO, 2017.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2015-2018. Realização de mesas de avaliação e debate das ações de salvaguarda durante as programações dos eventos em comemoração ao registro do Carimbó, dia 11 de setembro, promovidos pela “Campanha do Carimbó Patrimônio Brasileiro”.

2016. Mesa-redonda “Saberes e Fazeres dos Bens Registrados no Pará”, ocorrida durante a Semana do Patrimônio Paraense, realizada pela Associação dos Agentes do Patrimônio da Amazônia (ASAPAM) em parceria com o IPHAN-PA, com a participação de mestres artesãos de instrumentos de carimbó, além de artesãs de cuias do Baixo Amazonas e Mestres de Capoeira.

2017. Realização da mesa de debates Carimbó do meu Brasil: desafios e perspectivas no 3º ano do Registro, da qual participaram mestres e mestras de Carimbó de diferentes regiões do Pará, com vistas a empreender um balanço das ações de salvaguarda desenvolvidas após o registro, assim como discutir perspectivas de ações futuras.

2017. Edital de Premiação Carimbó Nosso Patrimônio. Foram distribuídos 25 (vinte e cinco) prêmios, sendo dez para mestres e mestras em atividade, cinco para mestres ou mestras in memoriam e dez para grupos de Carimbó. ➡



TAVA, LUGAR DE REFERÊNCIA PARA O POVO GUARANI

Abrangência

São Miguel das Missões
Rio Grande do Sul

Registro

03/12/2014

Livro de Registro

Lugares

Proponente

Superintendência do Iphan no Rio
Grande do Sul

TAVA GUARANI É O LUGAR amplamente conhecido como Sítio de São Miguel Arcanjo, situado em São Miguel das Missões (RS), que foi tombado como patrimônio nacional, pelo Iphan, em 1938, e declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1983, em virtude de seu valor artístico e arquitetônico.

Em 2014, após longo processo de documentação e estudo, realizado de forma colaborativa, a *Tava* foi registrada pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, consagrando os sentidos e significados atribuídos pelos Guarani-Mbyá ao lugar e aos remanescentes edificados, sobretudo a igreja de São Miguel Arcanjo, a ‘casa de pedra’.

Para os Guarani-Mbyá, a *Tava* é um lugar sagrado, onde viveram seus antepassados, os antigos, e foi construído a partir de estruturas em pedra a pedido de sua divindade, *Nhanderu*. Nelas, deixaram parte de suas corporalidades e o exemplo de uma vida seguindo os preceitos éticos do bem-viver guarani.

Em seu sentido mítico, as construções, hoje em ruínas, são testemunhos da condição de finitude que caracteriza a vida terrena, uma vida de imperfeição. Ao mesmo tempo, demonstram que é possível superar essa condição, como fizeram os antigos. Eles plantaram e comeram alimentos tradicionais, cantaram e oraram em suas Casas de Reza e caminharam por um vasto território, fundando aldeias e erigindo diversas tavas para marcá-lo e também orientar as caminhadas de seus descendentes. Assim, esses antigos se tornaram pessoas encantadas e alcançaram *Yvy Marãey*, a morada celeste dos imortais, onde tudo permanece vivo e se renova.

Sinal da passagem dos antigos e marco para as caminhadas contemporâneas, a *Tava* aciona sentimentos de pertencimento e identidade. Por meio dela, os Guarani-Mbyá interpretam o evento histórico das Missões, incorporando-o às suas narrativas e reelaborando-o segundo a lógica de sua cosmologia. Trata-se de um

PÁGINA AO LADO

CRIANÇAS GUARANI NA TAVA.

SÃO MIGUEL DAS MISSÕES-RS.

FOTO: DANIELE PIRES, 2004.

DOSSIÊ IPHAN.

espaço vivo, de atividades diversas e de aprendizado para os jovens. Por estar visível a todos, inclusive aos não-indígenas, ela é um testemunho singular, erguido para contar aos visitantes quem são os Guarani.

Em 31 de outubro de 2018, a *Tava* Guarani foi declarada Patrimônio Cultural imaterial do Mercosul, na intenção de reconhecer a importância dos ‘sítios missioneiros’ que se encontram no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Como tavas, são marcos da trajetória do povo Guarani, presentes em todo seu antigo território que, embora cindido pelas fronteiras geopolíticas, continua sendo por eles vivenciado, tanto por meio da fundação de aldeias, quanto pela prática do trânsito, que caracteriza a territorialidade guarani.

As ações de salvaguarda relacionadas à *Tava* foram iniciadas durante a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Comunidade *Mbyá*-Guarani em São Miguel Arcanjo, entre 2004 e 2007. Posteriormente, ao longo da instrução do processo de registro, outras ações foram realizadas, tais como: Oficinas de Audiovisual para jovens *Mbyá*, resultando em um filme premiado no ForumDoc de 2009 - *Mokoi Tekoá, Petei Jeguatá* (Duas Aldeias, uma caminhada), de autoria de Ariel Ortega, então residente na *Tekoá Yryapu*/Aldeia Murmúrio do Mar, Jorge Morinico e Germano Beñites, da *Tekoá Anhetenguá*/Aldeia Verdadeira – e a execução do projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani, em parceria com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). O projeto contemplou a realização de um Inventário Cultural ampliado com os Guarani-*Mbyá* dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e a execução de ações de salvaguarda que haviam sido demandadas durante o INRC Comunidade *Mbyá*-Guarani em São Miguel Arcanjo, as quais se estenderam a comunidades situadas no Rio Grande do Sul e em São Paulo. São exemplos dessas ações: a Oficina Turismo em Aldeias Guarani, com elaboração de guia bilíngue *Mbyá*-português; Oficinas de Transmissão de Saberes Artesanais relacionados à confecção de instrumentos musicais para rituais, bem como à prática do trançado e uso de tintas naturais; reuniões de planejamento e realização da cerimônia do Nhemongarai nas *Tekoá Koenju*/Aldeia Alvorecer e *Tekoá Anhetenguá*/Aldeia Verdadeira; ações de recuperação de



CASA DA QUINTA ANTES
DA RECUPERAÇÃO.
FOTO: ADRIANA ALMEIDA, 2017.

CERIMÔNIA DE ENTREGA DA CASA DA
QUINTA AO CONSELHO GESTOR DA
SALVAGUARDA DA TAVA GUARANI.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2017.



OSVALDO, ARTESÃO GUARANI.
FOTO: CRISTIAN ÁVILA, 2004.
DOSSIÊ IPHAN.

pomares e de áreas com espécies nativas em 20 comunidades situadas no Vale do Ribeira e no litoral de São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, além de Oficinas de Formação de Pesquisadores Guarani.

Além das ações de salvaguarda diretamente relacionadas ao registro da *Tava*, o processo de conhecimento do universo cultural Guarani ensejou outras iniciativas de grande importância, como a elaboração do Mapa Digital Guarani, trabalho que envolveu membros de várias comunidades guarani, integrantes da Comissão Guarani *Yvy Rupá* e técnicos da Superintendência Estadual do Iphan no Rio Grande do Sul e Departamento de Patrimônio Imaterial, em colaboração com universidades, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, dentre outras.

Com a declaração da *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, candidatura fomentada pelo Iphan, consagrou-se, assim, o reconhecimento da presença ancestral dos Guarani no território *Yvy Rupá* – Brasil, Argentina e Paraguai – e seu direito a narrar sua trajetória enquanto povo originário, num lugar construído e vivenciado por seus ancestrais.

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas após o registro.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2014. Reunião na *Tekoá Koenju*, para finalização do Dossiê de Registro da *Tava* e para encaminhamentos sobre o projeto de construção de novo anexo para o Museu das Missões, situado fora do sítio/*Tava*. O projeto contempla um espaço para venda de artesanato e hospedagem das famílias da *Tekoá Koenju*. Na ocasião, os Guarani reafirmaram a importância de se preservar a Casa de Passagem e seu uso, para que permaneçam na *Tava*.

2015. Realização de cerimônia de entrega do título do registro da *Tava*, Lugar de referência para o povo Guarani aos *Mbyá*-guarani, presentes na *Tekoá Koenju*.

2015. Participação de seis lideranças Guarani de comunidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo no evento Brasil Indígena, organizado pelo MinC, no qual foram entregues títulos de registro da *Tava*, Lugar de referência para o povo Guarani.



APRESENTAÇÃO DE CORAL
DE JOVENS GUARANI NA TAVA.
FOTO: DANIELE PIRES, 2004.
DOSSIÊ IPHAN.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2015. Reunião com a comunidade indígena da Tekoa Koenju, para apresentação e detalhamento das linhas de ação da salvaguarda.

2016. Reunião na Tava Guarani, com a comunidade da Aldeia Koenju, para debater as diretrizes da salvaguarda da Tava.

2016. Eleição, em caráter piloto, do Conselho Gestor da Salvaguarda da Tava Guarani, em reunião realizada na Tekoa Koenju. O Conselho reúne membros da comunidade Koenju e lideranças de comunidades de Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo, ligadas à Comissão Guarani Yvy Rupá e que participaram do processo de registro da Tava.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2015. Impressão de material de divulgação sobre a Tava Guarani para ampla distribuição.

2016. Distribuição dos materiais de divulgação sobre o reconhecimento patrimonial da Tava, pelos Guarani, para os visitantes do lugar acautelado – Tava/Sítio de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (RS).

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2017. Recuperação da Casa da Quinta, situada na Tava Guarani. A Casa foi o primeiro local ocupado por famílias guarani, na década de 1990, quando, com a concordância do Iphan, passaram a frequentar diariamente o Sítio de São Miguel Arcanjo e vender seu artesanato no alpendre do Museu das Missões. Com a construção de uma Casa de Passagem, também situada no Sítio, a Casa da Quinta ficou sem uso. Após o registro da Tava, o Iphan realizou obras de recuperação na Casa da Quinta, destinando-a para uso do Conselho Gestor Guarani, como local de reuniões, guarda de acervo de filmes e publicações dos mesmos.

2017. Cerimônia de entrega da Casa da Quinta ao Conselho Gestor da Salvaguarda da Tava, com a participação de lideranças e membros da comunidade da Tekoá Koenju, representantes do Iphan, do Museu das Missões/Ibram e da Prefeitura de São Miguel das Missões. ➡



MARACATU NAÇÃO

Abrangência

Região Metropolitana do Recife
Pernambuco

Registro

03/12/2014

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Secretaria de Cultura do Estado
de Pernambuco

PÁGINA AO LADO
CORTEJO PORTO RICO.
RECIFE-PE.
FOTO: ISABEL GUILLEN, 2012.
DOSSIÊ IPHAN.

“COM A GRANDE MAIORIA DOS GRUPOS concentrada nas comunidades de bairros periféricos da Região Metropolitana de Recife, o maracatu nação também é conhecido como Maracatu de Baque Virado. Essa forma de expressão cultural apresenta um conjunto musical percussivo a um cortejo real, evocando as coroações de reis e rainhas do antigo Congo africano. Os grupos apresentam um espetáculo repleto de simbologias e marcado pela riqueza estética e pela musicalidade, assim podem ser traduzidas as apresentações de grupos de maracatu, em Pernambuco. O momento de maior destaque consiste na saída às ruas para desfiles e apresentações no período carnavalesco.

Para o Iphan, o valor patrimonial do Maracatu Nação reside sua capacidade de comunicar elementos da cultura brasileira e carregar elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da população afro-brasileira. Entendido como uma forma de expressão que congrega relações comunitárias, o Maracatu Nação permite o compartilhamento de práticas, memórias e fortes vínculos com o sagrado, evidenciadas por meio da relação desses grupos com os xangôs (denominação da religião dos orixás em Pernambuco) e a Jurema Sagrada (denominação da religião de características afro-ameríndias que cultua mestres e mestras, caboclos, entre outras entidades) e ainda pode remontar às antigas coroações de reis e rainhas congo”. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/504/>)

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2017-2018. Realização de reuniões mensais com a intenção de constituição de Coletivo Deliberativo, envolvendo a participação de um grupo de cada município onde há ocorrência do bem: Recife, Olinda Igarassu e Jaboatão dos Guararapes. Das reuniões, participaram a Superintendência do Iphan em Pernambuco, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural.

Eixo 2. Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda

2018. Início da elaboração do Plano de Salvaguarda. Dentre ações de valorização e promoção do Maracatu Nação, como a realização de seminários e editais de apoio e fomento, o Plano buscará atender a demanda por formação de pesquisadores maracatuzeiros, oficinas de economia criativa e a realização de mapeamento de cadeias produtivas visando ampliar a noção de sustentabilidade cultural do Maracatu.



DAMA DO PAÇO,
MARACATU SOL NASCENTE.
RECIFE-PE.
FOTO: TIAGO GUILLEN, 2012.
DOSSIÊ IPHAN.



CORTE,
MARACATU LEÃO DA CAMPINA.
FOTO: DOSSIÊ IPHAN, 2012.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2018. Lançamento do Edital Prêmio de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco - Ações de Salvaguarda do Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto e Cavalo-Marinho, iniciativa que teve como objetivo valorizar e reconhecer ações de salvaguarda realizadas pelos próprios detentores em Pernambuco, no período de 2015 a 2017. Foram selecionadas as seguintes ações de excelência no âmbito da difusão, valorização, produção e reprodução cultural: “Projeto Vivendo, Aprendendo - Maracatu Nação Cambinda Estrela” (Recife-PE), proponente Centro Cultural Cambinda Estrela e “Estrela para Todos” (Igarassu-PE), proponente Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu. ➡



MARACATU DE BAQUE SOLTO

Abrangência

Zona da Mata Pernambucana

Registro

03/12/2014

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco

“O MARACATU DE BAQUE SOLTO é uma expressão cultural também conhecida por maracatu de orquestra, maracatu de trombone, maracatu de baque singelo ou maracatu rural. Brincadeira popular que ocorre durante as comemorações do Carnaval e no período da Páscoa, tem como personagem central o Caboclo de Lança e compõe-se por dança, música e poesia, e está associado ao ciclo canavieiro da Zona da Mata Norte de Pernambuco, especialmente, e às áreas sob sua influência cultural. Também ocorrem apresentações na Região Metropolitana do Recife e outras localidades. De seu movimento coreográfico surge uma dança que evoca o combate, e ao mesmo tempo relembra os movimentos dos trabalhadores nos canaviais.

O Maracatu de Baque Solto ou Maracatu Rural envolve performances dramáticas, musicais e coreográficas, resultantes da fusão de manifestações populares (cambindas, bumba meu boi, Caval-Marinho). O aspecto sagrado/religioso/ritualístico perpassa o folguedo durante todo o ano, em que se dão os ensaios ou sambadas, além das apresentações nos períodos carnavalesco e pascoal, caracterizando-o, fundamentalmente, como possuidor do ‘segredo do brinquedo’.

Os mais antigos maracatus foram criados em engenhos onde seus fundadores eram trabalhadores rurais, trabalhadores do canavial, cortadores de cana-de-açúcar, entre fins do século XIX e início do XX. A herança imaterial desse bem é legada aos contemporâneos por meio de gestos e indumentárias, nos ‘pantins’ de caboclos e dos arreiamás, na dança das baianas, nas loas dos mestres, entre outros aspectos. Nas apresentações, o mestre de cada maracatu entoa loas em marchas, sambas e galope acompanhados do terno (as orquestras de sopro e percussão), enquanto no terreiro os caboclos, baianas e arreiamás se exibem fazendo suas evoluções.

Possui forte tradição na palha da cana, sobretudo na Zona da Mata Norte, e mesmo convivendo com as adversidades decorrentes de tal contexto socioeconômico, os canavieiros construíram

PÁGINA AO LADO
CABOCLO DE LANÇA DO LEÃO MISTERIOSO.
NAZARÉ DA MATA-PE.
FOTO: ELYSANGELA FREITAS, 2013. DOSSIÊ IPHAN.

um vigoroso legado cultural, em que os maracatus de baque solto sobressaem. Sua singularidade se expressa por meio da sua musicalidade (um tipo de batuque ou baque solto), seus movimentos coreográficos e indumentária dos personagens, e pela riqueza de seus versos de improviso”. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/505/>)

Seguem as principais ações de salvaguarda realizada.

Eixo 1: Mobilização Social e Alcance da Política

2016. Realização de reunião com Manoelzinho Salustiano, artesão, mamulengueiro e Presidente da Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco, Mestre Grimário, integrante do Cavalo-Marinho Boi Pintado e representantes da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), na Casa da Rabeca, localizada no bairro de Cidade Tabajara, Olinda/PE. O objetivo central da reunião foi retomar a discussão de ações estratégicas para salvaguarda destes bens e debater com os presentes, sobretudo os detentores, ações de salvaguarda para os bens culturais em tela, a partir das recomendações de salvaguarda expressas nos dossiês de registro respectivos.

2016. Realização de reunião com grupos, mestre e a Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco, localizada no Município de Aliança, com a intenção de auscultar suas respectivas demandas de salvaguarda sobre o bem. Sob a coordenação do Presidente da Associação, Manoel Salustiano, a reunião contou com a presença de técnicos da Superintendência do Iphan em Pernambuco e técnicos da Coordenação de Patrimônio Imaterial e Coordenação de Cultura Popular da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).



CABOCLO DE LANÇA DO
ÁGUA MISTERIOSA.
NAZARÉ DA MATA-PE.
FOTO: LÍDIA MARQUES, 2012. DOSSIÊ
IPHAN.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2018. Lançamento do Edital do Prêmio de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco - Ações de Salvaguarda do Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto e Cavalo-Marinho, iniciativa que teve como objetivo valorizar e reconhecer ações de salvaguarda realizadas pelos próprios detentores em Pernambuco no período entre 2015 e 2017. Foi selecionada a seguinte ação de excelência no âmbito da difusão, valorização, produção e reprodução cultural desse bem: “Cultura é Coisa Nossa” (Nazaré da Mata), proponente Associação das Mulheres de Nazaré da Mata. ➡



Cavalo-Marinho

Abrangência

Zona da Mata Norte de Pernambuco

Registro

03/12/2014

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Secretaria de Estado de Cultura de Pernambuco

“O CAVALO-MARINHO É UMA BRINCADEIRA POPULAR, que envolve performances dramáticas, musicais e coreográficas (...) No passado, o Cavalo-Marinho era realizado nos engenhos de cana-de-açúcar, onde seus participantes trabalhavam. Os conhecimentos relacionados a essa manifestação são passados entre as gerações de forma oral e, especialmente, durante a realização da brincadeira. Pode ser entendido como um grande teatro popular no qual são representadas as cenas do cotidiano (da vida presente e passada) dos seus participantes, do mundo do trabalho rural por meio de variado repertório musical, poesia, rituais, danças, linguagem corporal, personagens mascarados e bichos, como o boi e o cavalo (que dá nome à brincadeira). Contém ainda a louvação ao Divino Santo Rei do Oriente e possui momentos em que há culto à Jurema Sagrada.

O Cavalo-Marinho se realiza em um terreiro de chão plano e, geralmente, ao ar livre. A formação da brincadeira é em semicírculo com espaço para a plateia. Existe um grande número de elementos artístico-culturais e sócio históricos que estão presentes na manifestação cultural, como, por exemplo, a presença de mestres e de personagens e os elementos da vivência do trabalho rural. Na brincadeira, constantemente são construídas novas identidades em cima da tradição. Mudança e continuidade não se excluem.

Pode-se identificar diferentes ‘estilos’ de brincar relacionados às linguagens, à introdução de mudanças por determinados mestres, entre outros fatores. Este bem cultural está em constante transformação a partir dos variados diálogos com brincadores e com o contexto em que se realiza, ou seja, o valor patrimonial do Cavalo-Marinho reside na sua capacidade de comunicar temporalidades, espacialidades, identidades e elementos da cultura brasileira tão diversa. Variante do Bumba meu boi, o Cavalo-Marinho é uma brincadeira composta por música, dança, poesia, coreografias e toadas. Reúne 76 personagens divididos em três categorias: animais, humanos e fantásticos. A música e o canto conduzem a trama

PÁGINA AO LADO
MESTRE INÁCIO LUCINDO, CAVALO-MARINHO
ESTRELA DO ORIENTE.
CAMUTANGA-PE.
FOTO: GLAUCO MACHADO, 2015.
DOSSIÊ IPHAN.

e são executadas pelo banco, ou seja, o conjunto formado por rabeca, pandeiro, reco-recos e ganzá. As apresentações começam em junho e seguem até 6 de janeiro, quando a Igreja Católica celebra o Dia de Reis”. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/501/>)

A seguir, estão listadas as principais ações de salvaguarda realizadas desde o Registro.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2016. Realização de reunião com Mestre Grimário, integrante do Cavalo-Marinho Boi Pintado, Manoelzinho Salustiano, artesão, mamulengueiro e Presidente da Associação dos Maracatus de Baque Solto de Pernambuco e representantes da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), na Casa da Rabeca, localizada no bairro de Cidade Tabajara, Olinda/PE. O objetivo central da reunião foi retomar a discussão de ações estratégicas para salvaguarda destes bens registrados em Pernambuco e debater com os detentores ações de salvaguarda para os bens culturais em tela, a partir das recomendações de salvaguarda expressas nos dossiês de registro respectivos.

2018. Realização de reunião com representantes de grupos de Cavalo-Marinho do município de Condado e dos municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco, e Fundarpe. A reunião contou com uma apresentação dos participantes, uma explanação sintética acerca da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no que tange a política de salvaguarda do patrimônio de natureza imaterial e com uma ausculta sobre as demandas dos detentores. Na oportunidade, também foram divulgados os Editais e Prêmios existentes no âmbito do governo federal e estadual recentemente lançados e voltados para o Patrimônio Cultural de natureza imaterial. Foram eles: o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Prêmio Ayton de Almeida Carvalho, o Registro do Patrimônio Vivo, o Edital do Funcultura e o Edital Prêmio Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco, com uma linha voltada à valorização de Mestres e Mestras de Cavalo-Marinho de Pernambuco e outra à Ações de Salvaguarda do Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto e Cavalo-Marinho.



CAVALO-MARINHO BOI COROADO.
FOTO: GLAUCO MACHADO, 2011.
DOSSIÊ IPHAN.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2018. Lançamento do Edital Prêmio Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco - Mestras e Mestres do Cavalo-Marinho (2018). A premiação teve como objetivo reconhecer e valorizar a tradição cultural do Cavalo-Marinho por meio da premiação de Mestres cujas trajetórias e ações tenham contribuído de maneira fundamental para a transmissão e continuidade do bem no Estado de Pernambuco. Dentre os critérios de avaliação, destacaram-se a contribuição de sua atuação para continuidade da prática do Cavalo-Marinho, a formação de discípulos, o reconhecimento de sua comunidade, o tempo de atuação como Mestre e a idade. Foram premiados: Severino Alexandre da Silva (Mestre Biu Alexandre) – Mestre do Cavalo-Marinho Estrela de Ouro de Condado/PE e José Grimário da Silva (Mestre Grimário) – Mestre do Cavalo-Marinho Boi Pintado de Aliança/PE.

2018. Lançamento do Edital Prêmio de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Pernambuco - Ações de Salvaguarda do Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto e Cavalo-Marinho, iniciativa que teve como objetivo valorizar e reconhecer ações de salvaguarda realizadas pelos próprios detentores em Pernambuco no período entre 2015 e 2017. Foram selecionadas as seguintes ações de excelência no âmbito da difusão, valorização, produção e reprodução cultural desse bem: “No passo e no compasso do Cavalo-Marinho Estrela de Ouro” (Condado-PE), proponente Cavalo-Marinho Estrela de Ouro. ➡



CAVALO-MARINHO BOI BRASILEIRO. CONDADO-PE.
FOTO: GLAUCO MACHADO, 2011.
DOSSIÊ IPHAN.



TEATRO DE BONECOS POPULAR DO NORDESTE – MAMULENGO, BABAU, JOÃO REDONDO E CASSIMIRO COCO

Abrangência

Pernambuco
Paraíba
Rio Grande do Norte
Ceará
Distrito Federal

Registro

05/03/2015

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB)/

Union Internationale de la Marionette (UNIMA – Brasil)

O TEATRO DE BONECOS POPULAR, além de expressão artística que envolve conhecimento, técnicas e a criatividade de seus praticantes, é primordialmente uma expressão cultural de caráter coletivo, fortemente associada a práticas sociais e ao universo cultural de coletividades temporal e territorialmente identificados. Em outros termos, é uma manifestação artístico-cultural estreitamente relacionada a grupos sociais específicos e profundamente enraizada no cotidiano dessas comunidades.

Essa arte teatral e os saberes a ela relacionados se mantêm vivos e presentes em vários estados nordestinos, apesar dos inúmeros percalços pelos quais têm passado os mestres bonequeiros ao longo do tempo. A prática se estendeu por todos os rincões deste país, levada por migrantes em busca de melhores condições de vida, sendo recriada e reinterpretada por aprendizes e admiradores. Entretanto, ela ainda existe e resiste em seus territórios originais, diferentemente do que ocorreu com formas similares de teatro popular de bonecos em outras regiões do país.

O Brasil é o único país das Américas que apresenta um patrimônio desta natureza: uma tradição teatral encenada com bonecos; realizada por artistas populares; que perdura no tempo; profundamente enraizada na vida social e que, ainda hoje, encontra e produz sentidos nas comunidades. Tradições semelhantes atualmente só são encontradas em alguns países do Oriente e da Europa, alguns deles reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, como o Teatro de Sombras chinês, o Karagoz, da Turquia, o teatro de marionetes Ningyo Johruri Bunraku do Japão, o siciliano Opera dei Pupi, e o Wayang, da Indonésia.

Destaca-se a atuação do Mestre Bonequeiro. O Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (TBPN) é, em geral, praticado por

PÁGINA AO LADO

6º ENCONTRO DE BONECOS
E BONEQUEIROS DO RIO GRANDE DO
NORTE.

FOTO: ACERVO IPHAN, 2018.

artistas pertencentes às camadas populares da sociedade (pequenos agricultores, prestadores de serviços, pescadores, entre outros). São eles que comandam os espetáculos, manuseiam e dão vida aos bonecos e, muitas vezes, também os confeccionam. Além de exímios improvisadores, dominam diversas técnicas de manipulação para a performance com os bonecos, conhecem as tradições do teatro de figuras com suas histórias, personagens e símbolos, detêm a capacidade de emitir diferentes vozes, cantar, e são excelentes na interpretação da realidade e na criação de cenas.

As ações de apoio e fomento enfatizam a valorização do mestre bonequeiro e a visibilidade e a promoção da prática para a sociedade abrangente.

Seguem principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2015. Reunião para priorização de ações de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, realizada em Brasília, no Edifício Sede do Iphan. Participaram mestres bonequeiros e associações, os coordenadores da pesquisa para o registro e técnicos do Iphan. Na ocasião, prestaram-se esclarecimentos sobre a salvaguarda de bens registrados, sobre o papel do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) e das Superintendências Estaduais no âmbito da salvaguarda e, em especial, a conformação dos Coletivos Deliberativos. Também foram apresentadas as recomendações de salvaguarda contidas no Dossiê de Registro e realizada a priorização das ações por meio de debate entre os participantes. Como encaminhamento final, foi produzido um documento com as diretrizes e procedimentos para a realização da salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste tanto em âmbito nacional como estadual.

2015. Realização de Cerimônias Públicas de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos mestres bonequeiros nos estados do Ceará, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Durante tais eventos, buscou-se a articulação com instituições públicas que desenvolvem políticas públicas correlatas, visando a promoção do teatro de bonecos e dos mestres bonequeiros, assim como esclarecimentos sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

PÁGINA AO LADO
6º ENCONTRO DE BONECOS E
BONEQUEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE.
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2018.



Eixo 3. Difusão e Valorização

2015. Lançamento do Edital de Premiação Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, Cassimiro Coco e João Redondo, com o objetivo reconhecer e valorizar a tradição cultural do bem por meio da premiação de bonequeiros/as cuja trajetória de vida tenha contribuído de maneira fundamental para a transmissão e continuidade do Patrimônio Cultural do Brasil Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco. Foram premiados 40 bonequeiros/as, com no mínimo 55 anos de idade e 20 anos de prática, de acordo com os aspectos tradicionais inerentes ao bem cultural. E, ainda, 05 bonequeiros/as in memoriam.

2015. Apoio à Roda Brasília de Teatro de Bonecos, realizada pela Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB), que incluiu apresentações teatrais, oficinas, debates, exposição fotográfica e exibição de filmes e documentários. As atividades foram concentradas no Sesc Garagem, em Brasília.

2016. Lançamento do livro, em meio impresso e digital, Prêmio Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco, como modo de prestigiar os bonequeiros contemplados e divulgar suas trajetórias de vida.

2017. Realização e gravação do I Festival de Cassimiro Coco, em Aracati (Ceará), no Teatro Francisca Clotilde, com apoio da Prefeitura local. Na ocasião, além de apresentação dos bonequeiros, foi realizada uma reunião sobre o plano de salvaguarda.

2018. Realização do II Festival de Cassimiro Coco, em praça pública do município de Trairi (CE). Além de prosseguir as discussões para a elaboração de um plano de salvaguarda para o Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no estado do Ceará, foram realizadas apresentações de bonequeiros de modo a valorizar os saberes dos mestres e compartilhar seus conhecimentos com o público. O evento foi registrado em vídeo devido à sua importância para o aprendizado de bonequeiros aprendizes.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2015-2016. Apoio à realização de encontros regionais no Distrito Federal, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, promovidos por associações locais de detentores – Associação

Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB/DF); Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos (APTB/PE); Associação Potiguar de Teatro de Bonecos (APOTB/PB); e Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB Centro Unima Brasil). O objetivo dos encontros foi fortalecer a rede de brincantes locais e discutir as ações que devem integrar a construção coletiva do Plano Nacional de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste. Foram realizadas montagem de empanadas (espetáculos), oficinas de transmissão de saberes, exposições fotográficas e de elementos cenográficos (bonecos e malas de mestres), mesas-redondas com a participação de bonequeiros, pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil.

2015. Realização do II Segundo Encontro de Brincantes do Babau da Paraíba na cidade de Mari (PB), por meio do Termo de Colaboração nº 821510/2015 firmado com a Cia Boca de Cena, com o intuito de fortalecer a construção coletiva de um Plano Nacional de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste. Na ocasião, foram realizadas as seguintes atividades: cerimônia oficial de entrega do título de Patrimônio Cultural do Brasil aos detentores da arte bonequeira da Paraíba que participaram no processo de Registro; produção de 10 apresentações de espetáculos de Babau, de forma gratuita e contextualizada, incentivando a criação de plateias; realização de oficina de confecção de bonecos, tendo como facilitador um mestre bonequeiro participante do processo de Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste; realização de três mesas-redondas com a participação de bonequeiros, pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil; homenagem aos mestres bonequeiros por meio da apresentação do espetáculo “O Auto de Babau”, montado pela Cia. Boca de Cena, como resultado de seus 18 anos de pesquisa sobre a arte bonequeira do Brasil; incentivo ao surgimento de novos brincantes, através da realização de rodas de conversas com os mestres bonequeiros, jovens e professores de Mari; realização de exposição sobre o babau e mestres bonequeiros no estado da Paraíba e oficina de educação patrimonial com jovens da cidade de Mari.

2015. Realização da VIII Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco, na qual se celebrou o registro do Teatro de Bonecos como Patrimônio Cultural do Brasil, na Casa do Patrimônio do Iphan em Igarassu (PE). O evento foi inteiramente dedicado à discussão sobre a importância do registro e da salvaguarda dos mamulengos

6º ENCONTRO DE BONECOS
E BONEQUEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE.
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2018.



6º ENCONTRO DE BONECOS
E BONEQUEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE.
FOTOS: ACERVO IPHAN, 2018.

LINK DE INTERESSE
Livro “Prêmio Teatro de Bonecos Popular do Nordeste”
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/premio_teatro_de_bonecos.pdf

em Pernambuco, incluindo mobilização prévia para a organização de cerimônia pública de entrega do Título de Patrimônio Cultural do Brasil aos bonequeiros pernambucanos. Paralelamente, foi realizada edição do projeto Sobrado dos Bonecos, com apresentação do Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, discussão com instituições e mamulengueiros sobre estratégias para garantir a preservação da tradição do Teatro de Bonecos. Além disso, ocorreram oficinas de confecção de mamulengos, apresentações de mestres bonequeiros de Carpina, Lagoa de Itaenga, Igarassu e Glória do Goitá e rodas de conversas com os mestres denominadas História de um brincante.

2017. Apoio à VI Mostra Pernambucana de Teatro de Bonecos, realizada pela Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos nas cidades do Recife, Olinda e Igarassu, com apresentações artísticas de diversos grupos da Região Metropolitana do Recife, Agreste, Mata Norte e Sertão de Pernambuco, assim como dois grupos convidados do estado de São Paulo, além de oficinas de confecção de bonecos em papel machê, sucata e madeira (mulungu).

2017. Realização do 3º Encontro de Bonecos e Bonequeiros do Teatro de João Redondo, em Currais Novos, no Rio Grande do Norte, com a participação de bonequeiros potiguares e convidados de outros estados. Promovido pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura Municipal, Fundação José Augusto, Casa de Cultura Popular, Superintendência do rio Grande do Norte, Fundação Cultural “José Bezerra Gomes”, Secretaria Municipal de Turismo, e pelas Associações Brasileira e Potiguar de Teatro de Bonecos (ABTB e APOTB), o evento teve como objetivo dar maior visibilidade a esta tradição popular e celebrar a diversidade de sua manifestação na contemporaneidade.

2018. Apoio ao VI Encontro de Bonecos e Bonequeiros do Teatro de João Redondo do Rio Grande do Norte, realizado pela Associação Potiguar de Teatro de Bonecos, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, no município de Currais Novos. O evento teve início no Solar das Artes, com a acolhida aos mestres bonequeiros, e seguiu-se com apresentações em diversos espaços públicos da cidade e da zona rural. Além das rodas de conversa, plenária com instituições públicas locais, exposição, apresentações, oficinas e cortejos, ocorreram apresentações, durante as noites, no Anfiteatro da Praça Tomás Salustino e, pela manhã, na Feira Livre. ➡



MODO DE FAZER CUIAS NO BAIXO AMAZONAS

Abrangência

Região do Aritapera
Santarém
Pará

Registro

11/06/2015

Livro de Registro

Saberes

Proponente

Associação das Artesãs Ribeirinhas
de Santarém (Asasiran)

AS CUIAS SÃO OBJETOS feitos a partir do fruto da árvore conhecida popularmente como cuieira (*Crescentia cujete*), que é abundante nas várzeas (áreas sujeitas a inundações cíclicas) do rio Amazonas. Produtoras de cuias concentradas em cinco comunidades ribeirinhas do município de Santarém (PA) - Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Surubiú-Açu e Cabeça d'Onça - estão reunidas, desde 2003, na Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (Asasiran), sendo titulares da primeira marca coletiva registrada no estado do Pará, em 2014 – Aíra - e, também, as protagonistas da mobilização que resultou no registro do Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas como patrimônio cultural do Brasil.

“O modo de fazer cuias permanece idêntico ao que foi observado por cronistas e naturalistas entre as populações indígenas que ocupavam o baixo Amazonas nos séculos XVII ao XIX. Dos relatos antigos aos dias atuais, alteram-se apenas alguns instrumentos usados nas diferentes etapas de trabalho. O artesanato de cuias faz parte do modo de vida das mulheres ribeirinhas e é perfeitamente integrado ao ambiente local, uma vez que a retirada do fruto das cuieiras não compromete a vida e o crescimento da árvore. As cuieiras da várzea frutificam até mesmo durante as enchentes de inverno.

Os frutos são colhidos e partidos ao meio com auxílio de um terçado. Retira-se do seu interior a polpa, chamada de bucho ou miolo. As bandas da cuia são colocadas de molho e, depois, raspadas e alisadas nas superfícies interna e externa. Para raspar, usam-se facas e colheres; e, para alisar, escamas de pirarucu e folhas de embaúba. Nesse ponto, as cuias já estão prontas para uso e são chamadas cuias pitingas (brancas), ou seja, não tingidas. Mas também há as cuias pretas, pintadas com a tintura extraída da casca do cumatê que se aplica com um pincel feito com penas

PÁGINA AO LADO
ARTESÃ RISCANDO CUIA.
ARITAPERA, SANTARÉM – PA.
FOTO: ALEXANDRE NAZARETH ROCHA, 2018.

de galinha. Utilizando-se do conhecimento tradicional da localidade, as artesãs realizam uma operação em que essa tinta reage com amônia e empretece, adquirindo aparência envernizada. Para concluir, as artesãs fazem incisões na laca preta, “bordando” padrões florais ou geométricos, e figuras representativas da fauna amazônica.” (Cuias bordadas: tradição de Santarém, Patrimônio Cultural do Brasil. Catálogo de produtos. Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém – Asarisan; Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará – Pepca/Ufopa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: 2017).

A seguir, estão listadas as principais ações de salvaguarda realizadas desde o registro.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2015. Realização de visita técnica ao Ponto de Cultura de Aritapera, para mobilização das detentoras e transmitir esclarecimentos sobre ações de salvaguarda.

2016. Participação do IPHAN-PA no I Encontro Diversidade em Foco e no I Simpósio Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente. No evento, foram discutidas as possibilidades de salvaguarda do bem, em reuniões de trabalho com dirigente do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e coordenadora do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Pepca/Ufopa). Além disso, a Superintendência integrou a Mesa Redonda “O artesanato de cuias em Santarém: o que vem depois dos registros (Marca Coletiva e Patrimônio Cultural)”.

Eixo 2. Gestão participativa no processo de salvaguarda

2016. Realização de Oficina de Elaboração do Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, ocorrida no auditório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a intenção de discutir as diretrizes da política de salvaguarda e averiguar os principais problemas enfrentados pelas artesãs de cuias para preservar, valorizar, difundir

PÁGINA AO LADO,
DE CIMA PARA BAIXO
PRODUÇÃO DE CUIA PRETA.
SANTARÉM-PA.
BAIXO AMAZONAS
FOTO: RICARDO GOMES LIMA, S/D.
DOSSIÊ IPHAN.

FESTIVAL DE CUIAS
DA REGIÃO DO ARITAPERA.
SANTARÉM – PA.
FOTO: ALEXANDRE NAZARETH ROCHA, 2018.

OFICINA DE PRODUÇÃO DE CUIA NO FESTIVAL.
ARITAPERA, SANTARÉM – PA.
FOTO: DÉBORA MARCIAO, 2018.

ARTESÃS DE CUIAS NA
I FEIRA MUNDIAL DE SOCIOBIODIVERSIDADE
(BELÉM+30).
BELÉM-PA.
FOTO: CAMILA GIUSTI, 2018.

LINK DE INTERESSE
Associação das Artesãs
Ribeirinhas de Santarém
(Asarisan)
<http://airacuias.blogspot.com/>



e transmitir seus saberes. O evento contou com a participação dos seguintes agentes: a) artesãs produtoras de cuias das comunidades Cabeça D’Onça, Carapanatuba, Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera e Surubiu-Açu, partícipes da Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (Asarisan); b) representantes da família Camargo Fona (artistas plásticos de Santarém); c) representante do SEBRAE; d) representante do Centro de Comercialização de Artesanato de Santarém Cristo-Rei; e) representante da Agência de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); f) pesquisadores e designers independentes; g) alunos do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Pepca/UFOPA).

2017 – 2018. Ciclo de reuniões com as artesãs da região do Aritapera para elaboração de Plano de Salvaguarda.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2016. Realização do I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais, em Belém, com o objetivo de discutir o protagonismo das mulheres e sua importância como detentoras e transmissoras do patrimônio cultural. O Colóquio contou com a participação de artesãs de cuias, além de mestras de Capoeira e de Carimbó.

2016 – 2017. Produção e publicação do Catálogo de Cuias do Baixo Amazonas, em parceria com o Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, vinculado a Universidade Federal do Oeste do Pará (PEPCA/UFOPA), responsável pela elaboração do material juntamente com as mulheres da Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (Asarisan).

2017. Publicação do livreto Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, pela Série Minha História, Nossa Cultura, volume 1, com o apoio da Imprensa Oficial do Estado do Pará. Edição resumida do dossiê de registro do Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, produzido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) em 2015.

2018. Realização, em parceria com a Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (Asarisan), do I Festival de Cuias da Região do Aritapera, Santarém, para promoção das artesãs e divulgação do modo de fazer para público ampliado. ➡



FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA

Abrangência

Barbalha
Ceará

Registro

17/09/2015

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Prefeitura Municipal de Barbalha
Câmara Municipal de Barbalha
Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC)

Centro Pró-Memória de Barbalha
Josafá Magalhães

União das Associações de Barbalha (UNAB)

“A FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA/CE é uma celebração popular que, desde 1928, antecede aos festejos do dia 13 de junho, dia de Santo Antônio de Pádua. Trata-se de uma grande celebração, que acompanha a versão local do costume disseminado em vários lugares do país, de erguer, em frente à Igreja Matriz da cidade, um tronco de grande porte, que recebe a bandeira do santo padroeiro da cidade. A data central da Festa é o domingo mais próximo ao dia 31 de maio, dia do Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira. O evento, que envolve praticamente todos os segmentos sociais da cidade e da região, demonstra, contudo, um protagonismo dos ‘Carregadores do Pau’, grupo formado por representantes das classes populares de Barbalha, em sua maior parte trabalhadores do mercado da cidade. Eles são os responsáveis pela escolha e corte do tronco que será transformado no mastro e, no dia da Festa, percorrem os cerca de sete quilômetros que separam o local de preparação do mastro e a Praça da Matriz de Santo Antônio no centro de Barbalha, com o Pau da Bandeira às costas. O Cortejo do Pau, momento central da Festa, é cercado por uma enorme quantidade de celebrações e formas de expressão que conformam o grande complexo que a Festa se tornou, com destaque para o ‘Desfile de Folguedos’, no qual a cidade inteira mobiliza seus grupos folclóricos como: bandas cabaçais; capoeira; dança da maresia; dança de São Gonçalo; dança do capim da lagoa; dança do coco; dança do maneiro pau; dança do milho; dança do pau de fitas; lapinhas; quadrilhas; Reisado de Congo; Reisado de couro; além de grupos de devotos de todo tipo que tomam as ruas de Barbalha e promovem a bênção da bandeira, incêndias, pagam penitências entre outras. Após o carregamento e hasteamento, a comunidade católica da cidade organiza a ‘Trezena’ – ciclo de orações na qual a imagem do santo peregrina por diversas casas da cidade durante os 13 dias que separam o 31 de

PÁGINA AO LADO

BANDA CABAÇAL NO ADRO DA IGREJA MATRIZ.
BARBALHA – CE.

FOTO: MAURÍCIO ALBANO, 2010.

DOSSIÊ IPHAN.

maio e o dia da Festa de Santo Antônio. Por fim, no dia de Santo Antônio, 13 de junho, ocorre a procissão de Santo Antônio que, ao percorrer as ruas da cidade, fecha o ciclo festivo com uma missa na Igreja Matriz da cidade. Para que a celebração se concretize, uma enorme gama de celebrações, formas de expressão, ofícios e lugares da cidade são acionados, perpassando e envolvendo praticamente todos os setores e segmentos sociais da cidade, atraindo um público numeroso, oriundo da região do Cariri, do estado do Ceará, do país e até mesmo do exterior.” (Certidão de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha)

Embora o bem tenha sido registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2015, as ações de promoção e sustentabilidade foram iniciadas dois anos antes, e Seguem listadas.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2013. Publicação do livro *Sentidos de Devoção*, que reúne informações e análises sobre o bem cultural a partir de um ângulo multidisciplinar. A publicação tem como objetivo ampliar a escassa bibliografia sobre a festa e também servir de leitura introdutória, estimulando a realização de novas pesquisas.

CARREGAMENTO DO PAU.
FOTO: DOSSIÊ IPHAN, S/D.



FESTA DE SANTO ANTÔNIO
DE BARBALHA – CE.
FOTO: MAURÍCIO ALBANO, 2010.
DOSSIÊ IPHAN.

LINK DE INTERESSE
Livro “Sentidos de Devoção – Festa e Carregamento em Barbalha”
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/livrosentidosdevocao.pdf>

2013. Exposição *Pau de Santo, Festa de Fé sobre a Festa do Pau da Bandeira*, utilizando fotografias, antigas e contemporâneas, além de vídeos e objetos que se referem ao bem. Sua realização se deu no casarão que sedia a Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, permanecendo em cartaz durante aproximadamente um ano.

2017. Participação da Superintendência do Iphan no Ceará no I Simpósio Patrimônio e práticas culturais: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, por meio de apoio a participação de palestrantes e intervenções do corpo técnico.

Eixo 4. Produção e Reprodução Cultural

2018. Realização da I Mostra de Banda Cabaçal de Barbalha, ocorrida na Escola de Saberes de Barbalha (ESBA) e na sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, contando com mesas-redondas, compostas por mestres das bandas cabaçais, com o intuito de discutir a salvaguarda do bem, assim como a realização de oficinas de confecção de pífano, instrumento tradicional das bandas. ➡



ROMARIA DE CARROS DE BOIS DA FESTA DO DIVINO PAI ETERNO DE TRINDADE

Abrangência

Trindade
Goiás

Registro

15/09/2016

Livro de Registro

Celebrações

Proponentes

Federação Goiana de Carreiros
(Fegocar)

Paróquia do Divino Pai Eterno em
Trindade

“A DEVOÇÃO AO DIVINO PAI ETERNO, em Trindade, começou por volta de 1840, quando um casal encontrou um medalhão entalhado com a imagem do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Desde então, muitas pessoas peregrinam até a região, caracterizando esta prática como imersa no catolicismo popular. Os carros de bois eram, antigamente, o principal meio de transporte para as famílias das zonas rurais, para viagens de longas distâncias. Por isso, a Romaria de Carros de Bois da Festa de Trindade, especificamente, está relacionada às antigas práticas cotidianas da vida rural. Ainda hoje, permanece como uma tradição cultural, reiterada no convívio familiar por sua representatividade no que se refere às antigas vivências de homens e mulheres do campo.

O epicentro da romaria é em Trindade, mas os devotos saem de diversas cidades de Goiás e de estados próximos, do Centro-Oeste e também do Sudeste. A preparação envolve diversas atividades, como reparos eventuais nos carros de bois, de mantimentos que serão consumidos, ofertados ou vendidos durante o trajeto, entre outros. Essas atividades são executadas por homens e mulheres que dividem o trabalho equivalente à prática no cotidiano da vida rural.

Os carreiros, candeeiros e demais participantes da Romaria de Carro de Bois se colocam na posição de herdeiros, guardiões e transmissores de costumes da vida rural, que vem sofrendo, nas últimas décadas, profundas mudanças com o advento da modernização que avança na região. Ao usarem um meio de transporte tido por anacrônico na atualidade, rememoram os tempos dos seus antepassados e até mesmo o da infância e reconstroem, ano após ano, a tradição da vida rural e das devoções.

No século XIX, quando a pequena medalha de barro com a imagem da Santíssima foi encontrada, famílias de amigos e vizinhos começaram a se reunir para rezar o terço em louvor ao Divino Pai

PÁGINA AO LADO
ROMEIRO-CARREIRO.
FOTO: LUIZ ROBERTO BOTOSSO, 2014. DOSSIÊ IPHAN.



Eterno. Por alguns anos, a devoção foi praticada naquele ambiente familiar, entretanto, com o crescimento do número de devotos, foi construída por volta de 1843 uma capela coberta de folhas de buriti, para que o público tivesse acesso permanente à relíquia. Tempos depois, em 1866, com as esmolas dos fiéis, foi possível erguer uma capela maior e encomendar ao escultor Veiga Valle a imagem da Santíssima Trindade. O crescente fluxo de romeiros justificou a construção de uma nova Igreja.

Em 1911, um dia após a festa, iniciaram as obras no edifício, que foi reinaugurado no ano seguinte, durante a romaria. Este último templo, conhecido como Santuário Velho, foi tombado pelo Iphan em 2013. A igreja materializa a ocupação do interior do país, em que pessoas simples, amparadas em sua fé e movidas por um ideal comum, migram, instalam-se em uma porção de terra e sacralizam o que então era um lugar comum. A construção tem relação direta com a romaria de cerca de 2,5 milhões de devotos que acontece anualmente à cidade e, desde sua primeira construção, em 1843, é polo dinamizador dessas expressões culturais, sendo um componente referencial do evento” (<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3807>)

Seguem principais ações de salvaguarda realizadas.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2017. Realização de cerimônia pública de entrega do título

CARREIROS NA ESTRADA DE CHÃO.
DAMOLÂNDIA-GO.
FOTO: LUIZ ROBERTO BOTOSSO, 2014.
DOSSIÊ IPHAN.

TOQUE DO BERRANTE.
FOTO: LUIZ ROBERTO BOTOSSO, 2014.
DOSSIÊ IPHAN.



MISSA DOS CARREIROS NA BASÍLICA DO DIVINO PAI ETERNO.
TRINDADE-GO.
FOTO: LUIZ ROBERTO BOTOSSO, 2014.
DOSSIÊ IPHAN.



da Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, como Patrimônio Cultural do Brasil, durante o “Desfile dos carreiros” realizado na festa daquele ano, pelas mãos da equipe da Superintendência do Iphan em Goiás.

2018. Participação em reunião promovida pela Agência Municipal de Turismo (Prefeitura de Trindade), com os carreiros de diversos municípios, para a preparação da romaria para a Festa do Divino Pai Eterno para o ano de 2018. A atividade se iniciou com a acolhida aos carreiros e um café da manhã foi servido. Em seguida, organizou-se a composição da mesa com a presença do Prefeito Municipal e representantes das áreas de educação e cultura, trânsito, turismo, bombeiros, saúde e Superintendência do Iphan em Goiás. O foco da reunião foram as reivindicações apresentadas pelas lideranças das comitativas dos carreiros a respeito dos seguintes temas: infraestrutura para atendimento aos carreiros (pousos, pasto, acessos), segurança, atendimento de saúde aos carreiros e veterinários para cuidar dos bois, entre outros.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2018. Impressão de material impresso do Desfile de Cavaleiros e Muladeiros e da Romaria de Carro de Bois do Divino Pai Eterno para a divulgação do bem cultural enquanto Patrimônio Cultural do Brasil. ➡

Abrangência

Região Metropolitana de Recife
Zona da Mata Norte de Pernambuco

Registro

24/11/2016

Livro de Registro

Formas de Expressão

Proponente

Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco

“A MANIFESTAÇÃO CULTURAL DOS GRUPOS DE CABOCLÓS, ou Caboclinhos, recebeu o registro de bem cultural imaterial por suas atividades no carnaval pernambucano desde o final do século XIX. Simboliza a memória do encontro cultural e da resistência, sobretudo das populações indígenas e também dos povos africanos escravizados, que reverberam profundamente na história do Nordeste rural brasileiro.

As estruturas dramáticas desse bem imaterial reúnem elementos de dança e música, reelaboram narrativas de guerreiros e heróis que são capazes de conectar a vida cotidiana ao elemento mítico do caboclo brasileiro. A prática marcada por uma forte presença religiosa afro-indígena-brasileira está ancorada, principalmente, no culto à Jurema, com entidades espirituais denominadas Caboclos. Os instrumentos musicais são outra singularidade da expressão cultural, sendo o Caracaxá e a Preaca, por exemplo, exclusivos dos Caboclinhos.

[...] Como ocorre em muitas expressões da cultura popular, a transmissão de saberes no Caboclinho está atrelada à observação e à prática, orientada pela transmissão oral de conhecimentos dos mais antigos na manifestação para os mais jovens.

Na maioria das vezes, a performance ocorre nas ruas e os participantes usam indumentária específica cujos adereços são emplumados e ornamentados com muito brilho. Apresentam dança e música características e singulares e, em alguns grupos, um recitativo ou drama, podendo essa estrutura variar a partir do tipo de local – no desfile carnavalesco, ensaios, palcos ou apresentações públicas. O movimento básico da dança é a “manobra”, executada pelos participantes organizados, geralmente, em duas filas, cada um deles portando uma preaca (adereço/instrumento musical, em forma de arco e flecha). A música possui uma sonoridade singular, tanto pelos instrumentos empregados – alguns exclusivos do Caboclinho – quanto pelos aspectos musicais (ritmos, melodias, etc.)” (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1600/>).

PÁGINA AO LADO
CABOCLINHO UNIÃO 7 FLEXAS.
GOIANA – PE.
FOTO: DOSSIÊ IPHAN, 2007.



Segue abaixo a principal ação de salvaguarda realizada.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2017. Realização de cerimônia pública de entrega do título de Patrimônio Cultural aos detentores do Caboclinho, no âmbito do VIII Seminário de Caboclinhos e Tribos de Índios, promovido pela Associação Carnavalesca dos Caboclinhos e Índios de Pernambuco (ACCIPE), no município de Goiana. Além disso, foi exibido o documentário audiovisual que compõe o dossiê de registro e o dirigente do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) realizou palestra sobre a política de salvaguarda para os grupos de detentores.

2018. Realização de ciclo de reuniões com diversas lideranças da forma de expressão com a participação de representantes da Prefeitura do Recife. ➡

CABOCLINHO CAHETÉS.
GOIANA – PE.
FOTO: DOSSIÊ IPHAN, 2007.

fórum de salvaguarda da
**FEIRA CENTRAL DE
CAMPINA GRANDE**
PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL



11 e 12 de setembro de 2018 . Sesc Gentro . Campina Grande . PB

Abrangência
Campina Grande
Paraíba

Registro
27/09/2017

Livro de Registro
Lugares

Proponente
Secretaria de Educação e Cultura do
Município de Campina Grande

Coletivo Deliberativo
Comitê Gestor para a criação e
gestão do Plano de Salvaguarda da
Feira Central de Campina Grande

PÁGINA AO LADO
FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO FÓRUM DE
SALVAGUARDA DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA
GRANDE – PB.
ACERVO IPHAN, 2018.

“A CHAMADA FEIRA DAS FEIRAS – Feira de Campina Grande – [...] [está] localizada no município de Campina Grande, estado da Paraíba. [Sua presença] transformou a vida e a paisagem do Planalto da Borborema e foi mudando de lugar ao longo do tempo, desde seus primeiros caminhos, ainda no século XVIII. Crescendo em importância e dimensões, passou a ser objeto de interesse de propostas de requalificação urbana, que deverão ser conduzidos conforme as necessidades das pessoas que a vivenciam, diariamente.

Ao longo dos anos, décadas e séculos, a feira-cidade cresceu e se tornou uma das maiores referências do mercado da região, marcando a vivência coletiva de milhares de trabalhadores e exercendo poderosa influência em todo o interior nordestino, especialmente nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Trata-se de um lugar patrimônio cultural de resistente continuidade histórica em meio às vicissitudes políticas locais. Aproximadamente 75 mil metros quadrados dão a base da Feira de Campina Grande, que se amplia para além de seus limites, entre ruas e barracas, nos dias de mais movimento.

De segunda a sábado, o movimento caótico de pessoas e mercadorias atrai pelo tamanho, relevância e diversidade. É por isso que se diz que tudo o que se procura é possível encontrar na Feira: frutas, hortaliças, cereais, ervas, carnes, animais (vivos ou abatidos), roupas, flores, doces, artesanato, acessórios para pecuária, comida regional e serviços. Diversos personagens dão vida ao lugar. Eles são os seleiros, mangaieiros, flandreiros, barbeiros, balaieiros, raizeiros, fateiros – e tantos outros mestres, com seus saberes e ofícios tradicionais” (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1601/>)

Seguem as principais ações de salvaguarda realizadas.



FEIRA DE CAMPINA GRANDE – PB.
FOTO: ACERVO IPHAN, 2019.

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

2018. Realização do Fórum de Salvaguarda da Feira Central de Campina Grande, promovido pela Superintendência do Iphan na Paraíba com apoio da Prefeitura Municipal de Campina Grande e do Sesc, no auditório do Sesc Centro, em Campina Grande. O objetivo do evento foi instituir, de forma participativa, com a presença dos feirantes, a composição do Comitê Gestor responsável pela concepção e elaboração do Plano de Salvaguarda. Na ocasião foi criado um Comitê Provisório com representantes dos feirantes, agentes públicos e da sociedade civil.

Eixo 2. Gestão Participativa no processo de salvaguarda

2018. Realização de duas reuniões do Comitê Gestor Provisório de Salvaguarda da Feira Central de Campina Grande: discussão dos problemas mais críticos da Feira de Campina, para subsidiar a elaboração do Pacto pela Salvaguarda da Feira Central. Os principais problemas apontados se relacionaram com a mobilidade urbana, a segurança pública e a limpeza urbana. Foram definidos os integrantes do Comitê Gestor definitivo, assim como votado e aprovado o texto da Portaria nº 429, que instituiu o Comitê Gestor de Salvaguarda da Feira de Campina Grande.

2018. Assinatura, pela Superintendência do Iphan na Paraíba e Prefeitura Municipal de Campina Grande, do Pacto pela Salvaguarda da Feira Central de Campina Grande: ações emergenciais.

2018. Publicação da Portaria IPHAN nº 429, de 12 de novembro de 2018, que institui o Comitê Gestor para criação e gestão do Plano de Salvaguarda da Feira Central de Campina Grande, com a seguinte formação: representantes do Mercado Central; da Rua Deputado José Tavares; da Rua Marcílio Dias; da Rua Pedro Álvares Cabral; da Rua Carlos Agra; da Rua Manoel Farias Leite; da Rua Manoel Pereira de Araújo; da Rua Dr. Antonio de Sá; da Rua Cristóvão Colombo; do Terreno dos Martins; dos Armazéns; de ambulantes, carroceiros e vendedores sazonais; dos grupos culturais (Formas de Expressão e Celebrações) que atuam na Feira de Campina Grande; dos Ofícios e Modos de Fazer Tradicionais relacionados à feira; da Superintendência do Iphan na Paraíba; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep); da Prefeitura Municipal de Campina Grande; da Universidade Federal de Campina Grande (UFPB); da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); da Associação dos Feirantes do Mercado Central; do Sindicato dos Comerciantes, Varejistas, Feirantes e Ambulantes; e da Administração da Feira Central de Campina Grande.

Eixo 3. Difusão e Valorização

2018. Exibição do curta-metragem *Feira de Campina Grande: Patrimônio Cultural do Brasil* produzido pela Super-intendência do Iphan na Paraíba, na data de 17 de agosto, instituída como



Dia Nacional do Patrimônio Cultural, durante a Semana Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, promovida pela Prefeitura Municipal de Campina Grande em todas as escolas da rede municipal de ensino (120 escolas). Além da exibição, foi oferecida proposta pedagógica, com temas para serem trabalhados com os alunos, contendo informações sobre o reconhecimento da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil.

2018. Apoio ao espetáculo teatral do projeto Tamanquinho das Artes, integrado por crianças, filhas de feirantes, por meio da viabilização de figurino. O espetáculo ocorreu durante o 43º Festival de Inverno de Campina Grande – Com o Poder das Artes, evento promovido pelo Instituto Solidarium - Instituído de Arte, Cultura e Cidadania, com apoio da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

2018. Comemoração do Dia do Feirante, com a realização, no pátio do Mercado Central da Feira de Campina Grande, de programação cultural dedicada aos feirantes por meio das seguintes atrações culturais: Canário do Império, que apresentou repertório



ACIMA E PÁGINA AO LADO
IMAGENS DA FEIRA DE CAMPINA GRANDE EXTRAÍDAS DE MATERIAL
AUDIO VISUAL.
ACERVO IPHAN.

com música instrumental, cordel musicado e embolada de coco; JB Coco e Tirinete, que apresentaram os cocos de roda e de improviso, e a atriz e poetisa de Campina Grande, Irene Ponciano, que declamou o cordel de sua autoria “Feira de Campina”.

2018. Celebração do 1º Aniversário da Feira Central de Campina Grande: patrimônio cultural e imaterial do Brasil, com programação de eventos planejada pela PMCG e Superintendência do Iphan na Paraíba. Destaque para o “Abraço à Feira Central”, com a distribuição de 4 mil bandanas divulgando a Feira como Patrimônio Cultural do Brasil. Na ocasião, ocorreu a assinatura do Pacto pela Salvaguarda da Feira Central de Campina Grande: ações emergenciais.

2018. Instalação de sinalização da Feira como Patrimônio Cultural do Brasil, a partir de cinco totens, inseridos nas principais entradas da Feira, que descrevem, com textos informativos e acervo fotográfico, a trajetória histórica e o reconhecimento de sua importância cultural para os campinenses e para o Brasil.

2018. Realização de roda de capoeira na Feira de Campina Grande. Desde 2014, em todo primeiro sábado de cada mês, grupos de capoeira angola se reúnem no pátio do Mercado Público. Em 2018, a roda enfatizou a importância tanto da Capoeira quanto da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil. ➡





ANEXOS

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

EM 1947 FOI CRIADA A COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE, e, em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. O legado produzido por estas instituições, como a criação de museus, a produção de exposições, a identificação de manifestações culturais no país, a realização de seminários, festivais, produção de acervo documental e audiovisual, contribuiu sobremaneira para a consolidação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

Em 1975, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que possuía caráter temporário, foi transformada no Instituto Nacional do Folclore e integrado à Fundação Nacional das Artes. Posteriormente, em 2003, o Instituto passou a ser denominado **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular** (CNFCP) e vinculado ao **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** como unidade do **Departamento de Patrimônio Imaterial**.

Devido a importante experiência acumulada nas áreas de pesquisa e análise, no apoio e difusão de folclore e cultura popular em âmbito nacional, o **CNFCP** participou tanto do grupo de trabalho responsável por implementar o *registro* como instrumento jurídico capaz de apreender as especificidades das expressões e saberes da cultura, como executou o projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, resultando, dentre suas diversas atividades, nos registros do Ofício de Baianas de Acarajé, Modo de Fazer Viola-de-Cocho e Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil.

Dentre os programas executados pelo CNFCP, a **Sala do Artista Popular** (SAP) e o **Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural** (PROMOART) desenvolveram ações com expressões culturais diretamente relacionadas a bens culturais registrados ou a eles associados, em diferentes períodos - antes, durante ou depois do reconhecimento como Patrimônio.

Os campos do patrimônio cultural imaterial e da cultura popular convergem entre si, mas são noções distintas e atuam com instrumentos e perspectivas próprias. Assim, embora expressões culturais reconhecidas como patrimônio façam parte do escopo

de atuação do CNFCP, a abrangência de suas ações extrapolam o campo do patrimônio.

Vejamos os bens culturais registrados que tiveram participação nos programas citados.

A **Sala do Artista Popular** é um programa permanente voltado para a produção de arte popular e artesanato brasileiros, envolvendo ações de pesquisa, documentação, difusão e fomento. A partir de pesquisas de campo e documentação fotográfica, o programa realiza, no espaço da Sala do Artista Popular (SAP), exposições com vendas dedicadas a artistas e comunidades produtoras de artesanato de cunho tradicional, em geral inéditos, que estabelecem livremente seus preços. Em cada mostra, que conta com divulgação e edição de catálogo etnográfico, os artistas estabelecem contato com seu público, recebendo pró-labore no caso de demonstração técnica.*

1986. Xilogravuras: Ciro Fernandes; Erivaldo Ferreira; Marcelo Soares e Joel Borges. (A xilogravura é um bem cultural relacionado à Literatura de Cordel) Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/1701>

1988. Viola-de-cocho (Modo de fazer viola-de-cocho)
Catálogo:<http://docvirt.com/docreader.net/SAP/288?pesq=Viola%20decocho>

1996. Dar de comer: Panelas de Barro de Goiabeiras (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/1292>

1997. Engenho e Arte Populares: Xilogravuras de Juazeiro do Norte
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/1116>

1998. Teatro do riso: Mamulengos de Mestre Zé Lopes (O mamulengo é uma das formas de expressão do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/1027>

.....
* Informações retiradas de http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=50 (acesso em 21/11/2018)

1999. Cazumbá: Máscara e Drama no Boi do Maranhão Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/768?pesq=Cazumbá>

2001. Rendas de Divina Pastora (Modo de Fazer Renda Irlandesa em Divina Pastora)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2172>

2002. O brinquedo que vem do Norte (O brinquedo de miriti é um bem cultural associado ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/415>

2002. Fé e festa: Bumba-meu-Boi do Maranhão
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2652>

2002. Arte Guarani *Mbyá* (Os *Mbyá* Guarani são os proponentes do registro da *Tava* - Lugar de Referência para o Povo Guarani)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2698>

2003. Cuias de Santarém
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2728>

2003. Viola-de-cocho Pantaneira
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2766>

2003. O Que Que a Baiana Tem: Pano-da-costa e Roupas de Baiana (Ofício de Baiana de Acarajé)
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/2835>

2008. As artes do Divino de Pirenópolis (GO)
Catálogo: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/catDivino-SAP142.pdf>

2010. Violas de cocho mato-grossenses
Catálogo: <http://docvirt.com/docreader.net/SAP/5543>

2011. Bonecas Cerâmicas Ritxòkò: Arte e Ofício do Povo *Karajá*
Catálogo: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/CNFCP_sap165.pdf

2012. A música é que chama os espíritos dos bonecos: mamulengos em Glória do Goitá
Catálogo: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/cat_sap176.pdf

2016. Instrumentos Musicais do Fandango Caiçara
Catálogo: <http://www.cnfcp.gov.br/arquivos/file/catvirtual186.pdf>

O Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), iniciado em 2009, tem por objetivo qualificar e ampliar a presença do artesanato de tradição cultural nos mercados interno e externo, promovendo sua dinamização econômica. Apoiou diretamente 65 polos produtores em 75 municípios, beneficiando mais de 4 mil artesãs e artesãos de 158 comunidades situadas em periferias de grandes cidades ou em municípios do interior.

O Programa foi estruturado em torno de três linhas de ação: 1. Apoio direto ao processo de produção; 2. Investimento em canais de escoamento da produção – criação de redes de comercialização, lojas de referência, feiras, circuitos de salas de exposição e estruturação de espaços de venda; 3. Divulgação e difusão por meio da criação de *website*, confecção e distribuição de amplo material informativo, publicação de catálogos etnográficos, cadernos de memória e de padrões, entre outros.

Dentre os 65 polos estabelecidos, 12 são realizados junto a grupos e segmentos detentores de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Como afirmado anteriormente, não há a necessidade de reconhecimento oficial como patrimônio para o acesso às ações desenvolvidas pelo CNFCP e, tampouco o contrário: nem todos os bens registrados serão alvo de atuação daquele órgão. Isto porque a abrangência de cada campo é distinta, convergem entre si, mas não são os mesmos. Eis os bens culturais registrados contemplados por ações do Promoart:

- Brinquedos de miriti de Abaetetuba - Abaetetuba, Pará (bem associado ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré)
- Cuias de Santarém - Santarém, Pará (Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas)
- Roupas de baiana de Salvador - Salvador, Bahia (bem associado ao Ofício das Baianas de Acarajé)

- Bordados do bumba-meu-boi - São Luis, Maranhão (bem associado ao Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão)
- Xilogravuras de Bezerros - Bezerros, Pernambuco (bem associado à Literatura de Cordel)
- Mamulengos de Glória do Goitá - Glória do Goitá, Pernambuco (Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco)
- Renda irlandesa de Divina Pastora - Divina Pastora, Sergipe
- Representações das cavalhadas de Pirenópolis - Pirenópolis, Goiás (bem associado à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis)
- Viola-de-cocho de Cuiabá - Cuiabá e Várzea Grande, Mato Grosso (Modo de fazer Viola-de-Cocho)
- Viola-de-cocho de Corumbá e Ladário - Corumbá e Ladário, Mato Grosso do Sul (Modo de fazer Viola-de-Cocho)
- Cerâmica de Goiabeiras - Vitória, Espírito Santo (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras)
- Cordas e percussões do Fandango Caiçara - Paranaguá, Morretes e Guaraqueçaba, Paraná; Iguape e Cananeia, São Paulo (bens associados ao Fandango Caiçara)

LINKS DE INTERESSE
Para mais informações sobre o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, consultar as publicações da Série Encontros e Estudos, publicada pelo CNCP, volumes 4, 5 e 6.

Volume 5 “Celebrações e Saberes da Cultura Popular” está disponíveis *online*:
http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio_Imaterial/Patrimonio_Imaterial_Legislacao/CNFCP_patrimonio_cultural.pdf

Volume 6 “Registro e Políticas de Salvaguarda para as culturas populares” está disponíveis *online*:
http://www.cnfcp.gov.br/arquivos/file/N%C2%BA_06%20%20Registro%20e%20pol%C3%ADticas%20de%20salvaguarda%20para%20as%20culturas%20populares.pdf

Os Cadernos do Promoart podem ser consultados em:
http://cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=128

CONVÊNIOS E TERMOS DE COLABORAÇÃO FIRMADOS 2004-2018

Projetos selecionados por meio de editais públicos específicos para cada bem registrado ou por meio de demanda espontânea

Bem Registrado/Instituição Parceira	Nome do Projeto	Nº no Siconv*	Vigência
CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ Secretaria de Estado de Cultura do Pará	Pontão de Cultura Acorda!	52/07	17/01/2008 a 30/12/2009
	Pontão de Cultura Acorda!	705951/2009	25/11/2009 a 30/05/2012
ARTE Kusiwa – Linguagem e Arte Gráfica Wa-jãpi Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ)	Plano Integrado de Valorização dos conhecimentos tradicionais da comunidade Wajãpi	01/2004	07/10/2004 a 30/07/2005
	Plano Integrado de Valorização dos conhecimentos tradicionais da comunidade Wajãpi	01/2005	30/11/2005 a 28/02/2006
	Registro e Difusão dos saberes orais e gráficos dos Wajãpi do	44/2006	27/12/2006 a 16/05/2007
	Arte e vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará	50/2007	31/12/2007 a 30/06/2009
	Arte e vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará	715354/2009	21/12/2009 a 30/11/2010
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará	762305/2011	23/01/2013 a 30/06/2014
JONGO NO SUDESTE Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional da Universidade Federal Fluminense - UFF	Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu	69/07	17/01/2008 a 29/06/2009
	Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu	707831/2009	01/12/2009 a 02/08/2010
	Pontão de Cultura do Jongo e Caxambu	752283/2010	04/01/2011 a 23/07/2012
JONGO NO SUDESTE Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais –NINA GRIÔ	Centro de Referência Jongueiros do Sudeste - Comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas-SP	795226/2013	21/01/2014 a 24/08/2016
OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ Associação das baianas de acarajé, mingau, receptivos e similares do estado da Bahia (ABAM)	A arte e o ofício da Baiana do Acarajé	053/2007	18/01/2008 a 31/12/2008
CACHOEIRA DE IAUARETÊ: LUGAR SAGRADO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS UAUPÉS E PAPURI Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN	Centro de Referências Culturais do Rio Negro	051/2007	29/02/2008 a 30/06/2009
	Centro de Referências Culturais do Rio Negro	715393/2009	29/12/2009 a 01/10/2011

*O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é a iniciativa do Governo Federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, no qual são registrados os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final. As parcerias firmadas a partir do ano de 2008 (convênios e termos de colaboração e fomento) podem ser consultadas no Portal de Convênios do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MPOG (www.convenios.gov.br).

Bem Registrado/Instituição Parceira	Nome do Projeto	Nº no Siconv	Vigência
CACHOEIRA DE IAUARETÊ: LUGAR SAGRADO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS UAUPÉS E PAPURI Instituto Socioambiental - ISA	Mapeo: rotas de transformação dos povos indígenas no Noroeste Amazônico	752180/2010	04/01/2011 a 01/01/2014
	Mapeo: Lugares Sagrados e Rotas de Transformação: iniciativa de implementação de programa binacional (Brasil-Colômbia) de cartografia dos lugares sagrados dos povos indígenas do Noroeste Amazônico	792191/2013	01/01/2014 a 15/02/2016
MODO DE FAZER Viola-de-cocho Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso	Casa Cuiabana – Centro Cultural da Viola-de-Cocho (Pontão de Cultura Viola-de-Cocho de Cuiabá/MT)	702690/2008	20/01/2009 a 31/12/2010
		762190/2011	06/01/2012 a 29/06/2013
MODO DE FAZER Viola-de-cocho Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal da Prefeitura Municipal de Corumbá	Ponto de Cultura Viola-de-cocho	718528/2009	23/12/2009 a 29/12/2010
FEIRA DE CARUARU Fundação de Cultura da Prefeitura Municipal de Caruaru	Pontão de Cultura da Feira de Caruaru	702219/2008	20/01/2009 a 31/12/2011
MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO Centro Cultural Cartola (CCC)/ Museu do Samba	Pontão de Memória do Samba Carioca	702627/2008	31/12/2008 a 01/02/2010
	Pontão de Memória do Samba Carioca	749663/2010	19/11/2010 a 28/02/2012
	Pontão de Memória do Samba Carioca	763527/2011	06/01/2012 a 06/05/2013
MODO DE FAZER RENDA IRLANDESA Fundação Cultural Cidade de Aracaju - Funcaju	Produção de vídeo - documentário Modo de Fazer Renda Irlandesa	818188/2015	09/09/2016 a 09/12/2018
FREVO Prefeitura da Cidade de Recife	Pontão de Cultura do Frevo	763502/2011	17/01/2012 a 21/06/2014
TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	Salvaguarda do Tambor de Crioula	764084/2011	13/01/12 A 31/12/2014
RITUAL <i>Yaokwa</i> DO POVO INDÍGENA ENAWENE NAWE Sociedade de Amigos do Museu do Índio	Os ciclos do <i>iyaõkwa</i> entre os <i>Enawene Nawe</i> : qualificação e documentação de registros do <i>Salomã</i>	820854/2015	01/07/2016 a 28/05/2018
TEATRO DE BONECOS POPULAR DO NORDESTE Cia Boca de Cena	II Encontro de Brincantes de Babau da Paraíba	821510/2015	06/02/2017 a 28/12/2017
CARIMBÓ Associação do Carimbó e Cultura Popular de Salinópolis	Salvaguarda do Carimbó Paraense	837246/2016	16/11/2016 a 20/07/2017
FANDANGO CAIÇARA Associação Mandicuera de Cultura Popular	Ô de Casa: Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara	820928/2015	31/10/2016 a 04/01/2018
SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA)	Casa do Samba – Centro de Referência do Samba de Roda	048/2007	31/12/2007 a 31/12/2008
		708656/2009	31/12/2009 a 31/12/2010
	Rede do Samba de Roda	752537/2010	04/01/2011 a 20/10/2012
	Rede do Samba de Roda	777372/2012	23/01/2013 a 21/04/2014

Projetos selecionados por meio de Edital de Apoio e Fomento aos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil (Chamamento Público nº 03/2014)

Bem Registrado/Instituição Parceira	Nome do Projeto	Nº no Siconv	Vigência
SABERES E PRÁTICAS ASSOCIADOS AOS MODOS DE FAZER BONECAS <i>Karajá</i> Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás-UFG/Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - FUNAPE	Bonecas de Cerâmica <i>Karajá</i> como Patrimônio Cultural do Brasil: Contribuição para a Salvaguarda	811893/2014	25/08/2015 a 23/04/2018
FANDANGO CAIÇARA Associação Mandicuera de Cultura Popular	Artesanias Caiçaras: a sustentabilidade do fandango através da construção de instrumentos musicais	813661/2014	29/06/2015 a 22/09/2017
MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO Centro Cultural Cartola	Preservando o samba no Rio de Janeiro	811875/2014	28/01/2015 a 30/05/2016
MODO ARTESANAL DE FAZER QUEIJO DE MINAS Instituto Terceiro Setor - ITS	Promoção de ações de Salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas	811894/2014	12/06/2015 a 13/01/2018
TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO Prefeitura do Município de São Luis	Punga de Saberes	813605/2014	29/12/2015 a 13/01/2019
SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO Chegança Fragata Brasileira	Sambas de Roda Mirins: preservando a memória do samba de roda	811882/2014	10/02/2015 a 19/12/2015
CAPOEIRA Prefeitura Municipal de Horizonte - CE	Capoeira Nagô	813607/2014	14/05/2015 a 11/11/2016
CAPOEIRA Centro De Estudos e Memória da Juventude Amazônica	Circuito Paraense de Mestres e Mestras de Capoeira: A cultura está na roda	811892/2014	27/05/2015 a 28/01/2017

PORTARIA Nº 299, DE 17 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, Anexo I, do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, na forma do Anexo I, que disciplina a gestão da salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, no âmbito do IPHAN, bem como os procedimentos e o fluxo das atividades relacionadas.

Parágrafo Único. O Anexo referido no caput descreve a sequência lógica dos procedimentos a serem adotados pelas unidades envolvidas nas atividades inerentes ao processo de salvaguarda de bens Registrados.

Art. 2º Aplicam-se à matéria aqui tratada os dispositivos do Decreto nº 3.551/00 e Decreto nº 5753/06.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO
Presidenta

ANEXO
Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados

A Salvaguarda de Bens Registrados

De acordo com o artigo 6º, inciso II, do Decreto 3551/2000, que instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial, cabe ao Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, assegurar ao bem registrado sua ampla divulgação e promoção. A Coordenação-Geral de Salvaguarda (CGSG) do Departamento de Patrimônio Imaterial é a unidade responsável pelo estabelecimento das diretrizes para a execução desta atribuição.

Entende-se que a ampla divulgação e promoção do bem cultural registrado ocorrem por meio do que se convencionou chamar de *salvaguarda de bens Registrados*. Embora cada processo de salvaguarda deva ser desenvolvido respeitando as particularidades do contexto sociocultural de cada bem, por meio do trabalho empírico foi possível elencar *tipos de ações* e procedimentos que atendem os princípios da política de salvaguarda para o patrimônio imaterial*.

A partir da inscrição de um bem cultural em um dos Livros de Registro, o IPHAN – por meio das Superintendências nos estados de ocorrência do bem, orientadas pela CGSG – realizará, em conjunto com os detentores do bem cultural registrado, os segmentos sociais e instituições envolvidas, o planejamento e a execução de ações que viabilizem a continuidade da prática objeto de Registro, tendo como ponto de partida as recomendações de salvaguarda apresentadas no Dossiê. Este processo deverá ser amplamente participativo, caracterizando uma interlocução continuada entre Estado e Sociedade.

Para a *implementação* da salvaguarda do bem registrado, cabe ao IPHAN considerar a representatividade dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural (detentores), assim como das instituições parceiras. É necessário que seja conformado um ambiente de discussão em prol da salvaguarda em que diferentes segmentos que compõe o universo do bem cultural estejam contemplados.

.....
* Os processos de salvaguarda integram o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), programa este que também foi criado pelo Decreto 3.551/00 (conferir Anexo 1).

Por questões inerentes as metodologias de pesquisa, a abrangência do bem cultural, a mobilização realizada durante a pesquisa, dentre outras, em geral a instrução do Registro não contempla *todos* os grupos ou comunidades detentoras do bem cultural. Deste modo, após o Registro é possível realizar a complementação da identificação do bem cultural, mapeamento de detentores ainda não contactados e agentes sociais a ele relacionados. Portanto, no início da *salvaguarda* os contextos são diversos: há casos onde a mobilização dos detentores é promissora e reuniões podem acontecer imediatamente após o Registro; em outros apenas alguns grupos foram contactados e é necessário buscar uma maior adesão dos detentores.

Sendo assim, a *mobilização social* para o início da salvaguarda é bastante relativa e depende do contexto sociopolítico do bem cultural e das condições em que foi desenvolvida a instrução do Registro. Contudo, após o bem ter sido registrado, é imprescindível que os diversos atores relacionados sejam buscados para a *implementação* da salvaguarda. Esta é a implicação direta do reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil: o desenvolvimento do processo de salvaguarda.

Em geral não é possível definir um período de tempo para a completa *implementação* da salvaguarda. A previsão é de que seja *iniciada* no decorrer da primeira década após o registro, com vistas ao fortalecimento da **autonomia** dos detentores/produtores do bem cultural na produção, reprodução e gestão de seu patrimônio e a **sustentabilidade** do bem cultural no médio e longo prazo. Conforme o estabelecido pelo artigo 7º do Decreto n.º 3551/2000, dez anos após a titulação o bem cultural passará por um processo de **reavaliação e revalidação** do Registro, no qual se observará, dentre outros aspectos, o impacto das ações desenvolvidas.

Neste sentido, a salvaguarda do bem registrado deve ser compreendida como um *processo*. Processo este que deverá resultar por um lado na autonomia dos detentores e, por outro, na sustentabilidade do bem cultural e de sua salvaguarda. Ou seja, com o desenrolar da salvaguarda a expectativa é de que os detentores estejam mobilizados para identificar com maior profundidade a situação na qual o bem cultural se encontra, reconhecer eventuais problemas que enfrentam para a continuidade da prática, identificar aspectos da produção que precisam ser mais valorizados, assim

como desenvolver estratégias para resolução de tais questões, planejar formas de execução, buscar e atuar por meio de parcerias.

Por isto, concomitantemente a mobilização dos detentores, outros atores deverão ser agregados ao processo. Embora o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil seja uma competência do IPHAN, o bem cultural registrado é um bem de interesse público e, por este motivo, instituições públicas municipais e estaduais deverão estar comprometidas com sua salvaguarda, assim como aqueles órgãos que desenvolvam políticas consoantes ao bem cultural e demais instituições interessadas, como universidades, organizações não governamentais, etc.

O resultado dessa articulação entre detentores e outros atores sociais culminará na sustentabilidade do bem cultural e de sua salvaguarda. Isto é, o empoderamento dos detentores como agentes autônomos e a atuação de outros órgãos viabilizará meios de garantir a integridade da produção e reprodução do bem cultural registrado, assim como o engajamento necessário para evitar o aparecimento de riscos ou ameaças a sua existência. Por esse motivo, a CGSG recomenda a criação dos *coletivos deliberativos da salvaguarda*. A função e as atribuições destes coletivos serão detalhadas adiante.

Conforme demonstrado, o envolvimento efetivo das comunidades na gestão da salvaguarda é essencial para que se avance concretamente na preservação do bem cultural. Entretanto, é digno de nota que, em vários contextos, principalmente naqueles relacionados a bens culturais de grupos com universos culturais particulares, como os grupos indígenas, faz-se necessário a presença de instituições mediadoras ou especialistas. A tradução cultural – e, em algumas situações, até a necessidade de tradução da língua – e a mediação, são aspectos inerentes aos processos de salvaguarda e, em algumas situações, ONGs, institutos de pesquisa, especialistas, entre outros, são fundamentais para auxiliar a atuação da política de salvaguarda, uma vez que estes conhecem profundamente o universo cultural em questão e poderão viabilizar a compreensão do grupo sobre o propósito da política.

Mesmo considerando a importância do papel dos mediadores, a interlocução direta entre IPHAN e detentores deve ser sempre buscada e isto precisa estar claramente explicitado desde o início do processo. Níveis diversos de conflitos são passíveis de ocorrer

nestas situações e será preciso refletir sobre estratégias específicas de atuação conforme cada contexto. A experiência de salvaguarda com grupos indígenas, por exemplo, aponta para a importância de instrumentalizar os agentes do próprio grupo ou comunidade de detentores para que possam lidar com as diversas situações de mediação que serão necessariamente vivenciadas nos processos de salvaguarda. À medida que os detentores, e o próprio IPHAN, têm sua capacidade de interlocução direta aprimorada, melhores se tornam as condições de realização da salvaguarda e mais fácil se torna a resolução de conflitos.

Ante o exposto, é esperado que possa decorrer algum tempo entre o Registro e o início da elaboração do planejamento para a salvaguarda e execução das ações. Como já mencionado, não é possível, *a priori*, definir quanto tempo será necessário para que se apresentem as condições consideradas fundamentais para a *implementação* da salvaguarda, que serão apresentadas adiante. Já foi constatado que os processos de salvaguarda passam por um período de amadurecimento, na maioria das vezes um longo período, para de fato alcançarem um engajamento social e as outras condições necessárias, como o envolvimento dos poderes públicos locais, a realização de ações de modo autônomo por parte dos detentores, assim como uma possível gestão financeira de recursos.

A despeito do tempo necessário para o alcance destas condições o IPHAN é responsável pela elaboração e execução de ações de salvaguarda imediatamente após o Registro do bem cultural, a partir das recomendações de salvaguarda indicadas no Dossiê de Registro, e sempre em diálogo com os detentores e eventuais instituições parceiras já contactadas.

Assim, logo após o Registro, deverão ser previstas, nas Superintendências de ocorrência do bem, ações orçamentárias ou não-orçamentárias para a implementação da salvaguarda, assim como para o acompanhamento e *monitoramento* destas atividades.**

Atualmente, a CGSG reconhece quatro eixos de ação para a salvaguarda de bens culturais registrados. Os eixos somam quinze tipos de ações que podem ser executadas isoladamente ou combinadas entre si. O planejamento de ações combinadas, com a previsão de realização em curto, médio ou longo prazo, denomina-se Plano de Salvaguarda. Adiante será descrito um passo a passo para a elaboração do Plano de Salvaguarda. Seguem as ações.

** A atividade de monitoramento da salvaguarda de bens Registrados é explicada no Anexo VI.

	EIXOS	AÇÕES
Eixo 1	Mobilização Social e Alcance da Política	1.1. Mobilização e Articulação de comunidades e grupos detentores
		1.2. Articulação Institucional e Política Integrada
		1.3. Pesquisas, Mapeamentos e Inventários Participativos
Eixo 2	Gestão Participativa no processo de salvaguarda	2.1. Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda
		2.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais
Eixo 3	Difusão e Valorização	3.1. Difusão sobre o universo cultural do bem Registrado
		3.2. Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem Registrado
		3.3. Ação Educativa para diferentes públicos
		3.4. Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda
		3.5. Ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (ação exclusiva para bens culturais cuja relação com o mercado está posta no Dossiê de Registro como estruturante do universo cultural em questão)
Eixo 4	Produção e Reprodução Cultural	4.1. Transmissão de saberes relativos ao bem Registrado
		4.2. Apoio às condições materiais de produção do bem cultural Registrado
		4.3. Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência
		4.4. Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos
		4.5. Medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ao bem cultural Registrado

Ressalta-se que as ações descritas, abaixo detalhadas, devem ser planejadas e executadas considerando as possíveis atividades e/ou produtos e resultados discriminados:

Eixo 1. Mobilização Social e Alcance da Política

Ações

1.1. Mobilização e articulação de comunidades e grupos de detentores – ações voltadas para o fortalecimento da autonomia dos detentores para a gestão do patrimônio, no sentido de empoderá-los para a ampliação na participação no campo das políticas públicas.

Atividades/produtos: Reuniões de pequeno, médio e grande escopo com detentores; criação e manutenção de redes presenciais e virtuais; apoio à participação de detentores em reuniões e seminários viabilização de orientações sobre questões jurídicas ou afins para esclarecimentos sobre formação de associações, cooperativas ou outros.

Resultados Esperados: mobilização e articulação permanente dos detentores; crescente autonomia dos detentores na gestão de seu patrimônio; fortalecimento e ampliação da participação no âmbito das políticas públicas.

1.2. Articulação institucional e política integrada – ações voltadas para a integração da salvaguarda com diferentes programas de políticas públicas e/ou o desenvolvimento de projetos integrados nas diferentes instâncias públicas (federais, estaduais e municipais). Ações que busquem a mediação com outras esferas, públicas ou privadas, para a valorização do bem registrado e de seus detentores.

Atividades/produtos: reuniões; tratativas; projetos integrados em andamento; acordos; parcerias; dentre outras comunicações oficiais.

Resultados esperados: ações de salvaguarda integradas com políticas de outras instâncias; política de salvaguarda do patrimônio cultural integrada implementada e gerida com a participação de segmentos sociais e/ou comunidades diretamente interessados (observar benefícios alcançados de acordo com cada contexto).

1.3. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com

inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes) - ações de produção de conhecimento complementar à instrução de Registro com vistas a ampliar o conhecimento sobre o universo cultural do bem registrado e o contexto da salvaguarda. As equipes devem ser significativamente constituídas por indivíduos pertencentes às comunidades onde as expressões culturais registradas ocorrem – exercendo a função de coordenadores, pesquisadores, pesquisadores em formação e também como documentaristas, técnicos em audiovisual, entrevistadores, dentre outros.

Atividades/produtos: documentação textual e audiovisual; textos analíticos; diagnósticos e proposição de políticas; relatórios de pesquisa; INRC(s); materiais midiáticos com publicação de resultados (revistas, sites, exposições, etc); encontros.

Resultados esperados: ampliação de conhecimento sobre o bem, identificação de grupos e comunidades, maior visibilidade do bem cultural nas esferas local, municipal e/ou estadual, detentores atuantes como pesquisadores; detentores formados em métodos e técnicas de pesquisa, mapeamentos e inventários; edição e difusão dos resultados da pesquisa.

Eixo 2. Gestão Participativa no processo de salvaguarda

Ações

2.1. Apoio a coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda – ações voltadas para criação e manutenção de coletivos deliberativos naqueles casos em que não houver fórum desta natureza, fortalecimento de coletivos pré-existent, disponibilização de pessoal técnico e de documentos para orientação de detentores; apoio, custeio e organização de reuniões, seminários; sensibilização e mobilização de instituições que desenvolvam políticas afins para que integrem o coletivo deliberativo e participem do planejamento e acompanhamento da salvaguarda; elaboração de planejamento de ações no formato de Plano de Salvaguarda.

Atividades/produtos: atas de reuniões, estatutos, termo de cooperação técnica; documentos vários de formalização do coletivo; relatórios de atividades do coletivo; Plano de Salvaguarda.

Resultados esperados: coletivo deliberativo instituído e em fun-

cionamento; coletivo deliberativo fortalecido; gestão compartilhada da salvaguarda; Plano de Salvaguarda elaborado.

2.2. Formação de gestores para a implementação e gestão de políticas patrimoniais – são ações de caráter pedagógico voltadas para aperfeiçoar a compreensão e o desempenho dos detentores, mediadores e poderes públicos para a gestão do bem registrado, por meio do apoio ou a realização de oficinas, seminários, cartilhas, manuais direcionados aos diversos públicos com orientações sobre a política.

Atividades/produtos: plano de capacitação; textos ou materiais sobre gestão de políticas para o patrimônio imaterial; oficinas, aulas, cursos, seminários, palestras, orientações.

Resultados esperados: aumento da autonomia dos detentores; técnicos, agentes e gestores capacitados para desenvolver e gerir políticas participativas para o patrimônio; políticas para o patrimônio implementadas, integradas territorialmente e geridas de forma participativa.

Eixo 3. Difusão e Valorização

Ações

3.1. Difusão sobre o universo cultural do bem registrado - disponibilização de conteúdos a respeito do bem Registrado e do universo cultural relacionado, em diferentes suportes e mídias, para os vários segmentos da sociedade abrangente, em atendimento ao Inciso II do artigo 6º do Decreto 3551/2000 (ampla divulgação do bem Registrado).

Atividades/produtos: folders, revistas, livros, sites, cartazes, CDs, DVDs; exposições; dossiê do Registro publicado, plano de mídia; plano de distribuição; divulgação de acervos.

Resultados esperados: bens Registrados e universo cultural relacionado difundidos e conhecidos amplamente; segmentos sociais reconhecendo e valorizando os bens culturais registrados.

3.2. Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem registrado – são ações que visam salvaguardar e socializar a base documental sobre o universo em foco, bem como proporcionar infraestrutura adequada para o acondicionamento e a disponibilização de documentos.

Atividades/produtos: acervo constituído; acervo documentado e conservado; acervo disponibilizado; catálogo de divulgação;

exposições; equipamentos adquiridos.

Resultados esperados: acervos adquiridos, tratados, disponibilizados e acessíveis.

3.3. Ação educativa para diferentes públicos – são ações pedagógicas para diferentes segmentos sociais como os de escolares, de pesquisadores, de técnicos e gestores de instituições públicas ou privadas, etc. Envolve a preparação de conteúdos dirigidos aos diferentes segmentos, visitas guiadas, palestras, oficinas.

Atividades/produtos: planos de aula/oficina; programação de visitas; plano de capacitação de professores; preparação e divulgação de conteúdos pedagógicos através de diferentes mídias para diferentes segmentos sociais.

Resultados esperados: público-alvo sensibilizado sobre a política de salvaguarda e com conhecimentos sobre os Patrimônios Culturais do Brasil.

3.4. Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda - ações voltadas para a valorização de iniciativas relativas à salvaguarda do universo cultural do bem registrado, sobretudo as iniciativas desenvolvidas pelos detentores dos bens Registrados. [Ressalta-se que as ações deste tipo devem ser planejadas em comunicação com a CGSG/DPI de modo a evitar discrepâncias entre as diversas salvaguardas desenvolvidas pelas unidades do IPHAN].

Atividades/produtos: certames publicizados; iniciativas premiadas ou selecionadas.

Resultados esperados: valorização de detentores; valorização das ações realizadas por detentores; visibilidade / projeção social e cultural de iniciativas e/ou instituições que realizam boas práticas relativas aos bens culturais registrados.

3.5. Ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (ação exclusiva para bens culturais cuja relação com o mercado está posta no Dossiê de Registro como estruturante do universo cultural em questão) - tais ações podem se configurar em apoio à participação em feiras, exposições, colocação em pontos de venda, confecção de etiquetas diferenciadas, catálogos de venda, divulgação em diferentes mídias e mediação institucional para a promoção diferenciada do bem cultural **enquanto patrimônio** no mercado.

Atividades/produtos: catálogos de comercialização; publicidade, etiquetas, embalagens de atacado e varejo; participação dos detentores em feiras e similares; apoio ao planejamento de frete para mercadorias.

Resultados esperados: mercado de bens culturais Registrados ampliado; produtores primários dos bens culturais beneficiados com a comercialização de produtos; detentores-produtores organizados para a comercialização.

Eixo 4. Produção e reprodução cultural

Ações

4.1. Transmissão de saberes relativos ao bem cultural Registrado - ações de apoio às condições de permanência do bem cultural enquanto prática vivida viabilizando o aprendizado por novas gerações e por outros segmentos de detentores, dentro do grupo ou comunidade onde é tradicionalmente cultivada, por meio do desenvolvimento de atividades como: oficinas, aulas ou outras dinâmicas de transmissão próprias de cada contexto, considerando a possibilidade de viabilizar ajudas de custo para garantir a frequência dos aprendizes, assim como remuneração para os mestres, aquisição de matérias-primas e demais insumos.

Atividades/produtos: planos de aulas ou oficinas; documentação textual, fotográfica e audiovisual das atividades; listas de presença, relatórios com resultados das ações; material educativo; exposições; avaliação dos participantes.

Resultados esperados: Pessoas de segmentos sociais e/ou comunidades produtoras dos bens Registrados praticando, transmitindo e reproduzindo saberes relativos ao universo cultural.

4.2. Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais Registrados - ações diretas ou indiretas para facilitar a obtenção ou aquisição de matérias-primas (barro, madeira, couro, artigos de armarinho, tecidos, etc...), equipamentos necessários (por exemplo, serrote, formão, tesoura, etc.) e apoio à adequação de espaços coletivos para a produção e reprodução do bem cultural. Sejam estas realizadas por meio da contratação para compra ou a realização de mediação institucional (por exemplo, para a elaboração de planos de manejo ambiental, cessão de espaço para ateliês, etc.).

Atividades/produtos: listagem e /ou documentação dos equipamentos e insumos adquiridos; acordos assinados; plano de manejo ambiental; planos de sustentabilidade ecológica e econômica.

Resultados esperados: acesso facilitado à matéria-prima, insumos e equipamentos para os detentores e bens culturais imateriais sendo produzidos e reproduzidos em condições adequadas. Plano de manejo e planos de sustentabilidade ecológica e econômica iniciados. Acordos firmados e executados.

4.3. Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centros de Referência de Bens Registrados (anexo 2) - Ações voltadas para aquisição de equipamentos de infraestrutura para centros de referência; construção, reforma e acabamento; sinalização, montagem de exposição permanente;

Atividades/produtos: Centro de Referência sinalizado; projeto museográfico e/ou de arquitetura; projetos de obra/restauração; documentação visual sobre a execução da obra/reforma/etc.

Resultados esperados: local e estruturas físicas apropriados disponíveis para produção, reprodução e difusão do bem cultural registrado. Efetiva ocupação e uso do espaço por detentores para a realização da salvaguarda.

4.4. Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos - ações de apoio, esclarecimento e assessoria de modo a subsidiar as decisões dos detentores em relação à situações que envolvam questões de direitos de propriedade intelectual e coletivos concernentes aos saberes associados aos bens Registrados.

Atividades/produtos: reuniões; palestras; orientações.

Resultados esperados: detentores esclarecidos.

4.5. Medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ou dano ao bem cultural registrado - ações de mediação institucional de cunho administrativo e judicial, implementadas para situações excepcionais e complexas relativas aos bens Registrados em situação de ameaça ou dano. Exigem a comunhão de esforços das instâncias dos poderes públicos e sociedade civil.

Atividades/produtos: atas de reuniões; grupos de trabalho ou colegiados formados por instâncias do Estado e demais interessados; notificações ou recomendações por ofício; notificações extrajudiciais; termos de ajuste de conduta; audiências públicas; representação ao Ministério Público; medidas compensatórias estabelecidas.

Resultados esperados: Solicitações de reversão da situação de ameaça ou dano atendidas; reversão de problemas que geram a ameaça; dano compensado.

A CGSG/DPI recomenda o incentivo junto aos detentores para a estruturação de *Centros de Referência de Bens Registrados*. Esses Centros são compreendidos como espaços físicos de uso coletivo para abrigar acervos relativos ao bem cultural registrado, realizar ações diversas e ser um espaço para a socialização dos detentores e divulgação do bem cultural para a sociedade mais ampla. O intuito do Centro de Referência é estabelecer um espaço “neutro” para a união dos diversos grupos e segmentos relacionados ao bem cultural. Ou seja, o Centro de Referência não pode ser compreendido meramente como a sede de um grupo, ou para atender grupos pontuais. A expectativa é que o Centro de Referência viabilize a valorização do bem cultural registrado, a atuação da salvaguarda de modo amplificado e promova o amplo acesso da sociedade ao patrimônio cultural (conferir Anexo 2).

Recapitulando, o ponto de partida para a interlocução da SE junto aos detentores são as recomendações de salvaguarda apresentadas no Dossiê de Registro. Após o Registro do bem cultural, estas recomendações deverão ser - de acordo com a tipologia apresentada acima e em conjunto com os detentores - analisadas, aperfeiçoadas, ratificadas e ampliadas; assim como sistematizadas e priorizadas.

Como já mencionado, é possível a realização de ações de salvaguarda isoladas, pontuais. Por exemplo, uma oficina de transmissão de saberes relacionados à confecção de um instrumento. Contudo, a expectativa da política de salvaguarda é de que as ações tenham um caráter programático, com o planejamento de uma série de ações para serem realizadas por um determinado período, contemplando todo o contexto sociocultural do bem cultural. O conjunto de ações assim organizado é denominado **Plano de Salvaguarda** do bem cultural registrado.

O Plano deverá ser elaborado a partir de objetivos e metas gerais predefinidos e adaptáveis a cada realidade. Deverá ser composto por ações de curto, médio e longo prazos estruturadas em conformidade com os eixos e os tipos de ação anteriormente descritos e com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, dentre detentores e instituições parceiras.

Os resultados das ações deverão ser constantemente avaliados e, caso necessário, estas deverão ser reorientadas com vistas ao atendimento dos objetivos do plano. Um modelo para elaboração/sistematização do Plano de Salvaguarda é apresentado no anexo 3.

Como também já mencionado, solicita-se que a interlocução para a salvaguarda seja promovida não apenas com os detentores do bem cultural registrado, mas, também, com os poderes públicos locais, dentre outras instâncias públicas e privadas que desenvolvam atividades ou políticas relacionadas com o bem em foco. Ressalta-se que a articulação com outras instituições deverá sempre ser realizada em diálogo e parceria com os detentores. A partir disto, com a representação de variados segmentos sociais, a salvaguarda do bem registrado passa a contar com o engajamento esperado para o estabelecimento de instâncias coletivas de decisão ou um *coletivo deliberativo*.

Considera-se que a constituição do *coletivo deliberativo* do bem Registrado - entendido como uma categoria ampla para designar diferentes formas de organização identificadas na gestão dos planos e ações de salvaguarda -, é fundamental para garantir que o planejamento e a elaboração das ações sejam realizados de forma democrática. Embora não seja obrigatória, a sua formação é recomendada, pois permite que os diversos segmentos representativos do universo cultural em questão participem da gestão da salvaguarda do bem registrado. Uma vez que a salvaguarda de um bem cultural reconhecido patrimônio federal, pela perspectiva do pacto federativo, é de responsabilidade das três esferas governamentais, os órgãos relacionados aos bens Registrados deverão ser chamados a compor o coletivo deliberativo juntamente com os detentores e com o IPHAN.

Diante da complexidade de cada processo de salvaguarda e, a partir da experiência acumulada no acompanhamento de diferentes contextos, o entendimento acerca da formação dos coletivos deliberativos é flexível, embora seja fundamental indicar algumas características básicas que os definem enquanto tal. A primeira característica é o *perfil deliberativo*, isto é, a atuação direta na elaboração, no planejamento e no acompanhamento da execução das ações e planos de salvaguarda. Além disso, podem ser formados por detentores do bem cultural, instituições públi-

cas (federais, estaduais e municipais), universidades, entidades da sociedade civil e demais segmentos envolvidos com o bem cultural e que se comprometam a atuar na salvaguarda.

Os coletivos deliberativos identificados em algumas salvaguardas possuem formatos e denominações variados moldados por cada contexto e opção dos detentores: Grupos de Trabalho, Fóruns, Conselhos, Comitês ou outros tipos de organização que mantêm as características necessárias para atuação na salvaguarda. Tanto o formato do coletivo deliberativo da salvaguarda do bem registrado quanto a definição de instituições partícipes serão realizadas a partir do consenso entre os detentores. Caso seja necessário, é possível formalizar o compromisso entre essas instituições por meio de Acordo de Cooperação assinado entre as partes e orientado pela Procuradoria Federal (PF) local.

Outra característica fundamental refere-se ao modo de funcionamento de cada coletivo deliberativo, ressaltando que este não realizará a gestão de recursos diretamente e tampouco formalizará personalidade jurídica, ou seja, não terá CNPJ, inclusive, por envolver instituições de naturezas diferentes. Seus participantes também não serão remunerados. O funcionamento e a dinâmica interna de cada coletivo dependerão da forma de articulação dos participantes e da definição de papéis de cada uma das instâncias. Aspectos como a existência ou não de subdivisões internas, a periodicidade das reuniões e encontros e os critérios acerca da inserção ou saída de integrantes podem ser definidos de forma variada em cada caso, mas constituem requisitos básicos, somados as características já mencionadas, para formação de um coletivo de gestão da salvaguarda.***

Como descrito anteriormente, as ações de salvaguarda poderão ser orçamentárias ou não-orçamentárias. Quando envolver recurso orçamentário do IPHAN, a execução do Plano de Salvaguarda (ou da ação isolada) poderá ser realizada por meio dos instrumentos recorrentes da administração pública: licitação, convênio ou Termo de Execução Descentralizada. A depender do

*** A realização desta ação prescinde de análise prévia acerca da auto-organização dos detentores e reconhecimento dos eventuais segmentos culturais distintos. Há contextos socioculturais que não permitem o estabelecimento de um único coletivo e eventualmente seja necessário o estabelecimento de distintas instâncias de detentores para a interlocução sobre a salvaguarda. Em outros contextos é possível que o(s) coletivo(s) já esteja estabelecido e caberá ao IPHAN realizar uma aproximação para a condução da interlocução.

tipo de ação o IPHAN deverá analisar qual a melhor forma para a execução. No caso da execução de projetos, por exemplo, é papel do coletivo deliberativo indicar qual o tipo de instituição que poderá ser a gestora do recurso – pública ou privada – a depender da natureza e complexidade do objeto. Recursos financeiros de outras instituições também poderão ser empregados para a salvaguarda.

Logo, de acordo com a tipologia de ações apresentada, considera-se que a *implementação* da salvaguarda de um bem Registrado ocorre com a execução das primeiras ações dos eixos 1, 2 e 3, quais sejam:

- 1.1. Mobilização e Articulação de comunidades e grupos detentores.
- 2.1. Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda.
- 3.1. Difusão sobre o universo cultural do bem registrado.

A partir da atuação da SE nestas três frentes, entende-se que foi iniciada a *implementação* da salvaguarda. Com a plena realização das três ações mencionadas, considera-se, então, que a salvaguarda está *implementada*. Neste sentido, a CGSG reconhece três fases para a salvaguarda do bem registrado:

- i) implementação;
- ii) consolidação, e;
- iii) estabilização.

Considera-se que na fase de *consolidação* as ações planejadas na fase de *implementação* serão executadas e, na última fase, *estabilização*, os detentores estarão autônomos e a sustentabilidade cultural e da salvaguarda alcançada.

O quadro a seguir ilustra essa classificação.

AÇÕES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS PREVISTOS			
	Implementada	Consolidada	Estabilizada
Promoção de Mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores iniciada. (ação 1.1)			
Coletivo deliberativo iniciado (ação 2.1)			
Elaboração de Plano de Salvaguarda iniciada (ação 2.1)			
Difusão e valorização iniciada (ação 3.1)			
Coletivo deliberativo em funcionamento			
Plano de Salvaguarda em execução			
Difusão e valorização em curso			
Autonomia dos detentores na gestão do patrimônio			
Relação direta dos detentores com poderes públicos e instituições parceiras.			
Plano de Salvaguarda executado			
Sustentabilidade cultural do bem Registrado			
Difusão e valorização permanente.			

Uma vez o processo de salvaguarda tendo atingido a última fase, ou seja, a salvaguarda estabilizada, o IPHAN, por meio da atuação das Superintendências, manterá vínculo permanente com o bem Registrado, acompanhando a continuidade da salvaguarda promovida pelos detentores e promovendo ações específicas em situações emergenciais, para além da ampla divulgação permanente do bem Registrado****. Também é responsabilidade permanente do IPHAN, quando acionado pelos detentores, a atuar em casos em que se identifique possibilidade de dano ao bem cultural ou, naqueles em que o dano já tenha ocorrido, assessorando os detentores na proposição das medidas mitigatórias cabíveis, sempre observando seus limites legais de competência.

***** Em consonância com o artigo 6º, inciso II, do Decreto 3.551/00 citado na página 2.

Assim, seguindo essa linha de atuação, onde a meta é o alcance da *estabilização* da salvaguarda, é imprescindível que as SE's apresentem Plano de Ação para os bens Registrados de sua jurisdição por pelo menos 10 (dez) anos (momento em que será realizada a reavaliação do bem cultural e aberto processo para revalidação do título). De acordo com a Resolução nº 1, de 18 de julho de 2013, que dispõe sobre o processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Registrados****, as Comissões de Revalidação são constituídas por servidores das SE's, com isso, a partir da instauração do processo de revalidação, as ações de salvaguarda poderão ser suspensas e o foco de atuação direcionado à revalidação, uma vez que as SE's estarão, juntamente com os detentores, atuando neste processo.

Com a conclusão do processo de revalidação do bem cultural o IPHAN elaborará parecer técnico que subsidiará a decisão do Conselho Consultivo sobre a pertinência ou não da revalidação do título. Negada a revalidação do título, o bem deixará de possuir o título de patrimônio, consequentemente cessasse a salvaguarda. Tendo o título sido revalidado, a salvaguarda continua da fase em que foi suspensa - implementação ou consolidação - ou, caso seja avaliada como estabilizada, a salvaguarda estará concluída e o IPHAN passa a atuar como descrito acima sobre a última fase (salvaguarda estabilizada).

Todas as atividades realizadas pelas SE's em relação ao bem registrado, orçamentárias ou não orçamentárias, deverão ser monitoradas pelo técnico responsável pela salvaguarda do bem Registrado, de acordo com as orientações fornecidas pela CGSG (Anexo VI). As informações levantadas anualmente deverão ser apresentadas à CGSG, que produzirá uma sistematização dos dados e a avaliação dos processos de salvaguarda por meio da análise comparativa no âmbito nacional. A avaliação das ações e planos de salvaguarda subsidiará o aperfeiçoamento continuado da política. Estes resultados também poderão subsidiar o processo de reavaliação e revalidação a cada 10 anos.

A salvaguarda do bem Registrado, portanto, deve ser compreendida como um processo no qual os detentores estarão

***** Publicada no Diário Oficial da União nº 139, de 22 de julho de 2013.

mobilizados com o Iphan e parceiros para identificar com maior profundidade a situação na qual o bem cultural se encontra; ou seja, reconhecer eventuais problemas que enfrentam para a continuidade da prática; aspectos da produção que precisam ser mais valorizados; refletir sobre os meios possíveis para resolver tais questões; planejar estratégias de execução; identificar e comprometer instituições públicas das três esferas da gestão pública que desenvolvam políticas afins ao objeto da salvaguarda, conforme o pacto federativo; participar e acompanhar a execução das ações planejadas.

Em resumo, o objetivo da salvaguarda de bens Registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e com isso promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil.

ANEXO I
O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

1. Objetivos

- 1.1. Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.
- 1.2. Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.
- 1.3. Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro.
- 1.4. Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

2. Diretrizes da política de fomento do PNPI

- 1.1. Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.
- 1.2. Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.
- 1.3. Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.
- 1.4. Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco.
- 1.5. Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

3. Linhas de Ação

O PNPI financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos inseridos nas seguintes linhas de ação:

3.1. Pesquisa, documentação e informação

- a) Realização de pesquisa, levantamentos, mapeamentos e inventários.
- b) Apoio à instrução de processos de Registro.
- c) Sistematização de informações, constituição e implantação de banco de dados.
- d) Apoio à produção conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre patrimônio cultural imaterial.

3.2. Sustentabilidade

- a) Formulação e implementação de planos de salvaguarda de bens culturais inventariados ou registrados.
- b) Estímulo e apoio à transmissão de conhecimento entre produtores de bens e de manifestações de natureza imaterial.
- c) Incentivo a ações reconhecimento e valorização de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais e apoio às condições sociais e materiais de continuidade destes conhecimentos.

- d) Apoio a ações que visem à organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais.
- e) Apoio a ações de melhoria das condições de produção e circulação de bens culturais imateriais, numa perspectiva de preservação de meio ambiente e de proteção de contextos culturais específicos.
- f) Apoio a programas de desenvolvimento social e econômico que incluam e valorizem o patrimônio cultural imaterial das comunidades envolvidas.
- g) Elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

3.3. **Promoção**

- a) Divulgação e ações exemplares de identificação, registro e salvaguarda, visando à promoção do entendimento da população dos objetivos e do sentido do PNPI.
- b) Desenvolvimento de programas educativos com vistas à democratização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro, em especial o de natureza imaterial.
- c) Ações de sensibilização da população para a importância do patrimônio cultural imaterial na formação da sociedade brasileira.
- d) Ações de divulgação e promoção de bens culturais imateriais registrados ou inventariados.

3.4. **Capacitação**

- a) Formação e capacitação de agentes para identificação, reconhecimento e apoio à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
- b) Apoio a instituições e centros de formação para a realização de ações de capacitação e de desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais.

ANEXO II
Sobre a criação de Centros de Referência de Bens Registrados

Os Centros de Referência de Bens Registrados foram concebidos como espaços físicos para abrigar acervos do bem cultural, realizar ações de salvaguarda e ser um espaço para a socializa-

ção dos detentores e divulgação do bem cultural para a sociedade mais ampla. A condição para a implementação do Centro de Referência é que esta seja uma demanda dos detentores. Nesse caso, o IPHAN promoverá um estudo de viabilidade que abordará aspectos como:

1. Existência do espaço físico adaptado às atividades do Centro ou a necessidade de realização de eventuais adaptações;
2. Nos casos de ausência de espaço físico, a possibilidade de promoção de parcerias com poderes públicos locais para a cessão de um espaço;
3. O potencial para a garantia da manutenção da infraestrutura e serviços essenciais (água, energia elétrica, limpeza, etc);
4. O meio para o repasse de recursos financeiros e que tipo de instituição é mais adequada para executá-lo;
5. O potencial para a articulação com os detentores dispersos no território;
6. O potencial para a articulação com parceiros locais e articulação com programas e projetos no âmbito das esferas públicas;
7. O potencial para a difusão de conhecimento junto ao público amplo;
8. O potencial para implementação da gestão participativa no desenvolvimento de ações de salvaguarda e sustentabilidade no médio prazo;

Critérios para implementação de Centros de Referência

A primeira condição a ser observada para a implantação de um Centro de Referência é o grau de mobilização, organização e interlocução dos segmentos de detentores e demais segmentos sociais com o IPHAN. Deve estar estabelecido o consenso de que os Centros de Referência enfatizam os processos sociais de produção, transmissão, fruição e difusão dos bens Registrados de modo a proporcionar aos seus detentores condições objetivas de continuidade, transmissão e também de liberdade para criação e recriação das práticas culturais associadas a esses bens. Nesse sentido, os Centros de Referência de Bens Registrados não po-

dem se confundir com sedes de grupos específicos ou sedes de instituições parceiras.

Alinhados às políticas públicas para a salvaguarda de bens culturais imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, os Centros de Referência deverão ter algumas características comuns, sem prejuízo de suas características específicas:

- Ser espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de salvaguarda do bem registrado que sejam planejadas e realizadas pelos segmentos diretamente relacionados à produção do bem cultural em questão.
- Ser lugar para promover a integração, transmissão e memória dos saberes e fazeres culturais dos indivíduos, grupos e comunidades ligados à produção, circulação e fruição do bem registrado;
- Proporcionar e fomentar a articulação em rede dos grupos, segmentos e comunidades de detentores e agregar outros bens culturais significativos para os grupos detentores;
- Constituir bases institucionais de referência para a interlocução dos grupos e comunidades envolvidas com a salvaguarda dos bens Registrados com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais, com diferentes segmentos sociais e com o público em geral, visando o fortalecimento das relações de parceria entre os grupos e com a sociedade abrangente.

Após o período de apoio sistemático do IPHAN, recomenda-se que a sustentabilidade dos Centros de Referência seja estabelecida a partir da captação de recursos oriundos de programas de governos estaduais, municipais, e apoio da iniciativa privada, como por exemplo, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) dentre outros.

ANEXO III

PLANO DE SALVAGUARDA

Período de elaboração (Data):
Participantes (elencar as instituições e pessoas atuantes no processo de elaboração):

Demandas	Justificativa da demanda	Nível de prioridade	Ações necessárias	Responsável pela ação	Tipo de Ação (*)	Prazo (em dias)

(*) Tipo de Ação: consultar a tipologia

ANEXO IV
MONITORAMENTO DE BENS REGISTRADOS

Conforme apresentado no Termo de Referência para Salva-guarda de Bens Registrados todas as atividades realizadas pelas SE's em relação ao bem cultural Registrado, orçamentárias ou não orçamentárias, deverão ser monitoradas.

O monitoramento consiste no levantamento de determina-das informações técnicas e gerenciais acerca das ações de salva-guarda desenvolvidas e da atuação da Superintendência em relação ao bem Registrado. O objetivo do monitoramento é a produção de dados para análise sistemática dos processos de salvaguarda, com o intuito de qualificar e avaliar as ações executadas pelo IPHAN, pe-los detentores, por outros órgãos ou sociedade civil. Os resultados dos monitoramentos viabilizam a avaliação do grau de eficiência e de eficácia da política de salvaguarda para os bens Registrados assim como fornecem subsídios para a tomada de decisões e o seu aperfeiçoamento continuado.

Atualmente, a CGSG/DPI disponibiliza dois formulários *onli-ne*, via Google Docs, para a apresentação das informações coleta-das no monitoramento:

- 1. Formulário Geral sobre o bem cultural e o processo de salvaguarda no estado;
- 2. Formulário por atividade

Assim, anualmente, a SE deverá apresentar **o formulário geral por bem cultural Registrado e um formulário para cada atividade realizada por bem Registrado**; os formulários com os resultados dos monitoramentos deverão ser enviados até o dia 31 de janeiro do ano subsequente.

Utilizaremos como exemplo de realização de monito-ramento uma situação hipotética com os bens Registrados do IPHAN-Amazonas:

Monitoramento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (2015) - IPHAN-AM

Formulário Geral - Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

Atividade 1 - Reunião com Prefeitura de Barcelos (AM)
Atividade 2 - Reunião com Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro
Atividade 3 - Oficina de Transmissão de Saberes sobre Sistemas Agrícolas Tradicionais

Monitoramento da Capoeira (2015) - IPHAN-AM

Formulário Geral - Salvaguarda da Capoeira no Amazonas
Atividade 1 - Reunião Conselho Gestor da Capoeira (abril)
Atividade 2 - Reunião conselho Gestor da Capoeira (julho)
Atividade 3 0 Reunião conselho Gestor da Capoeira (outubro)
Atividade 4 - Participação em Seminário da Capoeira produzido por grupos locais
Atividade 5 - Reunião com Secretaria de Cultura de Manaus

Assim, até 31 de janeiro de 2016, o IPHAN-Amazonas de-verá preencher e enviar **dez** formulários de monitoramento: **qua-tro** formulários referentes ao monitoramento do Sistema Agrícola do Rio Negro (sendo um geral e três de atividades) e **seis** formu-lários contendo o monitoramento da Capoeira (sendo um geral e cinco de atividades).

No escopo da salvaguarda de bens Registrados as ativi-dades que são realizadas de modo mais corriqueiro são aque-las discriminadas no bojo da tipologia de ações (págs. 8 a 15), como, por exemplo, realização de reuniões para a mobilização de detentores; participação em reuniões com outros órgãos para articulação institucional; produção de material de divulgação e, ainda, acompanhamento de atividades desenvolvidas por meio de contratações ou convênios.

A partir dos formulários enviados a CGSG produzirá a sis-tematização dos dados e a produção de relatórios anuais sobre a salvaguarda de cada bem Registrado. A cada dois anos será rea-lizada uma avaliação dos processos de salvaguarda por meio da análise comparativa no âmbito nacional. Como informado, estes resultados também poderão subsidiar o processo de reavaliação e revalidação a cada 10 anos.

Cada SE deverá encaminhar plano de monitoramento pre-liminar no início de cada ano, de acordo com o modelo abaixo:

PLANO DE MONITORAMENTO										
NOME DO BEM: INSERIR NOME DO BEM CULTURAL										
ESTADO:										
Atividade a ser monitorada	Objetivo da atividade	Implica em diárias/ passagens? Sim ou não?	Trechos	Quant/Dias	Mês	Nº técnicos	É ação orçamentária IPHAN? Em caso positivo indicar nome e número do processo administrativo	É ação não orçamentária IPHAN?	Se não for do IPHAN é ação de qual instituição?	

No caso de convênios firmados para a execução de ações de salvaguarda, as atividades de fiscalização também deverão ser monitoradas. *

PORTARIA Nº 200, DE 18 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, no uso das atribuições legais e regimentais com fundamento da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, na Lei nº 8113, de 12 de dezembro de 1990, e especialmente o disposto no inciso V, do art. 21, do Anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do IPHAN:

Considerando o Artigo 216 da Constituição Federal, que estabelece o que constitui o patrimônio cultural brasileiro e institui as formas de sua proteção e promoção;

Considerando o Decreto 3.551/2000, que regulamenta o Artigo 216 da Constituição Federal no que se refere ao Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial;

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, promulgada em 2003, e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº. 5753/2006;

Considerando o disposto no Decreto 3.551/2000 acerca da regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;

Considerando o disposto no Decreto 7.387/2010 que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística;

Considerando a importância de consolidar em documento único os princípios, diretrizes, processos e instrumentos que compõem a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em nível federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Regular o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, em atendimento ao parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 3551/2000, como instância de

implantação e execução de política específica de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em nível federal.

§1º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial é composto por objetivos, princípios, diretrizes, linhas de atuação, processos e instrumentos de execução, monitoramento e avaliação

da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

§2º A Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial é parte constituinte do

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, traduzindo seus objetivos, princípios e diretrizes na forma de política pública.

Dos Conceitos

Art. 2º Para efeitos desta portaria entende-se por:

I - PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

II - DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial

III - Patrimônio Imaterial – “(...) são os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes- que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio material/UNESCO – 2003)

IV - Salvaguarda – “(...) entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.” (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio

Imaterial/UNESCO – 2003)

V - Referência Cultural – São os sentidos e valores, de importância diferenciada, atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão, etc.) e que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidade e memória para determinado grupo social. (Manual de Aplicação do INRC, 2000).

VI - Detentores – denominação dada às comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de

determinado bem cultural imaterial e/ou seus bens culturais associados, e para os quais o bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo.

VII - Gestão compartilhada - modelo de gestão que, em contraposição ao modelo de gestão centralizada, é realizada em conjunto por diferentes atores, órgãos e instituições com vistas ao atingimento de metas e objetivos comuns, a partir de estratégias de cooperação e do engajamento dos diversos entes nos processos de tomada de decisão, planejamento de ações, solução de problemas, análise e avaliação de resultados.

Dos Objetivos

Art. 3º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como objetivos:

I - Implantar, executar, monitorar e avaliar a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;

II - Contribuir para a preservação, promoção e valorização da diversidade étnica, cultural e linguística do país, assim como para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro;

III - Captar recursos e promover a constituição de redes de parceiros com vistas à execução e gestão compartilhada de ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;

IV - Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de salvaguarda desenvolvidas pela sociedade civil.

Dos Princípios

Art. 4º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como princípios:

I - a participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio os processos de identificação, reconhecimento e apoio e fomento, como condição *sine qua non*;

II - a descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e de gestão com vistas à autonomia dos atores sociais na preservação do seu patrimônio cultural;

III - a articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações, envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando a natureza transversal do patrimônio imaterial.

Das Diretrizes

Art. 5º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como diretrizes:

I - Promover e difundir a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, para todos os grupos, coletividades e segmentos que compõem a sociedade brasileira.

II - Fortalecer e difundir as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

III - Contemplar, na sua execução, a diversidade e heterogeneidade dos contextos socioculturais existentes, priorizando, sempre que possível, grupos, segmentos e regiões menos atendidas pela ação institucional;

IV - Promover a salvaguarda dos bens culturais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, aos processos de transmissão de saberes e práticas constituintes da sua dinâmica e do fortalecimento dos seus detentores enquanto coletividades;

V - Promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial, articulando sociedade civil e instituições governamentais, respeitando as diferentes possibilidades de atuação e responsabilização dos atores envolvidos;

VI - Apoiar, por meio de mediação junto às instâncias competentes, o reconhecimento e a defesa de direitos difusos, coletivos, autorais e conexos e de propriedade intelectual no que se refere ao patrimônio cultural imaterial e seus detentores.

Das Linhas de Atuação

Art. 6º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial possui quatro linhas de atuação:

I - *Pesquisa, documentação e informação* – contempla ações de produção de conhecimento e documentação nas suas diferentes modalidades – inventário, mapeamento, etc. -, assim como aquelas de sistematização de informações, constituição implantação de banco de dados, incluindo o apoio à produção, conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial.

II - *Reconhecimento e valorização* - contempla ações que visam reconhecer do valor patrimonial dos bens culturais imateriais que são referenciais culturais para comunidades detentoras, possuem continuidade histórica e relevância nacional, por meio dos instrumentos legais de reconhecimento, ocasionando a ampla divulgação e promoção desses bens culturais reconhecidos e valorados.

III - *Sustentabilidade* – contempla ações que têm como objetivo apoiar a sustentabilidade de bens culturais de natureza imaterial, considerando focos de atuação diversos, que incluem desde a transmissão de conhecimentos e saberes, até o fortalecimento das condições sociais e materiais de continuidade desses bens, incluindo ainda o apoio a atividades de organização comunitária e a constituição de instâncias de gestão compartilhada da salvaguarda, envolvendo instâncias públicas e privadas.

IV - *Promoção e Difusão* – contempla ações de divulgação visando à apropriação, pela sociedade civil, da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, através do desenvolvimento de programas educativos, de ações de sensibilização para a importância do patrimônio cultural imaterial e da promoção das ações desenvolvidas e dos bens culturais imateriais reconhecidos ou inventariados.

V - *Capacitação e fortalecimento institucional* - contempla ações de formação e capacitação de agentes para gestão da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, incluindo apoio a instituições e centros de formação públicos ou privados, voltados para o desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais.

Dos Macroprocessos e Processos

Art. 7º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial possui três macroprocessos:

- I – Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial,
- II – Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial
- III - Apoio e Fomento a Bens Culturais de Natureza Imaterial.

§1º Cada um dos macroprocessos possui processos e instrumentos correspondentes;

§2º Os três macroprocessos atuam em conjunto e de forma complementar na execução da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial;

§3º A única relação condicionante entre eles é a da Identificação com o Reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial, pois a realização de qualquer ação no âmbito deste último implica, obrigatoriamente, a realização de ação de identificação como subsídio para o reconhecimento de valor patrimonial;

§4º Os macroprocessos de Identificação e Apoio e Fomento, por sua vez, são transversais a todas as ações desenvolvidas no âmbito da Política. Ações de apoio e fomento à sustentabilidade de bens culturais podem ser executadas durante processos de Registro ou inventário, por exemplo. De forma semelhante, ações de Identificação podem fazer parte de Planos de Salvaguarda de Bens Registrados.

§5º A existência de instrumentos específicos associados aos processos e/ou macroprocessos não impede que sejam utilizados, para o cumprimento dos seus objetivos, outros instrumentos, metodologias, procedimentos e tecnologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto e/ou natureza da ação de salvaguarda a ser executada.

Art. 8º O macroprocesso Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial tem como objetivo produzir conhecimento e documentação - textual, sonora, visual e audiovisual - sobre o patrimônio imaterial por meio da utilização de instrumentos e metodologias específicas, visando à salvaguarda de bens culturais e o subsídio de políticas públicas. Considerando a natureza dinâmica e processual do patrimônio imaterial, entende-se a produção de conhecimento e documentação como atividade estratégica para a sua preservação.

§1º O macroprocesso Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial possui três processos: Identificar Bens Culturais de Natureza Imaterial, Aplicar Inventário Nacional de Referências Culturais e Aplicar o Guia de Pesquisa e Documentação para o

INDL.

I – *Identificar bens culturais de natureza imaterial* - compreende atividades de produção de conhecimento e documentação no campo do patrimônio cultural imaterial de amplitude, aprofundamento, natureza e objetivos diversos, podendo envolver pesquisa, produção de documentação em diferentes suportes, mobilização social e articulação de atores, por meio do uso de metodologias adequadas ao objeto e finalidade da ação. Esse processo inclui atividades técnicas de análise de pedido, acompanhamento de pesquisa e documentação, avaliação de produtos, entre outros, desenvolvidos conjuntamente pela área central e unidades descentralizadas do IPHAN. É o processo mais geral e abrangente do macroprocesso Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial, acolhendo todas as pesquisas que não forem realizadas pelos instrumentos normatizados, como INRC e Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

II – *Aplicar o Inventário Nacional de Referências Nacionais*: compreende atividades produção de conhecimento e documentação no campo do patrimônio cultural imaterial utilizando o instrumento INRC.

O processo é constituído pelo conjunto de atividades que compõem a realização de processo de identificação por meio da metodologia do INRC. Além do que já está revisto no próprio instrumento, ele inclui também as atividades técnicas de análise, acompanhamento, avaliação de produtos, mobilização, participação em ações devolutivas, já descritos no processo *Identificar bens culturais de natureza imaterial*, além de suporte técnico para capacitação no uso da metodologia.

III – *Aplicar o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL* – compreende atividades de identificação e documentação línguas utilizando o instrumento Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

O processo é constituído pelo conjunto de atividades que compõem a realização

de processo de identificação de línguas por meio do Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL. Além do que já está previsto no próprio instrumento, ele inclui também as atividades técnicas de análise, acompanhamento, avaliação de produtos, mobilização, participação em ações devolutivas, já descritos no pro-

cesso *Identificar bens culturais de natureza imaterial*, além de suporte técnico para capacitação no uso da metodologia.

Art. 9º O macroprocesso Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial tem como objetivo realizar ações de reconhecimento e valorização de bens e práticas culturais como patrimônio cultural brasileiro por meio de instrumentos, processos e procedimentos normatizados. Reconhecer valor patrimonial de bens culturais de natureza imaterial possui, como elementos estruturantes, solicitação oficial do reconhecimento feito pelas comunidades, grupos, coletividades e segmentos detentores; construção de anuência prévia e informada; apreciação pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial; instrução técnica; deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; e titulação.

§ 1º O macroprocesso Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial possui quatro processos: Registrar Bens Culturais de Natureza Imaterial, Revalidar Bens Culturais Registrados, Incluir Línguas no INDL e Apoiar candidaturas às Listas da Convenção UNESCO de 2003.

I - *Registrar Bens Culturais de Natureza Imaterial* - compreende atividades destinadas a reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial por meio da utilização do instrumento Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

O processo é dividido em três etapas: análise preliminar - mobilização social, informação e esclarecimento das comunidades detentoras, avaliação preliminar dos pedidos de Registro por parte do Iphan e Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial -; instrução técnica - execução e acompanhamento das ações de identificação para processos de Registro (re)definição do objeto de Registro e do Livro de Registro no qual será inscrito, articulação institucional dos atores envolvidos, construção participativa das recomendações de ações de apoio e fomento, avaliação final dos resultados e produtos da instrução técnica do Registro visando à valoração do bem cultural como patrimônio cultural do Brasil -; e avaliação final - encaminhamento da solicitação do Registro para apreciação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, arquivamento do processo, inscrição do bem cultural imaterial no Livro de Registro correspondente, emissão do título de “Patrimônio Cultural do Brasil” e da certidão de inscrição em um dos Livros de Registro, inserção dos dados sobre o bem cultural Registrado em base de dados para

acesso público. Todos os procedimentos necessários para a execução do processo de Registrar são normalizados em Resolução específica, anexa a esta Portaria.

II- *Revalidar Bens Culturais Registrados* – compreende ações destinadas a revalidar o título de Patrimônio Cultural do Brasil, recebido pelo bem cultural quando da realização o Registro, tendo como critério a sua continuidade como *referência cultural* para as comunidades, grupos, coletividades e segmentos detentores ao longo do tempo, conforme previsto no Decreto 3.551/2000.

O processo é constituído por ações de avaliação da documentação produzida e acumulada sobre o bem cultural Registrado nos últimos 10 anos; mobilização, informação e esclarecimento da comunidade detentora; articulação institucional dos atores envolvidos nos processos de Registro e Apoio e Fomento do bem cultural Registrado; constituição de Comissão de Revalidação para realização das atividades de avaliação; avaliação da necessidade de pesquisa e documentação sobre o cultural, execução e acompanhamento das atividades de identificação -- caso seja realizada --; encaminhamento do processo para debate junto à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial; avaliação final dos resultados e produtos acumulados e/ou produzidos sobre o bem cultural Registrado que embase a reavaliação do bem cultural e revalidação do título; encaminhamento da Revalidação para apreciação final do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; arquivamento do processo e inscrição à margem do Livro de Registro sobre o resultado da revalidação. Todos os procedimentos necessários para a execução do processo de Revalidar são normalizados em Resolução específica.

III- Incluir Línguas no INDL - compreende atividades destinadas a reconhecer e valorizar a diversidade linguística brasileira por meio da inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, conforme o Art. 3º do Decreto 7.387/2010.

O processo é constituído por avaliação técnica da solicitação de reconhecimento e documentação apresentada, que já inclui o dossiê obrigatório e anuência prévia e informada; elaboração de parecer técnico; deliberação da Comissão Técnica do INDL; elaboração de certidão e titulação como Referência Cultural Brasileira; promoção e valorização da língua reconhecida.

IV - Apoiar candidaturas às Listas da Convenção UNESCO de 2003 -compreende atividades de elaboração de candidaturas

para a Lista Representativa do Patrimônio Imaterial, Lista de Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente e Lista de Boas Práticas, conforme previsto na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial UNESCO/2003.

O processo é constituído por ações de análise das propostas recebidas pela sociedade civil; encaminhamento da análise preliminar à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial; orientação aos interessados em relação ao preenchimento do formulário; apoio na mobilização social e participação da comunidade detentora no desenvolvimento da candidatura; envio da candidatura à UNESCO e acompanhamento de sua apreciação. Todos os procedimentos necessários para a execução do processo de Apoiar candidaturas às Listas da Convenção UNESCO de 2003 são normalizados em Resolução específica.

Art. 9º O macroprocesso Apoio e Fomento a Bens Culturais de Natureza Imaterial tem como objetivo apoiar a realização de ações sustentabilidade, fortalecimento, difusão e promoção de bens culturais de natureza imaterial, por meio de procedimentos, processos e atividades específicas, e da articulação de agentes interessados.

§ 1º O macroprocesso Apoio e Fomento a Bens Culturais de Natureza possui quatro processos: Realizar ações e Planos de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados; Promover Ações de Apoio e Fomento a Bens Culturais Imateriais; Monitorar e Avaliar Ações e Planos de Salvaguarda e Promover a Difusão das Ações de Apoio e Fomento.

I – Realizar ações e Planos de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados – compreende realização de ações e Planos de Salvaguarda para bens Registrados com o objetivo de apoiar a continuidade do bem cultural de modo sustentável. Promove a melhoria das condições sociais, políticas e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência. A portaria nº 299/2015 normatiza os procedimentos para a execução deste processo.

II - Promover Ações de Apoio e Fomento a Bens Culturais Imateriais – compreende a realização de ações de apoio e fomento para bens culturais não reconhecidos ou em processos de identificação ou reconhecimento, incluindo aqueles que se encontram em situação de risco. O objetivo é contribuir para a valorização de referências identitárias de comunidades, grupos e segmentos

sociais, buscando promover a sustentabilidade cultural dos saberes e práticas, assim como para a autogestão das comunidades na preservação do seu patrimônio. Incluem-se nesse processo, ações de apoio direto a projetos da sociedade civil no campo do patrimônio imaterial, através de Editais e chamamentos públicos.

III - Monitorar e Avaliar Ações e Planos de Salvaguarda – compreende a realização de levantamento de informações técnicas e gerenciais acerca das atividades desenvolvidas pelo IPHAN para Bens Registrados. O objetivo do monitoramento é a produção de dados para a análise sistemática dos processos de salvaguarda, com intuito de qualificar e avaliar as ações executadas pelo IPHAN, pelos detentores, outros órgãos ou sociedade civil. Os resultados dos monitoramentos viabilizam a avaliação do grau de eficiência e eficácia da política de salvaguarda para os bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil assim como fornecem subsídios para a tomada de decisões e o seu aperfeiçoamento continuado.

IV - Promover a Difusão das Ações de Salvaguarda - compreende atividades de difusão das ações de salvaguarda realizadas, dando publicidade às ações desenvolvidas no âmbito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, pelo IPHAN, visando à disseminação das práticas de preservação, a transparência da ação pública e, ainda, o atendimento ao inciso II do artigo 6º do Decreto 3.551/00 que assegura a ampla divulgação dos Bens Registrados.

Dos Instrumentos de Salvaguarda

Art.10º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial possui dois conjuntos de instrumentos: aquele de execução da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e aquele de gestão e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da mesma Política.

§1º Os instrumentos sempre estão relacionados a algum processo ou macroprocesso, não se configurando, entretanto, como meios exclusivos de realização das atividades e finalidades neles previstos.

§2º Novos instrumentos podem ser criados para atendimento da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial sempre que necessário.

Art.11º São instrumentos de identificação: o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC e o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL – Guia-INDL

§1º O INRC é um instrumento de produção de conhecimento e documentação utilizados pelo Iphan para a identificação de bens culturais de natureza imaterial. Através dele são identificadas as *referências culturais*, ou seja, elementos, práticas sociais e princípios cosmológicos tradicionais que comunidades, grupos sociais, coletividades e segmentos valorizam como atributos integrantes de sua identidade cultural, memória coletiva e de seus processos históricos de constituição, incluindo aqueles relacionados a seus territórios. As referências culturais são constantemente recriadas por esses grupos detentores em decorrência de suas complexas relações com contextos socioculturais, políticos e econômicos mais amplos. No INRC essas referências estão traduzidas por cinco categorias: Celebrações, Ofícios e Modos de Fazer, Lugares, Edificações e Formas de Expressão. Realizado em três etapas com graus diferentes de aprofundamento - Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação -, o INRC também contribui para a mobilização dos grupos envolvidos, além de gerar subsídios para a gestão de políticas públicas. O inventário pode ser desenvolvido com o objetivo de identificar as referências culturais existentes em um determinado território – um município ou região, por exemplo; ou para conhecer um tema ou uma referência cultural específica – como uma festa, um lugar ou um conjunto de saberes. Os inventários podem ser muito diferentes entre si, tanto no tema, quanto na abrangência e na quantidade de bens pesquisados. Mais do que conjunto de procedimentos, conteúdos e orientações para identificação de referências culturais, o INRC propõe a construção do olhar patrimonial sobre o campo das práticas culturais de natureza imaterial, na perspectiva de política pública. O documento de referência para a aplicação deste instrumento é o Manual de Aplicação do INRC.

§ 2º O Guia-INDL é um instrumento de produção de conhecimento e documentação utilizados pelo Iphan para a identificação e documentação da diversidade linguística brasileira. Embora elaborado para subsidiar a produção de pesquisa e documentação para a inclusão de línguas no INDL, sua utilização é mais ampla, podendo viabilizar diagnósticos sociolinguísticos com outra finalidade. O Guia-INDL disponibiliza um conjunto de informações sobre procedimentos a serem seguidos para a realização de diagnósticos e de inventários sociolinguísticos, além de formu-

lários padronizados e de um repertório de conteúdos específicos, organizados em dois níveis de aprofundamento. O Guia-INDL, portanto, propõe a construção do olhar patrimonial sobre o campo da diversidade linguística, na perspectiva de política pública.

Art.12º São instrumentos de reconhecimento: Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL.

§1º Registro de Bens Culturais de Natureza é o instrumento legal de reconhecimento de valor patrimonial para bens culturais de natureza imaterial, em âmbito nacional. Tem como objetivo a valorização do patrimônio imaterial brasileiro por meio da inscrição em um dos Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares, e da titulação como “Patrimônio Cultural do Brasil”. Possui caráter coletivo, pressupõe anuência da comunidade detentora e grande participação social. Os bens culturais imateriais a serem a Registrados devem demonstrar continuidade histórica, valor referencial para determinado grupo social, no que tange à memória, história e identidade da sociedade brasileira e relevância nacional. Consequentemente, estabelece o compromisso do Estado em documentar, reconhecer e apoiar a continuidade do bem cultural de natureza imaterial. Este instrumento reconhece o caráter dinâmico e processual dos bens culturais imateriais, o que implica na realização do processo de reavaliação do bem cultural Registrado e revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil a cada 10 anos. A revalidação será concedida aos bens culturais imateriais que continuarem sendo uma referência cultural para sua comunidade detentora.

§ 2º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o instrumento legal de reconhecimento de valor patrimonial para línguas faladas no Brasil, conforme disposto no Decreto 7.387/2010. Tem como objetivo o reconhecimento e valorização da diversidade linguística brasileira, através da identificação, diagnóstico e documentação das línguas existentes no país e que, por solicitação de suas comunidades linguísticas, sejam incluídas no Inventário Nacional, recebendo o título de Referência Cultural do Brasil. São cinco as categorias de línguas previstas: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de comunidades afro-brasileiras, línguas de sinais e línguas crioulas. Possui caráter coletivo, pressupõe anuência da comunidade detentora e grande participação social. O INDL

parte do princípio de que, pela sua natureza transversal e seu papel de transmissão da cultura, todas as línguas fazem jus ao reconhecimento. Nesse sentido, para que uma língua seja incluída no INDL é necessário, além da produção de conhecimento e documentação, comprovar a sua existência e sua relevância como elemento portador de referências de identidade, ação e memória para os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art.13º São instrumentos de apoio e fomento: Ação de Salvaguarda, Plano de Salvaguarda para Bens Registrados e Edital do PNPI.

§1º A Ação de Salvaguarda é o instrumento por meio do qual se desenvolvem ações de fortalecimento e apoio à sustentabilidade cultural bens de natureza imaterial, excetuando aqueles já reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro por meio do Registro, que possuem instrumento próprio. Ação de Salvaguarda pode ser mapeamento, pesquisa, produção bibliográfica e audiovisual, ações educativas, formação, capacitação, transmissão de saberes, apoio à organização e à mobilização comunitária, promoção da utilização sustentável dos recursos naturais, dentre outras iniciativas correlatas. As ações de salvaguarda contribuem para a continuidade da existência de bens culturais e/ou para a gestão participativa e autônoma da preservação de práticas e manifestações culturais tradicionais.

§2º O Plano de Salvaguarda para Bens Registrados é o instrumento por meio do qual se realiza um conjunto de ações planejadas para a execução em curto, médio e longo prazo, visando à sustentabilidade dos bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil. O Plano de Salvaguarda pressupõe gestão compartilhada, instâncias formalizadas de planejamento, acompanhamento e validação das ações pactuadas e a construção da autonomia das comunidades detentoras para a gestão do seu próprio patrimônio. O Plano de Salvaguarda está normatizado em Portaria IPHAN 299/2015, que descreve também a tipologia de ações por meio da qual se realizam as atividades de apoio e fomento, a saber:

I - Produção e Reprodução Cultural - transmissão de saberes relativos ao bem Registrado; apoio às condições materiais de produção do bem cultural Registrado; constituição, aproveitamen-

to e adequação de espaço físico para Centro de Referência;

II - Difusão e Valorização do universo cultural do bem Registrado - constituição, conservação e disponibilização de acervos; ações educativas para diferentes públicos; ações visando à ampliação de mercado em benefício dos detentores para aqueles bens culturais Registrados cuja relação com o mercado seja constituinte de seu universo cultural.

III - Mobilização Social e alcance da Política: mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores de bens culturais Registrados, inclusive por meio de pesquisas, mapeamentos e inventários participativos.

IV - Gestão Participativa no processo de salvaguarda - apoio à criação e manutenção de coletivos deliberativos e elaboração de planos e ações de salvaguarda, formação de gestores para a implantação e gestão de políticas patrimoniais.

§3º O Edital do PNPI é o principal instrumento de promoção e difusão da política de salvaguarda do patrimônio imaterial através do fomento direto a projetos de preservação apresentados pela sociedade civil. Além contribuir para a preservação da diversidade cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural a todos os segmentos da sociedade, permite a descentralização e apropriação dos conceitos e instrumentos do PNPI, a qualificação de pessoas e instituições para atuação no campo do patrimônio imaterial e a constituição de redes de parceiros. De periodicidade anual, tem como condição fundamental para a aprovação do projeto a comprovação da participação e do consentimento prévio das comunidades envolvidas ou das instituições que as representam.

Art.14º São instrumentos de gestão e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial: Sistema de Monitoramento e Avaliação de Bens Registrados, Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Processos de Reconhecimento; Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Processos de Identificação.

§1º O Sistema de monitoramento e avaliação de Bens Registrados é o instrumento destinado a recolher informações e monitorar a execução das ações de salvaguarda para os Bens Registrados visando subsidiar a avaliação continuada da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. As informações coletadas no monitoramento são sistematizadas em dois formulários diferentes,

que abrangem tanto informações gerais sobre o bem cultural e o processo de salvaguarda no estado, quanto atividades específicas desenvolvidas, e devem ser apresentados pelas Superintendências Estaduais anualmente. A partir deles são elaborados relatórios anuais sobre a salvaguarda de cada bem Registrado e, a cada dois anos, uma avaliação comparativa, em âmbito nacional, os processos de salvaguarda. O sistema de monitoramento também gera subsídios para processos de revalidação dos bens culturais registrados.

§2º O Sistema de monitoramento e avaliação dos processos de Identificação é o instrumento destinado a monitorar e avaliar as ações desenvolvidas no macroprocesso Identificação de Bens Culturais de Natureza Imaterial, considerando seus diferentes processos e instrumentos.

§3º O Sistema de monitoramento e avaliação dos processos de Reconhecimento é o instrumento destinado a monitorar e avaliar as ações desenvolvidas no macroprocesso Reconhecimento de Bens Culturais de Natureza Imaterial, considerando seus diferentes processos e instrumentos.

Disposições Finais

Art.15º Seguem anexos a esta Portaria os seguintes documentos: Resolução IPHAN 001/2006; Resolução IPHAN 001/2013 e Portaria IPHAN 299/2015 estarão disponíveis no sítio eletrônico www.iphan.gov.br.

Art.16º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

Presidenta

Equipes do Patrimônio Cultural Imaterial nas Superintendências Estaduais do Iphan (2018)

ACRE

Jorge Mardini Sobrinho (Superintendente)
Géssica Taimer Fernandes da Silva (Chefe da Divisão Administrativa)
Maria Nazaré Rodrigues Dornellas (Chefe da Divisão Técnica)

ALAGOAS

Mario Aloisio Barreto Melo (Superintendente)
Davi Prates Oliveira Barbosa (Chefe da Divisão Administrativa)
Sandro Gama de Araujo (Chefe da Divisão Técnica)
Joelma Farias Silva de Cornejo (Técnica)
Greciene Lopes dos Santos (Técnica)

AMAPÁ

Haroldo da Silva Oliveira (Superintendente)
Charles Sena Santos (Chefe da Divisão Administrativa)
Evandro Elias de Barros Neto (Chefe da Divisão Técnica)

AMAZONAS

Karla Bitar (Superintendente)
Izabel Cristina Rufino Chaves (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Ana Carla Cruz Pedrosa (Coordenadora da Divisão Técnica)

BAHIA

Bruno Tavares (Superintendente)
Afrânio Tanajura Machado Filho (Coordenador da Divisão Administrativa)
Flor de Lis Dantas e Cardoso (Coordenadora da Divisão Técnica)
Marinalva Batista Santos (Técnica)
Maria Paula Fernandes Adinolfi (Técnica)

CEARÁ

Otacílio José Pinheiro Macedo (Superintendente)
Francisca Azevedo Mota (Chefe da Divisão Administrativa)
Thalison dos Santos (Chefe da Divisão Técnica)
Igor de Menezes Soares (Técnico)
Ítala Byanca Moraes da Silva (Técnica)
Jeferson Tadanori Sobral Hamaguchi (Técnico)

DISTRITO FEDERAL

Carlos Madson Reis (Superintendente)
Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo (Coordenador da Divisão Administrativa)
Thiago Pereira Perpetuo (Coordenador da Divisão Técnica)

ESPÍRITO SANTO

Elisa Machado Taveira (Superintendente)
Elienne Machado Brum (Chefe da Divisão Administrativa)
Luciana da Silva Florenzano (Chefe da Divisão Técnica)
Ivanirce Gomes Wolf (Técnica)
Rebecca Velloso de Luna Guidi (Técnica)

GOIÁS

Salma Saddi Waress de Paiva (Superintendente)
Aparecida Cristina de Sousa Nascimento (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Beatriz Otto de Santana (Coordenadora da Divisão Técnica)
Hellen Batista Carvalho (Técnica)

MARANHÃO

Maurício Abreu Itapary (Superintendente)
Fernando Cesar Beliche Alves (Coordenador da Divisão Administrativa)
Raphael Gama Pestana (Coordenador da Divisão Técnica)
Izaurina Maria de Azevedo Nunes (Técnica)

MATO GROSSO

Amélia Hirata (Superintendente)
Elza Maria Gomes da Silva (Chefe da Divisão Administrativa)
Adriano Orivaldo de Barros (Chefe da Divisão Técnica)

MATO GROSSO DO SUL

Maria Clara Scardini (Superintendente)
Agricio Araujo Lima (Chefe da Divisão Administrativa)
Silvia Teresa Mercado Cedron (Chefe da Divisão Técnica)
José Augusto Carvalho dos Santos (Técnico)
Sara Bernal (Técnica)

MINAS GERAIS

Célia Maria Corsino (Superintendente)
Fernando Cesar de Vasconcellos Azeredo (Coordenador da Divisão Administrativa)
Daniela Lorena Fagundes de Castro (Coordenadora da Divisão Técnica)
Corina Maria Rodrigues Moreira (Técnica)
Hellen Madson da Costa (Técnica)
Vanilza Jacundino Rodrigues (Técnica)
Wáleres Moreira de Paula (Técnica)

PARÁ

Cyro Holando de Almeida Lins (Superintendente)
Paula Regina Pina Machado (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Denise Rosário de Carvalho (Coordenadora da Divisão Técnica)
Paula Zanardi (Consultora)

PARAÍBA

José Carlos de Oliveira (Superintendente)
Lindaci Bandeira de Sousa (Chefe da Divisão Administrativa)
Raglan Rodrigues Gondim (Chefe da Divisão Técnica)
Atila Bezerra Tolentino (Técnico)
Carla Gisele Macedo Santos Martins Moraes (Técnica)
Emanuel Oliveira Braga (Técnico)

PARANÁ

José Luiz Desordi Lautert (Superintendente)
Tania Plugik (Chefe da Divisão Administrativa)
Anna Eliza Finger (Chefe da Divisão Técnica)
Juliano Martins Doberstein (Técnico)

PERNAMBUCO

Renata Duarte Borba (Superintendente)
Ananda Rodrigues Pereira de Figueiredo (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Claudia Regina de Farias Rodrigues (Coordenadora da Divisão Técnica)
Giorge Patrick Bessoni e Silva (Técnico)
Juliana da Mata Cunha (Técnica)
Lívia Moraes e Silva (Técnica)
Maria das Graças Carvalho Villas (Técnica)
Romero de Oliveira e Silva Filho (Técnico)

PIAUÍ

Fábio José Lustosa da Costa Ferreira (Superintendente)
Delite Nepomuceno da Fonseca (Chefe da Divisão Administrativa)
Raquel Feitosa Cavalcante (Chefe da Divisão Técnica)
Ricardo Augusto Pereira (Técnico)

RIO DE JANEIRO

Mônica da Costa (Superintendente)
Aryne Lopes Abud (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Fernanda Zucolotto (Coordenadora da Divisão Técnica)
Antonina de Lima Fernandes (Colaboradora)
Arthur Henrique Farias (Colaborador)
Maria Luiza Dias Oliveira (Colaboradora)

RIO GRANDE DO NORTE

Marcio Aleksander Granzotto Kuntze (Superintendente)
Allana Barbosa de Medeiros (Chefe da Divisão Administrativa)
Márcia Rossana de Oliveira (Chefe da Divisão Técnica)

RIO GRANDE DO SUL

Juliana Erpen (Superintendente)
Airton Luiz Braga Moraes (Coordenador da Divisão Administrativa)
Sandra Petry (Coordenadora da Divisão Técnica)
Beatriz Muniz Freire (Técnica)
Marcus Vinicius Benedeti (Técnico)

RONDÔNIA

Delma Batista do Carmo Siqueira (Superintendente)
Lucimara Goncalves de Rezende (Chefe da Divisão Administrativa)
Mônica Castro de Oliveira (Chefe da Divisão Técnica)

RORAIMA

Katyanne Bermeo Mutran (Superintendente)
Robert Sousa de Oliveira Pacheco (Chefe da Divisão Administrativa)
Sandra Regina Demétrio da Silva (Chefe da Divisão Técnica)
Larissa Maria de Almeida Guimarães (Técnica)

SANTA CATARINA

Liliane Janine Nizzola (Superintendente)
Solange Ines Siglinski (Coordenadora da Divisão Administrativa)
Regina Helena Meirelles Santiago (Coordenadora da Divisão Técnica)
Carla Ferreira Cruz Técnica (Técnica)

SÃO PAULO

Maria Cristina Donadelli Pinto (Superintendente)
Ricardo Augusto dos Santos Reis (Coordenador da Divisão Administrativa)
Ronaldo Cunha Ruiz (Coordenador da Divisão Técnica)
Marcos Monteiro Rabelo (Técnico)
Simone Sayuri Takahashi Toji (Técnica)

SERGIPE

Katarina Aragão (Superintendente)
Lorena Teles França Souza Lima (Chefe da Divisão Administrativa)
Cynara Ramos Silva (Chefe da Divisão Técnica)
Eric Ferreira Souza (Técnico)
Flavia Klausing Gervasio (Técnica)

TOCANTINS

Marcos Zimmermann (Superintendente)
Lincon Rodrigo Henke (Chefe da Divisão Administrativa)
Cejane Pacini Leal Muniz (Chefe da Divisão Técnica)
Ariana Silva Braga (Técnica)



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

